



MARINA CARNEIRO BERNARDES MOSS

A condição urbana do Turismo

Reflexões exploratórias sobre fenômeno urbano, seus desdobramentos e a formação de territórios turísticos na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço: os núcleos urbanos de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde.

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

A condição urbana do Turismo

Reflexões exploratórias sobre fenômeno urbano, seus desdobramentos e a formação de territórios turísticos na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço: os núcleos urbanos de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde.

Marina Carneiro Bernardes Moss

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Borges de Moraes

Universidade Federal de Minas Gerais

**Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2014**

FICHA CATALOGRÁFICA

M913

Moss, Marina Carneiro Bernardes.

A condição urbana do turismo [manuscrito] : reflexões exploratórias sobre fenômeno urbano, seus desdobramentos e a formação de territórios turísticos na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço: os núcleos urbanos de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde / Marina Carneiro Bernardes Moss. - 2014.

215f. : il.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Fernanda Borges de Moraes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Crescimento urbano - Teses. 2. Desenvolvimento rural - Teses. 3. Desenvolvimento econômico - Teses. 4. Turismo - Teses 5. Patrimônio Cultural – Teses. 6. Reservas da biosfera - Teses. I.Moraes, Fernanda Borges de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.5

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail: marinamoss@gmail.com

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo-NPGAU da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 29 de outubro de 2014 pela Comissão examinadora:

Profa. Dra. Fernanda Borges de Moraes (Orientadora-NPGAU/UFMG)

Prof. Dr. Altamiro Sérgio Mol Bessa (NPGAU/UFMG)

Prof. Dr. Bernardo Machado Gontijo (IGC/UFMG)

DEDICATÓRIA

In memoriam de meu saudoso avô Palmyos da Paixão Carneiro (1919 - 1992),
que deixou semeada em mim a memória “*indispensável para que os valores
humanos continuem respeitados, em todas as épocas e sob todas as
doutrinas econômicas*”. E à minha mãe, Moema, que me abriu todas as portas
e me deu os alicerces para que eu prossiga a caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha professora e orientadora, Fernanda Borges Moraes, por ter me aceito como orientanda, pela confiança, paciência e apoio nos momentos difíceis, e pela maestria com que despertou em mim o interesse pelos processos históricos da formação urbana mineira, mostrando sua relevância para a compreensão dos fenômenos atuais, como o turismo. E por exigir de mim sempre o meu melhor, me dando todo apoio e acreditando no meu trabalho e na minha capacidade quando eu mesma já lançava dúvidas sobre a mesma;

Ao NPGAU que abriu as portas para uma recém-formada em turismo, sem conhecimentos profundos na área dos estudos urbanos, mas que me deram todo o suporte necessário para minha formação. E mais ainda, por acreditarem no diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, condição essencial para a compreensão de realidades tão complexas;

Ao professor Bernardo Gontijo, por ser meu guia nos caminhos do Espinhaço, e por ter me questionado qual a relação de Belo Horizonte com o meu trabalho, despertando em mim a conexão que faltava para a investigação científica dos fenômenos contemporâneos na Serra do Espinhaço;

Aos professores do Turismo (IGC/UFMG), especialmente as amigas Mariana Lacerda e Fabiana Bernardes Almeida, pelas experiências dos trabalhos de campo que formaram meu alicerce profissional e o amor pela profissão, pela pesquisa e pelas paisagens do Espinhaço;

Aos amigos e colegas do GIPE- Grupo Integrado de Pesquisas do Espinhaço (IGC/UFMG), pelas trocas de conhecimento e por compartilharem comigo tempo, materiais de pesquisa, questionamentos e suas experiências passadas. Especialmente ao Solano Braga, pelas grandes contribuições sobre a Serra do Cipó e Milho Verde; ao Leonardo Knecht que ficou dias ao meu lado construindo os mapas; ao Rodrigo Pinheiro Ribas, que me escutou e desenvolveu os mapas que eu não tinha conhecimento para executar; e à Maria Flavia Pires, Raoni Araujo Ferreira e Junia Borges, pelos debates construtivos, apoio e amizade;

À Associação Montanhas do Espinhaço e aos queridos Jussara Maria Rocha, Bernardo Gontijo e Herbert Pardini, por me ensinarem o valor e a importância das áreas protegidas e do resgate da memória das populações tradicionais, graças a tantas experiências vividas e compartilhadas nesta região;

À todos entrevistados, que colaboraram com meu trabalho, sempre de forma alegre, participativa e com muita boa vontade, mesmo em momentos de tensão;

À minha amada mãe, Moema, que sempre está ao meu lado, nos momentos mais difíceis, me colocando pra frente e sendo meu alicerce e porto seguro;

Aos meus irmãos Patrícia e Fellipe, pela paciência, pelos momentos de descontração e pela compreensão nos momentos finais;

Ao saudoso Viola, pai amado, que deixou em mim o amor pelas montanhas,

A “Ele”, Thiago Almeida, meu companheiro, por ter despertado em mim a negação inicial que me levou a percorrer este caminho; pelo rigor científico de seus questionamentos, nem sempre doces; por suas contribuições e críticas construtivas a este trabalho e, principalmente, por ter trilhado a Serra do Espinhaço ao meu lado, em busca do caminho do meio;

Aos meus amigos, pela compreensão na distância, por me estenderem as mãos nos momentos de dificuldades, pelos anos de vida e de turismo, juntos pela Serra do Espinhaço e especialmente a Ciça, por me ajudar na revisão destas palavras.

Às Mulheres Sempre Vivas da Serra do Espinhaço, e às suas memórias e histórias de vida que me despertaram o olhar para o povo do Espinhaço, nosso patrimônio vivo.

À amiga Nayara, que com sua simplicidade me acolheu em família e me mostrou o lado mais bonito de sua terra e de seu modo de vida,

Agradeço especialmente à Serra do Espinhaço, por ser minha inspiração de vida e porta de entrada no mundo profissional que tanto amo, e que espero um dia, poder retribuir tantas experiências e vivências;

E finalmente, agradeço a esta coisa que chamam alma, por não ter me deixado desistir quando o mundo se tornou cinza. A esta força interior que descobrimos em nós, a luz que nos guia, mais fortes, em nossa caminhada.

“[...] a mais consistente e, no geral, a mais bem sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo de seu coração. Porém, se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza de sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo”.

Robert Park (1967) citado por David Harvey
em “A liberdade da cidade”, 2013.

RESUMO

A dissertação “*A condição urbana do Turismo*” investiga a *relação entre o fenômeno urbano - especialmente a urbanização extensiva e a perimetropolização - e os processos de desenvolvimento dos territórios turísticos ao longo da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço*. Analisa a forma como esses se apresentam nas paisagens de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde, considerados importantes destinos turísticos de Minas Gerais. O turismo é um catalisador dos processos de mercantilização dos lugares que atinge estes pequenos núcleos urbanos do interior de Minas, especialmente nos últimos 40 anos. A forma como se instalou nestes distritos de origem colonial possui relação com a construção do sentido da mineiridade, que perpassa a noção de patrimônio e dialoga com a preservação das paisagens naturais e dos elementos histórico-culturais da Serra do Espinhaço. Estes elementos têm sido utilizados pela atividade turística desenvolvida nesta região, a partir de motivações relacionadas à identidade mineira: a busca pelas raízes imaginárias, pelos modos de vida rurais, atividades ao ar livre e pelos encantados naturais e culturais das terras de Minas. Assim, a noção de patrimônio - historicamente construída - influencia e respalda o desenvolvimento de políticas públicas de turismo que adotam uma abordagem territorial, de viés mercadológico. Programas e projetos, decorrentes das políticas públicas de Regionalização do Turismo, tendem a valorizar esta região mineira: o eixo central do Ciclo do Ouro e do Diamante - situados em contextos ambientais de grande biodiversidade e de alta beleza cênica, protegidos segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Esta miscelânea transforma esses lugares em produtos turísticos de alto valor agregado ao associar história, cultura e natureza. A partir do que já foi exposto, entendemos que o mercado imobiliário também se apropria da valorização desses lugares de interesse turístico (através do aumento do valor da terra), causando um “enobrecimento do território” e, conseqüentemente, segregações sociais e o consumo dirigido às classes médias altas. Os processos históricos de formação dos núcleos urbanos de Lavras Novas, e Serra do Cipó e Milho Verde, bem como a relação estabelecida pelos primeiros moradores com suas terras, dizem muito sobre a forma como o turismo e o mercado imobiliário - associados - tem se apropriado de cada lugar e de como esses reagem, ou não, às influências dos processos. A pesquisa possui caráter exploratório e se apoiou em pesquisas de gabinete, revisão bibliográfica, análise de documentos e trabalhos de campo. Nos espaços visitados, além de observações *in loco* foram realizadas entrevistas em profundidade com informantes-chave e registros espaciais em busca de indícios de como estes fenômenos se expressam nas paisagens locais. A pesquisa se propôs a dar um passo atrás nos estudos do campo do turismo para compreender de que forma essa atividade e os fenômenos urbanos são correlatos: se originam no centro (*core urbano*) da metrópole de Belo Horizonte, que expande seu tecido urbano para as regiões do entorno, bem como os fluxos indutores do turismo. Trata-se, portanto, de uma tentativa de contribuir para os estudos a partir de um viés pouco discutido na academia: as áreas urbanas. A dissertação pretende abrir portas, e reconhece que o entendimento do turismo, e sua relação com o urbano, necessita ser aprofundado - o que é nosso desejo futuro. A pesquisa exploratória indica que as transformações territoriais se expressam em forma de contradições e/ou resistências, e que tais processos talvez dependam das relações históricas construídas no tempo e no espaço, em associação às contemporâneas- e remanescentes - questões fundiárias.

Palavras Chave: Urbanização Extensiva; Perimetropolização; Turismo; Patrimônio; Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.

ABSTRACT

The dissertation "*The Urban Condition of Tourism*" investigates the relationship between the urban phenomenon - especially the extensive urbanization and perimetropolization - and the processes of development of tourist areas along the *Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço*. It analyses how these processes are presented in Lavras Novas, Serra do Cipo and Milho Verde landscapes, which are considered important tourist destinations of the state of Minas Gerais. Tourism is a catalyst for commercialization processes of the places that occurs in these small urban centers in the interior of Minas Gerais, particularly in the last 40 years. The way it was settled in these districts of colonial origin is related to the construction of the meaning of *mineiridade* ("mineiro" identity) that permeates the notion of heritage and communicates with the preservation of natural landscapes as well as with historical and cultural elements of Serra do Espinhaço. These elements have been used for tourist activity developed in this region, based on motivations related to the identity of Minas Gerais: the search for imaginary roots, rural livelihoods, outdoor activities as well as the natural and cultural enchanted land of Minas Gerais. Thus, the notion of heritage - historically constructed - influences and supports the development of public tourism policies that adopt a territorial approach with marketing bias. Programs and projects arising from public policy Regionalization of Tourism, tend to value this region of Minas: the central axis of the Gold and Diamond Cycle - situated in environmental contexts of great biodiversity and high scenic beauty, protected by the SNUC – National System of Conservation Units (*Sistema Nacional de Unidades de Conservação*). This patchwork transforms these places into high value-added tourism products by combining history, culture and nature. From what has been stated, we believe that the real estate market also embraces the valuation of these places of tourist interest (by increasing the land value), causing a "gentrification of territory" and, consequently, social segregation and consumerism directed to upper middle classes. The historical processes of establishment of the urban centers of Lavras Novas, Serra do Cipo and Milho Verde, as well as the relation made by the first inhabitants with their land, say a lot about how tourism and the real estate market - in association - have taken over each place and how these react, or not, to the influences of such processes. The research is an exploratory study and relied on surveys of staff, literature review, document analysis and field work. In the visited areas, both on-site observations and in-depth interviews with key informants were conducted in conjunction with space records in search of clues of how these phenomena are expressed in local landscapes. The research set out to take a step back in the tourism field studies to understand how this activity and urban phenomena are related: they originate in the center (urban core) of the city of Belo Horizonte, expanding its urban tissue to the surrounding regions, as well as inducing flows of tourism. It is, therefore, an attempt to contribute to the studies from a perspective that receives little discussion in academia: the urban areas. The dissertation aims to open doors and recognizes that the understanding of tourism and its relationship with the city need to be deepened - what is our future desire. Exploratory research indicates that territorial changes are expressed in the form of contradictions and / or resistance, and that such processes may depend on the historical relations built in time and space, in association with contemporary - and remaining - land issues.

Keywords: Extensive urbanization; Perimetropolization; tourism; heritage; Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.

RESUMEN

La disertación “*La Condición Urbana del Turismo*” investiga la relación entre el fenómeno urbano – en especial la urbanización extensiva y la *perimetropolización* – y los procesos de desarrollo de los territorios turísticos a lo largo de la Reserva de la Biosfera de la Sierra *do Espinhaço*. Se analiza la forma como estos procesos se presentan en los paisajes de la ciudad de Lavras Novas, de la Sierra *do Cipó* y de la ciudad de Milho Verde, considerados importantes destinos turísticos del estado de Minas Gerais. El turismo es un catalizador de los procesos de mercantilización de los lugares que afectan estos pequeños núcleos urbanos del interior de Minas Gerais, principalmente en los últimos 40 años. La forma como el turismo se ha instalado en estos distritos de origen colonial está relacionada a la construcción del sentido de “*mineridade*” (la identidad del “*mineiro*”, residente de Minas Gerais) que, a su vez, pasa por la noción de patrimonio y dialoga con la presentación de los paisajes naturales y de los elementos histórico-culturales de la Sierra *do Espinhaço*. Estos elementos vienen siendo utilizados por la actividad turística desarrollada en la región a partir de motivaciones vinculadas a la identidad *mineira*: la búsqueda por raíces imaginarias, por los modos de vida rurales, actividades al aire libre y por los encantos naturales y culturales de las tierras de Minas. De este modo, la noción de patrimonio – históricamente construida – influye y respalda el desarrollo de políticas públicas para el turismo que adoptan un abordaje territorial, de sesgo mercadológico. Los programas y proyectos de regionalización del turismo suelen revalorizar esta región *mineira*: el eje central del Ciclo del Oro y Diamante – ubicados en contextos ambientales de gran biodiversidad y de considerable belleza escénica, protegidos según el Sistema Nacional de Unidades de Conservación. Esta combinación transforma dichos lugares en productos turísticos de alto valor agregado al asociar historia, cultura y naturaleza. A partir de lo expuesto entendemos que el mercado inmobiliario también se apropia de la valorización de estos lugares de interés turístico (a través del aumento del valor de la tierra), ocasionando un “*ennoblecimiento del territorio*” y, consecuentemente, segregaciones sociales y el consumo dirigido a las clases medias altas. Los procesos históricos de formación de los núcleos urbanos de Lavras Novas, Sierra *do Cipó* y Milho Verde, así como también la relación establecida por los primeros habitantes con sus tierras, dicen mucho sobre cómo el turismo y el mercado inmobiliario – asociados – se vienen apropiando de cada lugar y cómo estos lugares reaccionan, o no, a las influencias de los procesos. Esta investigación presenta un carácter exploratorio y se apoyó en investigaciones de gabinete, revisión bibliográfica, análisis de documentos y trabajos de campo. En los espacios visitados, además de observaciones *in loco*, fueron realizadas entrevistas en profundidad con informantes clave y registros espaciales para la búsqueda de indicios de cómo estos fenómenos se expresan en los paisajes locales. La investigación se propuso dar un paso previo en los estudios del campo del turismo para comprender de qué forma esta actividad y los fenómenos urbanos son correlatos: se originan en el centro (*core urbano*) de la metrópoli de Belo horizonte, que expande su tejido urbano para las regiones de su entorno, así como los flujos inductores del turismo. Por lo tanto, se trata de un intento de contribuir para estos estudios a partir de un abordaje poco discutido en la academia: las aéreas urbanas. La presente disertación espera abrir puertas y reconoce que el entendimiento del turismo, a partir de la mirada urbana, necesita ser profundizado – lo que es nuestro deseo a futuro. La investigación exploratoria indica que las transformaciones territoriales se expresan en forma de contradicciones y/o resistencias, y que tales procesos quizás dependan de las relaciones históricas construidas en el tiempo y en el espacio, en conjunto con las contemporáneas – y remanecientes – cuestiones agrarias.

Palabras clave: Urbanización extensiva; Perimetropolización; Turismo; Patrimonio; Reserva de la Biosfera de la Sierra *do Espinhaço*.

SUMÁRIO

Prólogo.....	21
Introdução.....	23
 Capítulo 1 – Turismo e fenômeno urbano: uma questão territorial.....	 36
1.1 - A abordagem territorial e as políticas de turismo.....	37
1.1.1 - Os “gargalos” na abordagem territorial das políticas de turismo.....	42
1.2 – Desdobramentos do Fenômeno Urbano.....	44
1.3 – Terras Incógnitas do Turismo.....	49
 Capítulo 2 – Caminhos e descaminhos da Serra do Espinhaço: dos remanescentes sertões coloniais à reconversão do território mineiro.....	 54
2.1 – O Contexto Espacial da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.....	57
2.2 – Alicerces do Passado: os processos de formação dos núcleos urbanos.....	61
2.2.1– Sobre os caminhos que levam às minas.....	65
2.3 – A nova capital das Minas e dos Sertões: o surgimento de Belo Horizonte e a reconversão do território pra novos usos e ocupações na Serra do Espinhaço.....	72
2.3.1– A industrialização mineira passou por caminhos remanescentes no Espinhaço.....	75
2.3.2– A Região Metropolitana de Belo Horizonte e a Zona de Perimetropolização.....	77
2.4 – O turismo pelos caminhos do Espinhaço: o surgimento dos núcleos urbanos de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde e seu contexto ambiental.....	84
2.4.1– O DISTRITO LAVRAS NOVAS – ÁREA I.....	85
2.4.2– No sopé da serra do Trovão: o contexto ambiental.....	89
2.4.3 – O DISTRITO SERRA DO CIPÓ – ÁREA II.....	93
2.4.4 – Margeando o Rio Cipó: o contexto ambiental.....	97
2.4.5– O DISTRITO MILHO VERDE – ÁREA III.....	105
2.4.6– Por entre escarpas de quartzito: o contexto ambiental.....	114
2.5 – Alguns Vislumbres Iniciais.....	120
 Capítulo 3 – Espiadelas na paisagem: uma busca por indícios.....	 123
3.1 - A construção política do imaginário mineiro: a mineiridade.....	124
3.2 - Paisagens contemporâneas do Espinhaço: patrimônio em construção.....	131
3.3 – As Marcas das Paisagens: um testemunho sobre o desenvolvimento do turismo.....	137
3.3.1 - As duas Lavras Novas: forças externas versus resistência social.....	138
3.3.2 – Os sufocamentos na Serra do Cipó.....	162
3.3.3– Belezas clandestinas e silêncios: resquícios do tempo em Milho Verde.....	178
3.4 – Considerações Preliminares.....	191
 Sobre contradições, resistências e remanescentes: reflexões exploratórias.....	 193
Passos à frente: a urgência de seguir adiante num futuro próximo.....	203
 Referências Bibliográficas.....	 207

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

APA Morro da Pedreira – Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira

APA das Águas Vertentes – Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes

CPRM – Serviço Geológico do Brasil

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

FIEMG – Federação das Indústrias de Minas Gerais

FUNGETUR – Fundo Nacional do Turismo

IEF – Instituto Estadual de Florestas

IER – Instituto Estrada Real

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MAB – Programa Homem e Natureza (The Man and the Biosphere), da UNESCO.

MTUR - Ministério do Turismo

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MINC - Ministério da Cultura

MONA Itatiaia – Monumento Natural Estadual Serra de Itatiaia

MONA Várzea Lageado – Monumento Natural Estadual Várzea do Lageado e Serra do Raio

ONU – Organização das Nações Unidas

OMT – Organização Mundial de Turismo

PARNA – Parque Nacional

PARNA Cipó – Parque Nacional Serra do Cipó

PEIT – Parque Estadual Pico do Itacolomi

PEPI – Parque Estadual Pico do Itambé

PNT – Plano Nacional de Turismo

RBSE – Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SETUR – Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidade de Conservação

UPI – Unidade de proteção Integral

UUS - Unidade de Uso Sustentável

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ZP – Zona de Perimetropolização

ZA – Zona de Amortecimento

LISTA DE FIGURAS

FIGURA	1	Destinos Indutores de Minas Gerais	41
FIGURA	2	Espinhaço Range Region, Brazil, showing land above 1000m in the Espinhaço range, in the states of Minas Gerais and Bahia	55
FIGURA	3	Mapa de localização da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e no Brasil.	60
FIGURA	4	Mapa dos Caminhos Coloniais	68
FIGURA	5	Mapa da atual rede rodoviária de MG e remanescências dos Caminho Coloniais com inserção dos núcleos urbanos	69
FIGURA	6	RMBH e Colar Metropolitano	79
FIGURA	7	Vetores de expansão metropolitana da RMBH	79
FIGURA	8	Inserção Espacial de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde na Zona Perimetropolitana	81
FIGURA	9	Mapa ilustrativo com as principais ameaças à integridade ambiental verificadas na região do PARNA Cipó	101
FIGURA	10	Núcleo Urbano de Lavras Novas em 2006.	148
FIGURA	11	Núcleo Urbano de Lavras Novas em 2013.	149
FIGURA	12	Zoom Núcleo Histórico de Lavras Novas em 2006.	151
FIGURA	13	Zoom Núcleo Histórico de Lavras Novas em 2013	151
FIGURA	14	Zoom Alto do Campo em 2006	152
FIGURA	15	Zoom Alto do Campo em 2013	152
FIGURA	16	Núcleo urbano Serra do Cipó se sobrepõe aos limites do PARNA Cipó	169
FIGURA	17	Núcleo urbano Serra do Cipó	169
FIGURA	18	Imagem Satélite do Núcleo Urbano de Serra do Cipó em 2003	171
FIGURA	19	Imagem Satélite do Núcleo Urbano de Serra do Cipó em 2011	172
FIGURA	20	Zoom da Zona de Expansão Urbana em 2003	173
FIGURA	21	Zoom da Zona de Expansão Urbana em 2011	173
FIGURA	22	Foto aérea do Núcleo Histórico de Milho Verde, zona de adensamento urbano e a paisagem local	182

FIGURA	23	Núcleo Urbano Milho Verde em 2006, com zonas de expansão identificadas.	184
FIGURA	24	Núcleo Urbano Milho Verde em 2014, com adensamento urbano, zonas de expansão e ocupações irregulares	185
FIGURA	25	Zoom da Zona de Expansão Urbana em 2006 – Ocupações Periféricas	186
FIGURA	26	Zoom da Zona de Expansão Urbana em 2014 – Ocupações Periféricas	186
FIGURA	27	Fotografias que retratam o núcleo histórico de Milho Verde	189
FIGURA	28	Fotografias da zonas de expansão urbana de Milho Verde:	189

LISTA DE MAPAS

MAPA	1	Inserção espacial dos distritos de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde no contexto da RBSE	25
MAPA	2	Mapa de localização da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e no Brasil.	60
MAPA	3	Localização do Distrito de Lavras Novas – Ouro Preto – MG	86
MAPA	4	Inserção Espacial do Distrito de Lavras Novas – Ouro Preto – MG. Fonte	91
MAPA	5	Localização do distrito Serra do Cipó – Santana do Riacho - MG	95
MAPA	6	Inserção Espacial do Distrito de Serra do Cipó – Santana do Riacho – MG	103
MAPA	7	Localização do distrito de Milho Verde – Serro - MG.	107
MAPA	8	Inserção Espacial do Distrito de Milho Verde – Serro – MG	119

LISTA DE FOTOS

FOTO	1	Curral del-Rei em 1894, antes de sua destruição.	74
FOTO	2	Vista da paisagem do Núcleo Histórico de Lavras Novas,	146
FOTO	3	Vista da paisagem do Alto do Campo, da Serra do Trovão	146
FOTO	4	Construções de três andares, na rua lateral ao centro histórico de Lavras Novas	154
FOTO	5	Empreendimento “medieval” construído no centro histórico de Lavras Novas e alvo de manifestações contrárias	154
FOTO	6	Aspectos dos casarios e urbanização do centro Histórico de Lavras Novas	157
FOTO	7	Aspectos dos casarios e urbanização do Alto do Campo	157
FOTO	8	Arquitetura padrão em Alto do Campo, reproduzindo o conforto e a segurança em meio ao ideal campestre, em lotes supervalorizados.	160
FOTO	9	Simulacro de construção de adobe na entrada da mesma casa, que reproduz a arquitetura colonial,	160
FOTO	10	Detalhe da legenda no azulejo	161
FOTO	11	Distrito Serra do Cipó, e os três trechos de aglomerações ao longo da MG-010	168
FOTO	12	Oferta de lotes em condomínios na Serra do Cipó relacionados à vida ao ar livre e à natureza	175

Prólogo

“Ora, o que significa esta questão, senão que a ciência deve perder seu respeito pela ciência e que a ciência deve interrogar a ciência? Há ainda um problema que, aparentemente, se soma à enormidade de problemas que somos obrigados a renunciar. Mas é precisamente este problema que nos impede de renunciar ao nosso problema”.

Edgard Morin (2008:25-27)

- *“O turismo não existe” – disse-me ele.*
- *“Então o que é o turismo, me diga?”*
- (Pausa)*
- *“Eu ainda não sei. Só sei que não é isso. Não desse jeito.”*

Foi a primeira vez que saímos juntos. Ele me disse isso à noite, em volta de uma fogueira ao lado do Instituto de Geociências da UFMG, numa festa em que as pessoas se reuniram para comemorar o que, diziam, seria o fim do mundo. Era 12 de dezembro de 2012 e dizem que, segundo o calendário Maia, o mundo acabaria ali. Eu decidi passar meu – teórico – último dia de vida ao lado dele, falando sobre viagens e debatendo o turismo. Ficamos assim a noite toda, filosofando. Amanheceu, e o nosso mundo não acabou.

Mas o meu mundo, nunca mais foi o mesmo.

Foi a partir desta afirmação que decidi dar continuidade ao meu processo de pesquisa sobre os fenômenos com os quais me deparei na Serra do Cipó nos últimos dez anos, e que não conseguia compreender. A partir dela, decidi renunciar – momentaneamente – ao turismo, como explicação para estes fenômenos.

Esse exercício foi meu ponto de partida.

A ideia foi a de negar meu próprio pensamento, colocado em xeque a partir deste momento. A negação foi uma forma de me colocar à prova, uma espécie de desafio lançado. Depois desse dia, eu sempre recorria a esta negativa quando eu começava a reproduzir teorias e discursos decorrentes dos debates aos quais eu já estava familiarizada, e os quais eu reproduzia, sem questionar muito.

- *“Ainda acho que o turismo não existe”.* – repetia ele.

E eu tentava. Construía. Destruía... E (RE)construía. O pensamento.
“O turismo não é isso. Mas...”

E assim, durante este processo de negação das minhas respostas para as hipóteses que eu mesma colocava, fui obrigada a dar passos para trás. Cada vez mais atrás.

“Se o turismo não é isso, o que pode ser o turismo?” – eu me perguntava.

Se o turismo não existe, o que é isso, que acontece nos lugares chamados destinos turísticos ao longo da Serra do Espinhaço? Qual é o objeto que investigo? A realidade diz que ele existe, que é algo concreto, e fatos e milhares de estudos sobre o turismo demonstram isso: pessoas viajam, lugares se transformam.

Frequento esses lugares há mais de dez anos. Eu vi as transformações, eu vivi e pesquisei estas transformações. Se o turismo não existe, o que é que está acontecendo nesses lugares?

Decidi imaginar que alguns lugares poderiam servir de laboratórios de pesquisa. Ilhas de investigação, como Galápagos, mas nos quais os processos – ainda muito recentes e em (trans)formação – poderiam ser analisados com relativa precisão, desde suas origens.

Escolhi três lugares em que estes processos pareciam mais nítidos para mim, e que eu julgava que apresentassem contextos semelhantes: origem colonial, associados à mineração do ouro e diamante, no contexto da Serra do Espinhaço; localizados em meio a áreas protegidas e considerados importantes destinos turísticos de Minas Gerais. Parecia perfeito.

Não era. Descobri que embora as forças externas que atuassem nestes territórios fossem muito semelhantes, existiam forças internas completamente diferentes. Embora os três sejam contemporâneos e façam parte do mesmo contexto espacial, suas particularidades históricas foram muito distintas. Lavras Novas, antiga área de mineração, foi abandonada em meados do período colonial, permanecendo nas mãos de uma irmandade religiosa que deteve, por séculos, a propriedade das terras “da santa” (desde 1764) e cercada por terras cujos proprietários são grandes indústrias, especialmente da área siderúrgica ligada à produção de minério de ferro, ferro-liga e alumínio. Serra do Cipó, antiga área de produção agropastoril para abastecimento dos núcleos coloniais e pouso comercial de viajantes, bandeiras e tropas, cujas terras foram apossadas para subsistência de negros libertos após a abolição. Hoje, é a porta de entrada para grandes empreendimentos minerários já em curso em Conceição do Mato Dentro e entorno, cercada por processos intensos de condominização. Milho Verde, antiga área do Distrito Diamantino, uma das áreas coloniais mais isoladas e fiscalizadas da Colônia funcionou, por muitas décadas, como um antigo regimento de guarda - com controle rígido - e posteriormente, foi ocupado por uma elite oligárquica e latifundiária, que ainda resiste e insiste.

Cada um destes lugares criou relações distintas com seus territórios e com a produção deles decorrentes. As formas como as relações fundiárias se construíram definiram muitas de suas particularidades, especialmente no momento em que as terras foram transformadas em mercadorias, desde a Lei das Terras de 1850. O processo de industrialização em Minas Gerais que implicou, dentre outros rebatimentos, a expansão do tecido urbano de Belo Horizonte para além de seus limites geográficos, seguiu os eixos de penetração dos antigos caminhos coloniais, atingindo em cheio estes pequenos lugares, parados no tempo. E o turismo surgiu neste contexto.

Talvez o turismo tenha sua origem na sociedade urbana. Ele é claramente um fenômeno que possui relação com o fenômeno urbano. *“Mas o turismo não existe...”*
Então, o que existe?

Existem terras.

Pessoas.

O mercado... e o tempo-espço.

O que chamamos de turismo, talvez, se desdobre da relação entre estes elementos.

E assim, teve início este trabalho exploratório.

Introdução

Nas últimas décadas, Minas Gerais tem se consolidado como um Estado que investe na exploração turística associada a atrativos baseados no patrimônio cultural e natural. Os principais destinos turísticos concentram-se em cidades históricas, em pequenos núcleos urbanos de origem colonial e em unidades de conservação, e a maioria deles se localiza ao longo da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE). A RBSE constitui um recorte relevante em nossa pesquisa, pois trata-se de um extenso território que envolve e articula áreas protegidas e áreas urbanas de especial interesse turístico, que têm crescido de forma acelerada nos últimos 20 anos, tendo o turismo como uma das atividades indutoras dos recentes processos de urbanização. Preocupam-nos, particularmente, os pequenos núcleos urbanos – sua inserção territorial em âmbito municipal, na rede urbana regional e nas articulações com áreas protegidas – em razão das intensas transformações que vêm sofrendo em suas formas de produzir, ocupar e se apropriar do espaço. Nesses lugares, o turismo tem se caracterizado, *grosso modo*, como uma atividade catalisadora em termos das relações urbano/ambientais no contexto da RBSE.

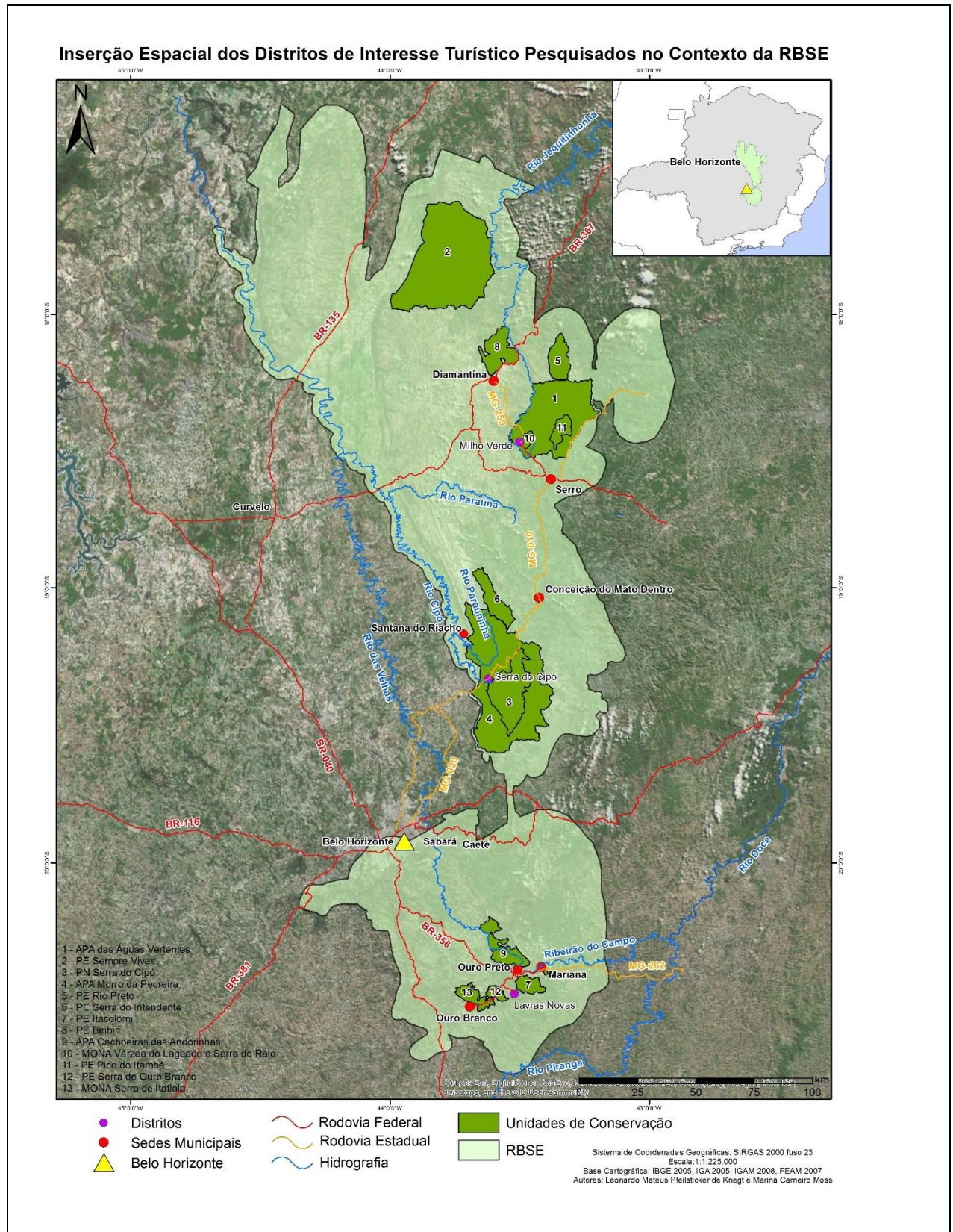
Dentre os territórios turísticos nestas condições, esta dissertação confere especial atenção ao estudo dos distritos de Serra do Cipó, Lavras Novas e Milho Verde, pertencentes aos municípios mineiros de Santana do Riacho, Ouro Preto e Serro, respectivamente. Os três núcleos urbanos possuem vocação turística associada à natureza, estão inseridos em áreas protegidas e fazem parte do contexto regional da Serra do Espinhaço Meridional¹, abarcando o recorte da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. Além disso, tiveram sua formação urbana, direta ou indiretamente, associada à mineração no período colonial (seja como núcleos mineradores ou áreas de fiscalização da Coroa Portuguesa, seja como núcleos de apoio ou local de passagem/pouso dos viajantes), e atualmente, encontram-se em estágios diferentes de desenvolvimento urbano e socioeconômico associados à atividade turística.

Estes pequenos núcleos urbanos de origem colonial – inseridos em áreas protegidas e de relevante interesse turístico para Minas Gerais – estão associados a três recortes geográficos da Serra do Espinhaço (MAPA 1), segundo o contexto espacial descrito abaixo:

¹A cadeia do Espinhaço, em toda sua extensão, pode ser dividida em dois setores: Meridional (em Minas Gerais, desde o Quadrilátero Ferrífero até a divisa do Estado de Minas Gerais com o da Bahia, com cerca de 550km de extensão) e Setentrional (ao norte de Diamantina/MG até limite do Estado da Bahia com o Estado do Piauí), ambos com características geológicas distintas (Gontijo, 2008).

- **Área I – Distrito de Lavras Novas:** Região de influência de Ouro Preto e Belo Horizonte (vetor sul de expansão da Região Metropolitana de Belo Horizonte), situado no Quadrilátero Ferrífero e inserido no Circuito do Ouro. O distrito de Lavras Novas, pertencente ao município de Ouro Preto, faz limite com o Parque Estadual do Itacolomi, Parque Estadual Serra de Ouro Branco e Monumento Natural Serra de Itatiaia. Pertencente à Bacia do Rio Doce, a região abriga a nascente do Ribeirão do Carmo.
- **Área II – Distrito Serra do Cipó:** Região de influência de Belo Horizonte (vetor norte de expansão da Região Metropolitana de Belo Horizonte) integrante do Circuito Serra do Cipó. O distrito Serra do Cipó, pertencente ao município de Santana do Riacho, situa-se na APA Morro da Pedreira, sendo limítrofe com o Parque Nacional Serra do Cipó e Parque Estadual Serra do Intendente, no contexto da Bacia do Rio São Francisco, abrigando as nascentes do Rio Cipó, um dos principais afluentes do Rio das Velhas.
- **Área III – Distrito de Milho Verde:** Região de influência de Belo Horizonte, Diamantina e Serro (inserido na área de expansão perimetropolitana² de Belo Horizonte), no norte de Minas Gerais, inserido no Circuito dos Diamantes. O distrito Milho Verde, pertencente ao município de Serro, situa-se na Área de Proteção Ambiental (APA) Água das Vertentes, na divisa com o Parque Estadual Pico do Itambé, sendo limítrofe ao Monumento Natural Estadual Várzea do Lageado e Serra do Raio. A área está inserida na bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha, também chamada Alto Jequitinhonha.

² O conceito de Perimetropolização será discutido mais à frente.



MAPA 1 – O mapa apresenta a área correspondente a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, com destaque para as Unidades de Conservação e localização dos distritos Milho Verde, Serra do Cipó e Lavras Novas. Fonte/Autoria: Leonardo Knegt e Marina Carneiro Bernardes Moss

Os núcleos urbanos aqui considerados, em virtude de terem permanecido – ao longo de muitos anos, a partir do final do período da mineração colonial – estagnados economicamente, acabaram conservando seus bens tangíveis e intangíveis, bem como suas paisagens. Muitas delas passaram a ter proteção legal a partir dos desdobramentos da Lei Federal 9.985/00, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O patrimônio histórico cultural associado ao patrimônio natural presente nas áreas onde se inserem esses três distritos são exemplares da diversidade e relevância da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. E nesse contexto, o mercado turístico tem se apropriado cada vez mais desses patrimônios, explorando-os de forma intensa, e, muitas vezes, predatória. Tal situação tem ocasionado conflitos e contradições, uma vez que se trata de estruturas muito frágeis do ponto de vista ambiental e urbano, como veremos no decorrer desta dissertação.

O desenvolvimento de um modo de vida urbano em pequenas localidades – extensão do modo de vida característico dos polos indutores do turismo³, que originam a maior parte dos fluxos turísticos – se revela nas transformações associadas à expansão do tecido urbano, no consumo das paisagens e nas mudanças no modo de vida local, transformados pelo contato com esta atividade, e, mais especificamente, por demandas associadas aos turistas (que buscam as mesmas comodidades oferecidas em seus lugares de origem); pela ação dos empresários (que buscam atender tais demandas por meio da instalação de equipamentos de suporte ao turismo (hotéis/pousadas, restaurantes, etc.); intensificação do parcelamento do solo e adensamento urbano, com a produção de novos loteamentos/condomínios fechados; interferências nas características físico-arquitetônicas locais e desejo dos próprios habitantes, que adquire modos de vida/consumo semelhantes aos dos turistas. Assim, processos relacionados à sociedade urbana atingem estes lugares revestidos pelo discurso – nem sempre condizentes com a prática – do desenvolvimento econômico e sustentável - por meio do turismo - que busca atender, ao máximo, as demandas que lhe são inerentes, em detrimento de questões ambientais, locais, sociais, dentre outras. De forma geral, esta tem sido a tônica do desenvolvimento turístico nestes pequenos núcleos urbanos ao longo do Espinhaço. Neste cenário de conflitos declarados ou iminentes, o estudo das áreas que são objeto deste trabalho se relaciona com a perspectiva de que existem convergências, divergências e contradições nas abordagens referentes ao fenômeno urbano e ao chamado fenômeno turístico.

³ Os polos indutores de turismo serão discutidos mais adiante.

A motivação principal que orientou esta pesquisa, além daquelas mais pessoais e subjetivas apresentadas no Prólogo, possui relação, dentre outros fatores⁴, com o trabalho de conclusão em Graduação em Turismo na Universidade Federal de Minas Gerais, intitulado “*Uma cidade entre o rio e a montanha: Investigação sobre a imagem da cidade de Cardeal Mota/Serra do Cipó – MG, a partir da percepção de seus visitantes*”⁵, que despertou o olhar desta autora para as relações entre a atividade turística, a expansão urbana e as áreas protegidas. Esta pesquisa inicial também demonstrou que os núcleos urbanos no contexto da Serra do Espinhaço – em razão de terem ficado muitos séculos estagnados economicamente e por se caracterizam como pequenas localidades sujeitas a intensos processos de transformação – se comportam como enclaves, o que convida os pesquisadores a tomá-los como laboratórios de estudo, por apresentarem uma realidade de relativo isolamento até fins dos anos 70, mas que, nos últimos 20 anos, passaram a sofrer processos cada vez mais intensos de transformação, com a imposição de um *modus vivendi* urbano, quiçá metropolitano e global.

Neste contexto, a proposta desta dissertação tem como ponto de partida as seguintes hipóteses:

- 1) *Existe forte relação entre o fenômeno urbano, especialmente a urbanização extensiva e a perimetropolização, e os processos de formação dos territórios turísticos ao longo da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.*

A hipótese parte do entendimento sobre o fenômeno urbano e a sociedade urbana (Lefebvre, 1999) e de alguns de seus desdobramentos: a urbanização extensiva (Monte-Mór, 1994) e a consequente perimetropolização de Belo Horizonte (Conti, 2009); e da relação destes conceitos com a atividade turística. Dentro desta lógica, os núcleos turísticos da Serra do Espinhaço se tornam uma extensão da metrópole de Belo Horizonte, assumindo a função de servirem como apoio, lazer e espaço de consumo para o fluxo turístico que tem sua origem, sobretudo, na capital mineira. Acredita-se ainda que a formação destes destinos turísticos esteja relacionada ao mercado de terras, associado ao parcelamento do solo e à lógica imobiliária da metrópole, em sua tentativa de gerar produtos que justifiquem a ocupação dos loteamentos nas zonas de expansão perimetropolitana.

⁴ A pesquisadora frequenta estes lugares há mais de 12 anos e faz parte do Grupo Integrado de Pesquisas do Espinhaço, vinculado ao Instituto de Geociências da UFMG e da Associação Montanhas do Espinhaço, como associada e conselheira. Além de já ter residido no distrito Serra do Cipó.

⁵ Ver MOSS.M.C.B. *Uma cidade entre o rio e a montanha: Investigação sobre a imagem da cidade de Cardeal Mota/Serra do Cipó – MG, a partir da percepção de seus visitantes*. Graduação em Turismo. Departamento de Geografia. Orientador: Bernardo Machado Gontijo. Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG, Brasil, 2010.

- 2) *Forças externas e forças internas que dialogam com as paisagens podem revelar permanências de longa duração, manifestas na eclosão de conflitos, resistências e reconfigurações territoriais.*

Formas de produção/ transformação do território que persistem e se revelam quando os núcleos urbanos, há tempos em estado de estagnação, passam a experimentar algum aquecimento econômico, no caso específico em razão do turismo, e, aderindo ou repulsando-o, buscam resgatar aspectos identitários de seu passado. Inicialmente, observamos alguns aspectos a serem investigados:

- a) Em Milho Verde, a produção/ transformação do território se expressa na forma como se materializa a expansão urbana, seguindo as bordas das estradas principais de acesso, ocupando-as segundo padrões edilícios que parecem resgatar/reproduzir a dinâmica inicial de entreposto comercial e clandestinidades. A curta permanência do turista possibilita uma analogia com o papel do distrito nos tempos coloniais, quando era local apenas de passagem, pouso e concentração de destacamentos/guardas no controle do Distrito Diamantino.
- b) Em Lavras Novas, a presença da Mesa Administrativa da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres na gestão das terras acabou por produzir uma comunidade mais coesa e organizada. As terras, consideradas “propriedade da Santa⁶ (N. S. dos Prazeres)”, são administradas pela referida Mesa, que consegue controlar, ainda que parcialmente, os processos de expansão urbana. Tal fato ocasiona, atualmente, uma comunidade mais ciosa e autônoma em relação à atuação de visitantes, que intervém efetivamente em processos de uso e ocupação do solo do distrito, mas mantém ainda certo isolamento “dos outros” - aqueles que vieram de fora, e isso tem resultado na produção de uma espécie de cidade paralela, apartada do chamado “centro histórico”.
- c) A região onde se localiza a Serra do Cipó, embora relativamente isolada no passado, foi, ainda no período colonial, área de passagem e pouso de viajantes, que precisavam fazer um desvio na rota (descaminho), em razão das dificuldades de transposição do rio Cipó e da serra. O local foi ocupado por antigas fazendas e

⁶ É um aspecto que precisa de uma investigação específica e mais profunda (inclusive em termos de pesquisa arquivística), o que foge aos objetivos desta investigação. Mas, em Lavras Novas, as terras são consideradas da igreja, o que tem rebatimentos na lógica espacial de parcelamento, ocupação e uso do solo.

casas de arrendatários, e, posteriormente, por posseiros e escravos libertos. Acredita-se ainda que, historicamente, a região se desenvolveu sem uma forte identidade local devido a processos de mudança em suas vinculações políticas e territoriais e tal fato se refletiu na rotatividade na propriedade, na baixa densidade e esparsa ocupação e no uso do solo atual.

3) A superação das contradições envolvendo o planejamento territorial do turismo e questões relacionadas à sustentabilidade local passa pelo debate sobre a relação entre turismo e o fenômeno urbano, e nas suas formas de expressão, dentre as quais o consumo das paisagens.

A hipótese relaciona os fenômenos da urbanização extensiva e da perimetropolização com a produção social do espaço e a exploração da paisagem (consumo da paisagem) em pequenas localidades, contrapondo-os a aspectos identitários locais decorrentes de sua formação, desde o período colonial. Questionam-se as relações existentes entre os espaços que vem sendo produzidos/transformados, o planejamento urbano e o planejamento turístico (ou sua ausência), e a forma como os mesmos tendem a servir ao mercado de terras. Considerando os distritos de interesse turístico, inseridos em áreas de proteção ambiental ao longo da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, nota-se sua vulnerabilidade frente a “políticas de planejamento” – senão locais, mas também aquelas de âmbito estadual e federal de maior ou menor impacto local – que não levam em conta especificidades locais e questões fundiárias. O chamado Planejamento Territorial Estratégico do Turismo, que planeja lugares como se fossem empresas desconsidera ações que, de fato, expressam a regionalização do turismo e seu caráter territorial, mantendo-se muito mais alinhado com as demandas do mercado e com a lógica do sistema econômico vigente. Na verdade, processos de exploração turística continuam ocorrendo à margem do planejamento urbano; e alheios às práticas, aos lugares e às pessoas. Tal lógica se revela nos destinos turísticos nos mesmos moldes das empresas competitivas, criando espaços para o consumo, como será discutido ao longo desta dissertação.

De forma geral, esta dissertação parte da premissa de que o turismo possui mais relações com os fenômenos urbanos do que com aquilo que costumam identificar como fenômeno socioeconômico e/ou indústria do turismo⁷. Este estudo possui caráter exploratório e não pretende, em nenhuma destas hipóteses, debater ou propor uma nova epistemologia para o

⁷ Esta diferenças conceituais serão melhor abordadas no capítulo 3, embora sem a pretensão de se aprofundar em uma discussão de caráter epistemológico.

turismo, mas sim introduzir uma discussão para que mais estudos se desenvolvam sobre tais relações. Além do que, nas realidades estudadas ao longo do Espinhaço, ignorar a possibilidade do turismo se manifestar como um desdobramento do fenômeno urbano pode majorar as dificuldades em planejar o território e a própria atividade, caso não seja bem compreendidas suas relações com o mercado imobiliário, por exemplo. E entender, não só os processos primitivos de sua formação, mas também questionar a própria continuidade de seu crescimento permitirá a identificação de questões emergentes na contemporaneidade e quem sabe, possíveis soluções.

A intenção deste estudo é a de problematizar e refletir a lógica do desenvolvimento do turismo nestes territórios, neles investigando o seu surgimento, e os processos a ele correlatos, tais como os de condominização, segundas residências, alugueis para temporada, dentre outros. Entretanto, é importante compreender como a exploração turística se instalou e se desenvolveu nestas pequenas localidades, sobretudo a partir da década de 70, quando este fenômeno se tornou mais evidente. Existem muitos estudos de qualidade que se dedicam a compreender o contexto atual destes núcleos urbanos e o fenômeno do turismo no contexto da Serra do Espinhaço, seu desenvolvimento e suas consequências para os territórios nos quais se desenvolve. A análise dos desdobramentos e impactos, positivos e negativos, que se instalaram nestas localidades a partir do desenvolvimento do turismo, já são aspectos bem conhecidos graças ao trabalho de outros pesquisadores. Ainda que se reconheça a extrema relevância deste tipo de estudo para aqueles que investigam e planejam o turismo, não é este o objetivo desta pesquisa. O que propomos, é, como expresso no Prólogo desta dissertação, **dar um passo atrás**, com a finalidade de explorar a condição urbana do turismo e contribuir com investigações correlatas.

A pesquisa aqui desenvolvida apresenta caráter exploratório, e, por esta razão este é um estudo que objetiva a familiarização com temáticas de disciplinas distintas, que entendemos ser essenciais ao debate: a Geografia, os Estudos Urbanos e o próprio campo do Turismo. Com isso, partiu-se de uma longa pesquisa de gabinete, envolvendo o levantamento e a revisão bibliográfica de literaturas destas áreas de estudo diversas, a legislação vigente, estudos técnicos e instrumentos de planejamento e ordenação territorial locais/regionais como Planos Diretores, Planos de Manejo de Unidades de Conservação, revisão de trabalhos acadêmicos anteriores e pesquisas de campo. Foram realizadas duas visitas em cada uma das três localidades investigadas, incluindo entrevistas em profundidade com informantes-chave e a utilização de técnicas de percepção da paisagem, como a análise visual por meio de observações *in loco*, fotografias, mapas e imagens de satélite. Importante frisar que não se trata de estudos de caso aprofundados sobre as realidades investigadas,

pois a compreensão de uma dada realidade de forma completa exige tempo e estudos mais detalhados.

As entrevistas foram realizadas com lideranças locais e representantes da sociedade civil e do poder público e com moradores, boa parte deles, idosos, pautados pelo entendimento da psicóloga social Ecléa Bosi (2012) que nos recorda que os velhos carregam em suas memórias as memórias das cidades. Suas histórias de vida são testemunhos vivos dos descendentes daqueles que viveram, e sobreviveram, aos tempos difíceis e pouco conhecidos do período situado entre a abolição da escravidão, no final do século XIX, o início das atividades econômicas, na década de 20 e o surgimento do turismo, próximo à década de 70 do século XX. Assim, foi possível compreender melhor a realidade destes lugares através das memórias dos moradores, na faixa dos 80 anos de idade, que testemunharam o tempo em que estes núcleos urbanos estavam esquecidos pela historiografia oficial. Parte destas entrevistas, realizadas durante a realização desta dissertação deram origem ao Projeto Mulheres Sempre Vivas⁸, coordenado pela presente pesquisadora, em conjunto com o fotógrafo documentarista Thiago Almeida, que percorreu todas as viagens de campo, realizando registros fotográficos, alguns utilizados nesta dissertação, e sendo um dos entrevistados durante a pesquisa, pois nunca havia visitado nenhum dos três distritos antes do trabalho de campo. Suas percepções – um olhar “estrangeiro” – foram importantes para auxiliar na compreensão destes lugares e na análise aqui realizada.

Algumas dificuldades, entretanto, interferiram na coleta de informações⁹ nas localidades, o que resultou em quantitativos desiguais, implicando um tratamento menos homogêneo que o previsto. No distrito de Lavras Novas, foram entrevistados¹⁰ 08 informantes-chave. No distrito Serra do Cipó foram entrevistadas apenas 05 pessoas. Infelizmente, durante as duas visitas de campo no distrito Serra do Cipó não foi possível obter acesso a um representante do poder público local, nem das áreas protegidas, pois na primeira visita estavam fora do distrito e na segunda, os funcionários da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente haviam

⁸ O Projeto Mulheres Sempre Vivas é uma pesquisa documental de histórias de vida, paisagens do cotidiano e memórias das mulheres da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. Recentemente foi publicado artigo decorrente desta dissertação e sobre o projeto, intitulado: “Paisagem e fotografia documental, uma reflexão sobre o patrimônio cultural da Serra do Espinhaço: Projeto Mulheres Sempre Vivas” (MOSS; ALMEIDA, 2014). O Projeto Mulheres Sempre Vivas pode ser acessado no endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/mulheressemprevivas?ref=hl>

⁹ Foram realizados dois trabalhos de campo. O primeiro com duração de 21 dias, em novembro de 2013. O segundo campo durou 45 dias, entre os meses de março e abril de 2014.

¹⁰ As entrevistas realizadas em campo tiveram mais caráter de conversa, embora tenham sido registradas em áudio e transcritas. A intenção era compreender relações sociais e percepções ambientais dos entrevistados, para compará-las com informações em documentos e trabalhos acadêmicos, e com as observações da pesquisadora.

sido transferidos há dois dias e nenhum funcionário do parque pode nos receber na data. Entretanto, a região é muito conhecida em função do trabalho desenvolvido pela pesquisadora em 2010, e se apoiou também em trabalhos realizados por outros pesquisadores, como Heloisa Gama de Oliveira (2002), Bernardo Gontijo (2008), Raoni Ferreira (2010) e Solano Braga (2011). Finalmente, em Milho Verde a situação foi mais complexa. Nas duas idas em campo, conversamos com 06 entrevistados. Entretanto, na segunda visita chegamos ao distrito uma semana depois do atentado contra a vida do presidente do Instituto Milho Verde, Luíz Fernando Ferreira Leite¹¹. No mesmo período, a casa do Secretário de Turismo e Meio Ambiente de Serro foi alvo de um incêndio criminoso. Estes fatos criaram um cenário em que moradores, representantes do poder público e da sociedade civil preferiram não dar entrevistas registradas, mas estabelecemos conversas informais com os mesmos. Neste sentido a análise do distrito foi complementada por informações disponibilizadas na tese de Altamiro Bessa (2011) e pela dissertação de Solano Braga (2011).

Este trabalho se estrutura da seguinte forma:

O **Capítulo 1** é dedicado à revisão teórica mais aprofundada sobre os principais conceitos que orientam esta pesquisa. As questões urbanas costumam ser superficialmente abordadas no estado da arte do turismo. Assim, por se tratar de um assunto quase ignorado nas teorias, tornou-se necessário desenvolver um estudo investigativo sobre o fenômeno urbano e seus desdobramentos, mais especificamente a Urbanização Extensiva e a Perimetropolização e a relação destas abordagens com o fenômeno do turismo, partindo das reflexões de Lefebvre (1999; 2006), Monte-Mor (1994), Conti (2009), Bessa (2011) e Lacerda (2014) e outros autores. Este capítulo apresenta uma discussão sobre a abordagem territorial das políticas de turismo, seus gargalos, e a relação entre turismo e estudos urbanos, finalizando com reflexões sobre as terras (des)conhecidas do turismo na Serra do Espinhaço.

O **Capítulo 2** busca contextualizar a região do estudo, partindo dos processos de ocupação da Capitania de Minas Gerais e a reestruturação do território a partir da criação de Belo Horizonte, abordando a Região Metropolitana e a Zona de Perimetropolização do território mineiro e a criação da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. O capítulo apresenta

¹¹ Sobre o atentado contra o presidente do Instituto Milho Verde, ocorrido em 27 de março de 2014, sabe-se que, desde 2006, ele vinha recebendo ameaças de morte, em razão de denúncias ambientais, por ele apresnetadas, contra desmatamento das áreas da nascente do Rio Jequitinhonha, próxima ao quilombo do Baú, área de interesse de grandes mineradoras e proprietários de terras. Fonte: Revista Ecológico, disponível em: <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=81&secao=1334&mat=1472>. Acesso em agosto 2014.

cada um dos três distritos analisados – Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde –, detendo-se sobre os processos históricos de formação urbana, a partir de estudos de Moraes (2006), Gontijo (2008), Conti (2009), Bessa (2009), Varajão (2013) e Lacerda (2014) e outros autores, além de sua contextualização ambiental até as fases de crescimento e exploração turística atuais, destacando, ao final, os pontos em comum destas realidades na atualidade.

O **Capítulo 3** busca compreender como as questões previamente estudadas, como os fenômenos da urbanização extensiva e da perimetropolização se apresentam nas paisagens dos lugares, e discute a relação da noção de patrimônio com o consumo e a mercantilização destes pequenos núcleos urbanos ao longo da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, e como estes processos causam o “enobrecimento do território”. Para tanto, o capítulo apresenta uma discussão inicial sobre os processos históricos de construção da noção de patrimônio em Minas Gerais e a criação do sentido de mineiridade e sua influência nas políticas públicas de turismo e nas transformações das paisagens da Serra do Espinhaço. Os principais autores considerados neste capítulo são Carvalho (1998), Leite (2005; 2008), Reis (2007), Chuva (2012). A segunda parte do capítulo se baseia na análise dos materiais coletados em campo, nas entrevistas com os informantes-chaves e no debate com as informações apresentadas anteriormente. O capítulo se dedica a compreender como estes processos dialogam e se expressam nas paisagens locais, considerando questões fundiárias, resistências e os processos contemporâneos de expansão urbana nestas localidades.

A parte final da dissertação, denominada **Reflexões Exploratórias**, apresenta caráter mais reflexivo e parte das análises apresentadas no capítulo anterior para exemplificar as questões que foram indicadas e pontuadas nos demais capítulos, trazendo à tona nossas percepções sobre a relação da atividade turística com os desdobramentos do fenômeno urbano. O capítulo apresenta características comuns percebidas sobre a realidade dos três núcleos urbanos, identificando contradições e resistências observadas nos mesmos. Estas realidades serão refletidas à luz dos debates anteriores, tentando compreender como o turismo e os fenômenos da urbanização extensiva e da perimetropolização possuem origem na core metropolitano da cidade de Belo Horizonte, e em seus processos de expansão do tecido urbano e emissão dos fluxos turísticos pelos territórios do entorno. A partir de nossas reflexões sobre os resultados desta miscelânea traçamos algumas **considerações iniciais**, que entendem o turismo enquanto um fenômeno que possui relação direta com a sociedade urbana - indicando que é necessário aprofundar a compreensão do turismo a partir do

fenômeno urbano e seus desdobramentos no espaço, o que temos interesse em fazer num futuro próximo.

Enfim, a importância da análise exploratória apresentada nesta dissertação reside na possibilidade de problematizar o turismo instigando futuras pesquisas relacionadas ao tema, e contribuir para os debates e as críticas sobre o planejamento estratégico de enfoque territorial e a forma como estes tem influenciado as políticas públicas do setor, mercantilizado lugares. Mais ainda, este trabalho busca trazer ao campo dos estudos do turismo uma parte importante da realidade que tem sido negligenciada – os estudos urbanos, em particular aqueles relacionados a pequenas localidades e sua relação com comunidades mais fragilizadas. As transformações socioespaciais presentes nos núcleos urbanos da Serra do Espinhaço tem causando impactos significativos ao ambiente natural, protegido por unidades de conservação, à própria atividade turística nestes destinos e à vida de milhares de pessoas que estão inseridas neste contexto, conforme veremos nos próximos capítulos. Ainda que a pesquisa tenha se baseado em cuidadosos procedimentos metodológicos, o estudo destas três realidades, de forma concomitante e não muito aprofundada (em função de tempos e recursos) nos possibilitaram análises a partir de indícios coletados em campo, por isso, compreendemos que as relações e análises daqui decorrentes necessitam ser aprofundadas e ampliadas.

Julgamos também que se fará necessário uma avaliação mais profunda e detalhada do patrimônio cultural e natural existente no âmbito da RBSE, que não foi o objeto direto desta pesquisa, como “um passo adiante”, pela importância de se investigar as permanências e remanescentes da rede urbana colonial mineira. Este aprofundamento auxiliará na identificação sobre seus vestígios nos dias atuais, questionando medidas de salvaguarda utilizadas para a proteção do patrimônio – material e imaterial – dos bens existentes nestes lugares, com destaque para o patrimônio natural, alvo de destruições históricas. Atualmente, tal patrimônio encontra-se novamente ameaçados por processos descontrolados de expansão urbana e exploração econômica predatória, como tem sido o caso dos conflitos causados por empreendimentos minerários, pela silvicultura e também por loteamentos. Além disso, o trabalho busca refletir o entendimento do fenômeno turístico a partir do fenômeno urbano e instigar análises mais específicas sobre a condição urbana do turismo que, futuramente, poderão complementar, ou mesmo refutar, as que já existem no campos dos estudos turísticos. A intenção é abrir portas e criar pontes para que outros pesquisadores também se aprofundem nestas ideias embrionárias. Espera-se também que o trabalho possa auxiliar na compreensão do papel dos antigos caminhos coloniais na abertura das atuais rodovias, reinserindo, de forma sustentável, estas localidades na

economia mineira, seja por meio do controle mais efetivo sobre o mercado das terras, seja pela exploração turística mais responsável - ampliando a compreensão sobre os territórios da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço e de outras terras que têm sido reconvertidas em destinos turísticos.

Capítulo 1 – Turismo e fenômeno urbano: uma questão territorial

“O campo? Não é mais – não é nada mais – que a “circunvizinhança” da cidade, seu horizonte, seu limite.”

Henri Lefebvre (1999, p. 24)

O que está por trás das transformações sócio-espaciais e ambientais que ocorrem em pequenos núcleos urbanos ao longo da Serra do Espinhaço, e que acarretam mudanças tão repentinas nas paisagens, nos modos de vida e na imagem destes lugares? Lugares transformados, num curto período de tempo, em destinos turísticos valorizados, alvo de grandes projetos e programas¹ relacionados ao turismo. Altamiro Bessa (2011, p.77), ao abordar os territórios do turismo em sua tese², aponta que “os destinos turísticos, abrindo-se ao uso de consumidores privilegiados, turistas e/ou empresas, transforma-se em um espaço mercadoria”.

Nos últimos 30 anos, os três distritos de interesse turístico aqui analisados (Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde) têm passado por intensos processos de reinserção econômica, que se aceleraram nos últimos 10 anos de forma vertiginosa, conforme veremos mais adiante. Acreditamos que uma das causas de tais processos de transformação, com base nas análises constantes da tese de Altamiro Bessa, é que territórios turísticos dessa natureza³, são transformados em “um produto turístico colocado à venda pelos projetos turísticos” (2011, p.77). Assim, entende-se que núcleos urbanos – transformados em *idades mercadorias* – necessitam de atenção, especialmente considerando a percepção de que os planejadores do turismo não têm sido capazes de dialogar com o território, nem tampouco, de frear processos predatórios. Esta ineficiência tem, inclusive, colocado em risco a própria atividade turística nesses lugares, seu ambiente natural e o patrimônio histórico-cultural a eles

¹ Dentre os grandes projetos de turismo que dialogam com estes contextos podemos citar o Projeto Estrada Real, criado em 1994 pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais-FIEMG por via do Instituto Estrada Real, organização sem fins lucrativos ligada à FIEMG. Em 1999, o Estado de Minas Gerais, por meio da Lei Estadual 13173/1999 transformou a iniciativa em programa de governo conhecido por “Programa Estrada Real”. Além deste, e também relacionado a ele, o governo de Minas criou o Programa Circuito Turísticos, complementar ao primeiro, que abordaremos mais à frente no capítulo 3. Ver BESSA (2011, p.85). O Programa de Regionalização do Turismo também terá atenção desta dissertação.

² BESSA, A.S.M. *A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real*. Tese. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Paisagem e Meio Ambiente. Orientadora: Profa. Dra. Maria Ângela Faggin Pereira Leite. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2011.

³ O autor analisa as realidades dos distritos de Milho Verde (município de Serro) e de São Gonçalo do Rio das Pedras (distrito de Diamantina) em Minas Gerais.

associados. Nesse sentido, nosso ponto de partida se inicia numa reflexão sobre a abordagem territorial e sua relação com as políticas de turismo.

1.1 - A abordagem territorial e as políticas de turismo

As viagens motivadas por lazer não são recentes na história de Minas Gerais, embora seu início, oficialmente, se relacione com as cidades de águas minerais e com a intensa procura destas regiões para fins terapêuticos, ainda no século XIX. As chamadas estâncias hidrominerais abrigavam também grandes cassinos, com fluxo intenso de pessoas. O declínio do interesse por estes lugares, de certa forma, esteve associado à época em que os jogos de azar foram proibidos no país, a partir de 1946 (Bolson et al, 2004). Em Minas Gerais, a crise nas estâncias hidrominerais somou-se a outros fatores, como a divulgação e a valorização do patrimônio histórico mineiro, que ganhou evidência, sobretudo, a partir da década de 20, despertando o interesse dos viajantes para as cidades históricas, principalmente depois da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁴, em 1937. O tombamento das cidades de Ouro Preto, Serro e Diamantina, em 1938, ocasionou investimentos em restauração e preservação das cidades coloniais mineiras (BOLSON et al, 2004) e as primeiras políticas públicas de turismo começaram a ser criadas associadas à (re)descoberta deste patrimônio histórico-cultural.

Um dos mais importantes acontecimentos que acarretou significativa transformação no entendimento e desenvolvimento do turismo no Estado de Minas Gerais teve por marco o ano de 1980, quando o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A iniciativa esteve relacionada à agenda internacional de cultura, que tem a UNESCO como organização protagonista do campo cultural no âmbito da Organização das Nações Unidas - ONU (BOLSON et al, 2004). Vale destacar que a UNESCO exerce grande influência nas questões relacionadas à diversidade cultural e ao patrimônio, material e imaterial, expressas por meio de suas recomendações, convenções e cartas patrimoniais⁵,

⁴ A noção de patrimônio é uma construção histórica, e no Brasil, o debate sobre o patrimônio brasileiro teve origem antes mesmo da criação do SPHAN (Serviço Proteção Artístico Nacional), em 1937, especialmente a partir de iniciativas de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mario de Andrade. (IPHAN, 2014) Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3304>. Inicialmente o IPHAN esteve vinculado ao Ministério de Educação e Saúde e hoje está vinculado ao Ministério da Cultura.

⁵ A questão das cartas patrimoniais será abordada adiante, e possui estreita relação com a questão da paisagem cultural associada aos programas de conservação como a RBSE, no âmbito da UNESCO. As cartas patrimoniais fornecem elementos valiosos para a delimitação conceitual do patrimônio, para a caracterização de seus segmentos e para a definição de políticas, princípios e instrumentos de

reconhecidas por todos seus estados membros. O Patrimônio Cultural da Humanidade é uma chancela baseada na Convenção do Patrimônio Mundial Cultural, de 1972, e atesta que o bem que recebe este título tem valor excepcional e universal para a cultura da humanidade, e que, portanto, deve ser preservado. Por ser uma convenção internacional, da qual o Brasil é um dos signatários, implica que o país passa a adotar em sua legislação os princípios definidos na Convenção. No ano de 1999, o Centro Histórico de Diamantina também foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade. Este processo consolidou as cidades históricas, localizadas praticamente nas extremidades do eixo norte-sul da Serra do Espinhaço, como grandes destinos turísticos de Minas Gerais, o que, pouco a pouco, gerou interesse em relação a alguns de seus distritos de origem colonial, bem como em relação as suas paisagens naturais.

Ainda em 1994, o interesse pelo patrimônio histórico-cultural de Minas Gerais, estimulou o resgate de partes das antigas estradas coloniais, contribuindo para a recuperação e conservação do que restara de suas antigas vias “*conhecidas como estradas reais*”. Neste contexto, a Federação das Indústrias de Minas Gerais, a FIEMG⁶, identificou, neste acervo cultural, “*uma oportunidade para incrementar o turismo no Estado de Minas Gerais, particularmente nas localidades, urbanas e rurais*” situadas nos antigos trechos dos caminhos coloniais (BESSA, 2011, p.84). A iniciativa empresarial acabou por se tornar o Programa Estrada Real que hoje, é um dos 30 programas estruturados de Minas Gerais. Por se pautar nos antigos caminhos, o Projeto Estrada Real abrange quase todo o território da Serra do Espinhaço, e as “*localidades mineiras cujo patrimônio estivesse de acordo com a imagem turística de Minas Gerais*”, pautada em aspectos culturais e na riqueza de sua paisagem natural (BESSA, 2011, p. 89). Entretanto, segundo análise do próprio BESSA:

“... o Projeto Estrada Real tornou-se uma empresa, que sem promover qualquer melhoria das condições dos lugares, mesmo dos atrativos turísticos, toma como recurso turístico tudo o que possa gerar renda e ser consumido: cachoeira, igrejas, casario, festas, tradições, doces, produção artesanal. Como qualquer empresa, cuida o projeto Estrada Real, depois de selecionados os seus produtos, de transformá-los em mercadorias”. (BESSA, 2011, p. 91)

preservação e permitem acompanhar a lenta trajetória da preservação do patrimônio (Ministério da Cultura, 2013).

⁶ Nesta época, as políticas de turismo estavam articuladas ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, segundo a Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, o que indica o viés mercadológico do planejamento turístico nesta época, ficando assim até 1999. Entre 1999 a 2002, integrou o Ministério de Esportes e Turismo, e, em 2003, foi criado o Ministério do Turismo. (BRASIL, 2014) Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/>

A Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais⁷ (SETUR) foi criada em 28 de outubro de 1999 pela Lei nº 13.341, – com a finalidade de planejar, coordenar, fomentar e fiscalizar o turismo, e desenvolveu suas políticas públicas pautada pelas diretrizes de regionalização e descentralização, incentivando programas e projetos de roteirização, segundo uma abordagem territorial. Institucionalizados em 2003, os Circuitos Turísticos são uma forma de regionalização, e se constituem pela reunião de municípios de uma mesma área que possuem afinidades culturais, sociais e econômicas e que, juntos, buscam organizar e desenvolver a atividade turística regional, de acordo com o Decreto Estadual nº 43.321⁸. Em Minas Gerais existem 43 Circuitos Turísticos reconhecidos, embora poucos ainda certificados⁹. No âmbito desta pesquisa, e considerando a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, são três os Circuitos Turísticos que dialogam com os contextos estudados: o Circuito do Ouro, na região de Ouro Preto; o Circuito Serra do Cipó, na região de mesmo nome; e o Circuito dos Diamantes, região de Diamantina.

A criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003, envolveu uma mudança na estratégia do planejamento turístico, que manteve a abordagem territorial, mas adquiriu maior autonomia, considerando que a política de turismo era antes compartilhada com outros setores¹⁰. A partir do MTur, foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Turismo (PNT 2003 -2007), que estabelecia metas para o desenvolvimento do turismo no Brasil, e deu origem também ao Programa de Regionalização do Turismo¹¹, originando a Rede Nacional de Regionalização, com foco na estruturação dos chamados destinos turísticos, e assumindo o discurso do Planejamento Estratégico¹² com enfoque territorial, conforme expresso em documento do próprio Ministério do Turismo:

⁷ Recentemente, em 2014, a Secretaria de Turismo de Minas Gerais foi incorporada à Secretaria de Esportes, tornando-se Secretaria de Estado de Turismo e Esportes de Minas Gerais.

⁸ O Decreto Estadual nº 43.321 dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos e dá outras providências.

⁹ Certificado de Reconhecimento dos Circuitos Turísticos a que se refere o Decreto Estadual nº 43.321/2003 consiste em um certificado fornecido pela Secretaria de Estado do Turismo para que os Circuitos possam participar das políticas de turismo do governo do Estado.

¹⁰ Conforme mencionado, as políticas federais de turismo eram de responsabilidade entre 1992 e 1999, do Ministério Indústria, Comércio e Turismo e, entre 1999 a 2002, do Ministério de Esportes e Turismo.

¹¹ O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em abril de 2004, constitui-se em uma política pública, em âmbito territorial, a partir do Plano Nacional do Turismo 2003-2007. A premissa do Programa, considerado estratégico para a consecução da Política Nacional de Turismo, centrou-se no propósito de que sua execução, de forma descentralizada e regionalizada e com foco no planejamento coordenado e participativo, repercutisse, positivamente, nos resultados sócio econômicos do território. (MTUR, 2013:18)

¹² O termo Planejamento Estratégico surge na década de 70, como uma nova maneira de se administrar empresas, em três áreas chaves: gestão de negócios, competitividade e estratégia, utilizando planos de ação a fim de atingir resultados no longo prazo (Bessa, 2011; Kotler, 2000).

A trajetória da Política Nacional de Turismo com enfoque territorial teve início com a institucionalização do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, em 1994. Sob a coordenação do então Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, o Programa foi concebido para dinamizar o desenvolvimento da atividade turística em âmbito municipal. O histórico e as avaliações das políticas nacionais para o turismo evidenciam que o PNMT foi além de um programa de governo, transformou-se em um movimento nacional capaz de mobilizar agentes e produzir resultados, que possibilitaram avançar para a abrangência territorial como estratégico para o fomento das atividades do turismo no País. (MTUR, 2013: 17)

Dentre as estratégias desta abordagem territorial, ampliada com a criação do Programa de Regionalização do Turismo, foram identificados e criados 65 destinos indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, uma das prioridades do atual Plano Nacional de Turismo (2013-2016). Outra questão relevante relacionada às políticas de planejamento regional do turismo, com foco territorial, se refere à lógica que orienta a formação dos territórios turísticos, que têm sido geridos e planejados nos moldes de uma grande empresa, a partir de princípios do planejamento estratégico. Segundo esta lógica, um dos principais critérios adotados para a definição dos “territórios turísticos” é a sua competitividade¹³: Assim, destinos são escolhidos de acordo com o potencial de competitividade dos territórios¹⁴.

“No período de 2007 a 2011, o Ministério do Turismo, em parceria com o Sebrae e a Fundação Getúlio Vargas, desenvolveu metodologia e pesquisa para identificação de destinos e regiões turísticas que tivessem papel de fomentadores do turismo, com base em critérios de competitividade.” (MTUR, 2013:19)

No momento, já existem 65 destinos indutores reconhecidos pelo governo federal, e a iniciativa caminha no sentido de expansão do programa para novos territórios. As cidades mineiras de Diamantina, Belo Horizonte, Tiradentes e Ouro Preto são apontadas como os grandes destinos indutores de Minas Gerais, responsáveis pelo desenvolvimento turístico regional (FIGURA 1):

¹³ Segundo o Ministério do Turismo, competitividade é a capacidade crescente de gerar negócios nas atividades econômicas relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva (MTUR, 2008, p. 11).

¹⁴ O Índice de Competitividade do Turismo Nacional é medido anualmente, e tem por objetivo o acompanhamento do desempenho dos destinos turísticos e de sua produtividade para o setor, e demonstra claramente o entendimento de Planejamento Estratégico aplicado ao turismo (MTUR, 2013).

MACRORREGIÃO SUDESTE		
Nº	UF	Destino Indutor
45	ES	Vitória
46	MG	Belo Horizonte
47		Diamantina
48		Ouro Preto
49		Tiradentes
50	RJ	Angra dos Reis
51		Armação dos Búzios
52		Parati
53		Petrópolis
54	SP	Rio de Janeiro
55		São Paulo
56		Ilhabela

FIGURA 1 – Destinos Indutores de Minas Gerais

Fonte: Plano Nacional de Turismo (2013 -2016) Ministério do Turismo, 2013, p. 23

A atual política dos Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico Regional se relaciona em larga medida com nossa hipótese de que o fenômeno do turismo, ao longo da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, tem relação com questões relacionadas ao fenômeno urbano¹⁵. Os três principais destinos indutores reconhecidos no Plano Nacional de Turismo são justamente as principais cidades históricas de origem colonial, consideradas Patrimônio Cultural da Humanidade, a eles se somando a capital do Estado, Belo Horizonte, considerado o principal centro emissor de turistas em Minas Gerais (SETUR, 2003). As cidades históricas de Diamantina e Ouro Preto estão sob sua influência, mas também são polos regionais emissores de turistas, e áreas urbanas em processo de expansão. Tiradentes, mais distante da capital mineira, encontra-se na região de influência de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas, especificamente em relação à região mais central de Minas, pode-se falar, *a priori*, de uma rede turística em processo de expansão, que tem por origem a metrópole de Belo Horizonte, e que se expande para cidades médias (Ouro Preto, Serro e Diamantina) e também para núcleos urbanos menores (Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde), incrementando a oferta e a demanda e gerando fluxos turísticos.

¹⁵ Assunto abordado no tópico seguinte.

1.1.1 - Os “gargalos” na abordagem territorial das políticas de turismo

A abordagem de enfoque territorial¹⁶ ganhou maior expressividade, no âmbito das políticas públicas, no momento em que o Estado brasileiro começou a redefinir suas diretrizes de atuação no território nacional, tendo por base, dentre outros aspectos, a descentralização das políticas públicas. Segundo SILVA (2012) esse fato ganhou maiores proporções no final dos anos 90, e principalmente, a partir de 2003, quando o governo passou a considerar novas escalas para o planejamento e passou a intensificar a abordagem territorial. Esta abordagem, segundo o autor, considera o território como o “*espaço de mediação social e de incidência das políticas públicas, e portanto, locus privilegiados do planejamento estatal*”. (SILVA, 2012, p.149).

Tal definição aplicada ao território turístico, contudo, não parece, na prática, refletir e problematizar realidades, mas sim utilizá-las para fins comerciais. Os territórios nos quais o turismo se desenvolve no Espinhaço, por exemplo, refletem bem esta situação, como afirma BESSA (2011, p. 28), ao se referir às localidades no Caminho dos Diamantes: “*há muito abandonados pelo Estado esses territórios da Estrada Real agora são entregues ao comando de empresas*”, no caso em questão, a FIEMG. Desenvolvendo um trabalho vasto e crítico sobre os processos de construção dos territórios turísticos, BESSA (2011) nos apresenta informações preciosas para o entendimento de que existem falhas e contradições da política de turismo atual. Um primeiro gargalo que identificamos nas políticas atuais de planejamento do turismo com enfoque territorial, refere-se à lógica do planejamento estratégico, em seu viés transformador de territórios em mercadoria. (BESSA, 2011) Nesse sentido, a presença de elementos capazes de agregar valor aos territórios, como acervos patrimoniais e paisagens de grande beleza cênica, passa a ser apropriada por determinados grupos – que acabam por influenciar as políticas públicas – de modo a criar produtos, ou destinos turísticos, de alto valor agregado¹⁷.

O segundo gargalo está relacionado à dificuldade das políticas públicas reconhecerem o valor das paisagens (LACERDA, 2014, p. 22) – “*apesar do conceito estar diretamente relacionado à noção de desenvolvimento regional*” – e, portanto, o enfoque territorial das políticas públicas de turismo parece incapaz de dialogar (com

¹⁶ Segundo SILVA (2012) as bases das políticas públicas com abordagem territorial são: definir um recorte espacial para sua atuação, priorizar áreas de concentração de pobreza, atuar de forma descentralizada e priorizar instâncias coletivas de deliberação e participação social. Esta abordagem se intensificou a partir de 2003.

¹⁷ No capítulo 3 voltaremos a abordar a questão dos produtos, ou destinos turísticos, de alto valor agregado e sua relação com o patrimônio e com as paisagens.

maior profundidade e consciência) com conceitos geográficos tais como território e paisagem, essenciais para a problematização dos territórios turísticos:

“Percebe-se que a abordagem do Mtur revela um discurso orientado para o mercado. Apesar de utilizar o termo “abordagem territorial” como referência para o desenvolvimento (op. cit., p.23), o Mtur acaba por acirrar a clássica oposição entre patrimônio e capital ao considerar as expressões culturais e naturais como insumos para o produto turístico sem se preocupar em problematiza-las”. (LACERDA, 2014, p.23)

Nas críticas de Lacerda (2014, p.23), estratégias como o Programa de Regionalização do Turismo se mostram ineficientes para “*integrar as atividades econômicas aos componentes ambientais*”. Assim, ao adotar uma abordagem territorial vazia, pautada apenas na “*noção de escala espacial*” não privilegia a paisagem, tampouco o território, porque estes são reduzidos a “*embalagem do produto turístico, um cenário para seduzir consumidores*” (LACERDA, 2014, p.23). Neste sentido, a paisagem, enquanto recurso essencial para o turismo – entendendo que o turismo usufrui das paisagens –, revela-se como uma das chaves de investigação e compreensão de questões territoriais mais amplas. Dentre estas questões destacamos os conflitos relacionados à expansão das áreas urbanas dos núcleos turísticos no contexto da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.

Sob esta perspectiva, e pautada na discussão das contribuições de Bessa (2011) e Lacerda (2014), evidencia-se que as políticas públicas do turismo não têm sido capazes de apreender a realidade dos lugares transformados em destinos turísticos a tempo de evitar ou, ao menos, controlar e mitigar os conflitos e transformações descaracterizadoras de seu território. Entra, então, em cena, a questão da expansão das áreas urbanas e a sua relação com a mercantilização de territórios e com as paisagens turísticas. A partir do acompanhamento de estudos desenvolvidos sobre a região da Serra do Espinhaço, sobretudo em relação as pequenas localidades, temos observado de perto as intensas e predatórias transformações dos espaços urbanos, que se adensam e se expandem de forma acelerada. Ao ponto em que - processos de diagnóstico, análise e elaboração de políticas públicas, quando efetivamente há - fiquem a reboque. Assim, mostrou-se necessário, e urgente, investigar as relações dos processos de urbanização com a atividade turística, em busca de indícios que nos auxiliem na compreensão sobre: de que forma o território é colocado à venda, comercializado e consumido.

1.2 - Desdobramentos do fenômeno urbano

As questões urbanas costumam ser negligenciadas no estado da arte do turismo. Assim, tornou-se necessário desenvolver um estudo investigativo sobre o fenômeno urbano (Lefebvre, 1999; 2006) e seus desdobramentos, mais especificamente, os fenômenos correlatos à urbanização extensiva (Monte-Mor, 1994, 2005, 2006), à perimetropolização (Conti, 2009) e a possível relação desses conceitos com o turismo em sua abordagem territorial (Bessa, 2011 e Lacerda, 2014). Entende-se, a partir da leitura de Henri Lefebvre (1999; 2006) que o fenômeno urbano, na contemporaneidade, revela-se como uma nova forma de organização sócio espacial com várias facetas permeadas por processos de implosão-explosão e a expansão do tecido urbano das metrópoles para suas regiões adjacentes, ou mesmo para além de seus limites geográficos. A explosão do tecido urbano¹⁸ da metrópole (modos de vida e de produção) por meio da urbanização extensiva e da perimetropolização tem relação estreita com estes processos.

Conforme apontado no livro *A Revolução Urbana*, vivemos em uma sociedade urbana, que, segundo o filósofo Henri Lefebvre (1999), seria aquela que nasce na pós-industrialização. Para este autor, uma nova realidade social originada na sociedade industrial a sucedeu, embora não a tenha superado, e sim, dado continuidade a ela. Transformações relacionadas ao mundo das mercadorias e aos processos de espraiamento das cidades, que passaram a se expandir de forma mais intensa pelos territórios adjacentes. Daí a necessidade de refletir sobre a sociedade atual, e para tanto, faz-se necessário a compreensão de um processo “*mais complexo, profundo e dialético: a urbanização de toda a sociedade*” (LEFEBVRE, 1999, p. 15). A sociedade urbana seria resultado deste processo de urbanização, e acreditamos que o turismo, fenômeno que surge no seio da sociedade industrial,¹⁹ acompanhe este processo de transição e também possa estar relacionado a estas questões de ordem urbano-industriais.

As transformações sócio-espaciais e ambientais que vem ocorrendo em todo o território nacional, são, segundo MONTE-Mor (2006), resultantes de processos extensivos de urbanização, implicando claros desdobramentos no campo do

¹⁸Lefebvre (1999, p.17) refere-se ao “chamado Tecido Urbano (denso, espesso) que irradia das metrópoles (core) se prolifera e corroí a vida agrária”.

¹⁹ O Turismo surge no contexto da Revolução Industrial, no seio daquela sociedade. Definido por CORIOLANO (2006) como uma atividade produtiva moderna: “é o lazer de viagem, elitizado, transformado em mercadoria, invenção da sociedade de consumo”.

planejamento urbano-regional e ambiental. Tais transformações, inclusive, também são evidentes, ainda que em escala diferenciada, em núcleos urbanos de pequeno porte²⁰, em especial naqueles de interesse turístico e inseridos em contextos regionais de áreas protegidas, como os objetos desta dissertação. A sociedade atual encontra-se na transição entre fenômenos ligados à industrialização e aos fenômenos urbanos (Lefebvre, 1999). Mais que um fato, esta sociedade é uma tendência, uma orientação do que se tem chamado sociedade urbano-industrial:

“O fenômeno urbano não permite mais que se pense a partir da lógica cidade/campo. O processo atual é outro, mais rico, amplo, profundo e dialético e envolve a urbanização de toda a sociedade. E a urbanização, encontra sentido e finalidade na industrialização. Portanto, a problemática urbana não é subproduto da industrialização, mas algo que caminha junto à ela”. (Lefebvre, 1999, p.15)

Os processos industriais são importantes na explicação da realidade social atual, uma vez que, a sociedade urbana nasce da industrialização, e a sucede (Lefebvre, 1999). Ainda, entende-se que “o urbano”, ou a realidade urbana, não é uma realidade acabada: ela está em movimento, e em constante formação. Sobre a dinâmica da urbanização contemporânea, Roberto Luís Monte-Mór (2005), vem desenvolvendo investigações baseadas na teoria do fenômeno urbano de Lefebvre, nas quais analisa a produção destes novos espaços sociais, a partir do tecido urbano extensivo:

“Desde então a metrópole vem se derramando não apenas sobre as regiões circunvizinhas mas também sobre as periferias distantes. [...] Em 2000, o Brasil atingiu 80% de urbanização. O tecido urbano se expandiu, gerando e integrando centralidades e periferias urbanas diversas, enquanto estende as relações de produção (capitalistas) urbano industriais por todo o espaço nacional. A urbanização extensiva: o tecido urbano avança sobre o antigo espaço rural, redefinindo-o e integrando-o ao sistema urbano-industrial. A sociedade é virtualmente urbana no Brasil”. (MONTE-MÓR, 2005, p.83)

Ao se referir ao tecido urbano das metrópoles, Henri Lefebvre (1999) frisa que o mesmo não se refere somente aos elementos materiais da vida urbana, mas sim, ao

²⁰ Segundo o IBGE (2002), distritos são recortes territoriais legais, unidades administrativas municipais criadas por Lei municipal; podem também ser criados pela mesma lei estadual que criou o município. Todo município possui, no mínimo, um distrito que é denominado distrito sede. Outros distritos, identificados como segundo distrito, terceiro distrito, etc., podem também existir; estes recebem o nome da vila que lhes serve de sede. Nesta dissertação, como apresentado mais adiante, são analisados três distritos com população em torno de 4.000 habitantes, que vivem da agricultura, pecuária, garimpo, etc., cuja população local, eventualmente, presta serviços na exploração turística local, formais ou informais, ou que possui um micro/pequeno negócio associado à atividade.

“conjunto de manifestações do domínio das cidades sobre o campo” (1999, p.17) que podem se expressar de formas diversas, seja pelas rodovias, lógicas de segunda residência ou mesmo pela presença de serviços e equipamentos comuns aos ambientes das cidades, como um centro comercial no campo, por exemplo. Acreditamos que o processo de (trans)formação urbana atual tem relação com esta abordagem da expansão do tecido urbano proveniente dos grandes centros metropolitanos. Sobre esta dinâmica, Roberto Luís Monte-Mór (2005) analisa os o fenômeno urbano, a partir de tecidos urbanos em expansão, que avançam sobre o espaço rural integrando-o ao sistema urbano-industrial, configurando o que o autor denominou **urbanização extensiva** (MONTE-MOR, 2005).

“A urbanização extensiva - esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais – representa, assim, a forma sócioespacial dominante que marca a sociedade capitalista contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista [core] até - e cada vez mais – às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros.” (MONTE-MÓR, 2005, p.92)

A urbanização extensiva proposta por Monte-Mór (2006) possui relação com aquilo que Lefebvre identificou como implosão-explosão, um duplo processo, segundo o qual, ao mesmo tempo em que a cidade implode sobre si mesma, sobre suas centralidades, cada vez mais adensadas, ela explode para suas bordas. A explosão, por sua vez, se relaciona não com seu centro, mas sim com seus espaços circunvizinhos e mais além: *“o tecido urbano sintetiza, assim, o processo de expansão do fenômeno urbano que resulta da cidade sobre o campo e, virtualmente, sobre o espaço regional e nacional como um todo”* (MONTE-MÓR, 2006, p. 9).

Conforme veremos no capítulo seguinte, a urbanização brasileira se intensificou na segunda metade do século XX, atingindo seu auge durante a década de 70, quando a urbanização se estendeu (virtualmente) sobre todo território nacional, emanada dos centros metropolitanos, incluindo Belo Horizonte, e caminhando ao longo dos eixos viários até atingir várias partes do país, incluindo *“ilhas de ruralidade”* no interior mineiro (MONTE-MÓR, 2006, p.12). Neste sentido, para complementar este entendimento associado à urbanização extensiva, julgamos necessário discutir tal expansão a partir da cidade de Belo Horizonte, a metrópole que impulsiona estes processos ao longo da Serra do Espinhaço, o que não poderia ter sido realizado sem a

compreensão da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e do fenômeno de perimetropolização, apontando por Alfio Conti (2009).

Belo Horizonte cresceu de forma extremamente acelerada para uma cidade criada no final do século XIX²¹. O antigo Arraial do Curral del-Rei, sobre o qual foi edificada a nova capital mineira, já aglutinava fluxos populacionais vindos das áreas estagnadas da mineração, devido às suas terras férteis. Com a construção da nova capital, foi bastante expressiva a migração de pessoas vindas do interior em busca de oportunidades relacionadas a este centro urbano, que se tornava cada dia mais industrializado (CONTI, 2009). Além da burocracia estadual que havia se transferido para a nova capital e de trabalhadores, Belo Horizonte também abrigou uma nova classe de renda média associada aos processos de industrialização nascentes em solo mineiro, sobretudo a partir da década de 20 (HORTA, 1994).

Segundo Conti (2009), por volta de década de 60, mais da metade da população (60%) que morava na capital não era nela nascida, e destes, quase 70% vinham do interior do estado. O adensamento populacional ampliou as áreas periféricas, implodiu-explodiu seu tecido urbano. Na década de 80, a rede urbana de Minas já contava com elevado grau de urbanização, atingindo percentual de 80%. O centro norte de Minas, área inserida no contexto da Serra do Espinhaço, neste mesmo período possuía um grau de urbanização na faixa dos 30%, sendo que sua população dita urbana se encontrava dispersa em pequenas cidades e vilarejos (MONTE-MOR, 1994, p.174).

A Região Metropolitana de Belo Horizonte foi resultado do processo no qual Belo Horizonte já experimentava expressiva expansão de sua influência sobre áreas periféricas ao município, especialmente a partir dos anos 70, quando foi criada²². Os processos de industrialização que avançaram na capital mineira, à época, ocasionaram um processo de urbanização que resultou na expansão física de Belo Horizonte para grandes porções adjacentes ao seu território. A Zona Perimetropolitana (ZP), segundo CONTI (2009), começou a ser identificada por planejadores neste momento, e pode ser descrita como uma área externa à RMBH, mas que a envolve e recebe sua influência, se estendendo por um raio de 200 km de distância da capital, abarcando municípios além de seus limites geográficos metropolitanos:

²¹ O processo de criação de Belo Horizonte é abordado no Capítulo 2.

²² Vide IPEA (2012).

“Sua denominação (**Zona Perimetropolitana**) não deve induzir entendimentos errados porque não se trata de uma zona homogênea. O único caráter que unifica os espaços presentes nela é a polarização que é exercitada por parte da RMBH, que varia, além de ser filtrada e articulada pelos vários centros urbanos existentes, os quais, por sua vez, polarizam e articulam os centros menores e as regiões predominantemente rurais que se limitam com a RMBH. (CONTI, 2009, p. 427, grifo nosso)

Assim, conforme ressaltado pelo autor, a abrangência e as características da ZP são muito variáveis, e dialogam com especificidades de cada região específica, podendo ser influenciada por fatores tais como posição geográfica, grau de infraestrutura do território, presença de cidades médias, enfim, aspectos relacionados às regionalizações interferem na relação da metrópole com estas áreas. Tais regiões, consideradas espaços complexos, ainda pouco estudados, necessitam de pesquisas que levem em conta suas particularidades regionais nas análises (CONTI, 2009).

Quando se pensa na influência da metrópole de Belo Horizonte sobre regiões mais distantes, várias podem ser as formas e os fatores correlacionados. Mas Alfredo Conti (2009) resalta que existe um indicador importante a ser considerado neste processo de avanço da metropolização: o parcelamento do solo e a desativação das atividades rurais no entorno da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)²³. Segundo Conti (2009), o parcelamento do solo seria uma etapa inicial do processo de expansão urbana, seguido por um processo destinado à ocupação deste parcelamento, que poderá ser realizado, inclusive, muitos anos após sua implantação, e que pode ser associado a motivações diversas:

Na década atual, a demarcação de lotes populares acontece nos municípios mais periféricos da região metropolitana e é um fenômeno que atinge também os municípios de maiores dimensões da zona perimetropolitana. Os loteamentos iniciados nas décadas passadas [a partir de 70] passam por um processo de adensamento e, na década atual, destaca-se a produção de parcelamentos com lotes para recreio dos grupos de renda média e alta especialmente no vetor sul (Nova Lima) e norte (Lagoa Santa) [da RMBH]. (CONTI, 2009, p.406)

Sobre tais processos de parcelamento, ainda na década de 70, o PLAMBEL (1979) – órgão responsável pelo planejamento da área metropolitana de Belo Horizonte – já identificava três formas, ou produtos, que tendem a definir os padrões de expansão no espaço da RMBH : 1) loteamentos de recreio, normalmente voltados para grupos

²³ A Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como sua zona perimetropolitana serão melhor descritas e analisadas no capítulo seguinte.

sociais de renda alta e média; 2) loteamentos de padrão médio, localizados próximos a centros funcionais e voltado para um público de rentabilidade garantida; e 3) loteamentos populares, localizados em áreas periféricas de precária urbanização, voltados para população de baixa renda. Estas formas e processos de expansão urbana também foram identificados, a partir das pesquisas e trabalhos de campo, nos núcleos urbanos abordados nesta dissertação, sendo fortemente influenciados por este tipo de lógica e pelos processos dela decorrentes, que tiveram início na década de 70, se ampliaram nos anos 80, mas só recentemente seus impactos se tornaram cada vez mais evidentes nos territórios e em suas paisagens circundantes. (CONTI, 2009, p. 404)

1.3- Terras Incógnitas²⁴ do Turismo

A lei nº 601, de 18 de setembro de 1850²⁵, também conhecida por Lei de Terras²⁶, foi o primeiro instrumento jurídico de direito agrário no Brasil, específica para a questão fundiária, que dificultou o acesso de terras, tornando-se a primeira lei a tentar organizar a posse das terras e a propriedade privada no país. Dentre suas principais ações, abolia o direito às sesmarias (sistema de doação), e estabelecia a compra e venda como a única forma de acesso à terra. Desde que comprovassem residência e produção na terra, os antigos ocupantes poderiam nela se manter, recebendo o título de proprietário. As terras não ocupadas passariam a ser de propriedade do Estado (terras devolutas) e só poderiam ser vendidas através de leilões, com pagamento à vista²⁷. Assim, as terras brasileiras adquiriram valor monetário com a Lei das Terras, que as transformou em mercadoria²⁸.

²⁴ “O modelo conceitual denominada “terra incógnita” homenageia a expressão latina usada pelos cartógrafos medievais ao se referirem a territórios desconhecidos, sobre os quais se supunha apenas a sua existência. Utilizada no sentido metafórico, esta expressão passa a se referir a um território que buscamos conhecer”. (LACERDA, 2014, p. 54)

²⁵ Lei de Terras disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm

²⁶ Considera-as, a partir da leitura de GOMES (2009) que esta lei foi derogada pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra.

²⁷ Antes disso, todas as terras pertenciam ao Rei e eram doadas por ele. Ao mesmo tempo, outra forma de acesso era a apropriação direta da terra, através da posse, por alguns homens livres que se instalavam para produção de alimentos em terras menores, a fim de abastecer o mercado interno. A Lei de Terras perdurou intacta até a Revolução de 30, quando sofreu um acréscimo referente à autorização e desapropriação de terras consideradas de interesse público, mediante a indenização. Em 1964, com a criação do Estatuto da Terra é que a questão ganha novos contornos, quando passou a ser atribuída à terra uma função social. Após a Constituição de 1988, foi legitimada a desapropriação das terras para fins de reforma agrária, através da Lei nº 8.629 d 25 de fevereiro de 1993.

²⁸ Segundo Paul Singer “mercadoria é um produto do trabalho humano que é colocado à venda.” (SINGER, 2006 apud BESSA, 2011, p.77)

“A lei das terras previa o registro de todas as terras efetivamente ocupadas por quaisquer meios até aquela data [1850] e impedia o acesso às terras públicas livres – as terras devolutas – a não ser por meio de sua compra ou em projetos de colonização. Cabia agora ao Estado estabelecer a política de venda das terras devolutas e o ordenamento da propriedade territorial”. (GOMES, 2009, p. 5)

A partir desta lei, o regime de terras do campo também se estendeu às propriedades imobiliárias urbanas, que precisavam ser registradas em cartório para terem seu título reconhecido. No caso da construção de Belo Horizonte, esta lei impactou diretamente o antigo Arraial do Curral del-Rei, significando que os antigos moradores precisavam apresentar um registro sobre a propriedade de suas moradias, para serem contemplados com glebas na nova capital, ou seriam desapropriados e levados para regiões às margens da nova cidade²⁹. Agravando este fato, existia um interesse declarado do Estado no território, que gerou uma “*condição de excepcionalidade*” (GOMES, 2009). Os processos de desapropriação compulsória dos terrenos, em sua maioria particulares, assumiram conotações autoritárias, e consequentemente, injustas para a maioria dos curralenses. Logo, ao Estado coube o direito e o poder de definir os zoneamentos, e ainda, os preços de cada categoria de lote. O valor dos novos terrenos, na época variava segundo sua proximidade com o novo centro urbano³⁰ planejado, e dotado de infraestrutura construída com dinheiro público. (GOMES, 2009, p.6)

A transformação da terra em propriedade fundiária foi, segundo GADELHA (1988), uma forma de garantir o seu monopólio, já que só poderia ser adquirida por aqueles que detinham capital. A autora menciona que, logo após a aprovação da Lei da Terra, em 1850, até as vésperas da abolição da escravidão, os latifundiários da produção cafeeira garantiam o monopólio das mesmas como uma forma de manter os ex-escravos – tornados trabalhadores livres – em suas propriedades, mantendo-lhes o vínculo com a terra e impedindo seu acesso às pequenas propriedades. Nesse sentido, a Lei das Terras parecia ter intenções claras:

“Era finalidade principal da Lei de Terras “destruir as antigas formas de apropriação do solo”. O fato é que a terra, até então, quase nenhum valor possuía entre nós. “*A terra deve adquirir valor e os proprietários renda*”, argumentava o Deputado Barbosa, representante do Rio de Janeiro, porém, no sistema, para explorar e dominar o trabalho” (GADELHA, 1988, p.161)

²⁹ Este processo histórico será melhor abordado no capítulo 2.

³⁰ Para maiores informações sobre o assunto, ver GOMES, M.C.A. *O Mapeamento Cadastral do Curral del-Rei: arqueologia de um assentamento urbano de origem colonial*. 2009.

O cenário decorrente desta política que transformou a terra em mercadoria, perdurou, e perdura ainda hoje. Os processos de industrialização/urbanização que se intensificam no Brasil, e consequentemente, em Belo Horizonte, principalmente a partir de 1930, não foram capazes de “*romper com relações arcaicas de mando baseadas na propriedade fundiária*” (MARICATO, 2002, p.1). A industrialização brasileira ocorreu sem reforma agrária, e, no contexto da metrópole de Belo Horizonte, os trabalhadores que chegavam à nova capital, decorrentes do êxodo urbano em busca de moradias, acabaram sendo alvo de um mercado imobiliário, que, desde seus primórdios, se dedicou a parcelamentos de baixa qualidade e localizados em zonas periféricas da cidade, para atender essa demanda. Hoje, este mercado imobiliário, pautado em práticas especulativas, segue as vias abertas pelos processos da urbanização extensiva, avançando sobre as zonas perimetropolitanas (CONTI, 2009)

A partir do exposto, e na tentativa de compreender qual a relação do turismo com a urbanização extensiva e a zona de perimetropolização, buscou-se estabelecer a conexão entre estes conceitos e a questão da terra urbana, o que implica investigar melhor os processos urbanos, o setor imobiliário e os desenvolvimentos geográficos desiguais. Segundo Monte-Mór (1994), a problemática ambiental e ecológica que atinge os grandes centros urbanos, junto ao aumento dos problemas sociais tem afetado seus habitantes, que cada vez mais, buscam “refúgio” nas regiões do entorno. Parcela crescente da população metropolitana tem buscado fugir do cotidiano urbano e ir ao reencontro da natureza, pois “*As áreas urbanas têm sido vistas tradicionalmente como espaços mortos, do ponto de vista ecológico*” (MONTE-MÒR, 1994, p.169). Áreas urbanas de interesse turístico, situadas no entorno de áreas protegidas, configuram lugares que, ainda que reflitam o forte predomínio da natureza, estão superando o conceito de campo, e adquirindo mais semelhanças com os domínios da cidade³¹. A expansão do tecido urbano (conjunto de manifestações do predomínio da cidade sobre o campo) já é uma realidade nestes lugares. Este processo movimenta e acumula rendas e problemas, mesmo em regiões aparentemente distantes do contexto das metrópoles. Os distritos objeto de estudo desta dissertação podem ser considerados como parte deste tecido urbano que explode da metrópole. No contexto dos lugares ao longo do Espinhaço, sob a influência dos vetores de expansão urbana sul e norte da RMBH/ ZP, os processos de parcelamento do solo já vem ocorrendo deste a década de 70, e, segundo CONTI

³¹Os termos campo e cidade aqui entendidos com base no entendimento marxista, e na idéia de que a cidade é já a realidade da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres, das necessidades, ao passo que o campo torna patente precisamente a realidade oposta, o isolamento e a solidão.

(2009), estão associados aos loteamentos de recreio, destinados a um público de renda média alta, em função do valor agregado das áreas detentoras de patrimônio e beleza cênica, que valorizam a terra. Monte-Mór corrobora tal afirmação:

“A área metropolitana é a expressão mais óbvia da zona urbana de que fala Lefebvre, da urbanização extensiva na sua forma mais visível e imediata. Ali, a antiga cidade industrial, implodida sobre o centro metropolitano e alguns de seus subcentros, recriou o "core urbano" – concentração nodal do poder – e a trama extensiva da cidade industrial explodida, equipada para a produção e para a reprodução coletiva, sob a forma do tecido urbano: distritos industriais, indústrias isoladas, comércio, serviços, **bairros residenciais**, cinturões agrícolas, **áreas de lazer** etc.” (MONTE-MOR, 1994, p.173, grifo nosso)

A proximidade com ambientes naturais ainda preservados (característica fundamental dos distritos aqui analisados) favorece a urbanização e sua expansão, como suporte para a exploração turística desses ambientes que, figurando como contraponto à vida cotidiana nos grandes centros urbanos, oferecem uma oportunidade de quebra de rotina, descanso e lazer. Além disso, nestes territórios turísticos de natureza, as Unidades de Conservação³² garantem a proteção/preservação da beleza cênica, agregando ainda mais valor à paisagem. Mas qual a relação destes territórios do turismo com a questão da urbanização extensiva? Harvey nos fornece uma chave de compreensão:

“A acumulação de capital produz e transforma o espaço e as estruturas territoriais. A superacumulação do capital – os excedentes do capital – que do contrário ficariam desvalorizados, poderiam ser absorvidos por meio das expansões geográficas e de deslocamentos espaços-temporais” (HARVEY, 2013, P.22)

A contradição dos processos de construção, destruição e reconstrução dos territórios turísticos envolve a questão da terra e os conflitos dela decorrentes, que emergem e que vão interferir diretamente no futuro de pequenos núcleos urbanos. A luta de classes refletida na luta pela posse da terra, e denominada por Harvey (2013) como “*luta contra a despossessão*” (dos direitos à terra, qualidade ambiental, etc) tem caráter diferente das lutas do processo de trabalho: os donos originais da terra serão expulsos ou resistirão aos processos fundiários que chegam nestes lugares. No caso da Serra do Espinhaço, a mercantilização do território e das paisagens de seus

³² Primeira contradição: as UCs são a primeira forma de desapropriação das terras, gerando conflitos fundiários, embora depois, serão elas a barrar e segurar a expansão urbana descontrolada.

pequenos núcleos turísticos tem relação direta com a questão fundiária. As formas como as terras desses lugares foram historicamente divididas geram, ainda hoje, manifestações e resistências urbanas diferenciadas. Faz-se necessário investigar as terras incógnitas do turismo nestes pequenos núcleos urbanos, através da averiguação sobre seus processos históricos de formação urbana, situação fundiária e contexto ambiental, conforme veremos nos capítulos seguintes.

Capítulo 2 – Caminhos e descaminhos da Serra do Espinhaço: dos remanescentes sertões coloniais à reconversão do território mineiro

“O acentuado grau de concentração da propriedade fundiária que caracteriza [...], a generalidade da estrutura agrária brasileira, é reflexo da natureza de nossa economia, tal como resulta da formação do país desde os primórdios da colonização, e como se perpetuou, em suas linhas gerais e fundamentais, até os nossos dias. A colonização brasileira e ocupação progressiva do território que formaria o nosso País, constituiu sempre, desde o início, e ainda é essencialmente assim nos dias que correm, um empreendimento mercantil”. (Caio Prado Junior, 1963, p.47-8)

As formações serranas¹ ocupam parte significativa do território brasileiro, e dentre elas, a de maior destaque é a Cordilheira do Espinhaço, que se estende por quase 1200 km, no sentido norte-sul, abarcando parte expressiva dos territórios de Minas Gerais e da Bahia. A extensão territorial ocupada pelo imponente maciço vai desde o centro-sul de Minas Gerais até os limites da Bahia com os estados de Piauí e Pernambuco, sendo por esta razão conhecida como a espinha dorsal do Brasil. Suas altitudes ultrapassam os 1800 metros, e sua geologia propicia um conjunto de feições geomorfológicas que caracterizam uma paisagem marcante, consequente de suas formações acidentadas, com convexidades orientadas para oeste. Seu ponto mais alto é o Pico do Itambé, localizado no município de Santo Antônio do Itambé (próximo à Diamantina), com 2.002 metros de altitude (GONTIJO, 2008, p.3). O conjunto da Cadeia do Espinhaço é de geologia antiga e se localiza em uma posição geográfica que lhe permitiu desenvolver expressiva biodiversidade, conferindo-lhe destaque nos contextos regional e nacional.

Importante divisor de águas do país, a Serra do Espinhaço separa as bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Doce e abriga importantes nascentes e mananciais de água. A vegetação que cobre seus topos e encostas é peculiar, incluindo uma variedade de biomas. Segundo Gontijo (2008), é reconhecido que na porção mineira existe interseção entre quatro importantes biomas brasileiros, o Cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga e os Campos Rupestres de Altitude. Estas características dialogam entre si e ocasionam uma paisagem

¹A Serra do Espinhaço é uma formação geológica e geomorfológica que desperta ainda muitos estudos e debates no meio acadêmico. O termo “serra” é comumente utilizado para descrever as formações geológicas de Minas Gerais. Entretanto, no âmbito das geociências, faz-se importante lembrar que: “A Serra do Espinhaço — grande divisor hidrográfico interposto entre as bacias do centro-leste brasileiro e a do rio São Francisco — constitui, em Minas Gerais, um conjunto de terras altas, com forma de bumerangue de direção geral norte-sul e convexidade orientada para oeste. A denominação “serra” esconde, no entanto, uma realidade fisiográfica que seria melhor definida pelo termo “planalto”. (SAADI, 1995, p.41)

natural de extrema beleza. O mapa a seguir (FIGURA 2) localiza a Serra do Espinhaço no contexto brasileiro, destacando as áreas acima dos 1000 m de altitude, nos estados de Minas Gerais e Bahia:

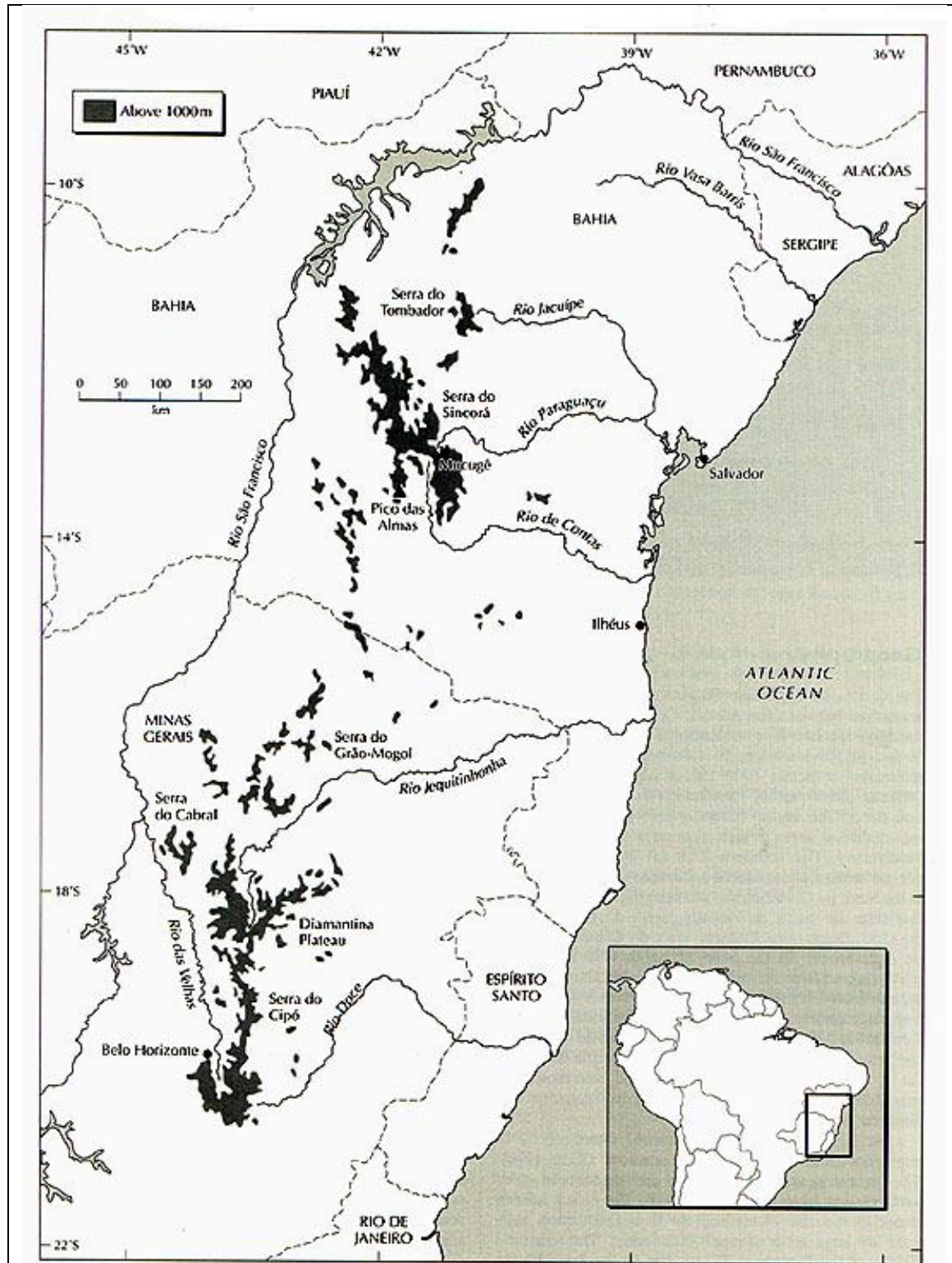


FIGURA 2: Espinhaço Range Region, Brazil, showing land above 1000m in the Espinhaço range, in the states of Minas Gerais and Bahia. FONTE: National Museum of Natural History (NMNH), Smithsonian Institution, Washington D.C.. Disponível em: <http://botany.si.edu/projects/cpd/sa/map56.htm>

O termo Espinhaço foi cunhado pelo geólogo e metalurgista alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege (Barão de Eschwege), que mencionou a palavra pela primeira vez em um artigo² publicado em 1822 na Alemanha, ao apresentar um grande divisor de águas entre os rios do centro-leste brasileiro. De um lado, aqueles que fazem parte da bacia de drenagem do Rio São Francisco, e de outro, os rios que deságuam no oceano Atlântico. Contratado pela Coroa Portuguesa para desenvolver um estudo sobre o potencial minerário da Capitania de Minas Gerais, o Barão de Eschwege ficou no Brasil de 1808 até 1821. Durante este tempo, Eschwege acreditava, devido às limitações de conhecimento da época, que os limites sul da cadeia do Espinhaço chegariam até o Rio Grande do Sul, englobando ainda a Serra da Mantiqueira, no leste de Minas. Em 1906, os limites sul foram revistos por Orville A. Derby³ (1906) que considerou a parte sul do Espinhaço, partindo da cidade de Ouro Preto até Diamantina:

Owing to its wealth of gold and diamonds, the southern section of the range (Espinhaço), from Ouro Preto to Diamantina, has been frequently visited and described, with attempts to give an idea of its geological characteristics; (DERBY, 1906, p.375)

Atualmente, do ponto de vista geológico, *“considera-se a Serra das Cambotas, perto de Barão de Cocais (MG), a terminação sul da Cordilheira do Espinhaço.”* (RENGER, 2005, p.93). Quanto à sua geomorfologia, as variações surgem quando se discute a sua forma de relevo: serra, planalto, orógeno, por exemplo. Entretanto, quando consideramos os processos históricos de ocupação de Minas Gerais, a formação de seus núcleos urbanos ainda no período colonial e as relações sociais, econômicas e culturais que interligaram a região durante mais de três séculos, compreendemos que o Espinhaço extrapola a questão geológica e geomorfológica. Devido a estas sobreposições, e para fins desta pesquisa, decidimos considerar como área de estudo o recorte geográfico proposto pela Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE), que abrange desde a região do quadrilátero ferrífero até as bordas de Diamantina:

“Podemos entender a expressão “Serra do Espinhaço”, ainda, como uma espécie de marca de fantasia, o que inclusive cai bem quando consideramos a crescente popularização do termo. Essa ideia parece, no nosso entender, estar na base da recente delimitação do que passou a ser concebido e conhecido como “Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço” (RBSE) de forte apelo de marketing, que lança a Cadeia do Espinhaço enquanto importante patrimônio ecossistêmico a ser olhado e cuidado com

²“O “Quadro Geognóstico do Brasil” foi escrito em 1822 pelo Barão de Eschwege (1777 - 1855) e impresso em pequena tiragem”. (RENGER, 2005, p. 92)

³Cientista norte-americano (naturalizado brasileiro) que publicou 173 trabalhos científicos, todos sobre a geologia do Brasil, entre os anos de 1873 e 1915.

o carinho que merece, a RBSE acabou por englobar mais espaços ao Espinhaço mineiro. Este foi, especialmente, o caso de todo o quadrilátero ferrífero, o que resgata de alguma forma as ideias originais de Eschwege e Derby embora um “pecado geológico”, trata-se mais da materialização espacial de uma, boa, ideia conservacionista – quanto mais áreas estiverem incorporadas a nossa RBSE, mais chances teremos de proteger nossa biota”. (GONTIJO, 2008, p.8)

Este recorte nos interessa, particularmente, pois engloba não só as áreas do Espinhaço relacionadas à sua geologia e geomorfologia, mas também suas margens e os aspectos relacionados à formação espacial desde o período colonial até os dias de hoje. Mais que isso, este recorte abrange as três áreas de estudo abordadas nesta pesquisa, destacando sua importância enquanto patrimônio cultural e natural de interesse mundial. Margeando seus limites e adentrando seu território buscamos compreender aquilo que se passou na região e originou uma série de localidades que abrigam parte representativa do patrimônio mineiro (e brasileiro), além de importantes unidades de conservação. Fatores que, em conjunto, contribuem diretamente para o aumento do interesse turístico nestes territórios, conforme veremos a seguir.

2.1- O Contexto Espacial da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço

Na Conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre Conservação e Uso Racional dos Recursos da Biosfera - ocorrida em 1968, foi introduzida, pela primeira vez, a ideia de formar uma rede mundial para proteger áreas expressivas da biosfera. O principal resultado dessa reunião foi a implantação, anos mais tarde, do Programa Homem e a Biosfera (MaB). Lançado em 1971 pela UNESCO, o MaB é um programa mundial de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e seu meio. Esse programa considera a necessidade permanente de se conceber e aperfeiçoar um plano internacional de utilização racional e conservação dos recursos naturais da biosfera, do melhoramento das relações globais entre os homens e o meio ambiente.

As Reservas da Biosfera são uma forma de Unidade de Conservação (UC) proposta pela comunidade internacional. Elas surgem de forma paralela às UCs já existentes no Brasil e previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)⁴, em estreito diálogo com o mesmo, mas com ênfase na importância internacional da área: “*Para uma região,*

⁴No Brasil, as Unidades de Conservação são regidas pela Lei Federal 9.985/00 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

fazer parte de uma Reserva da Biosfera significa que existe um reconhecimento internacional da importância da sua diversidade biológica e cultural" (IEF, 2009, p.5). Apesar de serem declaradas pela UNESCO, e terem um propósito mundial, as Reservas da Biosfera são, antes de tudo, instrumentos de gestão e manejo sustentável que permanecem sob a completa jurisdição dos países onde estão sediadas. Além disso, são importantes pontos localizados para a pesquisa científica e desempenham importante papel na compatibilização da conservação dos ecossistemas com a busca permanente de soluções para os problemas das populações locais. Sua principal função é criar oportunidades para que as populações que vivem dentro ou perto das reservas desenvolvam relacionamento equilibrado com a natureza e, ao mesmo tempo, demonstrar para toda a sociedade as vias de um futuro sustentável.

O Comitê Brasileiro do Programa MaB (COBRAMAB) é um colegiado interministerial, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente que, a partir de 1999, ficou responsável pela implantação do programa no Brasil, ao qual estão vinculadas as reservas da biosfera brasileiras. No Brasil, a primeira Reserva da Biosfera, criada em 1992, foi para salvar os remanescentes de Mata Atlântica. O MaB aprovou, em outubro de 1993, dois outros projetos propostos pelo Brasil: a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, integrada com a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, e a Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal.

A Serra do Espinhaço foi declarada, pela UNESCO, como patrimônio ambiental, paisagístico, cultural e histórico, sendo reconhecida como Reserva da Biosfera em 27 de junho de 2005, por ser considerada uma das regiões mais ricas e diversas do mundo. A extensão da área é de mais de três milhões de hectares, abrangendo 17 Unidades de Conservação de Proteção Integral e 36 Unidades de Conservação de Uso Sustentável, e os biomas brasileiros da Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. No seu contexto, especialmente inseridas em suas Zonas de Amortecimento⁵, estão presentes as principais cidades históricas de Minas Gerais, declaradas Patrimônio Cultural da Humanidade: as cidades de Ouro Preto e Diamantina. Nas elevadas altimetrias predomina a fitofisionomia dos Campos Rupestres, sendo considerada, portanto, uma área de extrema relevância ambiental. Sua importância biológica, geomorfológica e histórico-cultural justifica a adoção de medidas

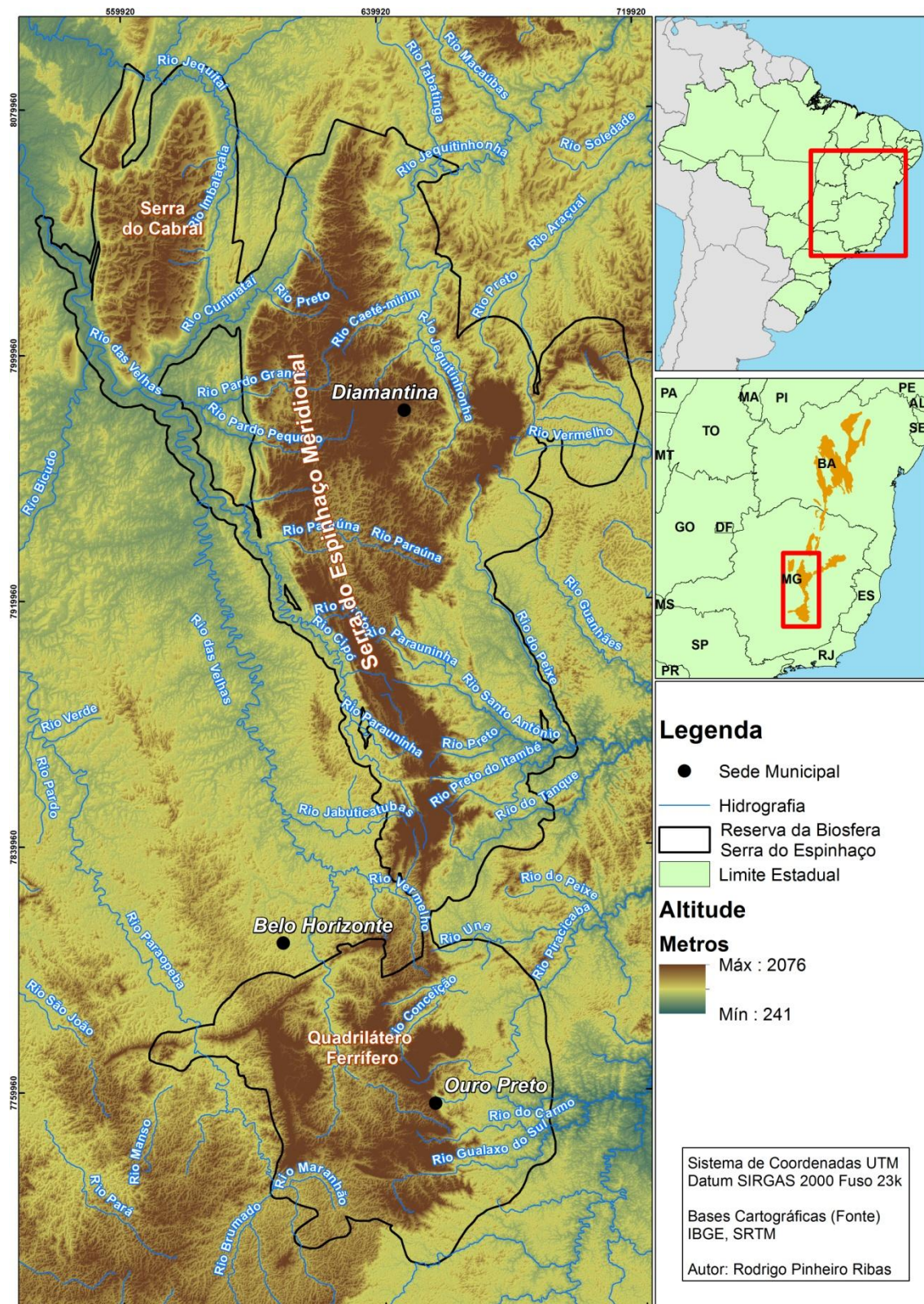
⁵ O termo zona de amortecimento passou a ser amplamente utilizado após a criação do programa MAB (Man and Biosphere) da UNESCO por volta de 1970, onde se lançou o conceito de Reserva da Biosfera, a qual estabelecia dentro das espécies de zoneamento de sua área, uma região com a mencionada denominação, num raio de 10 km em torno de cada unidade de conservação. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5917

urgentes para a conservação de todo o complexo montanhoso que, atualmente, possui também relevância turística.

A porção meridional da Serra do Espinhaço mineira vem sofrendo uma série de transformações que podem ser associadas a dois fenômenos correlatos. Ao mesmo tempo em que várias unidades de conservação foram/ estão sendo criadas, como a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, o Parque Nacional da Serra do Cipó, o Parque Estadual da Serra do Intendente, o Parque Estadual do Biribiri, o Parque Estadual do Rio Preto e outras, o fluxo turístico também tem aumentado significativamente nos últimos anos. Ambos os processos alimentam-se reciprocamente, ou seja, quanto maior a quantidade de unidades de conservação – e quanto melhor estruturadas estão – maior o fluxo turístico nas unidades e entorno, e, por outro lado, quanto maior o fluxo turístico da região maior é a pressão sobre as unidades e estruturação das mesmas. (GIPE⁶, 2009, p.12)

As paisagens naturais e culturais, historicamente, sempre pareceram contribuir para a formação da identidade do estado de Minas Gerais/Brasil, sobretudo em sua associação com o processo de exploração mineral – desde o ouro e diamantes até os grandes empreendimentos mineradores desencadeados no século XX – e seus desdobramentos em termos de fluxos comerciais, de pessoas e de ideias. As vilas e os núcleos urbanos de origem colonial, em virtude de terem ficado muitos anos estagnados economicamente, acabaram conservando seus bens tangíveis e intangíveis e também suas paisagens, muitas delas protegidas por meio do SNUC, compondo o contexto da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (FIGURA 3), com a seguinte localização geográfica:

⁶ O Grupo Integrado de Pesquisas do Espinhaço (GIPE) está vinculado ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociência da Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisadora e autora desta dissertação, Marina Carneiro Moss, é membro do grupo desde 2010.



MAPA 3: Mapa de localização da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e no Brasil.
FONTE: Elaborado por Rodrigo Pinheiro Ribas e Marina Carneiro Bernardes Moss.

Considerar o recorte da RBSE é importante, pois materializa e traduz bem a relevância do contexto paisagístico da Serra do Espinhaço enquanto patrimônio histórico, cultural e natural, e explica o forte interesse turístico a ela relacionado. Entretanto, segundo GONTIJO (2008, p.8) embora muito se saiba sobre o arcabouço geológico e geomorfológico da paisagem do Espinhaço Meridional⁷, os estudos sobre o “*tapete de vida*” que a recobre e as relações humanas, históricas e socioeconômicas que a integram, são recentes. Em Minas Gerais, esta formação geográfica também está diretamente relacionada à história de ocupação do território⁸ mineiro e às suas lógicas de povoamento.

2.2 – Alicerces do Passado: o processo de formação dos núcleos urbanos

A formação dos núcleos urbanos coloniais nas regiões mineradoras em Minas Gerais⁹ está diretamente associada ao contexto de ocupação histórica da Serra do Espinhaço, tendo sua origem junto às primeiras lavras abertas nesta região, que acabaram aglutinando a população. Nas Minas coloniais, os antigos caminhos percorridos por indígenas, bandeirantes, pelo gado; os caminhos reais do ouro e do diamante, bem como os “descaminhos” de passagem, ou ainda de atividades subversivas da época (contrabando, quilombos, tráfico), foram alinhavando os primeiros povoamentos ao longo do Espinhaço, articulando as principais aglomerações urbanas da Capitania das Minas, delineadas desde a constituição destes caminhos. Estes caminhos foram os alicerces dos assentamentos humanos na região:

Na região da Serra do Espinhaço, sobretudo, concentraram-se as lavras e os assentamentos humanos mais antigos e longevos – as minas do Ouro Preto, do Ribeirão do Carmo, do Sabará, do Caeté, e, mais tarde, do rio das Mortes e do Serro Frio, atestando o quão rentáveis foram as lavras descobertas. (MORAES, 2006, p.193)

A descoberta do ouro na região do Pico do Itacolomi, por volta de 1692, produziu significativas transformações sócio-espaciais neste pedaço de terra até então habitado por

⁷A cadeia da Serra do Espinhaço, em toda sua extensão, pode ser dividida em dois setores: Meridional (em Minas Gerais, de seu início na Serra do Cipó até em torno de 550km de extensão) e Setentrional (ao norte de Diamantina/MG até limite do Estado da Bahia com o Estado de Pernambuco e do Piauí), de características geológicas distintas (Gontijo, 2008).

⁸ O conceito de território adotado nesta dissertação compartilha do entendimento de “*porção física-espacial abrangendo relações socioeconômicas e culturais e com elas interagindo. Esse entendimento propõe a junção de aspectos físicos com as ideologias espaciais, configurando um quadro formal de representações e sistemas de valores das comunidades que ao habitam. O território é um lugar compartilhado no cotidiano, criador de raízes, laços de pertencimento e símbolos que lhes dão sentido e motivam seus movimentos internos*”. (CARSALADE et al. 2012, p 5) Disponível em:

https://www.academia.edu/2082858/Mineracao_em_Minas_Gerais_territorio_e_paisagem_cultural

⁹ O texto e as datas apresentados nesta seção se baseiam nos trabalhos de MORAES (2006); MORAES, 2011

índios Cataguás. Dentre estas transformações pode-se citar o aceleração dos processos de ocupação e fixação de assentamentos humanos e o aumento considerável do fluxo de pessoas e mercadorias nos caminhos que cruzavam o território mineiro, o que implicou em alguns impactos indesejáveis no final do século XVII, como surtos de epidemias, subversões, conflitos armados e fome (MORAES, 2006). A solução encontrada pela Coroa Portuguesa foi a de facilitar a passagem, ordenar o plantio de roças e estabelecer estalagens em pontos estratégicos dos caminhos, ainda muito precários, que conduziam às minas. Ou seja, para a existência das atividades mineradoras no interior de Minas Gerais foi essencial a criação de uma rede interna de abastecimento e apoio à mineração.

Segundo MORAES (2006) esta iniciativa da criação de uma rede interna de plantios, do início do século XVIII, alinhavou pontos estratégicos da rede urbana mineira, até então dispersos e isolados no território. No início desta ocupação, os assentamentos se formavam sem maiores preocupações com a fixação na terra e a subsistência dos primeiros aventureiros. No entanto, entre 1698 e 1701, ocorreu uma crise de alimentos na região da descoberta do ouro, uma vez que os mineradores, no afã de conquistar ouro, não cultivavam suas terras. Foi essa fome que contribuiu para que os primeiros arraiais se tornassem permanentes nas terras mineiras que passaram a ser cultivadas, unindo mineração com agricultura:

A urbanização mineira, em seus primórdios, foi resultado da concentração populacional gerada pela atividade mineradora, que aglutinou os indivíduos nas áreas específicas onde se localizavam as lavras. Desse modo, o centro produtivo da economia mineira passou a ser o próprio meio urbano, pois era ele o local da produção. Gerando bens – no caso, ouro e diamantes – que, para a subsistência de seus habitantes, deveriam ser trocados por outros produtos, a cidade mineradora era um centro de produção e troca, gerando e organizando o espaço rural à sua volta” (MONTE-MÓR, 2001 apud MORAES, 2011, p.52)

A Carta Régia, de 09 de novembro de 1709 (MORAES, 2006), criou a Capitania de São Paulo e das Minas do Ouro desmembrada do Rio de Janeiro, culminando no controle dos caminhos, dos viajantes e na criação das primeiras vilas, oficialmente, a partir de 1711. A Capitania de Minas Gerais foi criada por meio do alvará de 02 de dezembro de 1720, sendo que a primeira vila, Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo (atual Mariana), foi reconhecida em Carta Régia de 1712. Por esta época, Minas Gerais já apresentava intenso povoamento, contando com “vilas, arraiais, passagens, registros, lavras, engenhos e elementos geográficos do território da Capitania de Minas Gerais”, especialmente nas regiões de interesse da Coroa relacionadas à mineração: Tejuco, Sabará e Vila Rica (MORAES, 2006,

p.78). E estes foram os troncos iniciais dos quais se desmembraram a rede dos caminhos e demais núcleos urbanos.

“As referências mais confiáveis encontradas sobre a provável data de fundação dos primeiros arraiais mineradores apresentam datações posteriores a 1693, o que faz desse ano um balizador no processo de reconstrução da rede urbana mineira nos primórdios da economia aurífera”. (MORAES, 2006, p.188)

O cenário social nas minas, por esta época, era bastante conturbado. A Coroa, na tentativa de controlar os fluxos de metais preciosos, instituiu uma série de proibições e decretos, com vistas a estabelecer certa ordem, justiça e controlar a cobrança dos impostos e a fiscalização da mineração. No entanto, essa mesma época foi marcada por períodos de conflitos armados entre a população, incluindo a Guerra dos Emboabas (1708-1710)¹⁰, assassinatos, levantes e motins, devido a uma diversidade de interesses que se sobrepunham, como de quilombolas, contrabandistas, criadores de gado, negociantes, mineradores e a própria Coroa Portuguesa e seus representantes no território. Esses motins do início do século XVIII e o clima de tensão em que vivia Minas também possui relação direta com a criação de uma capitania autônoma e com o surgimento de vários núcleos urbanos ao longo dos caminhos da província. Estas ações foram incentivadas pela Coroa Portuguesa, que desejava mais controle sobre o território e sobre as atividades econômicas, e para tanto necessitava de um governador que pudesse dedicar a atenção necessária ao território, além de instalar nos lugares câmaras, conselhos, casas de fundição, registros, regimentos e guardas, por exemplo.

Assim, ainda que a atividade mineradora tenha conduzido por muito tempo a economia das Minas, esta última não se resumia à mineração. Desde os setecentos, as atividades internas eram muito diversificadas e foram responsáveis por toda a dinâmica e estabilidade do mercado mineiro, embora a atividade mineradora fosse seu carro-chefe. Com a decadência da mineração, já em fins do século XVIII, é que ocorreu uma inversão na lógica de produção do espaço em Minas Gerais. Muitos núcleos urbanos entraram em processo de estagnação, voltando-se para atividades de subsistência. Com isso, a economia de muitas regiões sofreu reestruturações produtivas, sobretudo com a expansão de atividades agropecuárias em áreas onde já ocorriam, mas que apresentavam melhores condições para o seu

¹⁰Guerra dos Emboabas foi um conflito armado do Brasil Colônia, entre os anos de 1708 e 1710, relacionado ao direito de exploração das recém descobertas jazidas de ouro. De um lado os bandeirantes paulistas, descobridores das primeiras pedras, chamados Vicentinos (Capitania de São Vicente), e de outro, os chamados forasteiros, formado por portugueses e pessoas que vinham das regiões mais diversas, especialmente Nordeste, em busca de ouro e apelidados pelos paulistas de Emboabas. Este segundo grupo saiu vitorioso do confronto. Fonte: Site Revista de História, disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/> acessado em setembro de 2014.

desenvolvimento. Estas áreas passaram, por seu turno, a estimular o surgimento de novos núcleos urbanos, tendo por base o mercado interno: tanto da própria Capitania como de parte substantiva da América Portuguesa. Em 1778, o militar português José Joaquim da Rocha, produziu uma série de mapas e relatos sobre a capitania de Minas Gerais, nos quais:

(...) foram registrados e classificados 542 assentamentos humanos – uma cidade, Mariana; 8 vilas, 57 paróquias, 133 arraiais, 275 fazendas, 52 registros e 9 aldeias de gentio (...) e sua distribuição no território expressa as nuances de uma rede urbana complexa (MORAES, 2006, p.98)

A partir das leituras dos trabalhos de MORAES (2006) e HORTA (1994), entendemos que a urbanização mineira foi forjada pela forma como a população ocupou seu vasto território e organizou seus assentamentos. Em 1776, o contingente populacional das minas já chegava a 319.769 habitantes, tornando a província de Minas a mais populosa da colônia¹¹. As peculiaridades dos processos de urbanização nas minas coloniais, sobretudo nos lugares para além das áreas de mineração e também em função de certo isolamento, contribuíram para que a própria população estabelecesse meios particulares de ordenar seus territórios. Assim, como nos recorda Moraes (2006, p.33), a rede urbana das Minas, formada ainda no período colonial, não só passou a integrar grandes extensões do território, como os articulava, fornecendo todo o suporte para o processo de ocupação humana no contexto do Espinhaço Meridional. Muitas destas formas de organização permaneceram, e hoje, dizem muito sobre as formas como os processos mais atuais afetam estes lugares e como as comunidades têm lidado com eles.

Antes mesmo do final do século XVIII, época em que o ouro e o diamante já apresentavam produção escassa¹² - embora a produção tenha ocorrido até início do século XIX, pode-se constatar que o território mineiro estava cada vez mais interligado e costurado e o declínio da atividade mineradora não representou o declínio das demais atividades da economia mineira. Entretanto, e em certa medida, interferiu nos processos de transformação da rede urbana da qual estes pequenos núcleos faziam parte. Ainda assim, entre o final do século XVIII até meados do século XIX, a população da capitania cresceu 60,8%¹³. Este é um dos motivos que não se pode relacionar o fenômeno da urbanização de Minas Gerais apenas aos polos mineradores de interesse da Coroa. Este processo foi entrelaçado pela economia,

¹¹ Conforme consta do Mapa dos habitantes atuais da Capitania de Minas Gerais e dos nascidos e falecidos no ano de 1776. In: ROCHA, José Joaquim da Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: (Fundação João Pinheiro, 1995. p. 182 apud MORAES, 2006, p.164)

¹² Dados sobre a produção mineral de ouro e diamante no Brasil disponíveis na página do Centro de Tecnologia Mineral em <http://www.cetem.gov.br/> acessado em outubro de 2014.

¹³ MORAES, 2006, p.166

após o deslocamento do eixo econômico administrativo (antes no nordeste e litoral) para o centro sul da colônia, que precisou se articular com as regiões circundantes.

Em todos os núcleos urbanos objetos da pesquisa¹⁴ percebe-se que a riqueza e diversidade paisagística teve grande influência na forma de ocupação da Serra do Espinhaço: tanto associada à mineração quanto às atividades agropastoris, tanto aos caminhos abertos por entre suas montanhas, vilas e arraiais, quanto aos descaminhos e aos lugares que se escondiam em meio a seus vales, ou seguiam às margens de seus rios. A mineração, embora fosse o carro chefe dos processos de formação urbana na capitania, não era a única atividade, e mesmo antes, e durante seu auge, conviveu com outras atividades econômicas. Estas atividades, com a decadência da atividade mineradora por volta de 1764, acabam assumindo o protagonismo da economia mineira, como a agricultura, o extrativismo e a pecuária. Posteriormente à decadência dos metais preciosos, com a exploração de outros minerais, como o minério de ferro, ou a produção de manufaturas, até então proibidas na colônia, os assentamentos humanos surgidos ao longo do século XVIII foram se consolidando ao longo das rotas da Serra do Espinhaço. Assim, para compreender os primórdios do surgimento destes núcleos urbanos, ainda no início do século XVIII, e suas peculiaridades faz-se necessário compreender o contexto em que tiveram origem.

2.2.1– Sobre os caminhos que levam às minas

Ainda que os sertões¹⁵ fossem áreas desertas do interior do país antes do setecentos, do qual fazia parte a região do Espinhaço, sabe-se que, partir do trabalho realizado por MORAES (2006) que já existiam rotas indígenas, algumas de origem pré-histórica que, muito provavelmente já eram utilizados há muitos séculos pelo gentio que aqui habitava antes de 1500. Esses caminhos e aqueles que surgiram a partir das entradas e bandeiras, da descoberta das riquezas minerais e das trocas comerciais foram os alicerces dos assentamentos humanos na região, e dizem muito sobre os núcleos urbanos ora estudados. Os caminhos coloniais eram vários e formavam uma rede interligada no interior das

¹⁴Os núcleos urbanos estudados são: município de Ouro Preto e seu distrito Lavras Novas; município Santana do Riacho e seu distrito Serra do Cipó; e município do Serro, e seu distrito Milho Verde, e a relação dos mesmos com seu entorno.

¹⁵A palavra sertão pode apresentar diferentes significados. A definição resgatada por MORAES (2006), diz: *“Talvez a definição de sertão que mais se aproxima do sentido utilizado nos documentos do período colonial consultados é a de Eschwege: “são as regiões onde há pouca ou nenhuma cultura e que são, por causa disso, ou desabitadas ou muito esparsamente habitadas” (ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Jornal do Brasil, 1811-1817”.* (MORAES, 2006, p.33). Atualmente este conceito foi revistado, e o próprio IBGE nos diz que *“sertão é, na verdade, uma palavra de significação ampla e movediça na língua portuguesa, o que faz com que diferentes segmentos do território, em vários momentos históricos tenham recebido a alcunha de sertão”.* Porém *“A ideia de sertão esteve, desde os primórdios de nossa história colonial, associado a seu interior, às terras distantes da costa.”* (IBGE, 2009, p.10)

capitanias. No contexto do Espinhaço, foi condição fundamental para o surgimento dos lugares adjacentes às vilas mineradoras, tornando-se cada vez mais complexos, com fluxo intenso de pessoas e atividades, legais e ilegais, especialmente depois da descoberta do ouro e do diamante.

Nas primeiras décadas dos setecentos, já existiam importantes caminhos consolidados em Minas Gerais, partindo da região do Pico do Itacolomi, unindo esta área ao restante do Espinhaço Meridional, do qual fazem parte os núcleos urbanos aqui analisados, situados entre os principais polos coloniais: Vila Rica (Ouro Preto) e Tejuco (Diamantina), eixo este que coincide com a região geográfica da RBSE. Não foi sem razão, que os três núcleos urbanos aqui estudados se localizam nas adjacências destes caminhos, em pontos estratégicos próximos a núcleos mineradores (Lavras Novas), áreas de agricultura e pecuária (Serra do Cipó), ou de atividades de controle e fiscalização (Milho Verde) da Coroa Portuguesa.

A ocupação das Minas apresentava caráter provisório em seus primórdios, porém seus assentamentos humanos se transformaram, adquirindo caráter permanente. O fluxo de pessoas e mercadorias pelos caminhos das minas e as demais atividades do mercado interno (para além da mineração), bem como o deslocamento do eixo econômico-administrativo da colônia para a região sudeste apresentaram relações profundas com a urbanização do território e com a formação dos núcleos urbanos ao longo da Serra do Espinhaço. Com o declínio da mineração, os núcleos urbanos se fixaram efetivamente no território por meio de atividades agrícolas e pastoris,

As atividades agropecuárias, portanto, contribuíram para redefinir notavelmente algumas das linhas da política administrativa e econômica da capitania, bem como para reestruturar as rotas e hierarquias de sua rede urbana. (MORAES, 2006. P.276)

Este processo de transformação foi crescente e contínuo ao longo de todo o século XVIII e XIX, e, com o advento da República, muitos caminhos, as cidades e vilas de Minas do período colonial pautaram a implantação e expansão da rede ferroviária e rodoviária atual, reforçando percursos a partir dos remanescentes originais¹⁶. Segundo BESSA (2011), no início do século XX:

¹⁶ Sobre os caminhos coloniais e a atual rede urbana vide MORAES (2006); CONTI (2009); BRAGA (2011) e FERREIRA (2010)

“(...) com o crescimento da rede de cidades e a opção brasileira pelo modal rodoviário, renasce o interesse pelas antigas rodovias aí incluídas as antigas estradas reais, que passaram a ser alargadas, pavimentadas e a receber benfeitorias”. (BESSA, 2011, p.84)

Conforme podemos verificar, os mapas a seguir representam a rede de caminhos coloniais (FIGURA 4) e a atual rede urbana (FIGURA 5):

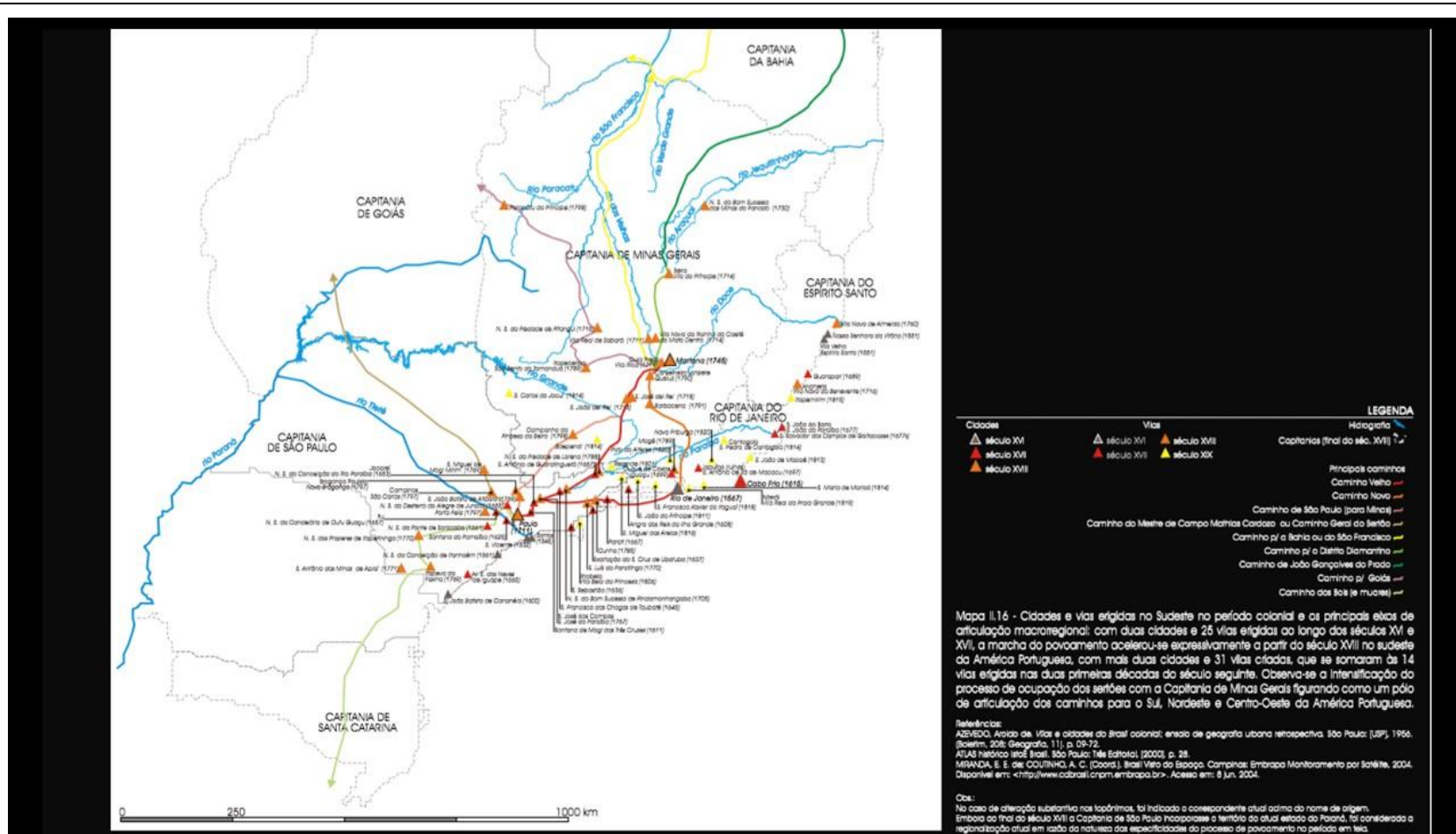


FIGURA 4: Mapa dos Caminhos Coloniais - "Cidades e vias erigidas no Sudeste no período colonial e os principais eixos de articulação macrorregional: com duas cidades e 25 vilas erigidas ao longo dos séculos XVI e XVII, a marcha do povoamento acelerou-se expressivamente a partir do século XVIII no sudeste da América Portuguesa, com mais duas cidades e 31 vilas criadas, que se somaram às 14 vilas erigidas nas duas primeiras décadas do século seguinte. Observa-se a intensificação do processo de ocupação dos sertões com a Capitania de Minas Gerais figurando como um pólo de articulação dos caminhos para o Sul, Nordeste e Centro-Oeste da América Portuguesa". Fonte: MORAES, 2006, p.39 (Vol. III)

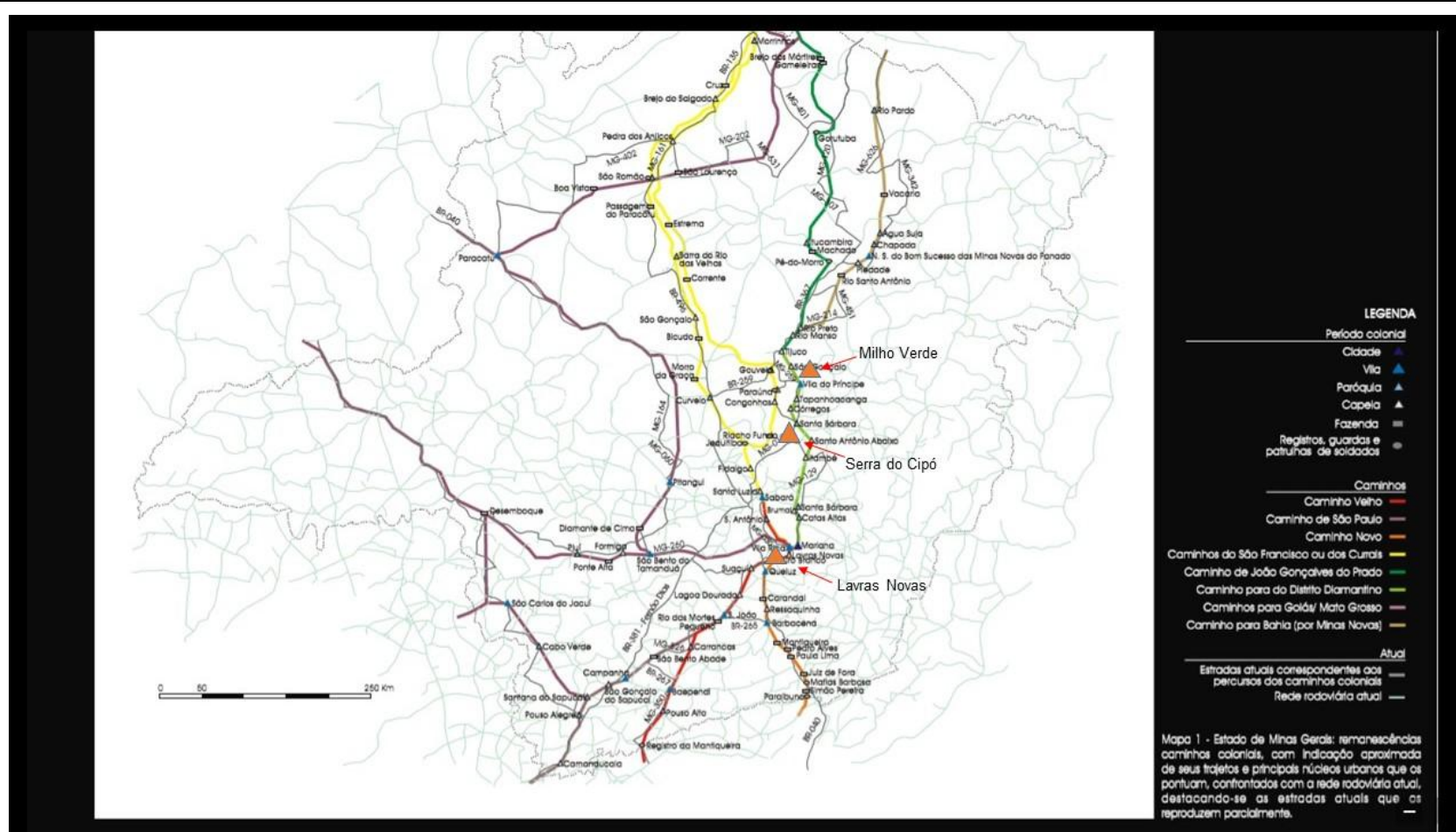


FIGURA 5: Mapa da atual rede rodoviária de Minas Gerais e remanescentes dos Caminho Coloniais com inserção dos núcleos urbanos de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde. FONTE: Adaptado do Mapa - “Estado de Minas Gerais: remanescentes caminhos coloniais, com indicação aproximada de seus trajetos e principais núcleos urbanos que os pontuam, confrontados com a rede rodoviária atual, destacando-se as estradas atuais que os reproduzem parcialmente” de MORAES, 2006, p.75/76 (Vol. III)

Destes caminhos coloniais e da atual rede urbana, desmembrada dos mesmos, podemos observar que o distrito de Lavras Novas, apesar de não se situar no eixo principal de nenhum destes caminhos, estava inserido numa região complexa, formada por uma rede que se articulava ao “*Caminho Novo*” (atual BR-040) e ao “*Caminho Velho*” (MG-030 e BR-267). O Caminho Novo, aberto em fins do século XVII, reduziu o tempo da viagem ao mudar seu ponto de apoio de Paraty para São Sebastião do Rio de Janeiro. Este caminho “*seguia por dois caminhos em direção à serra do Itatiaia (serra do Ouro Branco) e daí para as minas do Ouro Preto, do ribeirão do Carmo e rio das Velhas*” (MORAES, 2006, p.139).

O núcleo urbano, atualmente conhecido por distrito Serra do Cipó (Cardeal Mota), era uma região rural próxima à localidade de Riacho Fundo (atual Santana do Riacho) denominada por esta época como Serra da Vacaria. Serra da Vacaria (Cardeal Mota) se localizava mais em um descaminho com um atalho para Morro do Pilar. Mas existiam três caminhos que se articulavam com esta região, e aquele que passava pelo Rio Cipó (no arraial de Riacho Fundo e no Serra da Vacaria) foi utilizado por muito tempo como rota de viajantes que precisavam cruzar esta formação hidrográfica, servindo de área de pouso e abastecimento para viajantes que utilizavam o “*Caminho de Dentro pelas Macaúbas*”, uma ramificação do “*Caminho do São Francisco ou dos Currais*” (BR-496 e BR-259) e que se unia, posteriormente ao “*Caminho para o Distrito Diamantino*” (MG-259), conforme a descrição:

O primeiro (“Caminhos dos Curraes”) seguindo pela margem esquerda do rio das Velhas; o segundo (“Caminho de Dentro pelas Macaubas”) passando pela margem direita, seguindo da região de Santa Luzia até a altura do Riacho Fundo, de onde então galgava o “Serro do Frio” e ia em direção a Gouveia, já nas proximidades do Tejuco; e o terceiro, que veio a se constituir no “caminho para o Distrito Diamantino” (Santos, 2001: 101-114), partia de Villa Rica (Ouro Preto) e, via Santa Bárbara e Cacaís, atingia a ponta meridional do Espinhaço e seguia margeando-o na sua vertente leste por “Matto Dentro” (Itambé do Mato Dentro), “Morro de Antônio Soares” (Morro do Pilar), “N. Sra. da Conceição” (Conceição do Mato Dentro) e Vila do Príncipe (Serro). Por essa época já estavam lançadas, então, as três principais rotas que passavam pela, ou próximo, à Serra do Cipó. (GONTIJO, 2003, p.57)

Um destes extensos caminhos, que articulava a capital da colônia, Salvador, à região de Vila Rica era o chamado *Caminho de João Gonçalves do Prado*. A Capitania da Bahia foi um importante centro abastecedor das Minas, fornecendo alimentos,

escravos e outras mercadorias, devido à sua localização geográfica¹⁷. Sobre este caminho:

“Depois de percorrer os sertões de Pernambuco, passava pela vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira e pela freguesia de Maragogi (cidade de Maragogipe/BA), na Bahia, subia o rio Paraguaçu, passando pelos arraiais de Santo Antônio e de Rio das Contas em direção ao sul, percorrendo a região das nascentes dos rios das Contas, das Rãs, Gorotuba e Verde Grande, atravessando esse último – divisa natural entre Bahia e Minas – e se desenvolvendo ao largo da margem direita do rio São Francisco, cruzava então o rio das Velhas até chegar à região dos descobertos, no entroncamento com o Caminho Novo do Gado, na região da atual cidade de Curvelo”. (MORAES, 2006, p.129)

Assim, a Capitania da Bahia estava unida à Capitania de Minas Gerais pelo “*Caminho de João Gonçalves do Prado*”, que passava por Curvelo, onde se bifurcava para margear o São Francisco e se unir ao “*Caminho para o Distrito Diamantino*”, passando por Milho Verde até a Vila do Príncipe (Serra) e, posteriormente, até Vila Rica (Ouro Preto) e Mariana. Assim, Milho Verde fazia parte do eixo central do “*Caminho para o Distrito Diamantino*” (atual MG-259), e se situava numa área estratégica de fiscalização entre Vila Rica e Arraial do Tejuco, figurando em mapas de época como um ponto de guarda e registro, desde seus primórdios. A história nos núcleos urbanos de Milho Verde, Serra do Cipó e Lavras Novas dialogam diretamente com estes processos e com os caminhos, “*grandes fios estruturadores*”¹⁸ do território, vias de penetração essenciais para tecer a rede urbana¹⁹ das minas.

Assim, conforme podemos observar as remanescências dos caminhos coloniais pontuados anteriormente serviram de base para a atual rede rodoviária de Minas Gerais unindo, como no passado, os núcleos urbanos ao longo da Serra do Espinhaço. Durante séculos os antigos caminhos se multiplicaram e se consolidaram no interior das gerais, e fora dela, articulando a região central das Minas com os povoados, consolidando fluxos de pessoas e comerciais, e originando ramificações

¹⁷ “A Bahia, em suas conexões no nordeste, apresentava condições particularmente favoráveis para se consolidar como um importante centro abastecedor das Minas (...) facilidades geográficas de comunicação, tanto por via fluvial quanto pelos caminhos mais amenos abertos pelo gado; uma posição consolidada de centro importador em razão de sua proximidade da Europa e acesso aos portos do sul da colônia; ser de povoamento antigo, já com um comércio bem aparelhado; pelas suas conexões com outras capitanias nordestinas, e ainda vivenciando um refluxo na indústria açucareira em decorrência da concorrência antilhana, o que impunha a necessidade de buscarem alternativas econômicas”. (MORAES, 2006, p.130)

¹⁸ MORAES, 2006, p.156.

¹⁹ Sistema integrado de maior amplitude que a urbanização, mas não pode ser entendida apenas como crescimento demográfico e econômico de algumas vilas e cidades. (MORAES, 2006, p.156).

complexas e articuladas, que viriam a se tornar, em conjunto, uma rede urbana densa, base do futuro território do estado de Minas Gerais.

2.3 –A nova capital das Minas e dos Sertões: o surgimento de Belo Horizonte e a reconversão do território pra novos usos e ocupações na Serra do Espinhaço.

O pequeno entreposto comercial de Curral del-Rei localizava-se há 100 km de Vila Rica e teve sua origem ainda no século XVIII (por volta do ano de 1711), funcionando como um posto de abastecimento agrícola para a região aurífera próxima ao Pico do Itacolomi. Provavelmente esta condição se deu, pois regiões como esta, que circundavam Vila Rica, apresentavam melhores condições em termos de fertilidade do solo, abastecimento de água, áreas de pastagens além de, comumente, se concentrarem nas vias de acesso dos viajantes, e ainda ao longo dos caminhos abertos pelos bandeirantes e pelo gado. Celio Horta (1994) indica que o antigo Curral del-Rei (FOTO 1), até então pertencente ao território da Vila Real de Sabará (atual Sabará), detinha atividades exclusivamente agrícolas, embora tenha se originado em função da necessidade de abastecimento dos núcleos urbanos associados à mineração. Com o declínio do ciclo do ouro, e especialmente com a abolição da escravidão (1888), um significativo contingente de mão de obra mineradora residente na comarca de Vila Rica migrou para a região do Curral del-Rei, para se dedicar às atividades agropecuárias fundando as bases da futura capital de Minas Gerais:

“Historicamente, a versão mais difundida é de que o morador mais antigo dessas terras [**Curral del-Rei**], teria sido o paulista João Leite da Silva Ortiz, genro de Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhangüera II). João Leite fundou a Fazenda do Cercado e em 19 de janeiro de 1711, recebeu da coroa portuguesa a carta de sesmaria. Originava-se assim a ocupação do futuro arraial do Curral Del Rey. (...) Por volta de 1890, já com o nome de Belo Horizonte, o arraial possuía uma população de 4.000 habitantes. (...) em 1893, este arraial seria condenado à morte para ser construída, no prazo de 4 anos, a nova capital de Minas.” (HORTA, 1994, p.72, grifo nosso)

Com o fim do período da mineração, a economia de Minas, já pautada na agropecuária, deixou de abastecer unicamente os núcleos mineradores e voltou-se também para o desenvolvimento da monocultura de café (Sul de Minas e Zona da

Mata). A Proclamação da República, em 1889, anunciava o enfraquecimento político e econômico de Ouro Preto (antiga Vila Rica) e gerou um quadro de instabilidade em que Minas, segundo Horta (1994), teve sua unidade territorial ameaçada por forças oligárquicas das regiões do sul de Minas e da zona da mata mineira, que estavam tornando-se economicamente mais ligadas aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, devido também à construção das estradas de ferro. Por esta razão, a mudança da capital significava não só um ato político de cunho republicano como a (re)integração econômica do território mineiro, em vias de ações separatistas. Além disso, a cidade de Ouro Preto, nesta época, representava a velha ordem e a nova capital passou a se apresentar como símbolo da modernidade:

“A nova capital de Minas deveria não apenas simbolizar o espírito de modernidade dos tempos republicanos, mas, acima de tudo, deveria funcionar como um relevante **polo econômico reativador** da economia mineira, garantindo unidade territorial ao estado.” (HORTA, 1994, p.74, grifo nosso)

A localização geográfica estratégica do Curral del-Rei foi um dos fatores mais preponderantes para sua escolha em sediar a nova capital, pois com o declínio das atividades mineradoras e a expansão da agropecuária, não havia mais articulação da economia mineira em torno do centro representado pelo núcleo colonial de Ouro Preto. A escolha da mudança da capital foi motivada por razões geopolíticas e também técnicas e econômicas, uma vez que o estado estava correndo o risco de se desintegrar, já que as regiões produtivas dialogavam mais com a economia de outros estados. Belo Horizonte “*parecia representar uma tentativa de reorganizar, reintegrar e reativar a economia de Minas, tendo em vista que a intenção era criar um polo econômico e industrial*”. (HORTA, 1994; p.78)

A criação de Belo Horizonte, nas áreas ocupadas pelo Curral del-Rei, implicou a completa destruição do antigo arraial e na desapropriação da comunidade local a quem foram oferecidos novos terrenos para permuta, porém com valor muito alto. Sem condições para a compra, a maior parte dos moradores originais foi transferida para áreas periféricas à cidade projetada, sem infraestrutura adequada. Como as terras só poderiam ser adquiridas mediante compra e venda, os terrenos na região central foram supervalorizados, e destinados a funcionários do governo e àqueles poucos que detinham posses (PBH, 2014)²⁰. Assim, questões relacionadas ao mercado de terras,

²⁰Disponível no site da Prefeitura de Belo Horizonte: <http://portalpbh.pbh.gov.br/>

especulação imobiliária²¹ e à segregação social nasceram junto à cidade projetada e sempre estiveram presentes no processo de organização espacial da nova capital de Minas Gerais, acompanhando todas as suas fases de industrialização e a expansão de seu tecido urbano.



A mudança da capital de Minas Gerais teve grandes motivações de cunho econômico e industrial, ainda que político administrativo: “(...) *ganhava força a ideia da reorganização da economia mineira a partir de um novo centro regional*” (CONTI, 2009, p.354). Assim, Belo Horizonte assumiu o papel de centro da expansão urbana de Minas Gerais, concentrou serviços e indústrias (ainda que incipientes), abrigou trabalhadores livres e ex-escravos vindos do campo em busca de emprego, e transferiu as elites ouropretanas para seu núcleo central, o que acarretou inclusive no surgimento deste mercado urbano relacionado às terras, que influenciou os processos de urbanização desde seus primórdios. A inauguração de Belo Horizonte, em 12 de dezembro de 1897, acabaria por reativar também o eixo econômico ao longo do Espinhaço Meridional. Sob o ponto de vista geográfico Gontijo (2003) chama atenção para a abertura de novas estradas, diretamente relacionada à mudança do eixo

²¹ O entendimento de especulação imobiliária se baseia na definição disponível nos “Verbetes de Economia Política e Urbanismo” da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP, disponível em: http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/index.html)

político e administrativo, uma vez que a nova capital poderia superar a condição “*claustrofóbica de Ouro Preto*” – com poucas alternativas de rotas de escoamento devido à sua localização geográfica. Assim, o sítio no qual se localizaria a nova capital de Minas era propício à formação de uma rede viária planejada, com a construção de um tronco ferroviário no eixo leste/oeste, que contribuiria para a reconversão do território mineiro para novos usos e ocupações, incluindo a região da Serra do Espinhaço Meridional. (GONTIJO, 2003, p.67)

2.3.1 A industrialização mineira passou por caminhos remanescentes no Espinhaço

Ao mesmo tempo em que Belo Horizonte crescia, o Brasil passava por um momento em que a concentração industrial que florescia no Estado de São Paulo, desde o final do século XIX, precisava se dispersar pelo território. Segundo CONTI (2009) tornava-se essencial repensar lógicas de trabalho e reativar as ligações (ou caminhos) entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, indo ao encontro da lógica do recente capital industrial. Os antigos caminhos coloniais se articulavam com Ouro Preto, porém a cidade estava imersa num estado de decadência. Neste sentido, a mudança da capital reativaria os antigos caminhos, com a novidade que o centro de expansão deixaria de ser Ouro Preto, tornando-se Belo Horizonte, uma cidade nova, alinhada com o pensamento da modernidade e em condições mais favoráveis de expansão urbana e articulação macrorregional.

Desde o fim da mineração a economia mineira encontrava-se mais voltada à subsistência e à manutenção do mercado interno, especialmente com gêneros agrícolas, e, nos primeiros anos de Belo Horizonte, a industrialização em Minas Gerais era muito tímida, quase inexistente. A retomada do crescimento aconteceu por volta da década de 20, muito relacionada ao processo de industrialização brasileira (substituição de importações) e ao auge da economia do café, que deu início aos primeiros processos de metropolização da capital mineira. Entretanto, o crescimento esbarrava no problema da “*falta de energia elétrica e no precário sistema de ligações rodoviárias e ferroviárias*”, o que acabou estimulando a expansão da rede de transportes de Minas Gerais, tendo Belo Horizonte como ponto de convergência entre as regiões agrícolas e as novas minas (especialmente de minério de ferro, bauxita e manganês) ao mesmo tempo em que a capital concentrava a produção industrial mineira. (CONTI, 2009, p. 362) A recuperação e ampliação do sistema viário, incluindo

a construção das estradas de ferro na década de 20, fez diferença significativa no processo de reordenação do território mineiro, especialmente no interior central do Estado, produzindo novos espaços regionais e urbanos. Essa articulação regional ocasionou a redução das distâncias físicas e sociais. Não foi sem razão que, desde sua criação, a cidade de Belo Horizonte não parou de crescer.

Após a crise internacional de 1929, agravada pela Segunda Guerra (1940-1945), o mundo enfrentou a escassez de ferro e de aço. Esta crise retardou o surto de crescimento esperado pela industrialização mineira, mas foi neste período que Minas Gerais precisou se voltar para novos processos de ocupação de seu espaço interno e redescobrir sua produção mineral para fins de manter sua economia em funcionamento: *“O crescimento do parque siderúrgico nacional deu-se principalmente em Minas Gerais, precisamente na Região Metalúrgica devido à proximidade dos centros de mineração”* (CONTI, 2009, p. 369) transformando Belo Horizonte num centro industrial relevante e dando forma ao processo de metropolização da capital e expansão para área da Serra do Espinhaço, que concentrava as maiores riquezas minerais do território de Minas Gerais.

Assim, a década de 50, segundo Conti (2009, p.352) *“marca a integração da economia metropolitana com o setor industrial”* concretizando o processo de metropolização de Belo Horizonte. Embora as estradas de terra tenham surgido já nas primeiras décadas do século XX, foi apenas no período de 1950-60 que o asfaltamento das principais estradas de acesso à capital mineira - que seguiam traçados remanescentes dos antigos caminhos coloniais - foi criado a partir do binômio energia e transporte implementado pelo então governador do Estado (1951-1955), Juscelino Kubitschek de Oliveira. Nesta época Belo Horizonte já formava um importante nó de articulação inter-regional, que incluiu também a nova capital do país, Brasília, através da BR-040, e a construção destas estradas envolvia o desenvolvimento de atividades tradicionais relacionadas à mineração, siderurgia, mercado imobiliário, serviços de transporte e indústria da construção civil, por exemplo. Mais do que uma capital regional, estes fatores evidenciam a importância de Belo Horizonte como centro metropolitano, que passou a figurar como o polo dispersor de atividades, e de urbanização, para áreas que estavam isoladas no interior.

Foi na década de 70, época do chamado “Milagre Brasileiro”, que Minas Gerais sofreu uma invasão de empresas multinacionais que se instalaram na região, decorrentes do esforço feito pelo Estado de criar nos anos 60-70 um parque industrial fordista em

Minas Gerais (MONTE-MOR & DINIZ, 2012), que culminou na criação da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Esta fase, também conhecida como “*nova industrialização mineira*” produziu alterações significativas na base econômica da capital. Com o fim do “Milagre”, que em Minas Gerais se estendeu até início dos anos 80, um período de forte recessão se sucedeu na década de 80 – conhecida como “a década perdida” e gerou uma grave crise que atingiu a RMBH a partir de 81. Este fato aumentou a concentração de serviços na sede da RMBH, enfraquecendo a economia dos municípios do entorno, e tornando-os mais dependentes do centro metropolitano de Belo Horizonte.

O crescimento acelerado da década 70, pautado no discurso da integração nacional, transformou Belo Horizonte num grande centro regional, o que fez com que os processos de urbanização e industrialização no interior se tornassem ainda mais agressivos, e este fato repercutiu diretamente nas regiões da Serra do Espinhaço, especialmente em seus núcleos coloniais que, até então, jaziam economicamente no tempo. Por esta época, Minas Gerais ainda sofria forte influência de São Paulo e Rio de Janeiro, o que fez com que a relevância de Belo Horizonte no contexto de Minas Gerais estivesse mais associada ao que Monte-Mor (1994) chamou de “*Capital das Minas e dos Sertões*”.

Depois da construção de Brasília, Belo Horizonte saiu de sua condição de isolamento e a década de 70 acabou por se configurar num período de explosão urbana, demográfica e territorial. A metropolização estava se consolidando numa grande região do entorno do município, trazendo inclusive grandes custos ambientais e culturais no contexto urbano da cidade. A ordenação e o crescimento da cidade necessitavam ser repensados.

2.3.2 - A Região Metropolitana de Belo Horizonte e a Zona de Perimetropolização.

Criada em 8 de junho de 1973, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) era composta por 14 municípios. Atualmente é formada por 34 municípios, sendo o município de Belo Horizonte, o seu núcleo. Além disso, a região metropolitana de Belo Horizonte, segundo o artigo 51 da Constituição do Estado de Minas Gerais, de 1989, é circundada por uma zona denominada *colar metropolitano*, que segundo o IPEA (2012), seria formado pelos municípios do entorno da RMBH afetados pelo processo

de metropolização “*para integrar o planejamento, a organização e a execução das funções públicas de interesse comum*”. Assim, sobre a RMBH, e segundo a Emenda Constitucional nº65/2004:

Considera-se região metropolitana o conjunto de Municípios limítrofes que apresentam a ocorrência ou a tendência de continuidade do tecido urbano e de complementaridade de funções urbanas, que tenha como núcleo a capital do Estado ou metrópole regional e que exija planejamento integrado e gestão conjunta permanente por parte dos entes públicos nela atuantes. (IPEA, 2012, p.12)

O primeiro mapa (FIGURA 6) a seguir ilustra a Região Metropolitana de Belo Horizonte, e também seu colar metropolitano, já com a inclusão dos novos municípios, e o segundo (FIGURA 7) os vetores de expansão metropolitana da RMBH:

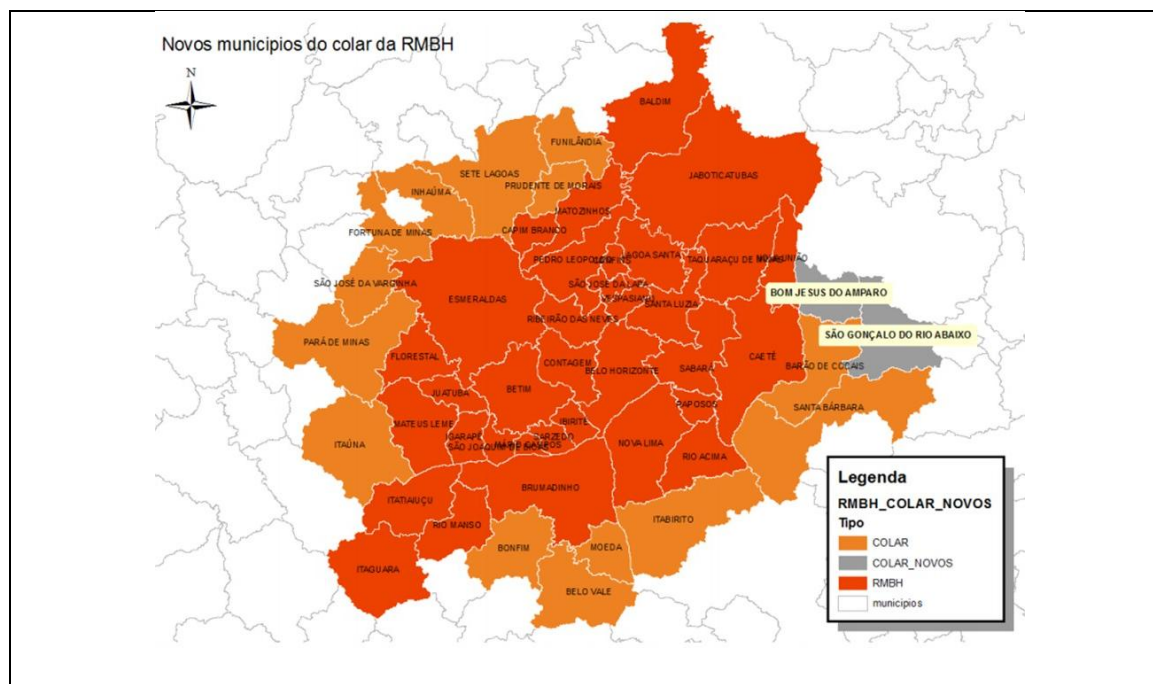


FIGURA 6: RMBH e Colar Metropolitano. Fonte: (IPEA, 2012, p.10)



FIGURA 7: Vetores de expansão metropolitana da RMBH. Fonte: (SOUZA, 2008, p.3)

Além disso, quando se fala na Região Metropolitana de Belo Horizonte deve-se considerar não apenas os municípios que dela fazem parte (incluindo o colar metropolitano) como também toda a zona influenciada por ela, e que, muitas vezes, extrapola seus limites territoriais. Assim, existem áreas para além dos limites oficiais da RMBH, mas que estabelecem com ela *“uma relação forte e estrutural, sendo, em grande medida, por ela condicionada e polarizada”*. (CONTI, 2009, p.404). Esta zona

também deve ser considerada para entender o fenômeno urbano associado à metrópole de Belo Horizonte. Segundo CONTI (2009, p. 404) a importância da compreensão sobre esta entidade territorial específica – RMBH – é que a mesma pode ser utilizada como objeto de propostas de planejamento e ordenamento territorial regional.

A denominada Zona Perimetropolitana já havia sido descrita pelo documento “A Estrutura Urbana da RMBH” da autarquia estadual responsável pelo Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte durante as décadas de 70 e 80, a PLAMBEL (MINAS GERAIS, 1986). Este documento analisa a estrutura da RMBH indicando três sub-regiões: 1) A sub-região altamente comprometida (conurbação); 2) A sub-região de comprometimento médio (primeiro anel perimetropolitano); 3) A sub-região de comprometimento mínimo (segundo anel perimetropolitano). Ainda que previstas em documento da década de 80, este zoneamento físico-morfológico indica que já existia uma tentativa de compreensão e ordenação do território da RMBH, e para além dela.

Atualmente, existem poucas referências sobre esta zona, e Alfio Conti (2009) se propôs a explorá-la e tentar delimitá-la. A chamada região perimetropolitana de Belo Horizonte (FIGURA 8) foi identificada como uma região que abrange uma área de raio de 200 km, no entorno da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e que recebe influência direta do centro metropolitano, formando uma zona complexa de várias cidades que se estruturam em volta da metrópole, com quem estabelecem fortes relações. O mapa a seguir mostra a inserção espacial dos núcleos urbanos de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde na Zona Perimetropolitana de Belo Horizonte, segundo a proposta apresentada por Conti (2009):

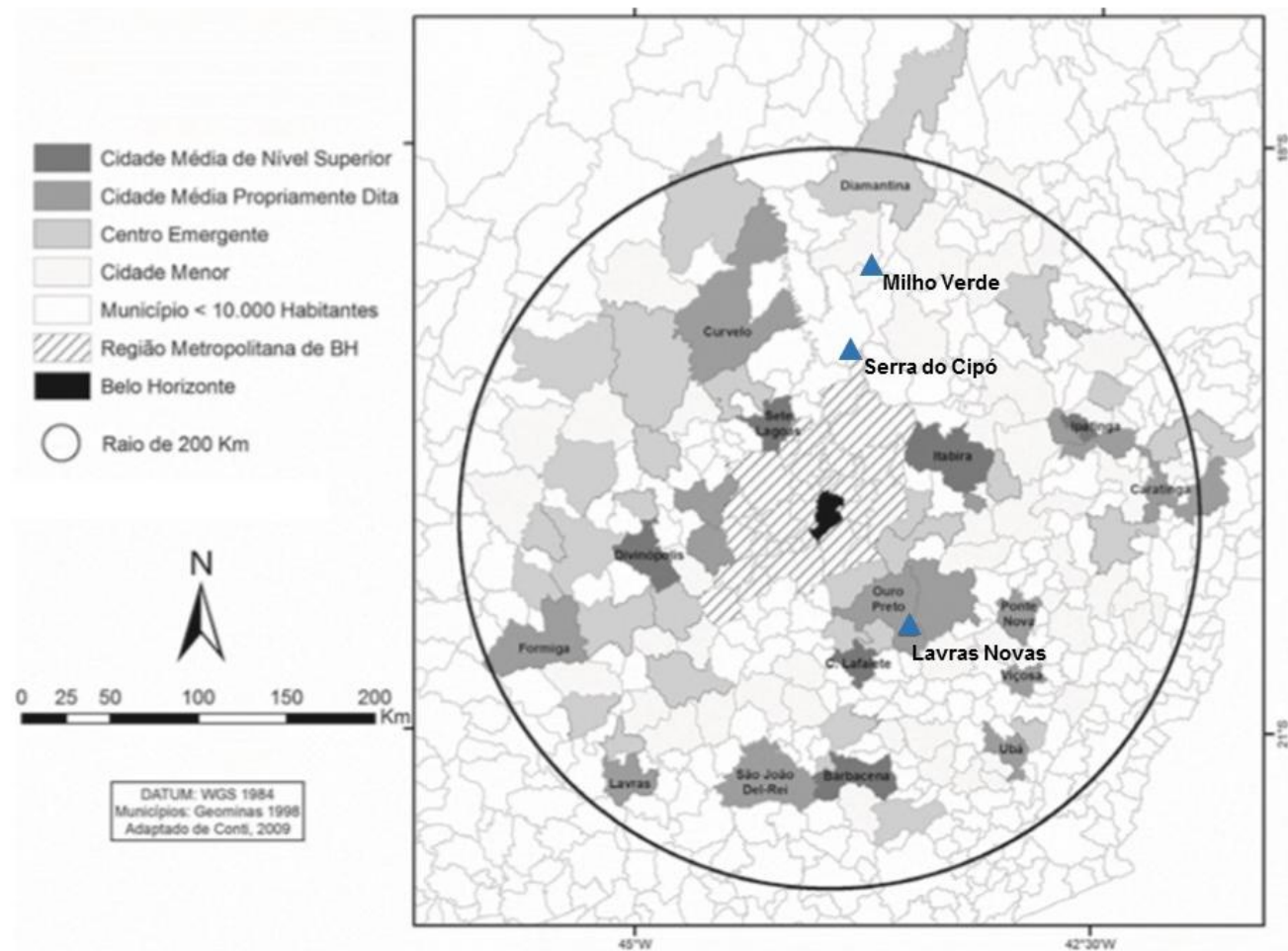


FIGURA 8: Inserção Espacial de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde na Zona Perimetropolitana em um raio de 200 km de Belo Horizonte. Fonte: Adaptado de Conti (2009) apud Varajão (2013).

A zona perimetropolitana, portanto, é a “parte” da Região Metropolitana de Belo Horizonte onde se encontram as áreas de expansão e as chamadas zonas de comprometimento mínimo citadas pelo PLAMBEL (MINAS GERAIS, 1986, p.408). O core metropolitano – a cidade de Belo Horizonte – figura como núcleo central que detém a força propulsora e comanda as funções mais importantes de toda esta área. Segundo Conti (2009) é o local centralizador e que domina o espaço regional e no qual as forças da metropolização se tornam mais visíveis.

O eixo do Serra do Espinhaço, sentido norte-sul, coincide com os vetores de expansão urbana da RMBH identificados por Alfio Conti (2009). O vetor sul inclui os municípios de Nova Lima, Brumadinho e Itabirito, por exemplo, que fazem parte da região do Quadrilátero Ferrífero, que abriga também o município de Ouro Preto, e consequentemente, seu distrito Lavras Novas. Ambos os lugares estão inseridos na zona perimetropolitana de Belo Horizonte. O vetor norte, por seu turno, influencia sobremaneira a expansão urbana na região da Serra do Cipó, que já faz limite com o município de Jaboticatubas, integrante da RMBH. O distrito de Milho Verde, localizado entre o município de Serro e Diamantina, também está inserido na zona perimetropolitana, entretanto, a influência de Belo Horizonte é dissipada pela influência de Diamantina, e os tipos de uso e ocupação do solo apresentam particularidades e não tem sido tão agressivo como na Serra do Cipó, por exemplo.

Dentre as observações sobre a influência da RMBH e a caracterização de sua zona perimetropolitna, considerando o contexto da Serra do Espinhaço, Conti (2009) indica que a mesma é dividida em áreas que seguem os vetores da RMBH, mas não se limitam a eles. Assim, a região do Eixo da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço coincide com duas regiões, que Conti (2009) denomina 1) A região deprimida Norte e 2) O aglomerado urbano Ouro Preto – Mariana e Itabirito (CONTI, 2009, p.471). A região norte da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço apresenta características ainda muito rurais e com centros urbanos pouco numerosos, e, quando existentes, são de pequeno porte. Entretanto, o autor chama a atenção para um forte eixo de expansão urbana que corta a cidade de Lagoa Santa, atingindo o distrito Serra do Cipó, caracterizado da seguinte forma:

“(...) composto por urbanizações, loteamentos, com diferentes padrões socioeconômicos, compreendendo desde os loteamentos para grupos de renda média e alta que se transformam em “condomínios fechados”, até loteamentos para os grupos de renda baixa, que se justificam enquanto a população residente é prestadora de mão-de-obra para os primeiros. A localização dos loteamentos se

dá ao longo da MG-010, e eles se encontram em diferentes fases de ocupação, com uma distribuição espacial quase sem solução de continuidade, chegando ao pé das vertentes da Serra do Cipó". (CONTI, 2009, p. 472)

Estes processos também ocorrem no vetor sul da Serra do Espinhaço, coincidente com a região do Quadrilátero Ferrífero. Esta é uma zona em intenso processo de expansão, e de conurbação entre as cidades de Ouro Preto, Mariana e Itabirito. O processo de parcelamentos do solo nessa região, ainda que intenso, é recente, e envolve a abertura de loteamentos em áreas rurais, o que inclui também a região próxima a distrito de Lavras Novas. Embora o autor não cite este núcleo urbano diretamente, fica evidente que os processos de urbanização desta região, também são voltados para condominização destinadas ao atendimento de público de renda média e alta, de origem urbana, o que indica que pode ter relação com a construção de casas de segunda residência, por exemplo.

A Zona Perimetropolitana de Belo Horizonte, conforme alerta CONTI (2009) é uma região pouco conhecida e ainda necessita de muitos estudos para sua compreensão, uma vez que não é uma área homogênea, ao contrário. Esta pesquisa, tampouco, tem a intenção de esgotar as análises, caracterizando-se muito mais por um estudo exploratório sobre a relação desta região com a urbanização dos pequenos núcleos urbanos de origem colonial no contexto da Serra do Espinhaço. Com o intuito de compreender melhor as especificidades desta região, associada ao recorte da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, e sua relação com o processo de urbanização extensiva a partir da metrópole de Belo Horizonte foi realizado um intenso processo de pesquisa sobre os processos históricos de formação destas localidades e a investigação de sua realidade atual. Posteriormente a este processo de pesquisa percebeu-se que a construção da cidade de Belo Horizonte talvez tenha sido um fator crucial para a revitalização futura dos pequenos núcleos urbanos de origem colonial. Estes processos podem ter relação com a atividade turística que se desenvolveu nestes lugares, que estavam estagnados no tempo e no espaço, mas que fizeram parte da história de Minas Gerais desde os seus primórdios até os dias atuais, conforme veremos a seguir.

2.4 – O turismo pelos caminhos do Espinhaço: o surgimento dos núcleos urbanos de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde e seu contexto ambiental.

Ao longo de mais de 200 anos a história de Minas Gerais foi traçada pelas estradas abertas no interior da Serra do Espinhaço. Os núcleos urbanos aqui considerados, em virtude de terem ficado por muitos anos isolados – economicamente com o final do período da mineração colonial, e durante parte considerável do século XIX e início do século XX, acabaram conservando seus bens tangíveis e intangíveis, muitos reconhecidos oficialmente como patrimônios, e também suas paisagens naturais, em parte protegidas por meio do SNUC, compondo o contexto da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. Entretanto, a partir da reconversão contínua do território mineiro, desde a criação de Belo Horizonte, o fenômeno urbano que se estendeu por esta região levou consigo o fenômeno do turismo, e o mercado turístico tem se apropriando cada vez mais destes lugares, explorando-os de forma intensa e, muitas vezes, agressiva. Tal situação tem ocasionado conflitos e contradições, uma vez que estes lugares são estruturas muito frágeis do ponto de vista ambiental e urbano.

O objetivo deste sub-capítulo é contextualizar estas pequenas localidades – desde o seu surgimento, ainda no início do século XVIII, e os processos históricos que se desencadearam até a sua redescoberta no século XX – e aprofundar a compreensão sobre a região da Serra do Espinhaço, a formação de sua rede urbana e fenômenos correlatos. Para a construção desta caracterização inicial foram realizadas visitas de campo às sedes municipais de Ouro Preto, Santana do Riacho e Serro, e aos seus distritos de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde, respectivamente. A maior parte das informações contidas nesta seção foram pesquisadas e retiradas de documentos oficiais que incluem instrumentos de planejamento urbano, como Planos Diretores e legislações referentes ao uso e ocupação do solo; além de Planos de Manejo das principais Unidades de Conservação que se relacionam com os referidos distritos, pesquisas de campo, entrevistas em profundidade, observações do pesquisador e uma série de trabalhos de outros pesquisadores²² que desenvolveram estudos anteriores sobre estas regiões, como veremos a seguir.

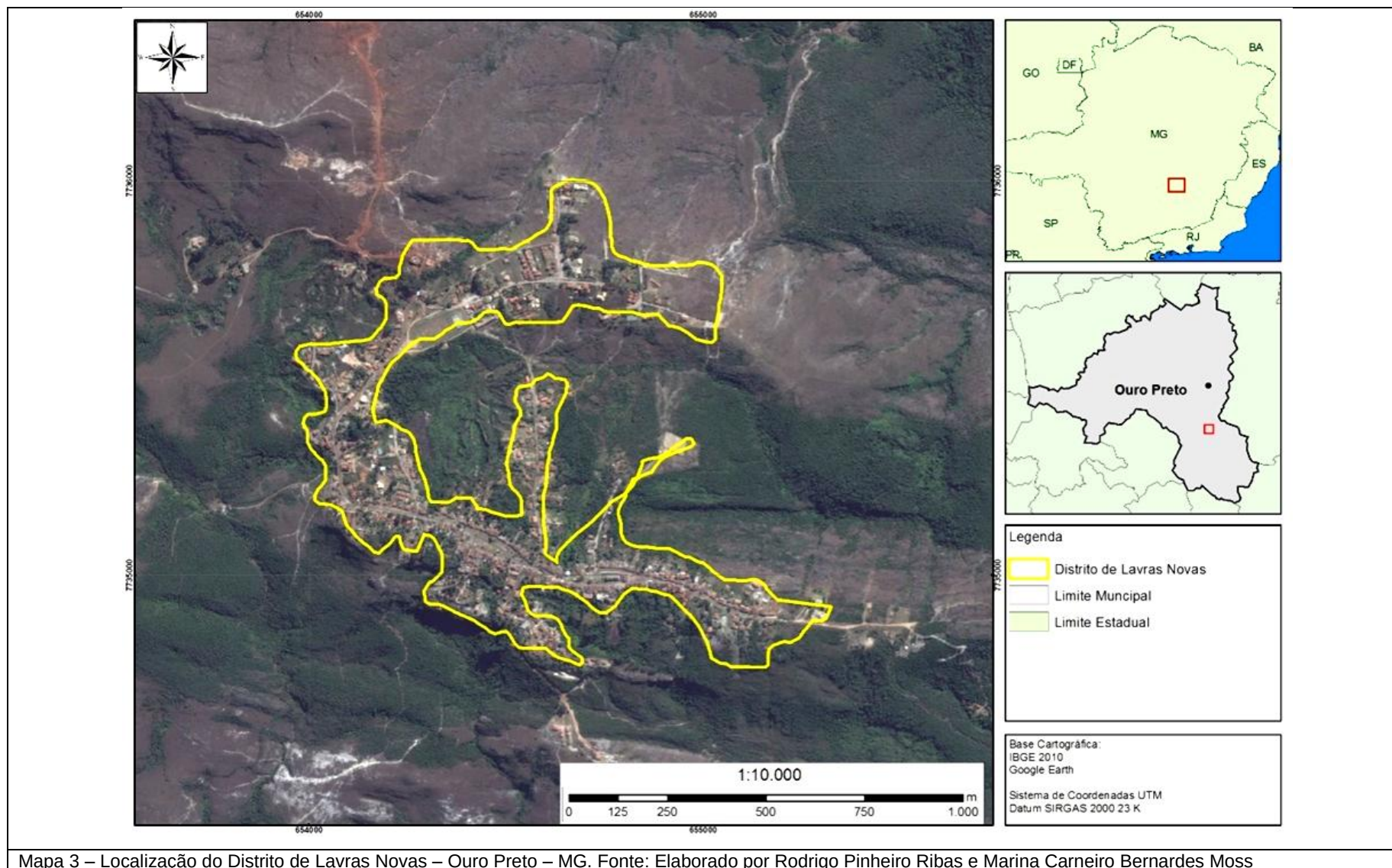
²²Principais autores consultados: CHAVES (2011); BESSA (2011); (VARAJÃO (2013); LACERDA (2014); GONTIJO (2003); MORAES (2006); CONTI (2009); LOPES (2009); MOSS (2010); BRAGA (2011); OLIVEIRA (2002) e FERREIRA (2010).

2.4.1 - O DISTRITO LAVRAS NOVAS – ÁREA I:

O município de Ouro Preto está dividido na sede e mais 12 distritos²³, sendo Lavras Novas um deles. Localizada na porção centro-sul da Serra do Espinhaço, na região do Quadrilátero Ferrífero, dista 13 km da sede municipal e se situa na zona de influência do centro urbano de Belo Horizonte (118 km) e também de Mariana (15 km). Sua elevação à categoria de distrito é recente, datando de 2009²⁴ e, assim como a sede municipal e parte dos demais distritos, teve sua formação urbana associada às primeiras explorações nas minas coloniais, ainda no século XVIII. Lavras Novas manteve grande parte de suas características urbanas originais até meados do século XX, preservadas devido ao esgotamento das jazidas locais e ao seu isolamento geográfico. A partir do último quartel do século XX, o distrito passou por um momento de reconfiguração territorial, quando começou a ganhar notoriedade e visibilidade por suas paisagens naturais e aspectos histórico-culturais bem conservados. O mapa (MAPA 3) a seguir mostra a localização espacial do distrito de Lavras Novas:

²³Distritos que fazem parte do município de Ouro Preto: Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Corrêa, Glaura, Lavras Novas, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto, Santa Rita de Ouro Preto e São Bartolomeu.

²⁴Antes era um subdistrito do município de Ouro Preto-MG.



A cidade histórica de Ouro Preto, sede do município do qual faz parte o distrito de Lavras Novas, é uma das localidades de maior relevância histórica, econômica e cultural do Estado de Minas Gerais, e foi declarada como Patrimônio Cultural da Humanidade, em 21 de abril de 1981, pela UNESCO. As origens de Ouro Preto remetem à descoberta das primeiras jazidas auríferas, pelas bandeiras do final do século XVII, quando os primeiros assentamentos humanos começaram a se formar junto aos córregos situados nos contrafortes da Serra de Ouro Preto.

Os primeiros habitantes desta porção de terras mineiras foram tribos indígenas do litoral, norte e nordeste de Minas que se refugiaram nas montanhas com a chegada dos portugueses ao Brasil²⁵. Estas várias tribos, que perderam seus territórios litorâneos e buscaram abrigo nas montanhas, formaram o grupo dos chamados “Mineiríndos” que habitaram por muito tempo a área que hoje é o município de Ouro Preto, até então, chamado Sertão dos Cataguases, ou a Terra dos Cataguás – que, em tupi, significava *os habitantes do cerrado*. Fugidos do litoral, estes grupos indígenas passaram a resistir à entrada das bandeiras em Minas. Foi com o intuito de “prear” os gentios desta região, que Antônio Rodrigues Arzão se deslocou de Taubaté, por volta de 1692, com 50 homens armados. Por outras razões, acabou encontrando o ouro de aluvião na cabeceira do Rio Casca²⁶. Com esta descoberta a região passou a receber pessoas de todos os recantos da colônia em busca dos metais preciosos. Era comum, por esta época, que os mineradores e agricultores construíssem residências junto às suas datas, lavras²⁷ e terras cultivadas, dando origem assim aos primeiros assentamentos humanos das Minas. (IEF, 1994, p.44)

A formação urbana deste pequeno distrito de Ouro Preto integra a própria história de colonização das Minas, tendo grande influência das atividades mineradoras. Na condição de um dos povoados mais antigos da região, suas raízes históricas remetem a períodos anteriores ao apogeu da exploração aurífera, em 1716, quando foram descobertas novas lavras de ouro, como a própria toponímia do distrito indica. Algumas versões dizem que a descoberta desta nova área de lavras durante o período colonial possui relação com os desbravamentos das áreas adjacentes ao Ribeirão do Carmo (Mariana-MG), indicando que já existiam minas antes mesmo da formação do

²⁵ Para mais informações, vide (IEF, 1994)

²⁶ Não existe certeza quanto a quem descobriu o ouro negro em Minas Gerais, mas a região foi palco de várias expedições no final do século XVII, com destaque para as de Bartolomeu Bueno da Siqueira, Antônio Rodrigues Arzão e Duarte Lopes.

²⁷ Datas era lotes de terra entregues ao descobridor da mina, para exploração artesanal de ouro. As Lavras, eram lotes de terra, maiores que as Datas, que envolviam técnicas de exploração do ouro mais sofisticadas e o uso da mão de obra escrava, de origem africana.

arraial de Ribeirão do Carmo (Mariana) e de Vila Rica. Outros relatos das descobertas nesta região, que datam de 1703, mencionam a Carta de Sesmaria que foi passada aos irmãos Feliciano e Antônio Fernandes Furtado (filhos do coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça). Foram eles quem, por volta de 1704, encontraram novas lavras junto às margens do Ribeirão do Prazeres. (VARAJÃO et al, 2013).

Depois desta época, a localidade passou a ser registrada em vários mapas e documentos ao longo do século XVIII, indicando que, por todo período colonial, este foi um arraial conhecido e fiscalizado. A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres foi erigida no ano de 1762. Entretanto, documentos da época comprovam que, antes mesmo de 1717²⁸, já existia a Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, indicando a existência do arraial e sua relação como uma subdivisão da freguesia (VARAJÃO, 2013) de Santo Antônio do Itatiaia (atual sede de Ouro Branco). Somente em 1842, depois da Independência do Brasil (1822) foi que Lavras Novas passou a fazer parte da área de influência da então chamada “Imperial Cidade de Ouro Preto” (antiga Vila Rica).

Existe a suposição de que Lavras Novas tenha se originado de um quilombo. Mas, conforme dito, por todo século XVIII a localidade já era bem conhecida da Coroa. Sua população era formada por pessoas ligadas às atividades de mineração, indígenas e escravos forros. Assim, apesar da teoria de que Lavras Novas teve sua origem num antigo quilombo, tal fato pode ser contestado, uma vez que a localidade estava numa região altamente controlada, e muito próxima aos antigos caminhos coloniais que ligavam os núcleos mineradores: o Caminho Velho e o Caminho Novo. Uma possibilidade que talvez explique esta suposição é que, com o abandono do local em função do esgotamento das Minas, por volta do ano de 1780, muitos trabalhadores deixaram a região. Lavras Novas se localiza no alto de uma serra, com grau significativo de isolamento geográfico, e devido à dificuldade de acesso à localidade, este abandono causou seu esvaziamento populacional por muitas décadas. Com o declínio acentuado da mineração, as pessoas que deixaram a localidade foram se dedicar a outras atividades, possivelmente agropastoris, melhor desenvolvidas em outras terras, que não os solos rasos de Lavras Novas²⁹. Posteriormente, talvez a população tenha se ampliado devido à abolição da escravidão. Por volta de 1890, a

²⁸Existe uma certidão de batismo em nome de Maria do Prazeres, filha de família paulista tradicional, na Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, datando de 1717. (VARAJÃO, 2013)

²⁹Os solos da região são rasos, de formação quartzítica (neossolos e os cambissolos) o que acabou restringindo a exploração agrícola e tornando a localidade dependente de abastecimento externo (talvez vindos da Zona da Mata mineira).

mineração tinha se exaurido completamente, e a população resistente, resultante da miscigenação de negros alforriados, portugueses e indígenas, passou a sobreviver de atividades de subsistência e do extrativismo.

2.4.2 –No sopé da serra do Trovão: o contexto ambiental

O distrito de Lavras Novas não está inserido diretamente em nenhuma unidade de conservação, mas é margeado por várias delas, fazendo parte de suas zonas de amortecimento. Estas áreas protegidas que cercam o distrito ainda não possuem plano de manejo aprovado, e consequentemente, zona de amortecimento definida, mas o art. 27 do Decreto nº 99.274/90 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, estabelece um raio de 10 km no entorno da área protegida como Zona de Amortecimento. Além disso, o distrito se localiza aos pés da Serra do Trovão, que atualmente encontra-se em processo de análise de tombamento³⁰ federal, a pedido do município de Ouro Preto, como patrimônio cultural e natural, na categoria de paisagem cultural. A noroeste do distrito está localizada a Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas e o Parque Estadual do Itacolomi (PEIT), entre os municípios de Ouro Preto e de Mariana, somando uma área de 7.543 ha. O município de Ouro Preto também é abrangido pelo Parque Estadual Serra de Ouro Branco (PESOB), criado em 21 de setembro de 2009, com área aproximada de 7.520 há. O limite norte do PESOB coincide com os limites de outra unidade de conservação, a sudoeste de Lavras Novas, o Monumento Natural Serra de Itatiaia, situado muito próximo do distrito. Lavras Novas está inserida no centro deste complexo sistema de áreas protegidas, numa região que ainda engloba outras UCs³¹ que não fazem limite direto com o distrito, mas indicam o potencial paisagístico e natural que margeia este núcleo urbano de origem colonial.

De todas estas áreas protegidas segundo critérios do SNUC e localizadas no entorno de Lavras Novas, a que exerce maior influência em sua área urbana (atualmente em intenso processo de expansão, como veremos no capítulo seguinte) é o Parque

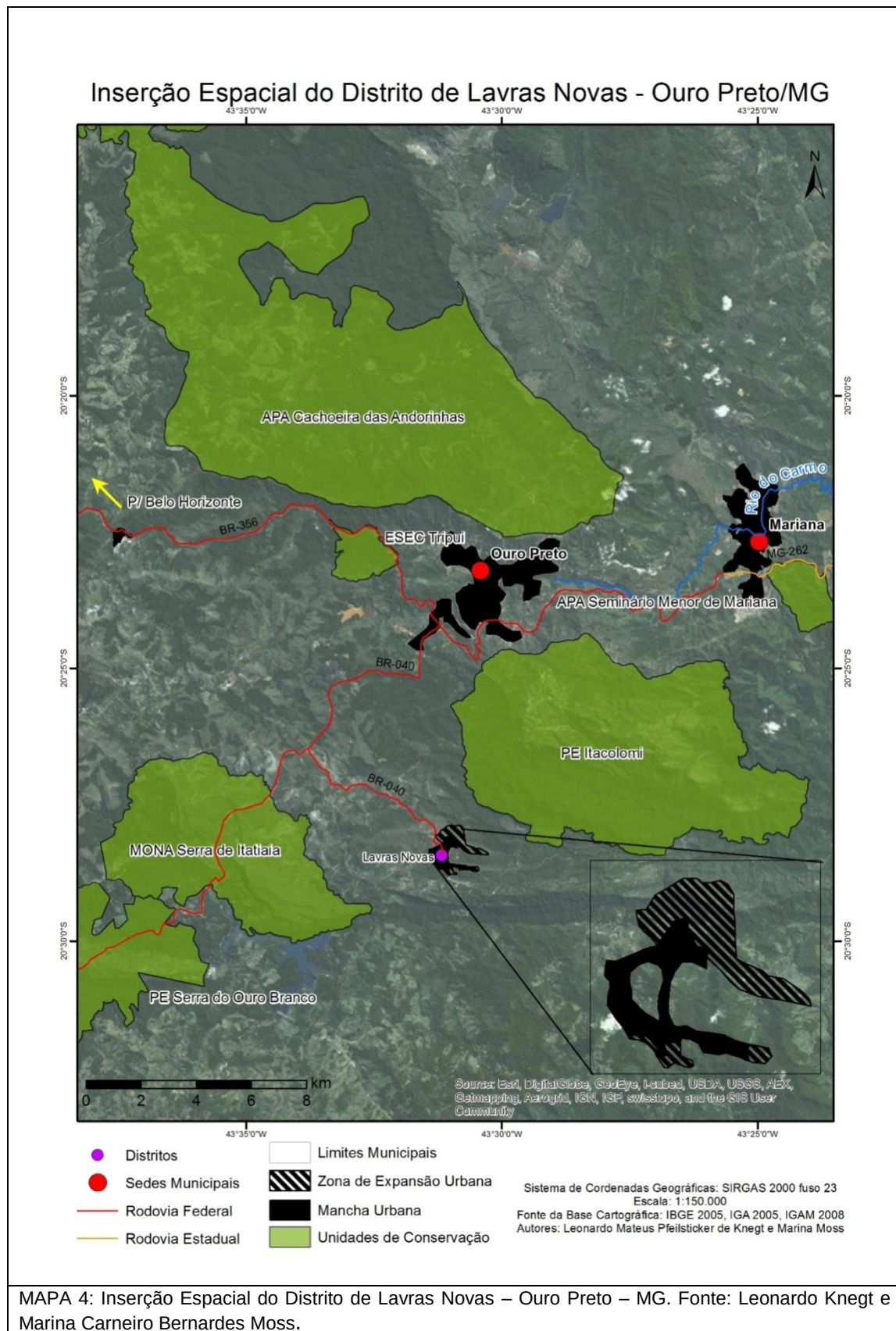
³⁰ Segundo Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Preservação do Patrimônio cultural e Natural, datada de 01 de fevereiro de 2011, trata-se de tombamento como Paisagem Cultural. Disponível em: http://www.ouropreto.mg.gov.br/index/diariooficial_print.php?iddiariooficial=482&nro=747

³¹ Além das quatro unidades de conservação citadas (Parque Estadual do Itacolomi, APA Cachoeira das Andorinhas, Parque Estadual Serra de Ouro Branco e Monumento Natural Serra de Itatiaia) as demais áreas protegidas que formam este complexo são: Floresta Estadual do Uaimií, Estação Ecológica Estadual do Tripuí, Monumento Estadual Natural Serra da Moeda, Estação Ecológica Estadual de Aredes e APA Seminário Menor de Mariana, além de outras reservas particulares.

Estadual do Itacolomi³² (PEIT), considerado umas das áreas núcleo da RBSE, ou seja, essencial para a consolidação da mesma (IEF, 2007, p.20). Criado pela Lei Estadual nº4495, de 14 de junho de 1967, o PEIT abrange: as principais nascentes formadoras do Rio Doce; importante patrimônio histórico cultural edificado³³ e a formação geológica e geomorfológica do monumento natural do Pico do Itacolomi, também chamado de “*O Farol do Bandeirantes*”. (IEF, 1994, p.91) O limite sul do PEIT é o Córrego dos Prazeres, no qual teve origem o assentamento urbano de Lavras Novas, no século XVIII, conforme o Mapa abaixo (MAPA 4)

³² O Monumento Natural Serra de Itatiaia se localiza depois da barreira geográfica da Serra do Trovão, que atua como um limite natural ao distrito de Lavras Novas. E a Serra do Trovão ainda não se enquadra nessa categoria.

³³ Com destaque para a Casa Bandeirista, ruínas da antiga Olaria, Museu do Chá e Capela.



Quando de sua criação, a proposta era que o Parque Estadual do Itacolomi ocupasse áreas consideradas terras devolutas (terrenos públicos nunca ocupados), e por isso não foram destinados recursos financeiros para fins de desapropriação. No entanto, logo após sua criação, em 1967, foi constatado que a situação fundiária local era mais complexa do que os técnicos haviam imaginado, e que existiam ocupações e usos conflitantes no território, especialmente envolvendo empresas de ferro-liga, reflorestamento, carvoejamento, mineração, caçadas ilegais, extração de lenha para uso doméstico, extração de taquara para a produção de lenhas e balaios e criação extensiva de gado de corte. (IEF, 1994, p. 94). Sobre os conflitos relacionados à esta situação fundiária, um motivo de desagravo foi que a não destinação de recursos para as indenizações das propriedades situadas dentro da área do PEIT implicaram o embargo das atividades econômicas destas propriedades, mas os antigos proprietários nunca foram indenizados.

Outra questão fundiária envolvendo a região do entorno do PEIT foi a chegada da empresa Companhia Paulista de Ferro Liga, em 1973, que junto à ALCAN Alumínio do Brasil S.A. (atual Novelis) causaram grandes impactos ambientais. Para a produção de carvão destinado a alimentar os altos fornos, estas empresas desmataram parte considerável da área verde do Parque para a plantação de eucalipto e produção de carvão, fato que passou sem maiores fiscalizações em função da morosidade burocrática do poder público de Ouro Preto. Por esta época, a maioria dos donos de terra no entorno e interior de PEIT eram grandes empresas (ALCAN, Cia. Paulista Ferro Liga, Samarco, Usina Esperança S.A.). O Plano de Manejo do PEIT, de 2007, ainda sem aprovação, indica que esta situação ainda não está resolvida³⁴.

Para driblar a situação, o órgão responsável pelo Parque passou a criar uma série de contratos de comodatos com as empresas que atuavam na área do parque, caso da ALCAN. Um destes contratos, firmado no ano de 1986 teria duração de 20 anos, e reforçava a importância do PEIT do ponto de vista patrimonial, histórico, natural e cultural. Ao mesmo tempo, este contrato implicava uma das primeiras formas de parcerias público-privadas que beneficiaria majoritariamente a ALCAN³⁵. Embora este

³⁴ Áreas irregulares no entorno do PEI: Alcan com 3.475 ha/ Álvaro Macedo Guimarães -“chácara do Cintra” com 800 há / Companhia. Minas de Passagem com 1.619 ha. / Espólio de João Cunha Neto com 45,5 ha. / Maria das Dores Gomes com 9 há / Produtos Maracanã com 1 ha. / Usina Queiroz Júnior com 1.932 ha. / Empresa de Chá-Ouro Ltda. com 242 há (IEF, 2007, p.81)

³⁵ Dentre os benefícios deste contrato de comodato, o IEF se comprometia em manter vigilância e fiscalização sobre a área, responsabilizar-se por todos os impostos e taxas a ela relativos, prestar assistência técnica à ALCAN para criação de áreas verdes de seu interesse, fornecer gratuitamente, sementes e mudas de essência nativa à empresa, colaborar em atividades de educação ambiental da mesma. (IEF, 1994, 95)

último contrato tenha colocado fim aos usos conflitantes junto à área protegida, ele também teve impacto direto na vida dos moradores de Lavras Novas.

Lavras Novas fazia parte das comunidades que utilizavam a área do parque para suas atividades de subsistência, e ainda, fornecia a mão de obra que trabalhava nas demais atividades desenvolvidas pelas grandes empresas. Neste sentido, com a criação do PEIT os moradores do entorno, que tinham sua economia dependente destas atividades, foram prejudicados duplamente, pois não poderiam mais trabalhar, nem utilizar os recursos para sua subsistência. Durante este processo, quem realmente se beneficiou com toda esta situação foram as grandes empresas.

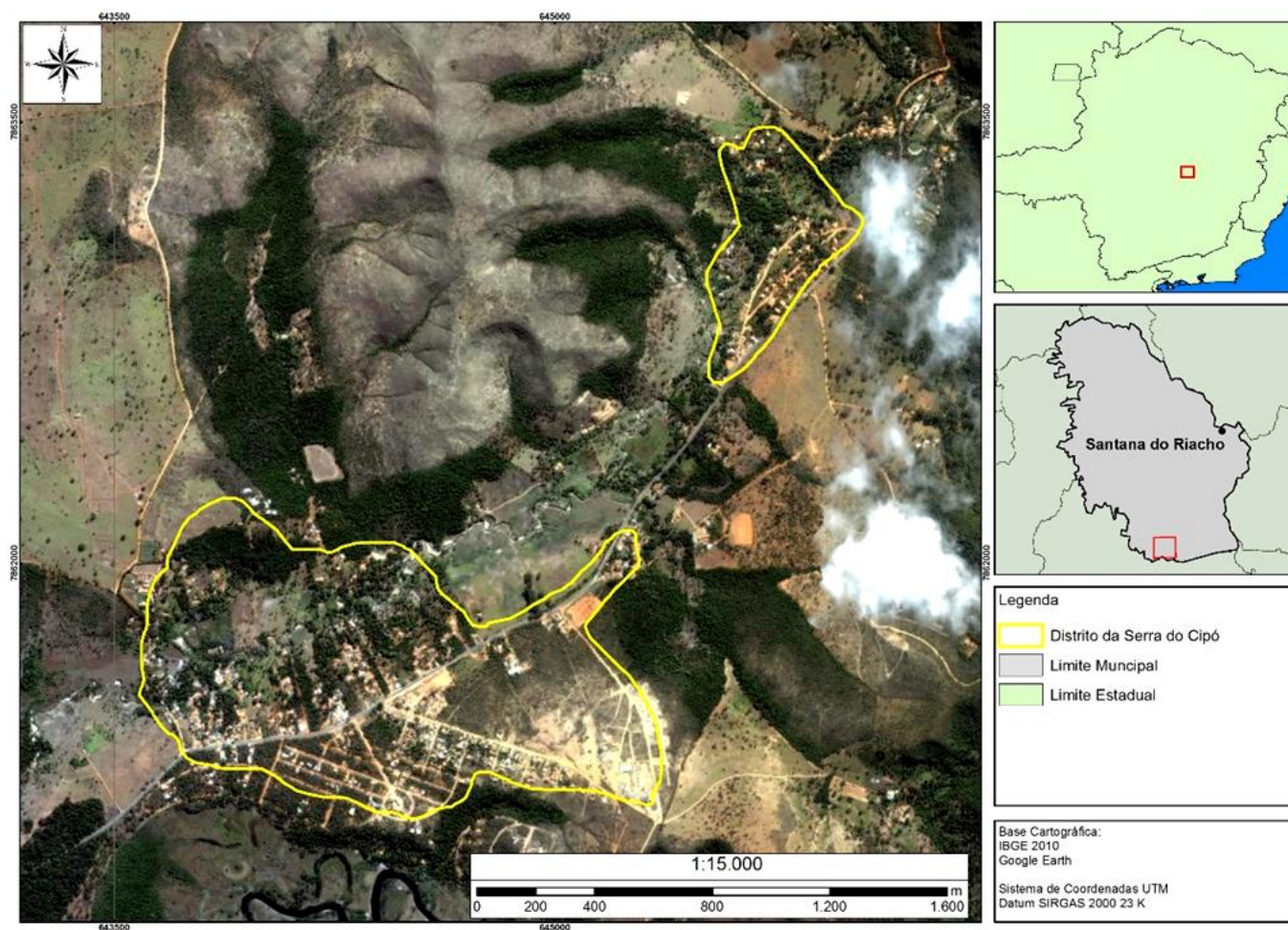
A própria área que hoje abriga a sede do Parque, a Fazenda do Manso, funcionava antes da criação do mesmo, como uma enorme propriedade de plantação de Chá da Índia, bem como a Fazenda Rio Acima. Durante as décadas de 30, 40 e 50 produziu o Chá Edelweiss, para exportação, em quantidades significativas, e utilizando mão de obra das populações de baixa renda das comunidades do entorno, especialmente jovens mulheres de Lavras Novas. Devido a este histórico de usos e ocupações passadas, a cobertura vegetal dessas áreas estava completamente desmatada quando o PEIT foi criado. Foi a partir da década de 90, quando um grupo de alemães se interessou pelo PEIT, que entidades e instituições ambientalistas da Alemanha se uniram e fizeram a doação dos recursos necessários para reflorestá-lo. Desde o final da década de 90, o Parque Estadual do Itacolomi encontra-se aberto à visitação, contando com uma estrutura de apoio significativa. Curiosamente, alguns moradores de Lavras Novas continuam na Fazenda do Manso, agora com trabalhos relacionados à conservação da natureza e ao turismo. Outros seguem atuando como operários de indústrias siderúrgicas e relacionadas à mineração, especialmente no beneficiamento de bauxita e minério de ferro. Atualmente, Lavras Novas tem sua economia pautada por estas atividades, conforme veremos no capítulo seguinte.

2.4.3 - O DISTRITO SERRA DO CIPÓ – ÁREA II:

No ano de 2003, o distrito de Cardeal Mota, pertencente ao município de Santana do Riacho, alterou seu nome para Serra do Cipó³⁶. Localizado na porção sul da Serra do Espinhaço (MAPA 5), e na parte meridional da RBSE. Esta pequena localidade, durante o período colonial, *“era conhecida como Serra da Vacaria, e produzia carne de*

³⁶No dia 12 de maio de 2003 a Câmara dos Vereadores de Santana do Riacho alterou o nome do distrito de Cardeal Mota para distrito Serra do Cipó, conforme a Lei nº 336.

charque para o abastecimento das áreas de mineração e garimpo” (ICMBio, 2009, p.12). Historicamente, a origem do município de Santana de Riacho (antigo Riacho Fundo) está relacionada à rota alternativa ao antigo caminho que ligava Ouro Preto ao Arraial do Tejuco, também conhecido como o “Caminho de dentro das Macaúbas”. A formação urbana do distrito Serra do Cipó está associada tanto à presença do Rio Cipó (marco geográfico que orientava os viajantes) quando às trilhas que se dirigiam ao Tejuco. Serra da Vacaria, como era conhecido até meados do século XIX, fazia parte de rota alternativa utilizada por tropeiros e viajantes que seguiam em direção à Vila do Serro Frio.



Historicamente, a região da Serra do Cipó³⁷, que abriga o distrito de mesmo nome, possui três grandes fases de povoamento, sendo a primeira delas a sua fase de ocupação pré-histórica, há cerca de 12.000 anos; a segunda relacionada à passagem dos bandeirantes (desde o fim do século XVII e início do século XVIII) no qual os principais povoados ainda existentes tiveram sua origem, e a fase atual, no século XX, em que se estabeleceram os municípios atuais³⁸. Na região Serra do Cipó, “as primeiras “bandeiras” a atuarem na região foram as de *Fernão Dias Paes, entre 1673 e 1681 e a de Antônio Soares Ferreira, iniciada em 1701*” (ICMBio, 2009, p 34, v.II), sendo que esta última fundou os povoados que deram origem à Conceição do Mato Dentro e Morro do Pilar. Ao passo em que os caminhos se consolidavam, a região foi sendo ocupada.

No caso particular da sede municipal de Santana do Riacho, os primeiros registros datam de 1744, quando a região – então denominada Riacho Fundo – foi concedida em Carta de Sesmaria para o Sargento Mor Antônio Ferreira de Aguiar e Sá. Nesta ocasião, foi fundada a Fazenda Riacho Fundo, pertencente à freguesia de Conceição do Mato Dentro, comarca do Serro Frio. Entretanto, acredita-se que a origem dos primeiros assentamentos humanos na região em volta de Riacho Fundo seja anterior à concessão da Sesmaria, já sendo conhecida e de certa forma ocupada nos primeiros anos do século XVIII. Gontijo (2003) nos recorda que:

“A tendência era de se ocupar as terras antes dos pedidos de cartas de sesmaria, o que Guimarães chama de “estratégia do fato consumado”. Ademais, no caso do povoamento decorrente de atividades mineradoras, os novos achados nem sempre eram comunicados imediatamente após a sua ocorrência, como foi o caso dos próprios diamantes na região **[da Serra do Espinhaço]**”. (GONTIJO 2003, P.56, grifo nosso)

Durante mais de 200 anos, o povoado de Riacho Fundo foi submetido a várias divisões territoriais e políticas³⁹, antes de se emancipar do município de Jaboticatubas e se tornar o município Santana do Riacho, no ano de 1962. A região da Serra da

³⁷ Região geográfica que engloba diversos municípios até as proximidades de Milho Verde. Vide BRAGA (2011).

³⁸ Vide ICMBio (2009).

³⁹ Em 1759, foi construída a capela local, ao lado da qual foi-se desenvolvendo um pequeno arraial que tornou-se o distrito de Riacho Fundo, pertencendo à freguesia de Conceição do Mato Dentro, comarca do Serro Frio. Em 1836, o distrito de Riacho Fundo foi suprimido e incorporado ao território de Morro do Pilar. Após muitas reivindicações locais, em 1844, Riacho Fundo voltou a ser distrito, entretanto, não mais de Morro do Pilar e sim do Município de Conceição do Mato Dentro. Mais tarde, em 1911, após muitos atritos políticos, criações e revogações de inúmeras leis, o distrito de Riacho Fundo passou a pertencer ao Município de Santa Luzia. Em 1938, com a criação do Município de Jaboticatubas, passa a fazer parte do novo Município. (ICMBio, 2009, p.42)

Vacaria (atual área do distrito Serra do Cipó) abrigou um dos netos do bandeirante Antônio Ferreira, José dos Santos Ferreira, que construiu a Fazenda Cipó (atual Cipó Velho), nas proximidades do distrito de Serra do Cipó, embora, na nova divisão política, a mesma continue fazendo parte do município de Jaboticatubas. Em teoria, foi como se a nova divisão política tivesse desmembrado o antigo distrito ao meio, uma vez que a formação do povoado da Serra da Vacaria se originou da Fazenda Cipó, evento associado à abolição da escravidão.

Esta instabilidade fez com que Riacho Fundo (atual Santana do Riacho) tivesse seu desenvolvimento ocorrendo às margens das forças políticas, caracterizando-se como um território sem identidade e autonomia (FERREIRA, 2010). Tais fatores ampliaram as dificuldades já existentes, associadas ao seu isolamento geográfico, e os reflexos desta condição histórica podem ser percebidos ainda hoje no município. Atualmente, mesmo sendo a sede municipal, Santana do Riacho continua isolado, com dificuldades para afirmar sua autonomia e com feições de povoado. Santana do Riacho não cresceu economicamente, nem tampouco, sua área urbana, que hoje é bem menor que a de seus dois destinos de vocação turística: Serra do Cipó e Lapinha da Serra (conforme MAPA 5 a seguir). Há cerca de um ano, foi aberta uma nova rodovia, asfaltada, ligando a sede municipal à MG -010 e o distrito da Serra do Cipó. Este trajeto era feito por estrada de terra até o ano de 2013, e ainda não pudemos analisar os impactos decorrentes.

2.4.4–Margeando o Rio Cipó: o contexto ambiental

O Parque Nacional da Serra do Cipó (PARNA Cipó), criado pelo decreto nº 90.223, de 25 de setembro de 1984, abrange os municípios de Jaboticatubas (65,6%)⁴⁰, Santana do Riacho (8,3%), Morro do Pilar (18,8%) e Itambé do Mato Dentro (7,3%) somando uma área total de 31.617,8 ha. A portaria-sede do parque se localiza nas proximidades da Rodovia MG-010 (km 97), no município de Jaboticatubas, entretanto, no exato ponto de seu limite com o município de Santana do Riacho, ao lado da ponte do Rio Cipó (início a área urbana do distrito Serra do Cipó).

Com perímetro de 300 km, a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, criada em 26 de janeiro do ano de 1990, pelo Decreto nº 98.891, envolve todo o entorno do PARN Cipó, possuindo 97.168 ha de extensão, abrangendo os seguintes municípios:

⁴⁰Percentual do território ocupado pela área do PARN Cipó.

Itabira (12,91%), Itambé do Mato Dentro (12,14%), Jaboticatubas (14,38%), Morro do Pilar (8,13%), Nova União (5,64%), Santana do Riacho (42,57%) e Taquaraçu de Minas (4,28%). Uma das principais razões de sua criação foi a de servir como zona de amortecimento para o Parque Nacional da Serra do Cipó, e por esta razão, contorna todo seu o perímetro. A outra decorreu da luta de ambientalistas interessados em acabar com a mineração do mármore, existente no afloramento de calcário do Morro da Pedreira, e que vinha sendo explorado através do uso de explosivos. Entretanto, a APA Morro da Pedreira ficou por muitos anos sem Plano de Manejo próprio⁴¹, dificultando a gestão da área e comprometendo políticas públicas. Inserida na APA Morro da Pedreira, e também fazendo limite direto com o PARNA Cipó está a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Mata da Cachoeira, na qual existe um empreendimento de educação ambiental chamado Zareia.

Historicamente, o uso e ocupação do solo desta área não estiveram associados diretamente à mineração colonial, mas às atividades de agricultura e pecuária, com plantações de milho, arroz, feijão, extrativismo de madeira e criação de gado. Com a criação do PARNA Cipó, todas estas atividades foram proibidas e as terras, desapropriadas, em meados da década de 90. O que é bom para a conservação da natureza, para os antigos moradores representou perdas significativas, retirando de muitos a autonomia, e os colocando numa situação de dependentes de novas atividades econômicas que surgiam no distrito, especialmente o turismo.

No caso da Serra do Cipó, problemas relacionados à criação de gado, que envolviam o uso de queimadas, por exemplo, bem como o extrativismo, acabaram por estimular a criação das Unidades de Conservação, na década de 80. Mas, ao mesmo tempo em que a criação destas UCs beneficiou o meio natural, paradoxalmente ela agravou os problemas fundiários locais. Atualmente, a situação fundiária, que ainda envolve práticas como a doação de terras desde os tempos coloniais, está na base dos

⁴¹ Do Plano de Manejo do PARNA Serra do Cipó consta que “*não haveria sentido na elaboração de dois Planos de Manejo inteiramente independentes, um destinado a cada unidade de conservação*”, para, em seguida, complementar “*A proposta de elaboração conjunta dos dois documentos de gestão, claramente não desconsidera a necessidade de abordagens diferentes, já que em relação ao Parque Nacional, serão priorizadas as estratégias de proteção em relação às pressões existentes e futuras (previsíveis), enquanto em relação à APA serão planejadas as formas de utilização do território, para o que são fundamentais os estudos que subsidiem o zoneamento e a forma de gestão dos municípios envolvidos, alguns deles inseridos na região metropolitana de Belo Horizonte. É premente e quase consensual a necessidade de se gerenciar as Unidades de Conservação das várias categorias e esferas de governo dentro da lógica dos mosaicos, e a situação presente, de duas UCs contíguas e sob a mesma esfera governamental não nos deixa outra escolha*”. (ICMBio, 2009, p.16) Até o presente momento o ICMBio disponibiliza apenas o Encarte 4 do Plano de Manejo da APA Morro da Pedreira, sendo que o PM é o mesmo, para ambas as UCs, até o encarte 3.

problemas atuais deste local. Questões fundiárias estão relacionadas à maioria dos conflitos quando se cria uma unidade de conservação. No caso do PARNA Cipó, os levantamentos iniciais para a definição das áreas de interesse para a conservação começaram a ser feitos ainda na década de 70⁴², e se estendeu até os anos 80. Durante este período, cerca de 40% das terras foram adquiridas de forma amigável, o que reduziu em certa medida os conflitos fundiários, uma vez que as terras regularizadas foram adquiridas através de posse pacífica (o que a legislação da época permitia):

O passo seguinte foi a publicação do Decreto de desapropriação das terras restantes, que ocorreu em 1987 (Decreto 94.984 de 30 de setembro de 1987), seguido da abertura dos diversos processos de desapropriação. Neste momento, a legislação já não permitia a aquisição de terras sem escritura [**através da posse**], o que reduziu enormemente o valor de muitas indenizações, em comparação ao que havia sido recebido pelos que aceitaram vender amigavelmente suas terras na etapa anterior, pois a partir de então passariam a ser pagas aos posseiros apenas as benfeitorias. (ICMBio, 2009, p.313, grifo nosso)

De certa forma, hoje o PARNA Cipó é uma área com situação fundiária privilegiada (80% adquirido, 15% em andamento e o restante pendente por ausência de documentação) se comparado a muitas outras UCs pelo do Brasil. Os maiores conflitos relacionados às questões de regularização fundiária do PARNA Cipó ocorreram na década de 90, quando existiam cerca de 50 propriedades, sem contar aquelas nas quais os posseiros ainda permaneciam. Segundo o ICMBio (2009), um dos conflitos se relacionava à um boato de que o IBAMA não havia realizado o pagamento das terras desapropriadas, o que, segundo a instituição, não procede, e alegam que tal fato foi comprovado posteriormente, nos anos de 2003 e 2004⁴³. Problemas atuais envolvendo terras hoje estão relacionados a parcelamentos e loteamentos associados à APA Morro da Pedreira e que também invadem os limites do PARNA Cipó.

Enfim a questão da divisão das terras no distrito Serra do Cipó sempre foi conflituosa, pois muitos moradores não possuem titularidade da terra, sendo chamados de posseiros. Esta situação pode ter sido ocasionada pelo fato dos primeiros moradores

⁴² No ano de 1975, foi criado o Parque Estadual da Serra do Cipó. Este parque jamais chegou a ser implantado, ainda que tivessem sido iniciados os trabalhos de regularização fundiária na região. O trabalho foi realizado pelo CETEC, em convênio com o IBDF, sob a responsabilidade de Júlio César Duarte e José Machado. (ICMBio, 2009, p.313)

⁴³ Vide Plano de Manejo do Parque Nacional Serra do Cipó (ICMBio, 2009)

terem se espalhado pela região para trabalhar com pequenas propriedades voltadas à subsistência, com o fim da escravidão. Além disso, a regularização fundiária do PARNA começou a ser realizada num período em que outras atividades associadas ao fenômeno urbano já estavam ocorrendo de forma relativamente intensa no lugar. Neste momento, muitos moradores originais venderam suas terras a forasteiros a preços irrisórios. Na Serra do Cipó, boa parte dos primeiros moradores desmembraram suas terras, recebidas por meio de herança, mas, com a valorização da terra e o aumento do custo de vida na localidade, muitos acabaram deixando o distrito.

A FIGURA 9 destaca os conflitos existentes na região em relação às Unidades de Conservação, observando-se que, em sua maioria, estão relacionados ao parcelamento do solo e invasão de plantas exóticas (pasto, por meio do fogo). Uma medida para se conseguir a documentação sobre a posse destas terras é por meio da comprovação de uso. No caso do Cipó, os usos mais tradicionais da terra se relacionavam ao extrativismo, à pecuária e agricultura, e por esta razão, os primeiros moradores passaram a remover florestas e abrir muitos pastos, utilizando a queimada. Tal atitude, ao mesmo tempo, comprometeu de forma agressiva a biodiversidade local, e aumentou a pressão do IBAMA para desapropriar as áreas. De forma paralela, muitos terrenos começaram a ser vendidos sem documentação, ou com documentação irregular, somando-se a isso a ausência de fiscalização e instrumentos de gestão.

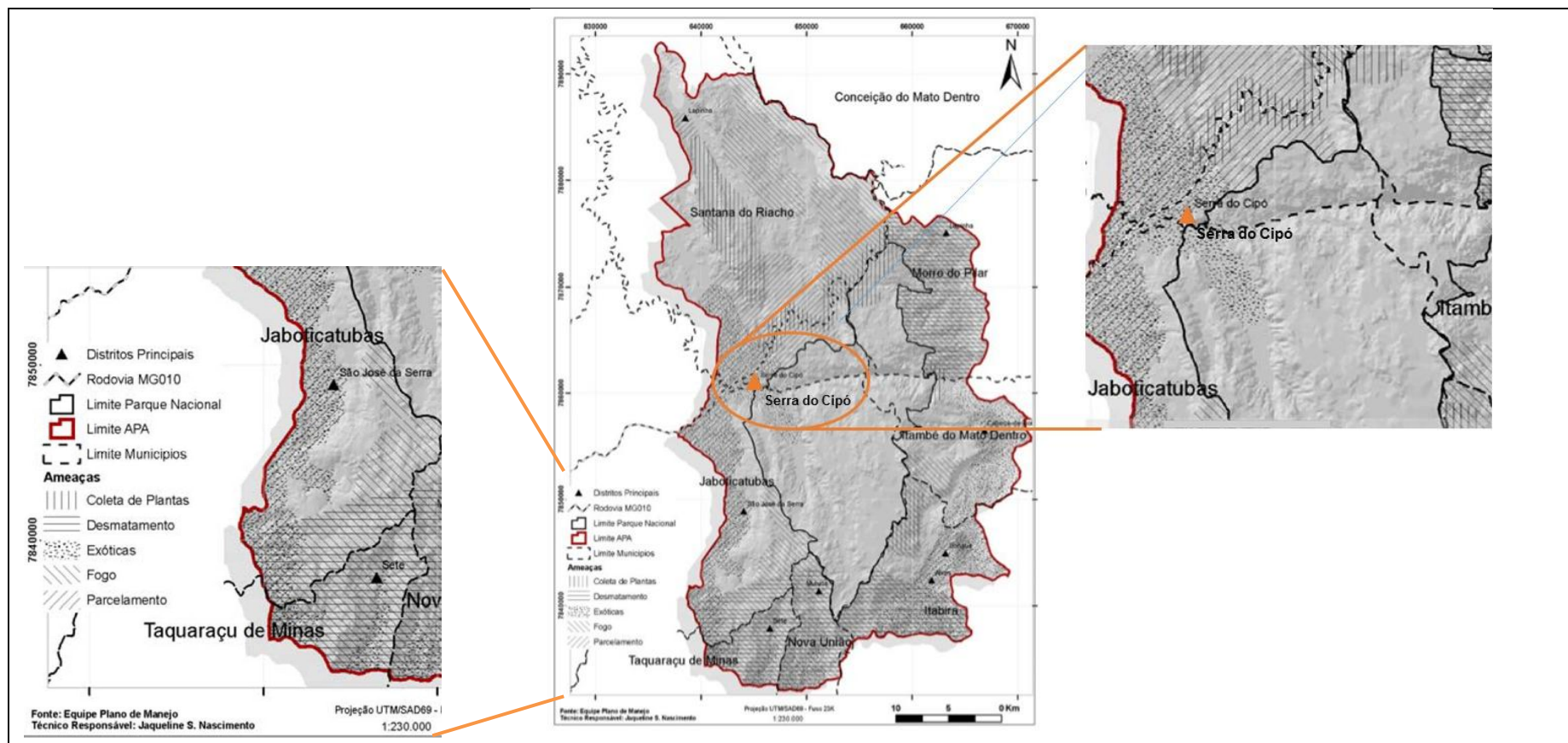


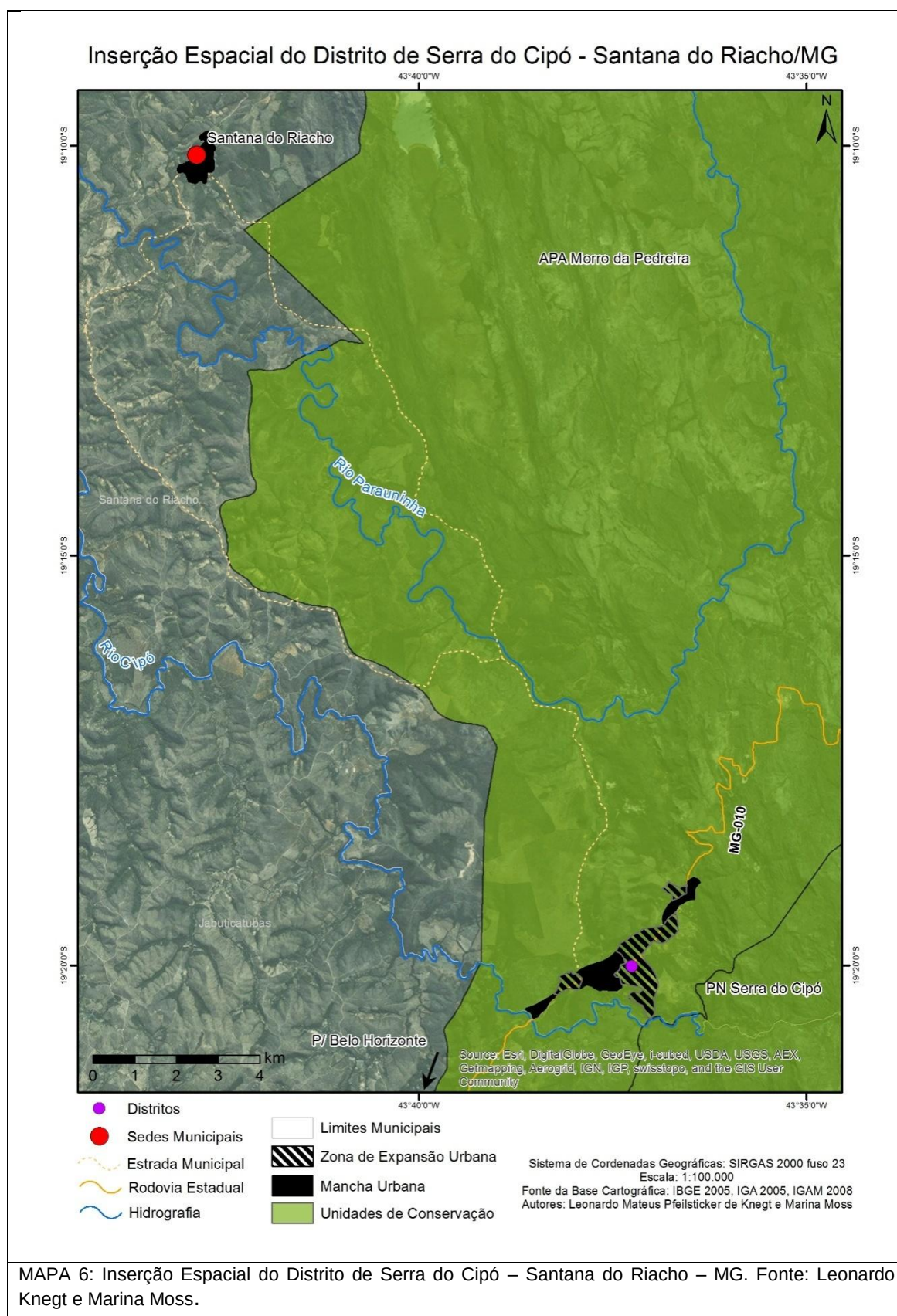
FIGURA 9: Inserção do distrito Serra do Cipó no “Mapa ilustrativo com as principais ameaças à integridade ambiental verificadas na região do Parque Nacional da Serra do Cipó e da APA Morro da Pedreira”. Fonte: Adaptado de ICMBio, 2009, p.3

Atualmente, no âmbito do Ministério Público Federal (MPF) tramitam procedimentos instaurados em função de infrações ambientais dentro da APA Morro da Pedreira. A inexistência de um Plano de Manejo próprio desta Unidade de Conservação⁴⁴, que verse explicitamente sobre as formas de uso e ocupação do solo, contribuiu para o cenário de muitos conflitos na região, uma vez que vem comprometendo a atuação do ICMBio e colocando em risco o patrimônio local. Ainda no ano de 2013, a situação na APA se agravou, uma vez que o CONAMA⁴⁵ emitiu a Resolução 428/2010⁴⁶, que extinguiu o raio de proteção de 10 km em torno dos Parques Nacionais, incluindo o da Serra do Cipó. No caso da APA Morro da Pedreira, esta decisão teve grande impacto, uma vez que o raio de 10km foi criado para servir de zona de amortecimento do PARNA Cipó. A zona de amortecimentos no caso específico do distrito Serra do Cipó é uma urgência, tendo em vista que sua indefinição agrava os conflitos fundiários. Em certa medida, o fato do distrito se localizar na APA Morro da Pedreira dificulta a especulação imobiliária, embora não a impeça, uma vez que os limites da APA não são bem definidos, tampouco, os limites da área urbana do distrito. O encarte IV do Plano de Manejo da APA (ICMBio, 2013, p.8) deixa claro que dentre as principais ameaças na região estão: pressão imobiliária; não aplicação de Planos Diretores, quando estes são existentes; parcelamentos irregulares do solo e falta de normatização para uso e ocupação do solo. Estas questões afetam enormemente atividades de planejamento (urbano, ambiental e turístico). A expansão urbana local tem se direcionado exatamente para as bordas do PARNA Cipó (MAPA 6), em função da beleza cênica local, sendo agravada por não existir um núcleo urbano com atrativos próprios para o consumo do turismo, ou capaz de gerar vínculos com estes novos moradores, uma vez que o distrito se espalha ao longo da rodovia MG-010 de forma desorganizada e mal planejada.

⁴⁴O Plano de Manejo da APA Morro da Pedreira foi oficialmente concluído em janeiro de 2014. Entretanto, o ICMBio disponibiliza apenas o Encarte 4 para consultas públicas, que versa sobre a apresentação e gestão e planejamento da unidade, “voltadas para resultados”. Fomos informados que o restante do plano é exatamente o mesmo do PARNA Cipó.

⁴⁵ O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) foi criado no ano de 1982 pela Lei nº 6.938/81, para estabelecer a Política Nacional do Meio Ambiente, sendo um órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Importante ressaltar que sobre este órgão existem denúncias de imperícia e negligência de seus conselheiros.

⁴⁶Resolução 428/2010 disponível no link:
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=641>



Também o Plano de Manejo do PARNA Cipó não é muito claro sobre a questão da área urbana do distrito. Ao enfatizar a questão da zona de amortecimento se refere a áreas consideradas de “vocação urbana”⁴⁷. O Encarte IV da APA Morro da Pedreira menciona que a área do distrito pertence à Zona de Agrupamento Urbano (ZAU) ocupando área de 1.191,5 hectares (ICMBio, 2013, p.24), mas ressalta que estes limites não são claros, algumas vezes confundem-se com áreas rurais ou de proteção permanente (APPs), por exemplo. Os distritos de Serra do Cipó e Lapinha da Serra – curiosamente, as áreas de maior pressão imobiliária no município de Santana do Riacho – sendo que o primeiro faz limite direto com as bordas do Parque. Não parece claro, portanto, mesmo considerando que Santana do Riacho não possui Plano Diretor, que estas áreas devam ter reforçada sua vocação urbana, mesmo sendo áreas de relevante interesse turístico. Além disso, e considerando a finalidade da zona de amortecimento (ZA), um fator interessante é que:

A principal restrição, de antemão definida na própria Lei do SNUC (9.985/2000)   a de que o território incluído na ZA deverá permanecer como zona rural, sendo vedada a criação de novos núcleos de expansão urbana”. (ICMBio, 2009, p.44)

A solução encontrada para tentar resolver este impasse, cumprir a determinação do SNUC e não ferir a autonomia dos municípios partiu do próprio IBAMA, que desenvolveu um estudo para identificar as áreas de vocação urbana e delimitar um espaço para sua expansão, sendo excluídos da zona de amortecimento. O problema que se coloca   que, em função do crescimento acelerado, e na ausência de critérios mais claros para estabelecer os limites de crescimento das zonas de vocação urbana, o território já está em processo de intenso parcelamento. Outro ponto   a sobreposição das gestões do PARNA/APA, dos planejadores urbanos e do turismo local e a ausência de instrumentos eficazes de planejamento sobre as questões urbanas referentes ao distrito da Serra do Cipó, que se encontra sem legislação de parcelamento e uso de solo estabelecida.

Dentre as principais ameaças na região, identificadas no Plano de Manejo do PARNA Cipó tem destaque o fato de que a região está inserida “*em um forte vetor de investimento de grandes grupos econ micos e de infra-estrutura do estado*” (ICMBio, 2009, p.8), que incluem, por exemplo, a ampliação de estradas pavimentadas para o

⁴⁷ Estas áreas foram consideradas de “vocação urbana” mesmo sem os municípios as terem formalizado desta forma, uma vez que não existe, ou não disponibilizam, plano diretor que verse sobre a  rea. Vide (ICMBio, 2009, p.44, Encarte 4)

escoamento da produção de minério de ferro. Esta condição resulta em fortes desdobramentos para as questões relacionadas ao parcelamento do solo e a pressão sobre os recursos naturais. Segundo o documento, a zona de amortecimento do parque tem sido ameaçada pelo crescente e acelerado processo de parcelamento do solo. Nos últimos cinco anos, esta realidade tornou-se mais evidente, mas em 2009 o Plano de Manejo do PARNA Cipó já indicava que:

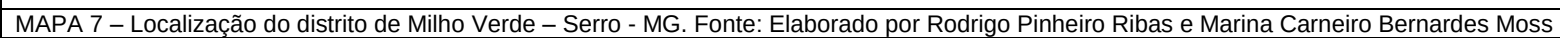
A grande quantidade de áreas pouco alteradas ao longo de todo este corredor (**ecológico – a Serra do Espinhaço**) e o recente reconhecimento de sua importância com a criação da Reserva da Biosfera do Espinhaço apontam para a necessidade de se atuar com rigor na ordenação da ocupação do solo em todo este corredor, sobretudo controlando a especulação imobiliária e o turismo desordenado e o desmatamento para carvoaria e, em certas áreas, a mineração. (ICMBio, 2009, p.17 – grifo nosso)

Nesse contexto de ameaças também foi apontada a forte pressão vinda da região metropolitana de Belo Horizonte, com o fluxo intenso de pessoas interessadas em opções de lazer de baixo custo, e indicando que a área urbana do distrito já sofre com problemas comuns a grandes centros urbanos, incluindo violência, tráfico de drogas e poluição. Foi na década de 80 que a região de Santana do Riacho e seus distritos começaram a despontar e superar o estado de abandono em que se encontravam, coincidindo, justamente, com a criação do Parque Nacional e com os problemas econômicos decorrentes da capital mineira, incluindo uma grave crise, que pode ter atraído moradores em busca de lazer para áreas adjacentes, porém mais distantes da metrópole. Por esta época, a atividade turística chegou com mais intensidade no distrito Serra do Cipó, o que pode ter relação com várias outras questões, mas fica evidente que pessoas de fora, especialmente de Belo Horizonte, investiram em empreendimentos turísticos, comprando terrenos.

2.4.5 - O DISTRITO MILHO VERDE – ÁREA III:

Em meio a uma das paisagens mais marcante da Serra do Espinhaço localizada entre os municípios de Serro e Diamantina, encontra-se Milho Verde (MAPA 7). O distrito de Milho Verde, historicamente, teve sua formação urbana associada ao *Caminho para o Distrito Diamantino*, como um antigo assentamento de lavras que abrigou um entreposto tropeiro e um regimento militar. Durante o século XVIII, o Distrito Diamantino – inserido na região da Comarca de Serro Frio – era extremamente

controlado pela Coroa devido à extração de diamantes na região e à circulação de pessoas e mercadorias no trecho do caminho real que cortava seu núcleo urbano. A área onde se localiza Milho Verde detinha as poucas terras férteis da região e, por isso, se tornou também um posto de abastecimento do Distrito Diamantino. Atualmente, Milho Verde está inserido num contexto ambiental complexo, dentro da Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes (APAEV), fazendo limite direto com o Monumento Natural Várzea do Lageado e Serra do Raio (MONA Lageado), e na zona de amortecimento do Parque Estadual Pico do Itambé (PEPI). A região se localiza no Alto Jequitinhonha, entre os biomas do cerrado, mata atlântica e campos rupestres.



A região de Serro Frio foi uma das primeiras áreas a ser explorada pelos portugueses em busca de metais preciosos, ainda no século XVII, orientados pelo Pico do Itambé em suas bandeiras. Por volta de 1702, o arraial que deu origem à atual cidade de Serro teve seu início de povoamento, com destaque para a bandeira de Antônio Soares Ferreira, que chegou às terras denominadas de sertões do Iviturui (que significa serra ou montanhas frias). Estes desbravadores criaram as bases para o assentamento humano que daria origem ao Arraial de Lavras Velhas do Serro ou Arraial do Ribeirão das Lavras Velhas⁴⁸, elevado à condição de Vila do Príncipe, em 29 de janeiro de 1714, sendo a 5ª vila mais antiga das Minas. Vila do Príncipe passou a ser a sede da Comarca do Serro do Frio, ou Serro Frio, em 1720, configurando a maior comarca⁴⁹ da Capitania das Minas.

Milho Verde se situa em posição estrategicamente importante: um platô, com vista ampla, localizado bem no meio do Caminho dos Diamantes, entre o Arraial do Tejuco e Vila do Príncipe, o que possibilitava o controle dos viajantes que passavam pelos caminhos que levavam ao Distrito Diamantino. Este tinha como sede da Intendência dos Diamantes o Arraial do Tejuco (Diamantina), mais importante e opulento, inclusive, que a Vila do Príncipe, sede da Comarca. Esta condição manteve a região isolada, configurando um enclave rigidamente controlado.

Durante o processo de demarcação das terras diamantinas o Arraial de Milho Verde já era citado desde o primeiro memorial descritivo da região, chamado “*História Chronologica dos Contratos de Minerassão dos Diamantes*”⁵⁰, em que já existia a Vila do Príncipe e mais oito Arraiais. Segundo Lacerda (2014), o primeiro mapa desta região foi o “*Mapa da Demarcação da terra que produz diamantes*” (sem autor, nem data), no qual existe a demarcação do distrito com a seguinte legenda: “*O Arrayal do Milho Verde descobriu Manoel Rodrigues Milho Verde, natural da Província do Minho, em 1713*”, indicando a data da fundação e o nome do fundador do arraial (LACERDA, 2014, p.90). Desde a criação da Comarca do Serro Frio até por volta de 1787, foram criados vários destacamentos militares, dentre eles Milho Verde, que é citado em documentações cartográficas da época da Real Extração, na condição de arraial-quartel.

⁴⁸Sobre as toponímias da região, foi consultado o trabalho: SANTOS, M.M.D.; SEABRA, M.C.T.C. *Motivação Toponímica da Comarca do Serro Frio: estudo dos registros setecentistas e oitocentistas em mapas da Capitania de Minas Gerais*. Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Ouro Preto, Minas Gerais, 2009, 21 páginas.

⁴⁹ Comarcas eram divisões judiciárias. Na Capitania de Minas eram quatro: Vila Rica, Rio das Mortes, Sabará e Serro Frio.

⁵⁰Vide LACERDA, 2014 p.90.

Nas duas primeiras décadas do século XVIII, a região do Serro Frio prosperou apoiada na mineração do ouro. Ainda que os diamantes tenham sido descobertos anteriormente, movimentando, inclusive, um mercado escuso e gerando fortunas a algumas autoridades portuguesas, foi apenas em 1729 que o achado se tornou oficial, e em 1730, por meio do decreto de 8 de fevereiro, a Coroa Portuguesa determinou que os diamantes eram de propriedade real. Foi justamente por esta época que o controle sobre esta parte do território da Capitania precisou ser intensificado, e tornou-se urgente para a Coroa Portuguesa adotar medidas para impedir tráfico de pedras e invasões, o que se deu com a criação do Distrito Diamantino, em 1734.

A região do Distrito Diamantino possui duas regiões estratégicas: o arraial de Milho Verde, que funcionava como importante entreposto comercial e parada de tropeiros, e o arraial vizinho, São Gonçalo do Rio das Pedras, que também foi sede da Intendência, órgão responsável pela administração do Distrito. Os pequenos núcleos são separados por uma distância de 5 km, no entanto, ainda que sofrendo das mesmas imposições da Coroa Portuguesa, ambos tiveram desenvolvimento marcadamente distinto. Em função da diferença de usos no território, Milho Verde se conformou como um arraial degradado e de economia enfraquecida, ao passo que São Gonçalo manteve a qualidade ambiental de suas paisagens, economia produtiva e mais qualidade de vida de seus cidadãos, que não dependiam de produções de subsistência e extração mineral como Milho Verde, mas sim de atividades produtivas mais rentáveis, e atividades administrativas. (BESSA, 2011, p.14) Assim, Milho Verde desenvolveu um tipo de ocupação predatória de seu território, agressiva e até violenta, ao passo que São Gonçalo, por abrigar funcionários qualificados da Coroa, conseguiu conciliar técnicas produtivas e estéticas em seu ordenamento territorial, que se expressam hoje na qualidade das edificações e dos espaços públicos, e na organização social do distrito. Para fins deste trabalho de pesquisa, nos concentraremos no arraial de Milho Verde, mas é importante frisar que as duas localidades tiveram desenvolvimento que dialogava, às vezes de forma competitiva, e estas características influenciaram sua formação urbana e podem ser percebidas nos dias atuais, inclusive no tipo de turismo que atualmente ocorre nestes distritos⁵¹.

⁵¹ O processo de formação histórica do arraial de Milho Verde e de São Gonçalo do Rio das Pedras foi nitidamente distinto, ainda que sob as mesmas condições externas. Mesmo com a proximidade geográfica, as diferenças na forma de ocupação e de economia desenvolvidas criaram um cenário que pode ser facilmente percebido nos dias atuais, com o tipo de turismo que se desenvolve nestas localidades: Milho Verde se destaca por suas paisagens e atividades ao ar livre fora do núcleo urbano, atraindo público alternativo e, muitas vezes, turismo de massa e ações degradantes. Ao passo que, os que visitam São Gonçalo buscam tranquilidade e usufruem do cotidiano do distrito, interagindo com seu patrimônio cultural edificado e bem preservado e com a qualidade dos espaços livres. (BESSA, 2011)

Durante todo o século XVIII, a sociedade que formava o Distrito Diamantino era composta por portugueses, africanos escravizados, indígenas, nativos e imigrantes vindos de outras regiões da Colônia. Segundo dados apresentados por BESSA (2011, p.111), no ano de 1776, a população era composta por negros e mestiços, que juntos somavam 76% da população do distrito diamantino. O grosso do contingente populacional da região era formado por membros de várias etnias, forros, mestiços livres e negros em quilombos. Destes, 83,5% eram homens e 16,5% mulheres. Esta população ia se aglomerando na medida em que a abertura de lavras era autorizada. Como a região se localizava em área isolada, com terras pertencentes à Coroa, a formação urbana dos núcleos coloniais da região seguia a lógica pautada no patrimônio das capelas, que permitiam a habitação no seu entorno.

O Distrito Diamantino foi criado dotado de uma administração específica que fazia uso de rígido controle de seu espaço geográfico: a Intendência dos Diamantes. Com a descoberta dos diamantes, a Coroa Portuguesa tentou controlar o acesso, o povoamento e exploração mineral na região e *“instalou um sistema de exploração baseado na utilização da mão de obra escrava africana”*, originando um dos sistemas de opressão mais violentos da administração colonial (LACERDA, 2014, p.89). A administração da Intendência dos Diamantes impôs severas leis ao território, incluindo a suspensão de todas as concessões de lavras. As áreas que eram ocupadas para exploração do diamante, especialmente depois de 1739, obedeciam a um rígido sistema de contrato. Neste sistema, as terras eram arrematadas (de quatro em quatro anos) pelos exploradores interessados, que pagavam antecipadamente à Coroa o lance da arrematação. Durante 1740 e 1771, foram celebrados seis contratos exclusivos para a exploração, por meio da figura dos contratadores, responsáveis pela administração destes contratos⁵².

Este sistema encontrou seu auge no governo do Marquês de Pombal que, em 1747, criou a Real Extração, sistema no qual apenas a Coroa Portuguesa poderia explorar os diamantes, através da terceirização de escravos, contratados pela Coroa que pagava aos donos o valor de 12% ao ano pelo seu empréstimo. No período da Real Extração, a produção de diamantes aumentou e a população local passou a viver do aluguel de seus escravos. Com seu declínio e extinção em 1845, foi criada uma nova administração que *“instituiu o arrendamento dos terrenos diamantinos pelo prazo de*

⁵² Um dos mais famosos contratadores foi João Fernandes de Oliveira, que atuou nos contratos entre os anos de 1740 – 1747. Casou-se com a escrava alforriada Chica da Silva, originária do Arraial de Milho Verde. (BESSA, 2011)

quatro anos” (BESSA, 2011, p.106). Assim, os terrenos que eram da Coroa passaram a ser arrendados para a exploração de terceiros. No entanto, as terras desta região estavam ocupadas por mineiros (e garimpeiros) que, de forma legal ou ilegal, as lavravam alheios ao controle da Coroa. Depois de uns anos, a ocupação das terras por meio da comprovação de posse era fato consumado, e em 1853, a Real Extração foi oficialmente extinta.

Embora a economia principal do Distrito Diamantino estivesse baseada na extração dos diamantes, existia uma intensa produção agropecuária e têxtil para apoiar as atividades mineradoras. Serro Frio foi (e ainda é) grande produtor e exportador de algodão, realizando a fiação e a manufatura. Segundo Bessa (2011, p.115), *“proprietários de terras e de escravos aplicavam seus recursos em agropecuária e comércio como forma de complementar a renda”*, utilizando mão de obra cativa tanto na mineração como nas atividades agropastoris. Além disso, a comarca de Serro Frio detinha uma produção diversificada, que ia desde ofícios artesanais até atividades relacionadas à administração pública e ao arrendamento de terras e aluguel de moradias.

O declínio das atividades mineratórias veio a ocorrer por volta de 1860, devido à crise relativa a baixa do preço dos diamantes no mercado internacional face às explorações recentes em territórios africanos. No ano de 1838, Vila do Príncipe se tornou a cidade de Serro, contando com mais de 100 mil habitantes e concentrou sua produção em atividades agrícolas para abastecimento das regiões do entorno, empregando mão de obra ociosa. Arraial do Tejuco, emancipado de Serro Frio desde 1831, passou a se chamar Diamantina. Com o fim da mineração e em razão de seus solos rasos e improdutivos, passou a se dedicar a atividades do comércio, e posteriormente, à industrialização. Neste mesmo contexto, Milho Verde apresentava um cenário muito alterado por usos intensivos, apresentando núcleo urbano degradado e uma situação fundiária em que as terras estavam concentradas na mão de poucos, com intensos usos relacionados à pecuária extensiva *“que substituía seus campos por pastagens, e a maioria dos habitantes ocupadas em atividades de subsistência”* (BESSA, 2011, p.14).

A abolição da escravidão esvaziou significativamente esta região, uma vez que a mão de obra escrava já era destinada à região cafeeira desde 1870. Muitos libertos se direcionaram à região do café em busca de oportunidades, principalmente na construção de estradas de ferro, pois a região possuía mais chances de absorver a

mão de obra livre. Antes disso, houve recrutamento militar de negros, especialmente para a Guerra do Paraguai (1864-1870) e, posteriormente à abolição, a construção da cidade de Belo Horizonte atraiu parte expressiva da mão de obra livre. A implantação da ferrovia Belo Horizonte - Diamantina fez com que as localidades ao longo do traçado do antigo *Caminho para o Distrito Diamantino* (também chamado de Caminho dos Diamantes), incluindo Milho Verde, fossem abandonadas por mais de quatro décadas.

Durante todos os períodos relatados, desde a descoberta das pedras preciosas, culminando na criação do Distrito Diamantino e posteriormente, a Real Extração, Milho Verde pouco desenvolveu. Seu núcleo urbano, composto por palhoças no entorno da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, era rigidamente controlado, até mesmo em razão dos regimentos de guarda que se instalaram no local. Sua população não poderia sobreviver da mineração, proibida neste período. Por esta razão o distrito se colocou em situação de abandono por muitas décadas, sobrevivendo da prática ilegal do garimpo e da agricultura, com características de latifúndio, pois eram poucos os donos de terra com autorização, posses e escravos suficientes para produção, destinada a alimentar os que trabalhavam na Real Extração. Além disso, o sistema de produção agrícola adotado em Milho Verde era o de coivara, e isso exigia muitas terras, pois se baseava num sistema de rotatividade de terras, com longos descansos entre uma plantação e outra.

“A necessidade de aumentar, cada vez mais, o tamanho das terras, gerou um processo particular de estrutura agrária, próprio das regiões mineradoras, onde a acumulação de capital gerado pelos lucros da mineração propiciava a acumulação de glebas de terra, de modo diverso do resto do Brasil, onde a posse de terra vinha primeiro, por doação ou herança”. (BESSA, 2011, p.124)

Portanto, no caso específico de Milho Verde, este processo de acumulação de terras só poderia ser realizado por aqueles poucos que detinham posses e recursos para adquirir estas glebas, ou seja, os que possuíam autorização real e lucravam com a atividade mineradora, também por meio de outras atividades complementares. Estas pessoas – que detinham a exclusividade das terras, da mineração e da produção agrícola – detinham também o comércio da região (a venda, o emprego da mão de obra, o transporte para outras cidades), e ainda, os acessos das populações rurais às instituições públicas, muitas vezes realizadas sobre forma de coação, caracterizando um sistema claramente oligárquico, formado por “*uma elite conservadora e ligada a*

correntes monarquistas da cidade de Serro” (BESSA, 2011, p.125). E o declínio da economia no Norte Mineiro, só reforçou este caráter e essa dominação em Milho Verde.

Este cenário perdurou (e como veremos, ainda perdura) por muitos anos. Devido à concentração de terras, e seguido da queda na produção agrícola com o fim da mineração (uma vez que se baseava na economia mineradora) só restou à população de Milho Verde se mudar para os novos centros econômicos (Diamantina, Belo Horizonte e regiões do café) ou se dedicar à subsistência, tendo em vista que as residências eram dispersas e os lotes se assemelhavam a grandes chácaras. Esta é uma peculiaridade da estrutura urbana de Milho Verde, onde ainda há remanescentes destas chácaras. Neste contexto de subsistência dentro dos próprios quintais das casas, e de êxodo rural, os grandes proprietários de terra passaram a se dedicar à pecuária extensiva, desmatando o restante das áreas verdes da região para a criação de pastagens, empobrecendo o solo local. Durante o último quartel do século XIX e por quase todo o século XX a economia de Milho Verde esteve baseada na pecuária, no extrativismo (especialmente à cata da flor sempre viva) e na produção de subsistência. O redescobrimento do território de Milho veio ocorrer na década de 70, e esteve associado também à atividade turística. Nestes primeiros anos, muitos dos primeiros moradores, assustados com a movimentação, venderam suas casas e se mudaram para o povoado de Capivari, em busca de sossego.

“Inicialmente, alguns turistas e intelectuais perceberam em Milho Verde e São Gonçalo e no rico patrimônio ambiental e cultural que ali se manteve quase intocado, pelo abandono econômico a que foram submetidas as duas localidades e todo o Norte Mineiro desde o fim da exploração mineral, possibilidades de viver novas experiências (...) Foi-se apropriando da natureza, da arquitetura, das festas, das tradições, dos costumes locais, e tudo aquilo que poderia transformar-se em mercadoria postas ao consumo”. (BESSA, 2011, p.14)

A cidade do Serro foi a primeira cidade a ter seu acervo urbano-paisagístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN - como patrimônio nacional, em 1938. No mesmo ano, Diamantina também recebeu do IPHAN o título de patrimônio histórico nacional e, em 1999, foi elevada à categoria de Patrimônio da Humanidade, pela UNESCO. Na década de 50, a construção de três rodovias federais afetou diretamente a economia da região do Norte de Minas, provocando a abertura do comércio com as regiões de São Paulo e Rio de Janeiro e solapando a produção

industrial de Diamantina, que passou a concorrer, de forma desigual, com produtos industrializados vindos destes Estados. Além disso, no cenário político nacional (especialmente com a Era Vargas), as elites e oligarquias mineiras perderam seu poder político. A cidade de Diamantina, desde final do século XIX já caminhava para o desenvolvimento de um setor industrial, segundo BESSA (2011, p.119) “*um verdadeiro programa de industrialização no Norte Mineiro*”, passando por indústria de lapidação de pedras, siderurgia, metalurgia até indústria têxtil, de couro e produtos alimentícios, por exemplo. Em 1909, já existiam 15 empresas estrangeiras atuando no território de Diamantina, ainda que no setor de mineração.

Segundo Bessa (2011), foi nos anos 80 que a atividade turística se intensificou em Milho Verde, e passou a exigir maiores mudanças que culminaram nas transformações da paisagem local. Em Milho Verde, a área chamada de Várzea do Lageado, que acompanha os limites da estrada que corta o distrito, é a quem tem mais se expandido, inclusive com a construção de casas de veraneio e para aluguel de temporadas. O antigo *Caminho do Distrito Diamantino* que corta Milho Verde é hoje uma via urbana que orienta os processos de expansão da mancha urbana para uma periferia formada por ocupações irregulares e de baixa qualidade, o que será discutido no próximo capítulo.

2.4.6 – Por entre escarpas de quartzito: o Contexto Ambiental

Milho verde se localiza no Alto Jequitinhonha, e a região é o vertedouro natural de águas para os Rios Jequitinhonha (NW) e Doce (SE), abrigando as nascentes mais importantes destes cursos de água, incluindo seus principais afluentes. Por esta razão, seu território faz parte da Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes (APA das Águas Vertentes), criada pelo decreto nº 39.399 de 21 de janeiro de 1998. A APA das Águas Vertentes também faz parte da zona de amortecimento do Parque Estadual do Pico do Itambé, localizada segundo um raio de 10 km do entorno do PEPI, abrangendo 7 municípios, num total de 76.310 hectares, incluindo Serro e seu distrito, Milho Verde. Criado na mesma data, em 21 de janeiro de 1998, pelo Decreto nº 39.398, o Parque Estadual do Pico do Itambé possui 4.696 hectares e protege o ponto culminante da Serra do Espinhaço, o Pico do Itambé, com 2.002 metros de altitude. Atualmente, nos limites mais próximos da área urbana de Milho Verde foi criado o Monumento Natural Estadual Várzea do Lageado e Serra do Raio (MONA Várzea do Lageado e Serra do Raio), pelo Decreto Estadual nº 45.614 de 06 de junho de 2011,

numa área de 2.199 hectares. De todos os três núcleos urbanos analisados, o contexto ambiental de Milho Verde é o mais complexo. A várzea do Lajeado e a Serra do Raio são áreas de grande importância paisagística do local, não só associadas ao turismo, mas à própria história de formação do distrito. Atualmente têm sido as áreas mais afetadas pela expansão da mancha urbana de Milho Verde, que se concentra justamente em suas bordas, o que tem ocasionado graves conflitos de uso e ocupação do solo.

Desde 2007, a região do entorno do distrito de Milho Verde faz parte do chamado “Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço – Alto Jequitinhonha e Serra do Cabral”, uma proposta de gestão integrada de várias unidades de conservação existentes na região norte da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, que tem por objetivo facilitar a gestão de áreas protegidas que estão justapostas ou muito próximas. A região estende-se por mais de 14 municípios, incluindo Serro e Diamantina, e abrange 7 Unidades de Conservação de Proteção Integral e mais 5 áreas de proteção ambiental (APA), incluindo a APA Águas Vertentes⁵³.

Estas áreas de proteção são geridas pelo IEF e por Conselho Consultivos, conforme o Decreto 38.182, de 29 de julho de 1996, que dispõe sobre o Sistema de Gestão Colegiada, corresponsáveis, dentre outras funções, pela gestão das áreas e criação de mecanismos de ordenamento e zoneamento territorial, incluindo o Plano de Manejo, junto aos órgãos municipais, estaduais ou federais. Entretanto, até o presente momento, fomos informados em campo pelo Instituto Estadual de Florestas que não existem Conselhos Consultivos, nem Plano de Manejo aprovados para as duas unidades de conservação. Logo, não existe zoneamento definido para as áreas que estão sobrepostas e limítrofes ao distrito de Milho Verde: a APA das Águas Vertentes e o MONA Várzea do Lajeado e Pico do Raio. Além disso, estas UCs não possuem recursos financeiros próprios, dependendo do Estado, que por meio de recursos vindos, por exemplo, do Fundo Nacional do Meio Ambiente ou via ICMS Ecológico, repassa a verba para o município.

A iniciativa para a criação da MONA Várzea do Lajeado segundo o Instituto Estadual de Florestas (IEF) partiu da própria comunidade de Milho Verde, em razão do mal uso

⁵³ Abrangência do Mosaico Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral, localização das UC's de proteção integral (PARNA das Sempre Vivas; Parques Estaduais: Serra do Cabral, Biribiri, Rio Preto, Pico do Itambé, Serra Negra; e Estação Ecológica Mata dos Ausentes), zonas de amortecimento, e as UC's de uso sustentável (APA Estadual Água das Vertentes e APA's Municipais Felício dos Santos, Rio Manso, Serra do Gavião e Serra do Cabral). (Instituto Biotrópicos, 2009, p.5)

que tem sido feito na área por parte de “*moradores mal intencionados e visitantes, com frequentes desmatamentos em APPs, loteamentos e ocupações irregulares*”, além da prática de queimadas e à criação de gado, que pode causar processos de desertificação e forte erosão no local (MINAS GERAIS, 2010, p.6). O estudo técnico para a criação desta área de proteção em Milho Verde, produzido pelo IEF (2010), indica que a comunidade local percebe os processos agressivos que tem comprometido o ambiente natural de Milho Verde e sua própria atividade econômica, atualmente, muito relacionada ao turismo em ambientes naturais.

Com relação à situação fundiária do distrito de Milho Verde, o mesmo se localiza num raio de 10 km da área do Pico do Itambé, de proteção integral, porém o distrito não sofreu impactos diretos de desapropriações de terra em função de UC. A APA das Águas Vertentes por sua vez, é um tipo de área protegida de uso sustentável, ou seja, permite as ocupações humanas no interior de seu território, desde que seguindo uma série de normas e condições que, conforme vimos, em Milho Verde não tem sido respeitada, tampouco, fiscalizadas e ordenadas. A unidade de conservação que dialoga diretamente com seu entorno, o Monumento Natural, não prevê desapropriações de terra em sua zona de abrangência, e permite que a área seja ocupada por propriedades particulares, desde que “*seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelo proprietário*” (MINAS GERAIS, 2010, p.34). No ano da criação da UC, existam, ao todo, 9 donos de terra no interior da unidade, entre posseiros e proprietários, sendo que destes, 7 são moradores de Milho Verde, detendo quase 200 hectares da área. A escolha da categoria de proteção “Monumento natural” na região, segundo o IEF (2010), foi com o intuito de minimizar os custos de implantação da UC.

A região do Alto Jequitinhonha, da qual faz parte o distrito de Milho Verde, especialmente com o declínio da extração de diamantes, consolidou-se como área de produção pautada em atividades de subsistência e pequenas propriedades de terra, num sistema complementar de uso do solo denominado de grotas-chapadas, em função das características geográficas da região. Este sistema configurava usos do solo em que o produtor plantava na grotas e recorria às áreas de chapada para usos coletivos, como pastagem, caça, extração de lenha, coleta de frutos e raízes. Os pequenos agricultores desta região só se mantinham a partir do uso destas áreas coletivas. Entretanto, as limitações do solo da região fizeram com que, até hoje, os habitantes locais dependam de atividades extrativistas para sobreviver, incluindo a extração de metais e a cata de sempre vivas. As produções agrícolas são mínimas,

apenas para subsistência e a pecuária extensiva, hoje, não é representativa, embora a lógica da queimada para pastos prevaleça. Estas são as principais formas de uso e ocupação dos solos nesta região atualmente, além do garimpo com máquinas (considerado ilegal) e da silvicultura, que vem crescendo, concomitante à produção de carvão.

Dentre os principais conflitos ambientais decorrentes destas formas de exploração temos problemas relacionados a incêndios, ao comprometimento das nascentes e cursos de água, desmatamento e ao extrativismo vegetal que compromete espécies ameaçadas, como as sempre vivas, a candeia, orquídeas e bromélias. O desmatamento, especialmente das cabeceiras de rios e nascentes tem sido causa de grandes conflitos no entorno, pois toda a região é utilizada para a criação de gado. Recentemente, a formação de cultivos, a expansão urbana e a mineração têm despertado conflitos mais graves, incluindo atentados à vida de ambientalistas, que tentam conter os avanços sobre importantes áreas de nascente na APA Águas Vertentes⁵⁴.

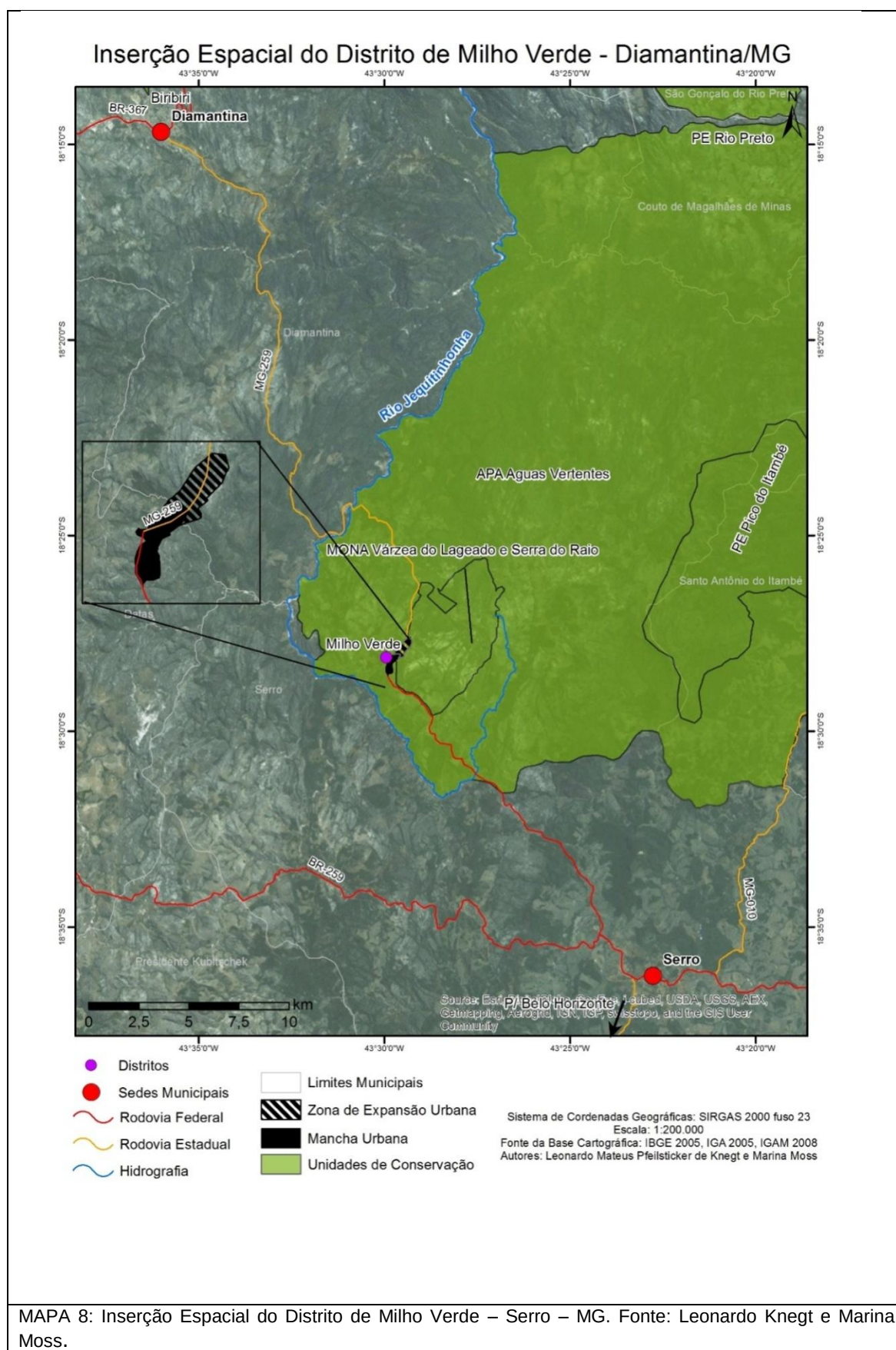
Comprometendo ainda mais este cenário, a criação das áreas de proteção nestes lugares – os campos e chapadas, que até então eram área de uso coletivo e livre - foram transformadas em áreas de conservação, incompatíveis com as atividades tradicionais de uso e ocupação, historicamente desenvolvidas. Os campos restantes, no entorno das áreas protegidas passaram a ser arrendados, sendo o que dono recebia parte do lucro da venda dos produtos resultantes da coleta ou extração de suas terras, seja o garimpo, a extração de sempre vivas e lenha para produção de carvão vegetal. Portanto *“áreas que eram livres para coleta passaram a ser proibidas, resultando em conflitos, muitas vezes armados e com vítimas”*⁵⁵ (IEF, 2004, p.84). Os maiores conflitos envolvendo a criação destas unidades de conservação próximas a Milho Verde tem relação com a proibição da pecuária e a resistência dos moradores em retirar o gado e parar de utilizar as práticas de queimada como faziam tradicionalmente.

Com relação à expansão urbana (MAPA 8) em Milho Verde, o decreto de criação da APA das Águas Vertentes é explícito em dizer que as construções e edificações e terrenos, bem como projetos de urbanização necessitam de autorização prévia para

⁵⁴ Caso dos atentados contra o presidente do Instituto Milho Verde e do Secretário de Turismo e Meio Ambiente de Serro, ocorridos em novembro de 2013, e relatados anteriormente.

⁵⁵ Ver o caso atual do Garimpo de Areinhas, próximo à Diamantina, região extremamente violenta e muito ativa, ainda que ilegal.

sua execução e não podem comprometer as áreas protegidas. Além disso, dentre as diretrizes gerais que orientam a criação da APA, consta o planejamento do crescimento dos municípios envolvidos que deverão orientar, dentre outros aspectos, o parcelamento e uso do solo.



O processo de formação e de ocupação urbana do distrito de Milho Verde e a forma como foi se desenvolvendo ao longo dos séculos, demonstra que esta localidade sempre teve dificuldades em lidar com seu ambiente natural. Desde a exploração degradante dos diamantes, que devastou áreas naturais, passando pelas atividades de agricultura e pecuária extensiva, pautadas em sistemas agressivos de queimadas e pastagens, até os dias atuais, em que as questões urbanas associadas às atividades de turismo entram em choque com seus frágeis ambientes, os conflitos são latentes.

As formas históricas de se relacionar com o ambiente natural sempre foram predatórias e, com descaso pela natureza, priorizou-se sempre o imediatismo: *“escavar leitos de rios e encostas para encontrar pedras preciosas, retirar a vegetação com queimadas para plantar, cortar inadequadamente o terreno para construir”* (Bessa, 2011, p.248). Os resultados decorrentes da negligência do Estado em relação a estes usos históricos predatórios criaram um cenário de tensão em Milho Verde, expresso em suas formas irregulares de uso e ocupação dos solos e agressivas à natureza, comprometendo a própria atividade econômica que lhe dá sustento, o turismo de natureza. O maior apelo dos programas e projetos de turismo ao longo de toda esta região se baseia no seu patrimônio natural, histórico e cultural, decorrentes destes 300 anos de história. Patrimônio cada vez mais ameaçado.

2.5 - Alguns vislumbres iniciais...

Na tentativa de questionar os processos de (re)inserção econômica dos núcleos urbanos coloniais e a reconversão de seus territórios para usos com finalidade de turismo – na busca por indícios de suas relações com fenômenos urbanos – mostrou-se necessário investigar seus processos de formação urbana, ao longo do tempo, e estudar sua inserção no contexto da Serra do Espinhaço, desde a chegada de seus colonizadores. Uma das vantagens em trabalhar com estes objetos de estudo foi justamente a possibilidade de (re)fazer esta viagem no tempo, com relativa segurança, se consideramos sua existência quase recente na historiografia ocidental. Os trezentos anos de vida desde pequenos lugares de origem colonial foram investigados com a finalidade de buscar informações e indícios que pudessem mostrar semelhanças e diferenças históricas e ambientais que explicassem suas particularidades, e ajudassem na compreensão do modo como suas economias se formaram, resistiram e se transformaram até a chegada do turismo. A partir deste processo de investigação, um fator foi determinante para atender a este objetivo: a identificação da questão das terras. A transformação histórica da terra em mercadoria,

especialmente a partir da Lei das Terras de 1850, condicionou profundamente os processos internos de cada localidade e a forma como eles respondem e se articulam, atualmente, com a chegada da expansão urbana de seus territórios.

De forma geral, as terras e a extração de seus produtos da terra (mineração, silvicultura, agropecuária e a própria abertura de caminhos, por exemplo) estão na base de todos os processos de ocupação, assentamento, consolidação e desenvolvimento destes núcleos coloniais. Inclusive, foi a forma como estas terras estavam dispostas e disponíveis, e as relações estabelecidas entre aqueles que detinham o direito de propriedade e uso da terra (seja por posse ou por herança e doação) e aqueles que precisavam arrendá-las, invadi-las ou utilizá-las de forma clandestina que foi organizando o espaço e moldando as paisagens nestes lugares ao longo do Espinhaço. No momento em que estas terras se tornaram um produto comercializável, as relações também se transformaram.

Por mais de um século, após o declínio do Ciclo do Ouro e do Diamante, as terras do Espinhaço já não forneciam mais as pedras preciosas em quantidade suficiente, e passaram a ter menos importância para a movimentação da economia mineira. Mas quando estas terras passaram a ter valor por si próprio, a movimentação econômica passou a girar em torno delas, e não mais, a partir delas. Neste novo contexto, para movimentar o mercado de terras no Espinhaço mineiro, acreditamos que se fez necessário criar produtos associados a estas terras, que pudessem se tornar alvo do consumo. No início deste processo, a transferência da Capital de Minas criou a necessidade de moradia, e não foi sem razão que a atração de pessoas vindas do interior gerou um mercado de compra e venda de terras em Belo Horizonte. Desde a desapropriação e derrubada do primeiro casario dos curralenses⁵⁶ até o erguimento da primeira casa na área central da nova capital, o mercado imobiliário esteve presente (GOMES, 2009). E assim foi, expandindo-se para as áreas situadas fora da Avenida do Contorno, até alcançar suas periferias mais distantes, com o advento da industrialização.

A história de Minas Gerais a partir da República Velha (1889-1930) relata que o mercado imobiliário mineiro, e consequentemente a especulação a ele relacionada, emergiu com o nascimento de Belo Horizonte. Não foi sem razão também, que a nova capital, curiosamente chamada em suas primeiras décadas de *Capital das Minas* e

⁵⁶Antigos habitantes do Arraial do Curral del-Rei.

dos Sertões, foi a melhor estratégia política para reativar a economia mineira, reintegrando seu interior. Um vasto território a ser ocupado, vendido e revendido. Belo Horizonte se tornou um polo da expansão urbana, um coração pulsante deste fenômeno que, como nos lembra Conti (2009), tem no parcelamento do solo o primeiro passo para seus processos de expansão. Ainda relembrando o autor, o parcelamento do solo – que, depois de realizado pode, inclusive, demorar décadas antes de ser ocupado – tende a ser preenchido por algum produto, já que no caso do mercado fundiário será este produto que atrairá os consumidores, e não a terra em si. No caso mineiro, nos primeiros anos da capital, um destes produtos esteve relacionado a necessidade de moradia, criada pelas cidades industriais. Os produtos criados para uso e ocupação das terras periféricas foram os loteamentos para habitações de baixo custo, parceladas em cidades-dormitórios, para abrigar trabalhadores vindos do interior. A implosão das relações no core metropolitano acarretou nos processos de explosão do tecido urbano para além dos limites de seu núcleo central. Surgiu assim, e ao mesmo tempo, a Região Metropolitana de Belo Horizonte e, posteriormente, sua Zona de Perimetropolização. Os limites se expandiram e com eles, as possibilidades de usos de novas terras, com novos parcelamentos a serem preenchidos, em novos lugares.

O entendimento que desenvolvemos a partir desta compreensão foi que, talvez, um dos produtos criados pelo mercado fundiário para preencher e motivar o consumo das terras tenha se pautado no consumo das paisagens de excepcional beleza, produto este, muito disponível na região da Serra do Espinhaço (que, além disso, possui paisagens valorizadas por seu patrimônio histórico-cultural e natural, conservados durante as décadas de abandono, e redescobertas pela reativação dos antigos caminhos coloniais, agora associados à exploração turística). Considerando a terra como mercadoria, podemos supor, neste primeiro momento, que os consumidores foram levados até ela e que isso pode ter relação com fluxos turísticos destinados às cidades históricas e associados às unidades de conservação. A partir do exposto, fica a pergunta: o turismo poderia ser uma forma de expressão destes processos, ou um desdobramento do tecido urbano em expansão, ou ainda, uma manifestação de produtos associados ao preenchimento de solos parcelados e ainda sem uso? O próximo capítulo se lança ao desafio de investigar as particularidades do turismo, buscar indícios de sua associação com o consumo das paisagens e questionar a lógica do chamado planejamento territorial do turismo, a partir da análise de dados coletados em campo.

Capítulo 3 - Espiadelas na paisagem: uma busca por indícios

“Aí está Minas: a mineiridade.

Mas, entretanto, cuidado. Falei em paradoxo. De Minas, tudo é possível. Viram como é de lá que mais se noticiam as coisas sensacionais ou esdrúxulas, os fenômenos?”.

João Guimarães Rosa¹

O capítulo busca compreender como as questões previamente estudadas, como os fenômenos da urbanização extensiva e da perimetropolização se apresentam nas paisagens dos lugares, e discute a relação da noção de patrimônio com o consumo e a mercantilização destes pequenos núcleos urbanos ao longo da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. Acreditamos que o tipo de turismo que se instalou nos distritos aqui analisados possui relação com a construção do sentido da mineiridade, que perpassa a noção de patrimônio e dialoga com a preservação das paisagens naturais e dos elementos histórico-culturais da Serra do Espinhaço. Estes elementos têm sido muito utilizados pela atividade turística, que se pauta em motivações relacionadas à identidade mineira e à busca pelas raízes, pelos modos de vida rurais e pelos encantados naturais das terras de Minas. A noção de patrimônio, historicamente construída em Minas Gerais, possui relação estreita com o desenvolvimento do turismo ao longo da RBSE, ainda mais considerando que esta atividade envolve o consumo de paisagens e a valorização dos lugares. A partir do que já foi exposto nos capítulos anteriores, entendemos que o mercado imobiliário também se apropria da valorização destes lugares de interesse turístico (especialmente da valorização da terra), causando um “enobrecimento do território” e o seu consumo pelas classes médias altas (LEITE, 2013). Os processos históricos de formação dos núcleos urbanos de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde, bem como a relação estabelecida pelos moradores originais com suas terras, dizem muito sobre a forma como o turismo tem se apropriado de cada um destes lugares. Acreditamos que o turismo - enquanto uma atividade econômica associada a fenômenos urbano-sociais - se expresse nas paisagens destes lugares, criando espaços para consumo e produtos associados ao mercado imobiliário, que elevam o valor das terras a partir do momento em que elas se tornam uma mercadoria e saem das mãos dos primeiros moradores.

¹ Texto de Guimarães Rosa publicado na revista “O Cruzeiro”, em 25 de agosto de 1957. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/opcao-cultural/ai-esta-minas-a-mineiridade>

Portanto, antes de mergulharmos na realidade atual destes núcleos urbanos e em sua relação com o turismo, novamente, sentimos a necessidade de dar mais um passo atrás, em busca de um suporte teórico que dialogue com nossos questionamentos. Para tanto, buscamos apoio nos trabalhos de HARVEY (2013), LEITE (2004; 2005), REIS (2007), CHUVA (2012) e CARVALHO (1998), que nos auxiliarão na apresentação da realidade atual destes distritos, através de seus conceitos, dando-nos suporte teórico para as análises do que percebemos em campo. Estas análises se baseiam em nossas observações - a partir das visitas aos lugares e da pesquisa de outros autores - em entrevistas em profundidade, análises e reflexões realizadas pela pesquisadora na tentativa de levantar indícios locais que nos contem algo sobre a relação dos fenômenos aqui investigados. A partir da análise dos materiais coletados em campo e dos documentos e pesquisas consultadas previamente, o capítulo se dedica a compreender como estes processos dialogam e se expressam nas paisagens locais, considerando questões fundiárias, resistências e os processos atuais de expansão urbana nestas localidades. Além disso, buscamos aspectos destes processos e de sua relação com os grandes centros urbanos – que polarizam estes fenômenos e geram os principais fluxos turísticos. Trata-se, portanto, de uma tentativa de contribuir para os estudos sobre o turismo, a partir de um viés pouco estudado na academia: as áreas urbanas dos chamados destinos turísticos na RBSE. A pesquisa exploratória, aqui apresentada, utiliza de análises visuais das paisagens locais, em busca de indícios que auxiliem na compreensão de como o turismo pode ser utilizado pelos processos de transformação os lugares - transformando-se ele mesmo num destes agentes - causando colapsos, renovações e/ou reinvenções no território, dependendo das relações que se estabelecem com o uso da terra e com aqueles que detêm sua posse.

3.1 - A construção política do imaginário mineiro: a mineiridade

Talvez, um dos maiores desafios lançados ao Brasil após a abolição da escravidão tenha sido, segundo CARVALHO (1998, p.48; p.101) “a *necessidade de se criar uma nação homogênea*” a fim de assegurar sua identidade nacional, uma vez que, durante o período colonial e imperial, não era de interesse dos governantes a ideia de nacionalidade brasileira, e no início da república, esta ideia ainda não existia e precisava ser arquitetada. Segundo o autor, a construção da nação foi um problema

político que ocupou a agenda de homens públicos por muitos anos. A questão permeou a razão republicana, pautada no pensamento da construção da pátria brasileira, e se tornou um desafio, pois seria inviável “*uma nação sem patriotas*” - formada por ex-escravizados, imigrantes, indígenas e portugueses – claramente segregados. “*A busca por uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, foi tarefa que perseguiu a geração intelectual da Primeira República (1889-1930)*” (CARVALHO, 1998, p.103). O estado de Minas Gerais seguiu trajetória similar.

Acreditamos que exista uma relação profunda entre a construção histórica da noção de patrimônio e a construção do sentido de nação. No caso de Minas Gerais, na construção do sentido da mineiridade. Como veremos, estas construções ideológicas originadas ainda nas primeiras décadas da República, especialmente depois do surgimento do IPHAN, em 1937, estão correlacionadas à criação das políticas patrimoniais e ao desenvolvimento de lugares, e, atualmente, na transformação dos mesmos em espaços de consumo vinculados à lógica do mercado. Este entendimento se baseia principalmente nos debates apresentados por LEITE (2004; 2005), MORAES (2006), REIS (2007), CHUVA (2012) e CARVALHO (1998), autores que trouxeram contribuições importantes para o processo de compreensão da realidade brasileira, especialmente mineira, e que pode ser aplicada ao contexto da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, cabendo a nós, o exercício de correlacioná-los, buscando indícios destes processos apresentados nas paisagens dos lugares visitados.

Em Minas Gerais, a questão da criação de uma identidade regional se relacionou, em certa medida, à construção do mito da Mineiridade - questão controversa entre estudiosos² - mas que segundo REIS (2007) é, atualmente, parte do imaginário social construído em Minas e possui relação com fatos e lugares da história mineira. A ideia de construção do sentido da Mineiridade se originou no contexto Republicano, previamente apresentado. A mineiridade, neste entendimento, foi e continua a ser construída, como elemento de identidade regional - que se associa a uma ideia de pertencimento - e inclusive, como ideologia³. Assim a autora define:

² Segundo REIS (2007) o debate gira em torno da existência, [de fato], de uma identidade regional, e o fato de questões ideológicas, relacionadas à construção desta identidade e mecanismos construídos por grupo no poder, que a utilizam para manter privilégios. Vide (REIS, 2007)

³ Segundo PEREIRA (2012) “*a ideologia da mineiridade não deve ser descartada como interpretações falsas do homem mineiro e de sua vida coletiva; deve sim ser reconhecida como representante válida de*

“(...) a mineiridade é uma construção imaginária, com base na história, elaborada por uma elite política que se apropriou de fatos históricos regionais e, portanto, de particularidades de uma região de Minas, tornando-a universal, reconhecida pelos brasileiros e mineiros, para preservar-se no exercício do poder, mantendo seus privilégios” (REIS, 2007, p.90)

É da identificação das características dessa ideologia que se ocupa o trabalho de Maria do Nascimento Arruda (1990) sobre a *Mitologia da Mineiridade*. Segundo ela, a mineiridade é “*tipicamente uma construção intelectual*” e “*preserva três dimensões essenciais: mítica, ideológica e imaginária*” (p. 257). A autora usa o conceito de mito porque este reflete a vida social na qual se insere com uma dimensão atemporal em que passado, presente e futuro são rearranjados. O passado na verdade aparece como sempre presente, daí a importância do memorialismo para a formação do mito da mineiridade. Assim: “*As ações tecidas no passado reverberaram, pois, nos atos do presente, abrindo espaço para o nascimento da memória de Minas*”. (ARRUDA, 1990, p. 258)

No contexto desta dissertação, o debate político ideológico não será aprofundado, mas a questão da mineiridade nos interessa, pois, segundo Liana Reis (2007, p. 91) o “*ser mineiro*” construído se baseia justamente no mineiro que habitava a região das minas de ouro e diamante, ou seja, “*as raízes destas imagens remetem à história das regiões mineradoras*”. O entendimento e a construção histórica da noção de patrimônio no contexto da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço permeia a questão da mineiridade, que, acreditamos, está intimamente relacionada à motivação dos fluxos turísticos desta região. Mas de que forma a questão da mineiridade se intercala com os fenômenos aqui analisados? A resposta talvez perpassasse o seguinte entendimento:

“Ora, soma-se a tudo isso a construção de Belo Horizonte, cidade planejada, símbolo da modernidade, do progresso, da República. [...] longe de romper com o passado colonial, a nova capital preservava o passado para ganhar o futuro” (REIS, 2007, p. 94)

seu objeto, para, assim, desempenhar eficientemente seu papel ideológico. A ideologia da mineiridade refere-se à construção interessada em uma realidade social de Minas Gerais, e por mais que se forme um estereótipo acerca dos mineiros, amplamente reconhecido a partir de traços atribuídos ao senso comum, “eles são efetivos, independente de um juízo científico sobre o que neles é real e o que é mítico ou disfarce” (DULCI, 1988, p.12 apud PEREIRA, 2012).

A noção da mineiridade evoluiu ao longo do tempo. Da necessidade de criação de uma identidade regional, transmutou-se no desejo de retorno às raízes, de valorização da vida no interior, no contato com a natureza selvagem, longe dos grandes centros urbanos. Não é somente no passado colonial que reside o sentido da mineiridade. Ela também se associa à noção da liberdade, no desejo épico do mito dos inconfidentes⁴, e no universo da resistência rodeado pelas montanhas, o que caracteriza essa construção não somente como um modo de ser mineiro, mas de viver Minas, pautado em elementos históricos e também naturais. “*A mineiridade constitui-se por uma forte dimensão identificadora do mineiro com sua terra, com o solo em que nasceu, com os hábitos e costumes do seu Estado*” (NEVES, 1997, p.65). Assim, a unificação da identidade mineira se deu através da identidade com seu passado colonial, e também com sua terra. E essas características têm sido as bases para a construção histórica sobre a noção do patrimônio mineiro.

“Não é por acaso que a imagem de Minas Gerais recorrentemente veiculada nacional e internacionalmente parece encontrar uma síntese em Paisagens de Minas, um óleo sobre madeira de Alberto da Veiga Guignard, de 1950, carregado de fortes referências à paisagem cultural urbana dos tempos de colônia, expressa na representação das torres das igrejas, capelas e cruzeiros, dispostas num mar de montanhas e flutuando em meio à neblina: são as Minas do ouro e dos diamantes, as urbanas, as dos gerais, as das sedições...” (MORAES, 2006, p.30)

O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) reconhece que “*a noção de patrimônio é algo historicamente construída*” (CHUVA, 2012 p.149), e tem se transformado ao longo do tempo. Inicialmente, com a criação do Serviço de Patrimônio histórico e Artístico Nacional (SPHAN) - ainda em 1937 - existia uma preocupação que se relacionava à ideia da criação da identidade nacional e regional (mineira, paulista, baiana, etc). No ano seguinte à fundação do SPHAN, ainda em 1938, ocorreu o tombamento das cidades históricas de Minas, com destaque para Ouro Preto, Serro e Diamantina, no eixo colonial da região da Serra do Espinhaço. Inicialmente estas iniciativas estavam mais relacionadas ao patrimônio material, entretanto, segundo

⁴ Segundo REIS (2007, p.95) a “*Inconfidência Mineira tornou-se mito de fundação da mineiridade*”. Importante destacar a “*Guerra dos Emboabas*” como um fato histórico que também dialoga com o mito fundador de Minas. Entretanto, Adriana Romeiro (2009, p.108) destaca que existem controvérsias sobre este fato na historiografia, uma vez que, embora se considere que a “*Guerra dos Emboabas seria, assim, o despertar do nativismo em solo mineiro*” a mesma divide teóricos e “*impôs um problema sério aos historiadores: seriam os paulistas ou os emboabas os verdadeiros nativistas, os campeões da causa nacional?*”. A polêmica historiográfica sobre o caráter ideológico do movimento culmina em posições diversificadas sobre o movimento e sua relação com o mito de fundação mineiro e, portanto, para fins deste trabalho, não será aprofundada. Para mais informações, recomenda-se leitura de “*Guerra dos Emboabas: balanço histórico*” por ROMEIRO (2009).

CHUVA (2012) nas décadas de 70 e 80 a crise internacional⁵ contribuiu para uma mudança nas fronteiras nacionais e internacionais, que se expandiram “*esmaecendo a ideia de nação*” e reconfigurando o entendimento sobre identidade nacional, ampliando a noção de patrimônio ao incluir noções de imaterialidade e paisagens naturais. Foi através da criação da Política Nacional da Cultura, em 1975, que ocorreu a mudança que marcou o início da presença governamental nesta área “*e inseriu o domínio da cultura nas metas da política de desenvolvimento social do período*” (2012, p.157), integrando-a aos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs)⁶ no período da ditadura militar, que aproximou a área da cultura da noção do mercado e desenvolvimento econômico.

“(...)Ocupar certos espaços e transformá-los em lugares (ainda que efêmeros) nos quais os indivíduos se reconhecem e afirmam suas diferenças, representam formas simbólicas de consumir e demarcar maneiras específicas de pertencimento”. (LEITE, 205, p.82)

A década de 70 parece ter sido um marco para a reinvenção das paisagens da Serra do Espinhaço, tanto relacionado ao seu patrimônio histórico-cultural, em função das Cartas Patrimoniais⁷ da UNESCO - em especial a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, de 1972⁸, que influenciaram a criação do Plano Nacional de Cultura, em 1975 - quanto do seu patrimônio natural, década em que as Reservas da Biosfera começam a ser criadas no mundo, e muitas das Unidades de Conservação do Brasil⁹. Políticas de preservação e criação de unidades de conservação também começaram a ser debatidas nesta década, e de 1976 até 1990 o

⁵ Os anos 80 ficaram conhecidos como a “Década Perdida”, que se seguiu ao momento do “Milagre Econômico” da década de 70, conforme visto anteriormente, e que possuem relação estreita com o aumento do turismo na região da Serra do Espinhaço.

⁶ Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) surgem dentro do contexto dos anos 1970, durante o “milagre” econômico brasileiro e a propaganda nacionalista realizada pelo regime militar e propunha uma “fuga para a frente”, ou seja, construía uma estrutura industrial avançada que permitiria superar a crise e o subdesenvolvimento. Ao invés de um ajuste econômico recessivo, o II PND propunha financiamento para os empreendimentos produtivos. Fonte: Agência Brasil, 2014, Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/>

⁷ Cartas Patrimoniais são instrumentos teóricos referentes à atuação de profissionais e instituições na área patrimonial, e possuem a função de fornecer embasamento filosófico para legislações sobre o patrimônio. A questão das cartas patrimoniais possui estreita relação com a questão da paisagem cultural associada aos programas de conservação como a RBSE, no âmbito da UNESCO. Dentre as mais importantes. As cartas patrimoniais fornecem elementos valiosos para a delimitação conceitual do patrimônio, para a caracterização de seus segmentos e para a definição de políticas, princípios e instrumentos de preservação e permitem acompanhar a lenta trajetória da preservação do patrimônio (Ministério da Cultura, 2013).

⁸ Convenção disponível no site da UNESCO: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

⁹ A década de 70 também foi quando as primeiras discussões de ambientalistas floresceram, com o surgimento do conceito de sustentabilidade junto ao paradigma ambiental. Nesta década os movimentos ambientalistas e conservacionistas ganharam força, impulsionando a questão da sustentabilidade em diversas áreas, dentre elas o turismo. (CAPRA, 2006)

país fez grandes investimentos na criação destas áreas. A criação do Parque Estadual Serra do Cipó, por exemplo, aconteceu na década de 70, sendo transformado em Parque Nacional em 1984.

Uma vez criados, estes patrimônios, já declarados e reconhecidos como parte da identidade mineira (e quiçá, nacional) passam a ser mobilizados a partir dos anos 90, principalmente a partir da criação dos Programas de Regionalização do Turismo, com destaque para o Estrada Real, Destinos Indutores e Circuitos Turísticos, pautados em segmentos de turismo cultural e ecoturismo. Ainda em 70 aconteceu, como vimos, a vinculação das políticas de cultura aos Planos de Desenvolvimento do governo, o que significou um processo de descentralização (até então centrado no IPHAN) e representou *“uma etapa de transição em que o patrimônio vai sendo incorporado às políticas urbanas, articulado com o desenvolvimento regional e o incremento do turismo”*. (LEITE, 2005, p.85).

Segundo MONTE-MÓR (2003) o auge da urbanização brasileira - bem como a intensificação do êxodo rural - se deu na década de 70. Este período coincide com a época em que as primeiras terras começaram a ser vendidas pelos moradores dos distritos para os primeiros compradores, que futuramente revenderiam os terrenos, ou os parcelariam, criando loteamentos destinados ao preenchimento por intermédio do turismo, seja por casas de segunda residência, casas de aluguéis para temporada e equipamentos de turismo, como pousadas e restaurantes - o que se intensificaria a partir dos anos 90.

A década de 90 foi quando a mercantilização do patrimônio se intensificou, pois antes disso, o Estado era o responsável pelas políticas de desenvolvimento no setor. Este período da história brasileira foi marcado por um processo de abertura comercial com menos intervenção estatal na economia, marcando a introdução do neoliberalismo no Brasil¹⁰. Nos anos 90, a perspectiva da preservação voltou-se mais à lógica do mercado em função da inclusão e da *“participação do setor privado no gerenciamento nas políticas de patrimônio que envolveu uma complexa alteração do patrimônio de “bem simbólico” para “mercadoria cultural”* (LEITE, 2005, p.85) muito relacionado a um estilo de vida de uma classe média urbana em busca de lazer, segurança e contato

¹⁰ A década de 90 foi marcada por um conjunto de reformas orientadas para o livre comércio no Brasil, que previam a redução da intervenção do Estado na economia e a liberdade de mercado. (MASSIMO, 2013)

com a vida ao ar livre. A aproximação do patrimônio histórico com práticas urbanas associado com práticas do mercado marcam as cidades e ampliam a segregação urbana: “as ilhotas reabilitadas formam guetos de pessoas abastadas e as “curetagens” imobiliárias se tornam assim operações segregativas” (CERTEAU 1996, p.196 apud LEITE, 2005, p.87) conforme veremos.

O debate sobre a construção da noção de patrimônio mineiro passa pela lógica da reinvenção de espaços urbanos, através do que se entende, segundo LEITE (2005) por “processos de patrimonialização”, relacionado à reconstrução da imagem dos lugares. Estes processos tendem a ser complexos, e segundo LEITE (2008, p.2) são de dupla natureza, 1) tanto de movimentos relacionados às políticas de tombamento, de natureza técnica, quanto a 2) um movimento associado à natureza de um objeto com valor mercadológico, que consiste na supervalorização de um patrimônio “para efeito de consumo, que pode ser tanto destinado a atividades de consumo visual, turístico ou sustentação de um mercado urbano de lazeres”. Uma das consequências destes processos de patrimonialização é o enobrecimento dos lugares, conhecido nas teorias por *gentrification*¹¹, e que segundo LEITE (2008) seria uma forma de substituição dos moradores locais por pessoas de classe de renda mais alta, sendo este processo um dos responsáveis pela reinvenção do patrimônio e pela mudança na imagem da cidade, segundo novas identidades construídas, como a mineiridade. Assim, esta dissertação busca levantar aspectos que demonstrem como estas relações estão sobrepostas e como o turismo se insere neste processo, a partir da realidade dos núcleos urbanos aqui analisados.

“O patrimônio e as suas representações que emergem no contexto desses processos de patrimonialização podem ser caracterizados como uma invenção cultural que procura legitimar e naturalizar um determinado tipo de discurso sobre a vida urbana”. (LEITE, 2008, p.2)

A Serra do Espinhaço faz parte do eixo de expansão urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte – e de sua Zona de Perimetropolização - que se sobrepõe a um contexto patrimonial de grande relevância histórica, cultural e natural, e que pode ser facilmente associado à ideia de mineiridade. Durante os acontecimentos dos anos 70,

¹¹ Para maiores explicações sobre processos de *gentrification*, ou *gentrificação*, vide LEITE, R.P; PEIXOTO, P. *O patrimônio como elixir de políticas urbanas: notas sobre o bairro do Recife e a zona histórica da cidade do Porto*. Anais do a 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia – ABA – Porto Seguro – Bahia, 2008.

estas condições talvez tenham se associado às possibilidades de expansão urbana, na qual o mercado imobiliário (já atuante e em expansão nos arredores de Belo Horizonte, conforme visto anteriormente) – tenha se apoiado numa estratégia nacional de busca por uma identidade regional (e posteriormente de “*volta às raízes*”). Assim, o mercado das terras pode ter encontrado no turismo uma forma de se concretizar no território, como um dos agentes deste processo de construção de lugares e paisagens, produzindo-as para o consumo.

No caso mineiro, os pequenos lugares de interesse turístico – de origem colonial e inseridos em áreas protegidas - que se localizam nas imediações dos vetores de expansão urbana norte -sul, ao longo da Serra do Espinhaço, tem sido, notoriamente, voltado ao atendimento das classes mais altas que são aquelas que podem pagar por lotes de recreio na região. (CONTI, 2009). Segundo LEITE (2005, p.84) os processos de utilização de patrimônios para o consumo cultural costuma passar por um processo de enobrecimento de lugares que abrigam este patrimônio, e que tendem “*a se transformar num espaço extensivo de lazer e consumo para as classes médias*”. Dentre as estratégias de utilização do patrimônio como mercadoria, segundo o autor, opera uma lógica de mercado que tende tanto a reativar o comércio quanto a estimular a valorização imobiliária. Acreditamos que o turismo se desenvolva a partir desta lógica de mercado.

3.2 - Paisagens contemporâneas do Espinhaço: patrimônio em construção

As paisagens do Espinhaço estão gravadas no imaginário mineiro e acompanharam a história de descobertas minerais e conquistas nessa parte do Brasil. Como bem nos lembra Gontijo (2008, p.10) “*a história das “minas gerais” passa necessariamente, por seus campos rupestres*”. O eixo conformado pela Serra do Espinhaço também coincide com o eixo de ocupação histórica de Minas Gerais, compreendendo trechos importantes das chamadas estradas reais, concentrando os principais Circuitos Turísticos de Minas Gerais (Circuito do Ouro, Circuito Serra do Cipó e Circuito dos Diamantes), Unidades de Conservação de grande relevância ambiental, e ainda abrigando parte expressiva dos bens tangíveis e intangíveis tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG)

Dos 51 municípios detentores dos 209 bens culturais tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN em Minas Gerais, entre 1938 e 2002, 37 deles concentram 167 (80%) bens culturais produzidos ao longo do período colonial (...) Além disso, dos dez bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Cultural da UNESCO, três deles estão em Minas – a cidade histórica de Ouro Preto (1981), o Santuário do Bom Jesus em Congonhas (1985) e o centro histórico da cidade de Diamantina (1999) – todos eles nela inseridos por figurarem como testemunhos da cultura e da arte barroca do período colonial, e configurando eles mesmos outros tipos “caminhos” no interior da rede urbana mineira. (MORAES, 2006, p. 309)

A paisagem é um conceito complexo, que tem evoluído ao longo dos séculos. Entretanto, em todas as abordagens, uma das principais características da paisagem é que ela não é fixa, ao contrário, é algo que está em constante transformação e considera cada vez mais importante as trocas entre natureza e sociedade, e sua associação com a ciência e a cultura. Uma das contribuições das abordagens científicas sobre a paisagem - que compartilhamos neste trabalho - é o entendimento de que a mesma permite uma série de leituras e interpretações: *“a paisagem é a leitura da natureza e da sociedade através de uma abordagem espacial e de uma interpretação dos fenômenos a partir de sua localização”* (LACERDA, 2014, p. 27). Esta é uma abordagem científica, no âmbito das ciências geográficas sobre a paisagem que utilizaremos como categoria de análise nesta dissertação. Entretanto, a paisagem também é um conceito que permeia diversas áreas para além da geografia, incluindo políticas públicas relacionadas à construção do patrimônio, o que, entendemos, merece uma reflexão.

Atualmente, as noções sobre patrimônio - principalmente no âmbito da UNESCO - têm sido atribuídas em associação ao entendimento do termo Paisagem Cultural. Além disso, organizações como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem desenvolvido uma série de pesquisas e trabalhos relacionados com a ideia da Paisagem Cultural, muito apoiado em Cartas Patrimoniais da UNESCO, e da sua proposta de chancela da Paisagem Cultural, que *“ainda instiga muitas reflexões quanto à sua aplicação e ao seu próprio conceito”* (IPHAN, 2011, p.1). Seguindo esta linha, o IPHAN lança uma portaria que conceitua a chancela da Paisagem Cultural Brasileira dizendo, em seu primeiro artigo que:

Constitui Paisagem Cultural Brasileira uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem

com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (IPHAN, 2011, p.1)

No contexto brasileiro de conservação da natureza e proteção do patrimônio natural e cultural, a UNESCO exerce grande influência - nas questões relacionadas à diversidade cultural e ao patrimônio, material e imaterial - expressas através de suas declarações, convenções e cartas patrimoniais, reconhecidas por todos seus estados membros. O próprio Programa "O Homem e a Biosfera - MaB", lançado em 1971 pela UNESCO, é um programa mundial de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e seu meio, o que nos remete novamente aos debates da paisagem da Serra do Espinhaço, pois é este programa que cria as Reservas da Biosfera.

Assim, considerando o contexto da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE), a questão da Paisagem Cultural - enquanto um avanço na noção de patrimônio - é extremamente relevante, tendo em vista que existe diálogo e alinhamento entre os entendimentos da UNESCO e a proposta de conservação e gestão territorial das reservas das biosferas, justamente porque o programa é destinado a compreender as relações e manter a coexistência do homem com a natureza. Assim, a UNESCO entende que a paisagem - enquanto categoria de análise - é capaz de exprimir estas relações ambientais:

Sugere uma abordagem paisagística para a identificação, conservação e gestão de áreas históricas dentro dos seus contextos urbanos mais amplos, considerando as inter-relações das suas formas físicas, a sua organização e conexão espacial, as suas características e espaços naturais, e os seus valores sociais, culturais e económicos. (UNESCO, 2011, p.4)

Portanto, a questão da paisagem (seja enquanto categoria de análise, seja enquanto noção avançada de patrimônio) se relaciona profundamente com as questões apontadas e demandas ao longo deste estudo e com o contexto natural, histórico, cultural e socioeconômico da RBSE. Segundo a UNESCO (2007) a recorrência atual ao conceito de Paisagem Cultural nos debates de patrimônio reflete uma síndrome sócio-ecológica, resultante das preocupações ambientais com as alterações ocorridas no ambiente humano e nas paisagens, causadas pelas transformações nos modos de vida e nos usos tradicionais do território - durante a revolução industrial e depois dela.

Assim, do ponto de vista patrimonial, para se compreender o que é o meio ambiente nestes pequenos lugares ao longo do Espinhaço, deve-se considerar o conjunto de seu patrimônio cultural (material e imaterial) juntamente com o patrimônio ambiental e os modos de produção que, em conjunto, segundo a UNESCO, formam a Paisagem Cultural destes lugares.

Entretanto, segundo Lacerda (2014) a crítica mais contundente a esta abordagem patrimonial da paisagem, que a entende como “paisagem cultural” é que ela *“reduz o conceito ao aspecto de “excepcionalidade”, restringindo sua aplicação à proteção de paisagens “patrimoniáveis”, desconsiderando as paisagens do cotidiano* (LACERDA, 2014, p.27). Além disso, parece desconsiderar que cada grupo social vive uma paisagem. E mais, considerando que toda natureza é vista e interpretada por um olhar cultural, tem se que:

(...) por pressuposto toda paisagem é um artefato cultural por definição, pois, para existir, depende de um olhar que carrega consigo uma leitura de mundo” (...) “seria um erro tratar paisagem cultural como uma paisagem de interesse do patrimônio, ou pior, apenas aquela excepcional, impregnada de cultura, a boa cultura, que se quer preservar. (LACERDA, 2014, p.25)

Assim, esta abordagem de Paisagem Cultural nas políticas públicas de patrimônio – no nosso entendimento - não tem sido capaz de dialogar com os processos que acometem estes pequenos núcleos urbanos ao longo da Serra do Espinhaço, pois excluí as paisagens do cotidiano¹², que em nosso entendimento, estão na base da maioria dos conflitos nestes lugares, especialmente associados à questão das comunidades e à sua relação com a terra e com seu ambiente. Portanto, e como base nestes questionamentos, entendemos que a questão da Paisagem Cultural no Brasil vai muito além da proposta de chancela do IPHAN. Existe preocupação crescente, por parte dos estudiosos da paisagem, com a criação de uma categoria de análise mais ampla que permita compreender melhor as relações humanas junto à questão ambiental. A grande crítica à abordagem relacionada à paisagem cultural, enquanto chancela patrimonial, é seu caráter excepcional. Como se apenas as paisagens de valor excepcional fossem culturais, ou dignas de preservação. Este é um prato cheio

¹² Entendemos que o termo paisagem do cotidiano se refere às paisagens do dia a dia, do homem comum (CERTEAU, 1998), difíceis de serem apreendidas, mas que talvez se relacionem a tentativas de investigação *“do simbolismo da paisagem, das diferentes interpretações sobre a sua história, do confronto da memória individual e coletiva, da incorporação da experiência cotidiana do indivíduo com o espaço”* -, lacunas apontadas por Yves Luginbuhl, sobre limites encontrados nas tentativas de abordagens paisagísticas por ele desenvolvidas (LACERDA, 2014, p. 73)

para a mercantilização dos lugares, pois torna a proteção e a valorização do patrimônio algo seletivo, e acessível aos que podem pagar por seu consumo.

Entendemos que ao considerar todo o contexto da Serra do Espinhaço, toda paisagem é cultural, em função do contexto histórico e de toda peculiaridade cultural desta região brasileira. O próprio Ministério da Cultura (MINC) utiliza o termo para se referir aos seus entendimentos mais atuais sobre diversidade cultural e patrimônio cultural e ambiental pensados em conjunto. Para o MINC a paisagem cultural “*compreende a presença humana em perspectiva histórica, na sinergia entre ambientes naturais, construídos e modos de produção*” (MINC, 2013, p.14). Assim, a paisagem seria uma mediadora das relações entre o homem e a natureza, e também a natureza vista na perspectiva humana. Neste sentido toda paisagem é cultural, pois ela pressupõe um observador humano (LACERDA, 2014, p.60). Considerar este ponto de vista nos permitirá olhar para além daquilo tido como excepcional e ampliar nossa compreensão sobre o patrimônio cultural e natural, material e imaterial da Serra do Espinhaço, o que, em nosso entendimento, inclui as comunidades tradicionais que estão resistindo, ou sendo expulsas de suas terras, conforme veremos.

Os objetos de estudo desta pesquisa estão inseridos em áreas protegidas, o que também indica que, além do interesse nos patrimônios histórico-culturais, estes fluxos se relacionam à procura pelo ambiente natural protegido, hoje escasso nos grandes centros urbanos. Talvez por esta razão o Plano Nacional de Turismo incluiu, neste triênio (2013-2016) as áreas protegidas (até então periféricas) nas políticas públicas de turismo, indicando-as como grande potencial a ser explorado e desenvolvido nos territórios turísticos. Com relação ao turismo e as áreas protegidas o PNT(2013-2016) apresenta, entre suas novas orientações estratégicas, os seguintes pontos, relacionados ao uso turístico da natureza, principalmente através das Unidades de Conservação:

“Também aproveitamos para incluir conceitos que até então ocupavam uma posição periférica na estratégia de turismo no Brasil. A sustentabilidade é um deles. Embora detenha um quinto das espécies da Terra e tenha 67 parques nacionais abertos à visitação, sendo por isso considerado pelo Fórum Econômico Mundial a maior potência do planeta em recursos naturais, o Brasil jamais teve uma política de turismo em suas áreas protegidas. Estamos trabalhando para mudar essa realidade, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, e realizar uma visão na qual a natureza do Brasil poderá ser conhecida – e conservada – por todos, com geração de renda

para as populações que habitam o entorno dos nossos parques”.
(PNT, MTUR, 2013, p. 20)

Essas novas diretrizes, claramente expostas no PNT, possuem implicações sobre as representações que o Ministério do Turismo faz da natureza na perspectiva da natureza enquanto matéria-prima, transformada em força produtiva social¹³, e posteriormente, num produto para consumo. No caso específico destes destinos turísticos de vocação natural, a paisagem é o grande produto a ser produzido e consumido. Estas áreas naturais conservadas, até o ano de 2012, eram tidas como questões periféricas, quando relacionadas às políticas públicas de turismo. No entanto, há muitos anos estas unidades de conservação, na prática, já têm sido “assediadas” pelos empreendedores e pelos turistas em geral.

Turistas sempre frequentaram áreas protegidas, de forma espontânea, uma vez que as próprias unidades de conservação têm em sua finalidade o uso público, que inclui atividades de turismo, pesquisa e educação ambiental (SNUC, 2000). O que muda agora é que, estas áreas que até então existiam para fins de conservação da biodiversidade e visitação espontânea, passam a ser para estes “novos sujeitos” (os turistas) e para as políticas públicas de turismo, um insumo, uma matéria prima reconhecida pelos gestores e planejadores do setor. Ainda com relação às áreas protegidas, o PNT afirma que *“O potencial de desenvolvimento oferece a oportunidade e o desafio para a execução de ações capazes de equilibrar proteção ao meio ambiente ao seu uso economicamente sustentável”* (MTUR, 2013, p. 23). A natureza torna-se, oficialmente, um produto comercializável para o turismo. Portanto, torna-se importante refletir sobre a relação do turismo com o consumo das paisagens e quais as consequências desta lógica para os territórios turísticos inseridos em áreas protegidas, caso dos nossos objetos. Segundo Bessa (2011, p. 47) *“o turismo constrói sobre territórios, por meio das forças que movimenta (externas ou internas) paisagens novas”*. E são estas novas paisagens, entendidas como a produção espacial do turismo na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, que investigaremos agora.

¹³Força produtiva aqui compreendida segundo o conceito marxista que relaciona a força de trabalho humana com os meios de produção (instrumentos e objetos de trabalho). São, portanto, as forças usadas para controlar ou transformar a natureza. (GERMER, 2009)

3.3 – As marcas das paisagens: um testemunho sobre o desenvolvimento do turismo.

Esta parte da dissertação será dedicada à compreensão da realidade atual dos núcleos urbanos analisados. De forma geral, os três núcleos apresentam histórico muito semelhantes associados ao início dos processos de parcelamento do solo e o surgimento do mercado de terras - considerando as principais transformações (pós década de 70) até a chegada mais intensa do turismo e de atividades correlacionadas. Para tanto, este estudo foi construído a partir de duas visitas de campo realizadas em cada um dos distritos¹⁴, entrevistas em profundidade com informantes-chave, observações do pesquisador e diálogo com outros trabalhos de pesquisa sobre as regiões estudadas. Importante frisar que não se trata de estudos de caso aprofundados sobre as realidades, pois a compreensão de uma dada realidade de forma completa exige tempo e estudos mais detalhados.

Além disso, abordamos uma temática sobre a qual existem poucas referências - especialmente aplicadas ao contexto espacial da Serra do Espinhaço – além de se pautar no diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, propondo a investigação de uma realidade complexa, envolvendo áreas urbanas e protegidas. Dedicamos tempo considerável nas pesquisas sobre as origens históricas destes lugares - ainda no Brasil Colônia – procedimento sem o qual, julgamos, não seria possível a compreensão dos processos atuais. Esta parte será pautada em indícios percebidos nas paisagens locais através de análises visuais que serão contrapostas e complementadas pelas pesquisas documentais e revisões bibliográficas prévias; e entrevistas em profundidades e observações do pesquisador. Este levantamento de dados, bem como sua análise foi intenso, entretanto as informações, certamente, precisarão ser mais bem pesquisadas futuramente. Logo, esta é claramente uma pesquisa exploratória que necessita de mais tempo e mais recursos para as coletas em campo e sua posterior análise. Entretanto, esperamos, poderá contribuir para abrir possibilidades de investigação na área do turismo, e no contexto da Serra do Espinhaço, além de criar pontes para o envolvimento de mais pesquisadores interessados na temática.

¹⁴ Foram realizados dois trabalhos de campo. O primeiro com duração de 21 dias, em novembro de 2013. O segundo campo durou 45 dias, entre os meses de março e abril de 2014.

Conforme veremos, os processos históricos que derem origem a estes núcleos urbanos parecem ter influenciado, atualmente, na forma como as comunidades se organizam – ou não – e no modo como se relacionam: com a chegada dos visitantes e novos moradores; com os processos de uso e ocupação do solo; e com as dificuldades ocasionadas pela sobreposição de interesses municipais, estaduais e federais em cima de pequenos distritos que não possuem instrumentos adequados de planejamento territorial (como plano diretor, planos de manejo, planos de turismo, por exemplo). Estes lugares frágeis recebem fluxos intensos, e são os principais alvos de ações de loteamentos e condominização – intensificados nos últimos 15 anos - mas que estão à mercê de políticas públicas, cabendo às comunidades lidarem com os impactos destas atividades, ou serem impactadas por elas. Os processos, as resistências e os desdobramentos desta miscelânea serão investigados nos tópicos a seguir, em busca de indícios em suas paisagens e nas formas de organização social que permitam identificar aspectos importantes para nossas análises posteriores.

3.3.1 – As duas Lavras Novas: forças externas versus resistência social

“Tudo que fazemos em Lavras Novas é a nossa história”.

Informante-chave A5

No contexto desta dissertação Lavras Novas se revelou um importante laboratório de pesquisas para compreensão das relações entre os desdobramentos dos fenômenos urbanos, áreas naturais, questões patrimoniais, e a relação destes elementos com a atividade turística. Este pequeno distrito, conforme veremos, apresenta realidade muito peculiar com relação à sua formação histórica, organização social e sua situação fundiária, e em certa medida, seus processos contemporâneos seguem caminho diverso das demais realidades estudadas, Serra do Cipó e Milho Verde. Por esta razão, o contato inicial com Lavras Novas nos auxiliou na observação de elementos cruciais, que fizeram grande diferença em nossa percepção de como os processos urbanos e turísticos se apresentam nestes destinos. Para nos auxiliar nestas análises, coletamos os seguintes depoimentos de 08 informante-chaves: 1) **A1**: membro da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres; 2) **A2**: funcionário da prefeitura de Ouro Preto e membro da Associação Comunitária Pró-Lavras; 3) **A3**: funcionário do Parque Estadual do Itacolomi e morador de Lavras Novas; 4) **A4** representante do setor privado relacionado ao turismo e também morador do distrito; e

5) **A5**: ex-funcionário da Associação para Desenvolvimento do Turismo de Lavras Novas, formada por moradores do Alto do Campo; 6) **A6**: grupo formado por 03 moradores idosos, com mais de 80 anos.

Lavras Novas é o distrito de Ouro Preto que mais cresceu, e cresce, nos últimos anos. A beleza cênica do pequeno distrito, somado ao clima bucólico de seus casarios coloniais preservados, localizados num topo de morro - sopé da Serra do Buieié¹⁵ e nos arredores do Parque Estadual do Pico do Itacolomi - transformaram a pequena vila num dos pontos de maior interesse do turismo mineiro. Os primeiros visitantes chegaram no local ainda na década de 70, e era *“um pessoal muito tranquilo, engraçado mesmo, e eles gostavam daqui menina. Me lembro que chegaram junto com a luz na cidade. Eram tempos muito difíceis aqueles”*, nos relata um de nossos informante-chave do grupo A5. Nas últimas três décadas, Lavras Novas tem ficado cada vez mais conhecida, e os primeiros visitantes abriram caminho, e cederam espaço para turistas com perfis diferentes, empresários e novos moradores foram chegando na cidade, seja para passear, construir segundas residências ou para se fixar em Lavras Novas - comprando terrenos, construindo pousadas, restaurantes - transformando a realidade do pequeno distrito.

Durante mais de um século Lavras Novas viveu em significativo isolamento, com seus moradores, quase todos ligados por laços consanguíneos, sobrevivendo parcamente da subsistência ou prestando serviços exploratórios para empresas da região, especialmente relacionadas à carvoaria, mineração e silvicultura. O esvaziamento acentuado do território de Lavras Novas, entre o fim do século XVIII e as primeiras décadas do século XX, foi decorrente do abandono das terras improdutivas do ponto de vista da mineração, e este fato ocasionou uma peculiaridade: em algumas localidades do ciclo do ouro, os antigos moradores, ao partirem, costumavam deixar suas terras para algum santo de devoção, ocasionando um “patrimônio para o santo”, que passaria a ser administrado pela Irmandade local - zeladora dos templos religiosos e de suas terras. Segundo VARAJÃO(2013) no caso de Lavras Novas, a Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres, uma das mais antigas da região, ocupou-se desde os primórdios da formação do núcleo urbano de administrar estas terras doadas, através de uma mesa administrativa.

¹⁵ Serra do Buieié, segundo moradores de Lavras Novas, é o verdadeiro toponímio do que chamam hoje Serra do Trovão, e se refere a um antigo morador da região. Segundo um dos entrevistados “é o nome de uma pessoa que morou na serra. Nós preservamos os nomes das pessoas que lutaram por isso aqui (se referindo a Lavras Novas), não pode mudar o nome não”.

Sendo assim, as terras foram apropriadas de maneira coletiva pela comunidade de Lavras Novas durante o século XIX, em nome de Nossa Senhora dos Prazeres, dividindo a área para usufruto e moradia das famílias locais. (VARAJÃO, 2013, P.118)

Em Lavras Novas, a Mesa da Irmandade existe desde 1762, e está atuante ainda hoje. O fato de a Irmandade atuar nessa região desde o século XVIII fez com que a Lei das Terras, promulgada em 1850, beneficiasse a realidade de Lavras Novas, uma vez que a lei instituía que os patrimônios religiosos constituídos antes desta data (1850) permaneceriam sob poder da Igreja, mesmo sem os documentos comprobatórios de propriedade. Sobre a Mesa da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres o informante-chave A1 a descreve da seguinte forma:

“A irmandade são todos irmãos: os nativos, nascido e criados aqui. Os donos das terras de Lavras Novas. Somo todos irmãos e a mesa toma conta dos terrenos da Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres, sendo esta eleita de dois em dois anos, de trabalho voluntário. Como surgiu, ninguém sabe. Mas administra o patrimônio da irmandade: Igreja, casa paroquial, cemitério, organização das festas, e os terrenos, principalmente. Temos registro de tudo, e qualquer coisa que acontece em Lavras Novas tem que passar pela Irmandade. Tudo que acontece aqui, nós que organizamos. A irmandade são os donos da terra. Cada irmão tem direito à terra” - A1, descrevendo a Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres.

Segundo A1, há quase trinta anos atrás, alguns terrenos grandes foram vendidos para pessoas de fora, por um preço muito baixo, pois foram vendidos “*na camaradagem*”, por preço de irmão. Esta é uma das causas que ele avalia para tentar explicar o crescimento urbano da cidade, uma vez que a Irmandade tem conhecimento sobre todos os processos de compra e venda realizados no distrito. Segundo A1,

“Há uns 30, 25 anos atrás os irmãos não entendiam bem o que era uma Irmandade. E venderam muito terreno, sem pensar que seria ruim pra cidade. Mas você não pode vender um terreno que é do seu irmão né? Para vender terrenos hoje em Lavras Novas tem que fazer uma Assembleia. Estou há 3 anos na Mesa e até hoje não vendemos nenhum terreno. Mas quem já é dono da terra, vende né? Respeitamos. Então tem gente que comprou terreno grande e loteou, gente que saiu de Lavras Novas e voltou, e como tinha perdido o direito da terra, construiu no lote dos parentes (...) Cresceu muito na entrada de Lavras Novas, onde compraram os grandes terrenos, um cara comprou uma área grande e loteou tudo. A prefeitura aceitou o loteamento, fez esgoto, fez rede elétrica. Depois a Irmandade foi até

multada de ter poluído o esgoto. Mas quem construiu foi a prefeitura né? A irmandade foi lá e brigou, e eles tiraram a multa. O Alto do Campo nasceu tem uns 10, 12 anos mais ou menos”. - A1

Estes depoimentos confirmam informações coletadas em campo, através de entrevistas, e em informações e pesquisas no trabalho de VARAJÃO (2013) que relata que os processos de compra e venda de terras se iniciaram por volta da década de 70, quando a Irmandade viu uma forma de ganhar dinheiro para a manutenção de seus espaços de administração (Igreja e Cemitério), para a realização das tradicionais festas locais (Padroeira e Divino Espírito Santo) e ainda para auxiliar algum morador em caso de necessidade. Mas as transações comerciais envolvendo a terra eram feitas por quantias irrisórias, muitas vezes na camaradagem. O problema maior surgiu quando estes novos proprietários decidiram revender estas terras, ou mesmo, parcelar seus lotes para venda de terrenos menores. Esse processo se intensificou na década de 90 quando a chegada de atividades turísticas aumentou, e nos últimos 15 anos, a situação se agravou devido à comercialização dos lotes, já parcelados, por imobiliárias.

A presença e atuação ativa da Irmandade em Lavras Novas é um grande diferencial deste distrito mineiro. Embora tenha, em certa medida, perdido o controle de boa parte dos terrenos, especialmente na região de expansão urbana, chamada Alto do Campo, sua presença garante a organização social e certa resistência frente aos movimentos turísticos e imobiliários que afetam o distrito. O fato da comunidade ainda ter a posse sobre a maioria dos terrenos, inclusive os melhores terrenos no núcleo histórico, ocasionou uma comunidade mais coesa, embora relativamente fechada. Este fato originou duas situações percebidas claramente em campo: 1) certa rivalidade entre a Lavras Novas “original” e a Lavras Novas “deles” do Alto do Campo, que criaram duas ruas principais, paralelas, com características urbanas e arquitetônicas muito diferenciadas, marcadas por influências de usos distintas e, em certa medida, conflituosas. E 2) uma população resistente, que marca seu território e tem aprendido a se posicionar frente “aos de fora”, tomando as rédeas da organização da cidade, inclusive, à revelia da própria prefeitura de Ouro Preto. Muitos moradores “*nativos*” do distrito são, hoje, donos de restaurantes, casas para aluguel de temporadas e pousadas no núcleo original; estão estudando (incluindo muitos jovens que fazem faculdade, e moram no distrito) e se organizam em forma de Associações (de

Moradores e Pró Lavras). Ainda que existam muitos conflitos no local, e inclusive entre os próprios moradores, a geração atual tem conseguido se manter firme no território.

A questão da rivalidade entre a “*Lavras Novas daqui e a Lavras Novas de lá*” não se resume a questões estéticas na paisagem. Parece existir uma dificuldade de compreensão de ambas as partes sobre estes processos de funcionamento relacionados à Irmandade e sua relação com o território e as terras locais. Por outro lado, em conversas informais, foi verificado que as pessoas que chegam de fora sentem que a comunidade é muito fechada e não está disposta a dialogar com aqueles que consideram “*de fora*”. Acreditamos que, mais do que um problema de interesses diversos, existe algo que perpassa pelo imaginário daqueles – “*os outros*”- que buscam Lavras Novas (e que acreditamos que possua relação direta com o sentimento de mineiridade), e o imaginário da população de Lavras Novas, que por muito tempo viveu em isolamento, negligenciados pelo poder público, e agora, possuem mais autonomia, aprenderam a se posicionar para sobreviver “*em memória daqueles que lutaram por isso*” - diz A1 se referindo aos antigos moradores, seus ascendentes. Estes moradores atuais não desejam viver “*o passado, o bucólico*” mas acreditam construir o presente e o futuro, segundo seu próprio entendimento.

A rua denominada de Alto do Campo tem se desenvolvido, segundo os moradores locais, desde que o turismo chegou na cidade. Conforme visto, a questão fundiária de Lavras Novas possui origem na forma como os processos históricos se desenvolveram, e conseqüentemente, na relação da comunidade com a posse das terras. A função atual da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres é a de controlar e alienar as terras da região, através de uma mesa de moradores e representantes que decidem sobre os futuros usos. Esta questão das terras esbarra em uma série de complicações, uma vez que, com a chegada do turismo, os próprios moradores da comunidade passaram a vender suas terras, que continuam sendo parceladas e loteadas ainda hoje. Os instrumentos de controle das questões urbanas são recentes, e a fiscalização ainda é falha, quase nula, embora a direção da Mesa tenha sido trocada nos últimos anos, e tente barrar este processo de expansão, conforme veremos. A prefeitura do município de Ouro Preto tem buscado controlar estes processos juntos à mesa administrativa, e atualmente tentam desapropriar posses indevidas e regularizar escrituras (CORDEIRO, 2007, p.42).

“Antes o povo vendia terreno sem maldade. Se a pessoa hoje, já tiver o terreno e quiser construir, ela pode, mas ela precisa de uma declaração da mesa autorizando, e a prefeitura pede a declaração da Mesa e cópia do livro de atas, comprovando que a Assembléia autorizou. Eu acho que tinha gente falsificando antes na prefeitura, mas agora a prefeitura exige e não aprova projeto. Mas tem gente que constrói debaixo do pano. Hoje estamos muito preocupados com plano diretor, por que não sabemos onde é a área de preservação. Por isso paramos de vender terreno. Nós vemos nascente, árvores juntas e colocamos placas que é área protegida, mas não tem estudo, é tudo nós que fazemos. Tentamos preservar do nosso jeito porque esse terreno é dos irmãos e tudo que acontece aqui é responsabilidade nossa.” - Informante chave A1.

Dentre os fatores que tem, em certa medida, segurado o crescimento desordenado do distrito (ainda que com muita dificuldade) – além da presença da Mesa da Irmandade – são questões relacionadas à sua inserção num contexto de proteção ambiental, e mais ainda, aos aspectos relacionados à sua formação colonial e suas paisagens naturais, paisagens e patrimônios que são o principal “produto de consumo” de Lavras Novas. O plano diretor de Ouro Preto (2006) dividiu Lavras Novas em uma série de zonas de interesses distintos, considerando seu núcleo original como uma Zona de Parcelamento Especial (ZPE)¹⁶, na tentativa de frear a expansão urbana desordenada, que já invade encostas, áreas de nascente e topos de morro. A própria vila de Lavras Novas se localiza no topo de um morro, o que acabou condicionando a expansão urbana no distrito às questões de relevo. Este fato fez com que fosse praticamente impossível à especulação imobiliária e aos imóveis construídos respeitarem a legislação brasileira¹⁷, pois o núcleo urbano original de Lavras (Núcleo Histórico) não permite expansão legal. O resultado tem sido o surgimento de uma rua paralela à rua principal (Alto do Campo), para abrigar as pessoas que compraram lotes nessa área, vindas em maioria de Belo Horizonte e Ouro Preto. Segundo Oliveira (2006) nos últimos 20 anos a população de Lavras Novas cresceu consideravelmente, passando de 681 habitantes em 1991 para mais de 2.000 habitantes em 2010. Este crescimento populacional pressiona para o crescimento de mais moradias.

Junto ao crescimento urbano, ocorre o crescimento dos problemas urbanos, e os mais graves deles, relatados pela maioria dos entrevistados diz respeito à questão do

¹⁶ As Zonas de Parcelamento Especial (ZPE) são compostas por áreas que contêm os valores essenciais a serem preservados nos conjuntos urbanos, resultantes da presença de traçado urbanístico original e de tipologias urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas que configuram a imagem do lugar. OURO PRETO, 2006)

¹⁷ A legislação Florestal Brasileira proíbe a ocupação de áreas com declividade superior a 45°, bem como área de topo de morro, considerados preservação permanente.

saneamento básico do distrito e as águas para consumo, que têm sido afetadas diretamente pelos loteamentos, que utilizam sistema de fossa, mas que se localizam em áreas de nascentes. Segundo representante da Associação Pró-Lavras:

“A demanda principal do povo¹⁸ de Lavras Novas é a questão da água e do esgoto. Há 30 anos eram pouquíssimos moradores e as casas usavam fossa daquelas que cavavam o buraco, e hoje, com tantas casas, não tem rede de esgoto. A água potável vem da barragem (Represa do Custódio), de onde se capta água, mas não tem tratamento. A questão do meio ambiente é uma preocupação de Lavras Novas” – A2

A maior parte das pessoas que chegam até Lavras Novas, segundo a percepção de todos os entrevistados, vem de Belo Horizonte *“tem também bastante de gente de Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo, mas sem dúvida a maioria, quase uns 90% vem é de Belo Horizonte”* nos relata o informante-chave A4. Dentre as motivações identificadas a partir das percepções dos entrevistados, e de visitas em campo, a busca pelo descanso, pelo contato com a natureza e pelo clima bucólico de Lavras Novas, uma vila colonial em meio às montanhas de Minas, estão fortemente relacionadas com o consumo do lugar:

Lavras Novas foi inserida na segunda metade do século XX em uma nova lógica. Assim, foi crescentemente influenciada pelas dinâmicas transformações do processo de periurbanização da metrópole de Belo Horizonte, incitando fenômenos correlatos como os fluxos pendulares e, particularmente, o fortalecimento do turismo e a proliferação das casas de segunda residência. (VARAJÃO, 2013, p.111)

Essa inserção de Lavras Novas no *“colar perimetropolitano da cidade de Belo Horizonte”* se deu a partir da década de 70. Este colar formou uma rede urbana em que pequenos distritos, como Lavras Novas, foram inseridos na área de influência de Belo Horizonte, intermediados pela influência de cidades médias, no caso, Ouro Preto, Mariana e Ouro Branco. Segundo VARAJÃO (2013), com a intensificação dos fluxos pendulares na região, associados ao turismo e às casas de segunda residência, ao longo das três últimas décadas, o traçado urbano orgânico de Lavras Novas tem sofrido grandes alterações, e conflitos, justamente em função do contexto ambiental e

¹⁸ Segundo informações de A5, a demanda principal das pessoas que trabalham com turismo, e da maioria dos moradores de Alto do Campo é a pavimentação dos 9 quilômetros restantes da estrada que liga Ouro Preto a Lavras Novas, nas imediações do distrito, área denominada por ele de *“serrinha!”* - a área da entrada da cidade, aos pés da Serra do Buieí (Serra do Trovão).

histórico-cultural do distrito. Com os típicos desdobramentos de áreas de grande interesse turístico, Lavras Novas apresenta hoje problemas de aglomeração de seu centro histórico associados a processo de expansão urbana, pois ocorre paralelamente no lugar, uma grande valorização de terrenos próximos a paisagens naturais protegidas e com patrimônio de origem colonial. Estes pontos serão melhor detalhados à frente, em imagens de satélite, mas uma olhada na paisagem atual de Lavras Novas (FOTO 2) já mostra indícios destes processos, conforme se vê:

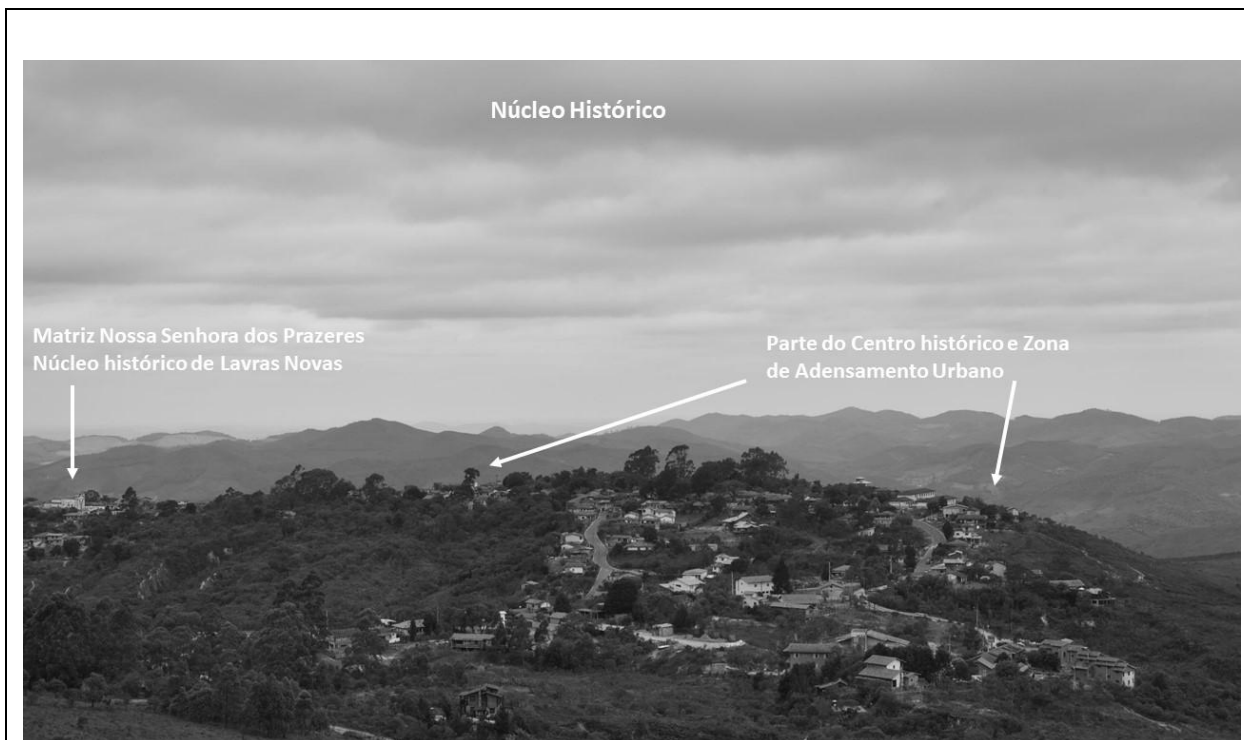


FOTO 2: Vista da paisagem do Núcleo Histórico de Lavras Novas, do alto da Serra do Trovão. Fotografia: Thiago Almeida, 2014.



FOTO 3: Vista da paisagem do Alto do Campo, da Serra do Trovão. Fotografia Thiago Almeida, 2014.

As duas fotografias retratam a paisagem mais atual de Lavras Novas, vistas do alto da Serra do Buieí. Pelos registros é possível notar que o distrito se localiza no topo de um morro, cercado por áreas verdes (zonas de amortecimento de três unidades de conservação¹⁹) e com topografia acidentada, o que dificulta a expansão da cidade, e cria situações de irregularidade como casas localizadas em cima de nascentes. Esta expansão aumentou consideravelmente após a pavimentação da estrada de terra que une a estrada de Ouro Preto com o destino. A região denominada Alto do Campo é uma rua que tem crescido paralela à rua principal de Lavras Novas - rua na qual se localiza seu centro histórico, com detalhe para a Matriz Nossa Senhora dos Prazeres. A região do Alto do Campo concentra hoje a área de solo mais parcelado e loteamentos preparados para a construção de novas casas, de qualidade elevada, conforme veremos mais à frente. Pelas fotografias também é possível observar que o padrão das novas residências apresenta em média, dois andares, e que seguem um parcelamento regular, com terrenos no formato de retângulos, derivado de lotes maiores. Dentre as diferenças entre a região denominada Alto do Campo e o Centro Histórico, as imagens de satélite (FIGURA 10) também permitem observar as transformações espaciais ao longo do tempo.

¹⁹ Parque Estadual do Pico do Itacolomi; Parque Estadual Serra de Ouro Branco e Monumento Natural Serra de Itatiaia.

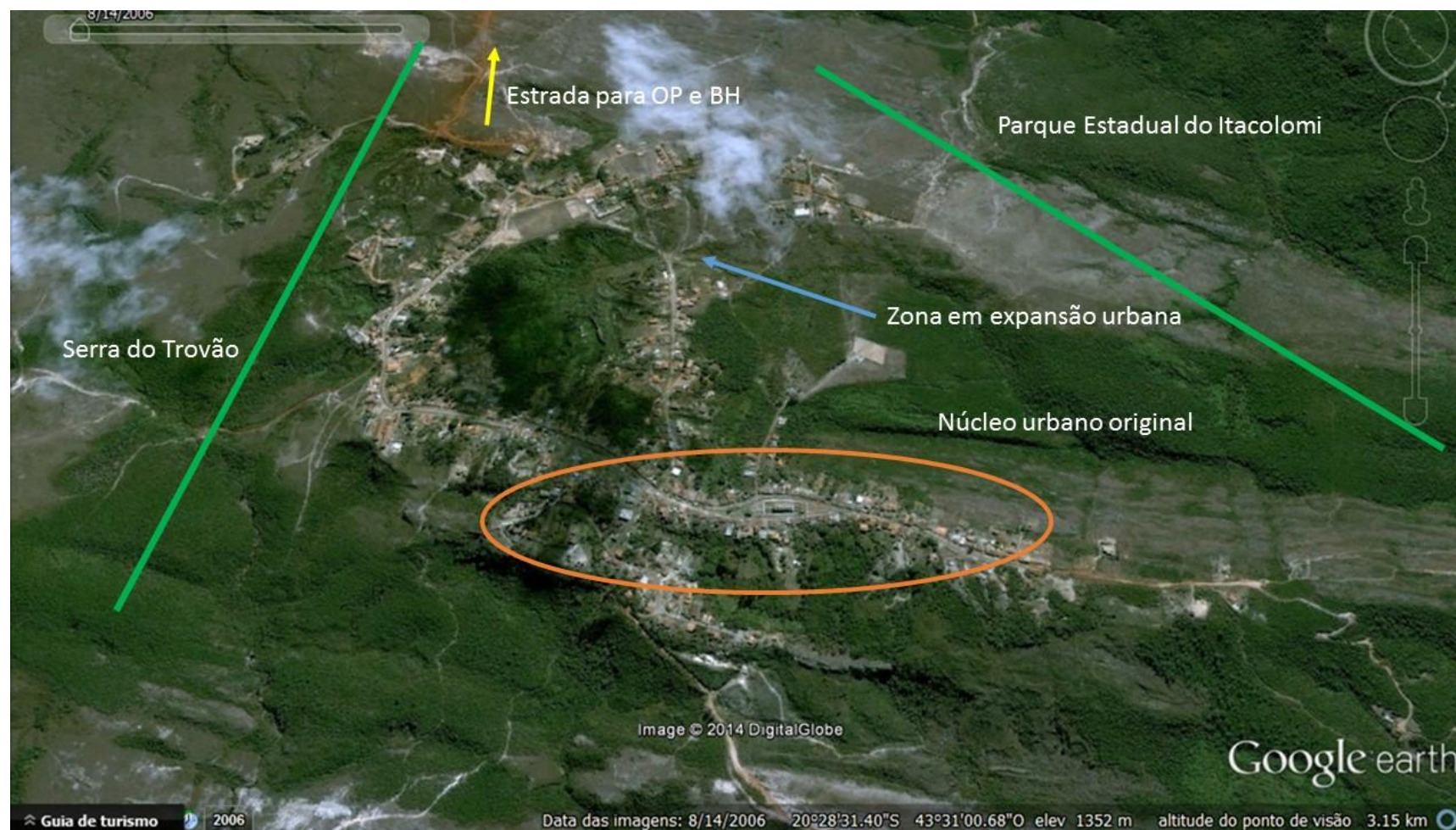


FIGURA 10: Núcleo Urbano de Lavras Novas em 2006. Alto do Campo está indicado pela seta azul, como zona em expansão urbana. Fonte: Elaboração da autora a partir de imagens captadas pelo Google Earth. **Nota:** os limites marcados com traços identificadores verdes são aproximados e não estão georreferenciados, são apenas linhas ilustrativas.



FIGURA 11: Núcleo Urbano de Lavras Novas em 2013. Fonte: Elaboração da autora a partir de imagens captadas pelo Google Earth. **Nota:** os limites marcados com traços identificadores verdes são aproximados e não estão georreferenciados, são apenas linhas ilustrativas.

As duas imagens de satélite (FIGURA 10, FIGURA 11) permitem observar a evolução da área urbana do distrito num período de sete anos (2006 a 2013). Infelizmente, não existem imagens de satélite disponíveis sobre Lavras Novas para datas anteriores a esta, mas neste curto espaço de tempo já é possível observar as intensas transformações na paisagem do distrito, o que inclui o adensamento urbano de seu núcleo histórico, decorrente de parcelamentos dos lotes dos moradores originais, que foram vendendo parte de suas terras para pessoas de fora, ou mesmo para a construção de casa de parentes. Além disso, é possível notar como Lavras Novas está localizado numa área de topo de morro, cercado por áreas naturais. As fotografias foram marcadas com a divisão invisível identificada por moradores locais, que dizem existir duas Lavras Novas: a dos empresários, chamada de Alto do Campo, e a da comunidade, a Lavras Novas antiga:

“Os comerciantes, que eu digo, são os grandes empresários, os donos de pousadas maiores, restaurantes maiores... é a vila lá de cima, aquela lá da entrada. A maior parte das pessoas que vieram investir estão localizados lá. Alguns moram, outros não, a maioria não mora aqui. (...) Parece que existem duas Lavras Novas: uma, na rua principal e uma lá no alto do campo (...) Crescimento urbano está dividindo a cidade. A parte nova é assim: muitos têm casa para passar o final de semana. Lá concentra as casas mais sofisticadas, aqui no centro são mais as casas estilo Lavras Novas. Fugiu da arquitetura do lugar. (...) Lavras Novas é dividida: um dos empresários, outra da comunidade”. - Informante-chave A2, descrevendo a cidade e falando sobre sua percepção do crescimento urbano.

Através da observação de fotografias retiradas do Google Earth - no ano de 2006 (a mais antiga) e o ano de 2013 - fica nítido como os lotes tem sido preenchidos com novas casas, num processo de re(parcelamento) de lotes menores. O adensamento do núcleo urbano de Lavras Novas, no Centro Histórico, tem sido intenso, sendo que o número de casas aumentou consideravelmente nos últimos 7 anos, um período relativamente curto. Outro problema que se nota é que a ocupação urbana do Alto do Campo tem se concentrado acima de águas de nascentes, uma vez que nos últimos 10 anos foram liberadas a construção acima das mesmas, agravando ainda mais os problemas relatados pela representante da Associação Pró-Lavras e pelo membro da Mesa da Irmandade, de que os principais problemas urbanos do distrito hoje se relacionam à questão da precária rede e sistema de esgoto e da qualidade da água, sem tratamento adequadas e sofrendo os impactos da ausência de saneamento básico.



FIGURA 12: Núcleo Histórico de Lavras Novas em 2006. Fonte: Elaboração da autora a partir de imagens captadas pelo Google Earth.



FIGURA 13: Núcleo Histórico de lavras Novas em 2012. Fonte: Elaboração da autora a partir de imagens captadas pelo Google Earth.



FIGURA 14: Alto do Campo em 2006. Fonte: Elaboração da autora a partir de imagens captadas pelo Google Earth.



FIGURA 15: Alto do Campo em 2013. Fonte: Elaboração da autora a partir de imagens captadas pelo Google Earth.

As novas construções não têm seguido o que o informante-chave A2 chamou de *“arquitetura local, o estilo lavras Novas”*. Segundo ela o problema é que Lavras Novas segue o Plano diretor de Ouro Preto, não existindo um plano específico para o distrito, o que ocasiona a construção de casas com mais de três andares, descaracterizado a núcleo urbano e causando prejuízos à paisagem (FOTO 4), que segundo ela *“vão tampar toda a beleza do turismo. Vai prejudicar todo mundo”*. Entretanto conforme A2 também relata, legalmente, não há crime, pois se trata de uma falha no plano diretor que não é específico para Lavras Novas. Recentemente a comunidade se mobilizou contra a construção do que foi chamada de *“torres gêmeas”* no final da rua principal do núcleo histórico. Este novo empreendimento foi construído num terreno vendido por um morador, próximo à Matriz. A construção foi alvo de indignação por parte, tanto da comunidade como dos novos moradores, pois trata-se de uma construção descaracterizada e muito próxima do núcleo original, com elementos associados à temática medieval (FOTO 5). A2 nos relata que foi realizada uma manifestação contra a obra, mas que não puderam fazer nada, já que o terreno é legal e a prefeitura aprovou a construção da mesma. Obras com padrões acima dos três andares tem sido constante (FOTO 4) no distrito, especialmente no núcleo antigo, em lotes que tem passado por processos de (re)parcelamentos, inclusive *“alguns moradores acham bonito casa com mais de três andares, mas não entendem como isso prejudica o turismo”* nos relata A2.



FOTO 4: Construções de três andares, na rua lateral ao centro histórico de Lavras Novas. A foto à esquerda é uma casa no Alto do Campo, localizada em áreas de nascentes. Fotografia Thiago Almeida, 2014.



FOTO 5: Empreendimento construído no centro histórico de Lavras Novas e alvo de manifestações contrárias. O mesmo está erguendo duas torres de 3 andares ao fundo, para servir como “pousada-castelo”, chamadas pela população como “torres gêmeas”. Detalhe para a oferta de serviços e o tipo de cliente que busca atrair. Fotografia: Thiago Almeida

Um dos problemas relatados em campo por um informante-chave diz respeito ao Plano Diretor do município de Ouro Preto, datado de 28 de dezembro de 2006, quando foi estabelecido, e no ano de 2010 recebeu uma alteração complementar. Entretanto, o mesmo só parece ter sido regulamentado em 12 de junho de 2012²⁰. Durante a construção do Plano Diretor Municipal, os moradores de Lavras Novas pediram para que fosse incluído a questão do patrimônio da santa. A mesa diretora da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres registrou-se como pessoa jurídica, com a finalidade de formalizar os processos de compra e venda de terreno, agora regidos em cartório, dificultando a revenda dos terrenos adquiridos, uma vez que tornou os processos mais burocráticos. Entretanto, como lembra Varajão (2013) tal fato ocasionou a repartição dos antigos lotes e fortaleceu o adensamento dos antigos lotes do centro urbano. Este fato pôde ser confirmado por um representante da Associação de moradores Pró-Lavras Novas.

A lei complementar nº 93, de 20 de janeiro de 2011, estabelece normas e condições para o parcelamento e o uso do solo urbano no município de Ouro Preto. Por ser um distrito de origem colonial Lavras Novas é considerada um Zona de Parcelamento Especial (ZPE)²¹ em função de seu acervo paisagístico – urbano – arquitetônico, que caracterizam patrimônio construído e natural, e estas características especiais necessitam de preservação. Dentre estas características especiais destacam-se: o quadro natural e a paisagem envolvente; a unidade dos conjuntos urbanos e as tipologias arquitetônicas. (OURO PRETO, 2011, p.38) Segundo o artigo nº 136 deste documento, as áreas de uso residencial são consideradas prioritárias, e será alvo de políticas públicas que garantam sua permanência. Cordeiro (2007) pontua que existe o debate, na Prefeitura de Ouro Preto, para que estas áreas de ZPE sejam ampliadas através de medidas de tombamento (somente a sede municipal é tombada) com regras mais rígidas para barrar o crescimento desordenado. Entretanto, até o presente momento, esta iniciativa ainda não foi realizada.

As recentes transformações pelas quais vem passando a área urbana do Distrito de Lavras Novas introduziram substantivas alterações no valor do espaço. (...)Na atualidade, a mudança de valor tornou a vista do entorno o aspecto mais estimado projetando a frente das

²⁰ Disponível em: [http://189.80.133.146/arquivos/sisnorm/NJ_txt\(5073\).html](http://189.80.133.146/arquivos/sisnorm/NJ_txt(5073).html)

²¹ As Zonas de Parcelamento Especial (ZPE) são compostas por áreas que contêm os valores essenciais a serem preservados nos conjuntos urbanos, resultantes da presença de traçado urbanístico original e de tipologias urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas que configuram a imagem do lugar. OURO PRETO, 2006)

construções para fora do centro urbano, em direção às plásticas paisagens serranas (VARAJÃO, 2013, P.122)

As construções na região do Alto do Campo refletem bem este processo de enobrecimento do lugar. A começar pelo valor dos terrenos, que segundo informação da mesa administrativa podem variar em torno de três vezes os valores dos terrenos para os irmãos. No caso, A1 calcula que o valor do metro quadrado na região da “*outra Lavras Novas*” gira em torno de R\$ 150,00 o metro², e um terreno médio na região custa algo como R\$100.000,00 reais. A diferença entre a qualidade das construções no Centro Histórico de Lavras Novas e a região do Alto do Campo são extremamente significativas, e detalhes locais demonstram parte do imaginário que motiva seus moradores²², que tentam reproduzir aspectos do bucólico interior de Minas. Ao mesmo tempo, e de forma contraditória, muitas casas reproduzem lógicas dos grandes centros, com muros altos, cercas elétricas, câmeras de segurança, por exemplo. A diferença entre a estética das duas ruas principais (Rua Nossa Senhora dos Prazeres e Rua Alto do Campo) é muito significativa, e durante visitas de campo, temos a sensação de que estamos em cidades completamente diferentes, como nos explica um dos informante-chaves do grupo A5: “*Eu costumo ir lá praqueles lados [Alto do Campo] quando quero fazer uma caminhada. Mas eu não gosto de ficar lá não. Não sei, me dá um coisa ruim no peito, tudo fechado, diferente... parece que o coração da gente não bate ali não, entende?*”, relata a moradora de 83 anos de idade. Pela paisagem (fotografias) podemos observar algumas destas diferenças:

²² Segundo relatos de A2, confirmado em conversas informais com outros informantes, moradores de Lavras Novas que tentam construir em Alto do Campo tem suas obras denunciadas e embargadas pelos vizinhos: “*Ela (moradora de Lavras Novas) estava construindo a casa dela no Alto do Campo e os moradores novos de lá denunciaram ela - que é de Lavras Novas dizendo que ela estava descaracterizando Lavras Novas! Ela bateu o pé senão eles tinham expulsado ela. Chamam a fiscalização e denunciam construções dos moradores que não tem nada a ver com Lavras Novas deles. Como que pode? Se acha q minha casa tá feia, por que não ajuda? Não, vai lá e denuncia o morador.*” – relata A2.



FOTO 6: Aspectos dos casarios e urbanização do centro Histórico de Lavras Novas. Fotografia Thiago Almeida

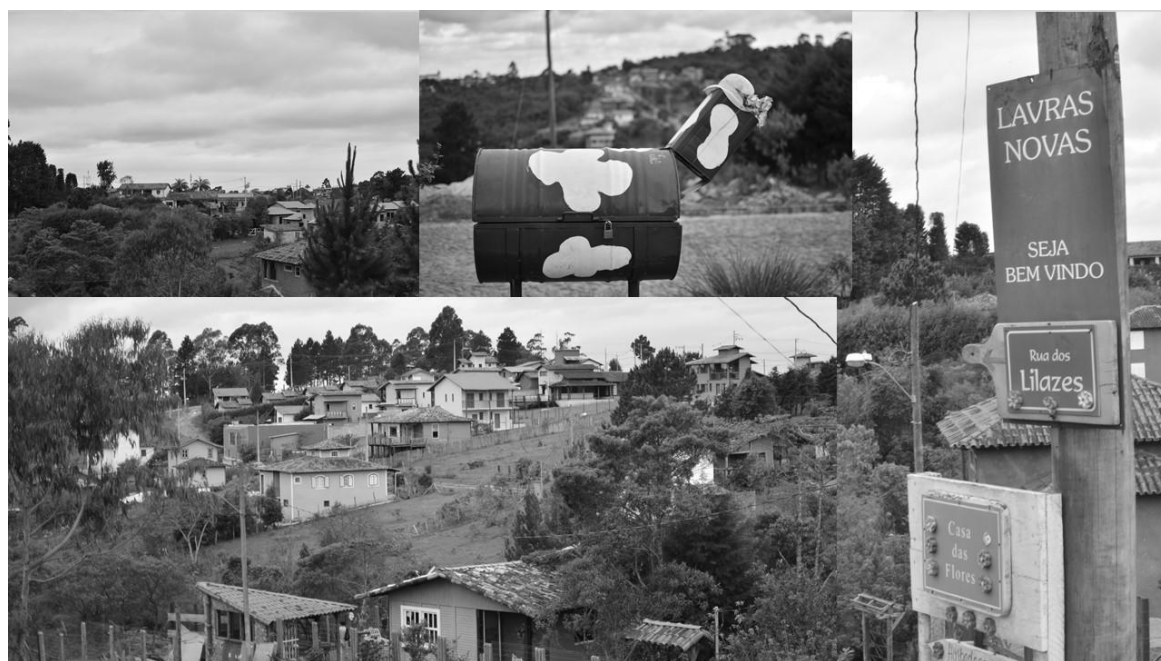


FOTO 7: Aspectos dos casarios e urbanização do Alto do Campo. Fotografia: Thiago Almeida, 2014

Conforme podemos observar em campo, a forma como o distrito de Lavras Novas tem se desenvolvido nos diz muito sobre os processos de mercantilização de cidades que possuem patrimônio cultural e natural significativos e o consumo de suas paisagens, tanto pelo turismo quanto pelo mercado imobiliário, sendo que um aparenta servir ao outro, e vice e versa. Mais, estes processos em conjunto, produzem paisagens muito diferentes, voltadas para públicos diferentes. Lavras Novas consiste num estudo de caso que merece ainda muitos aprofundamentos, pois apresenta uma série de características e especificidades que a tornam única no processo de compreensão da relação do turismo com o fenômeno urbano.

A começar, seus processos históricos de formação que possibilitaram uma realidade singular, seja ela, a posse de terra pela Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres, que não só deu à comunidade uma capacidade ímpar de se organizar, quanto de resistir aos processos que, em outros lugares, tem causado a destruição das mesmas. Além disso, os moradores têm conseguido se posicionar frente “aos outros”, e tem participado ativamente dos processos de organização territorial, assumindo inclusive responsabilidades que caberiam ao poder público, como a fiscalização e proteção de áreas frágeis e do patrimônio cultural (a Matriz não é tombada, e sua conservação é função da Mesa da Irmandade), ou tentativas de ordenação e planejamento do espaço urbano. Estes processos que atingem o distrito são consequência de força maiores - no caso os fenômenos urbanos e o correlato mercado imobiliário e turístico - mas a resistência dos moradores no núcleo original (mesmo com todos os problemas) tem barrado o consumo direto sobre aquele espaço, causando o surgimento de uma cidade paralela, e de um processo no qual, os próprios moradores se tornam consumidores do espaço. Mas, ainda que tenham se tornado atores ativos no território, percebemos que os mesmos tentam reproduzir modos de vida urbano, daqueles que chegaram de fora, criando uma condição em que eles mesmos acabam vendendo suas terras e (re)construindo a paisagem, ou (re)parcelando seus próprios lotes no centro histórico e contribuindo para o intenso adensamento urbano.

Por outro lado, os forasteiros parecem seguir um consumo de espaço dirigido, no qual as paisagens e o patrimônio se tornam iscas para aqueles que buscam um retorno às raízes, uma busca pela natureza, pelo bucólico, tão bem expressos no entendimento do sentido de mineiridade. São pessoas que, claramente saem de um contexto urbano, tanto é que o reproduzem (FOTO 8) em termos de arquitetura, noções de segurança e medo, consumindo paisagens de grande beleza cênica e muito motivados

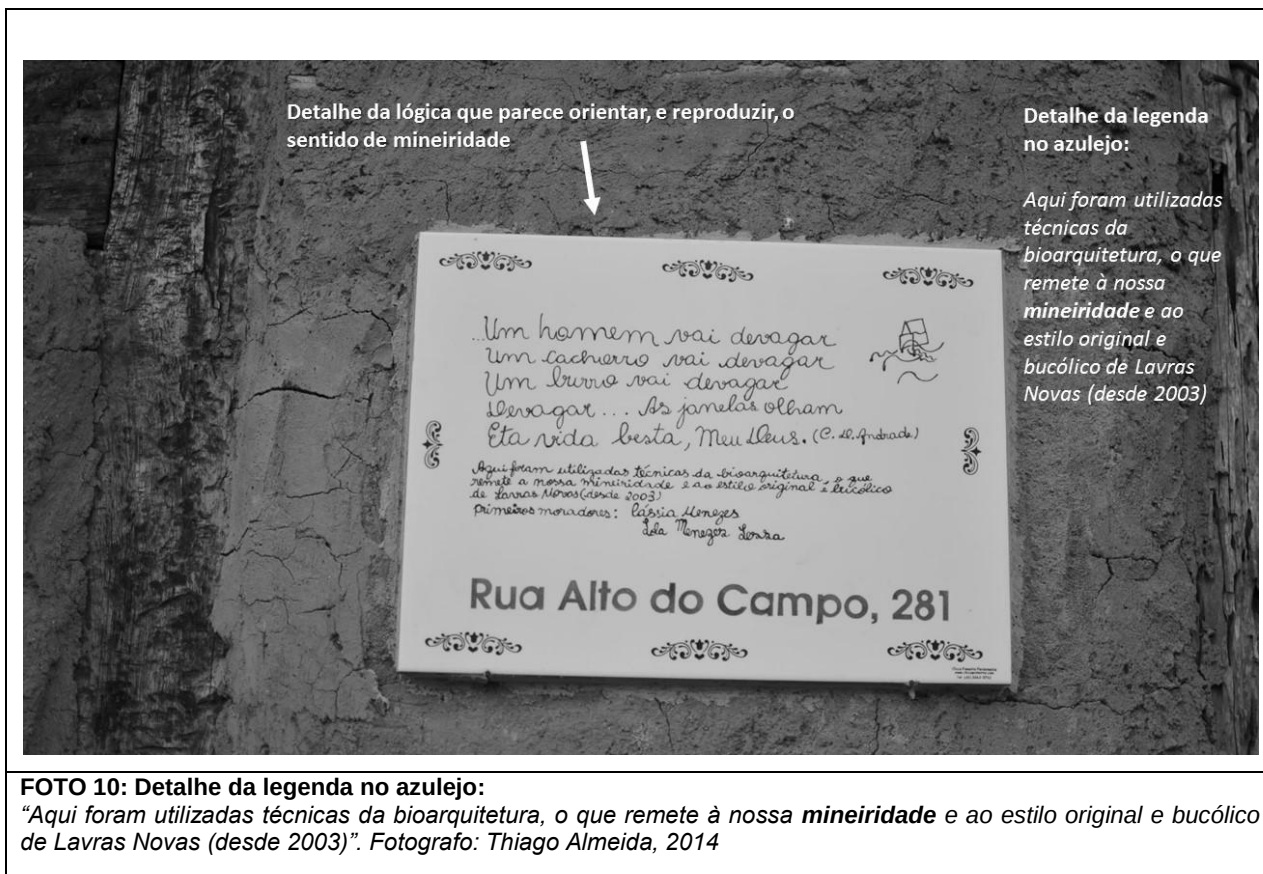
pela busca de uma vida no campo. A cidade tem sido (re)inventada em Alto do Campo, e no processo atual de Lavras Novas isso é muito perceptível, justamente por trazer à tona as diferenças entre o imaginário dos moradores, e o imaginário dos forasteiros - expressos na sequência de fotografias (FOTOS 8, 9 e 10) seguinte:



FOTO 8: Arquitetura padrão em Alto do Campo, reproduzindo o conforto e a segurança em meio ao ideal campestre, em lotes supervalorizados. *Fotografo: Thiago Almeida, 2014*



FOTO 9: Simulacro de construção de adobe na entrada da mesma casa, que reproduz a arquitetura colonial, que não está presente na casa em si. *Fotografo: Thiago Almeida, 2014*



Lavras Novas é, portanto, um dos núcleos urbanos em que o sentido de mineiridade se faz mais presente, em clara associação com o patrimônio histórico-cultural e natural da região, destinado ao consumo de classes de renda média e alta, que pode ser comprovado pelo valor do terreno e a qualidade e conforto da construção nele alocada. Estes processos, em conjunto, geram uma interessante contradição, na qual ao consumir estes espaços, estas pessoas movimentam um mercado que acaba se voltando contra eles, e contra a própria comunidade, pois as belas paisagens “bucólicas” - que atraem turistas e mantêm o turismo na cidade - começam a se transformar rapidamente. Normalmente, moradores como os de Lavras Novas tendem a ser expulsos de suas cidades, num processo que envolve a compra e venda de terras, a desapropriação simbólica. E estes lugares ficam livres para políticas cada vez mais elitizadas e que valorizam sobre maneira o valor da terra. Estes processos têm acontecido em Lavras Novas, entretanto, de forma muito lenta e com participação ativa da população, resistente a este processo. No entanto hoje, o pequeno distrito que há 30 anos repousava esquecido aos pés da serra do Buieí, apresenta problemas de cidade grande, relacionados ao baixo entendimento da importância de seu espaço urbano para a manutenção da própria atividade que dá vida ao turismo em

Lavras Novas, e suas nascentes estão correndo risco, bem como suas paisagens e seu patrimônio cultural e natural.

3.3.2 Os sufocamentos na Serra do Cipó: sobreposições urbano-ambientais e a dispersão da comunidade

“O Cipó já não é mais o mesmo”.
Informante-chave B5

O turismo é uma atividade crescente na região da Serra do Cipó. A região que abriga importantes atrativos naturais, como cachoeiras, áreas de escalada e outras atividades ao ar livre sempre foi procurada pela população urbana da Belo Horizonte, e demais cidades da Região Metropolitana, além de pessoas vindas de outros estados e países. A Serra do Cipó, que abriga o Parque Nacional Serra do Cipó e o Complexo Morro da Pedreira, é um dos mais importantes destinos turísticos de natureza em Minas Gerais, e tem sido cada vez mais procurado pela demanda de casas de segunda residência. No distrito Serra do Cipó foi entrevistado 05 informantes-chaves, assim descritos: 1) **B1**: 01 das proprietárias da Fazenda Cipó; 2) **B2**: 01 moradora local, nascida e criada na região; 3) **B3**: 01 residente do quilombo do Açude; 4) **B4**: 01 representante da Associação dos Donos de Pousadas; 5) **B5**: 01 funcionária de um restaurante, moradora e nascida na região. Infelizmente, durante as duas visitas de campo na Serra do Cipó não conseguimos ter acesso a um representante do poder público local, nem das áreas protegidas, pois na primeira visita estavam fora do distrito e na segunda, os funcionários da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente tinham sido trocados há dois dias e nenhum funcionário do parque pode nos receber na data. Entretanto, a região é muito conhecida em função do trabalho desenvolvido pela pesquisadora em 2010, e se apoiou também em trabalhos realizados por outros pesquisadores, como Heloisa Gama de Oliveira (2002), Bernardo Gontijo (2008), Raoni Ferreira (2010), Marina Moss (2010) e Solano Braga (2011).

A presença de viajantes nesta região não é recente. Conforme visto anteriormente, há indícios de que o lugar talvez fosse área de passagem e pouso de viajantes desde 1744. Segundo FERREIRA (2010), a intensificação do turismo no local onde hoje se localiza a Serra do Cipó possui ligação direta com o processo de transferência do centro do poder político e administrativo do Estado de Minas para Belo Horizonte. A

abertura da estrada de terra, no ano de 1922, foi decorrente da necessidade de abrir uma ligação com as cidades coloniais de Conceição do Mato Dentro e Serro, uma vez que só existia uma trilha para animais e caminhantes. Importante recordar, como visto no capítulo anterior, que a década de 20 foi o momento em que Belo Horizonte começava seu processo de industrialização, e precisava retomar os caminhos para as antigas áreas mineradoras, em busca de matéria prima para a indústria nascente. Sobre a influência da capital no contexto da abertura das estradas na Serra do Cipó:

“Nos estudos que antecederam a escolha do sítio da nova capital constava uma análise da rede viária então existente e daquela planejada de acordo com o “Plano Geral da Viação Mineira”. [...] O traçado sugere a transposição da escarpa da Serra do Cipó na altura da antiga trilha dos escravos, ou seja, na região da Vacaria (Cardeal Mota) [...] Só com a construção da MG 10, no início do século XX, a cidade [**Conceição do Mato Dentro**] ganharia um atalho com relação a nova capital [...] O acesso via Vacaria foi o escolhido porque a escarpa da Serra do Cipó aí era mais favorável e já se conhecia a “trilha dos escravos” para Morro do Pilar. Galgava-se, então, por uma “estrada de rodagem”, a Serra do Cipó, e esta chegaria até Conceição, cortando mais de 100 km de caminho”. (GONTIJO, 2003, p. 66/67 grifo nosso)

De forma geral a região se manteve isolada por quase todo o início do século XX e a área onde hoje se localiza o distrito da Serra do Cipó era praticamente desabitada, com algumas fazendas e poucas famílias, até meados de 1930. As atividades relacionadas ao turismo tiveram início na região entre as décadas de 1940-1960, sendo que o Hotel Cipó Veraneio, marco do turismo no local, foi inaugurado ainda na década de 40 e o restaurante Chapéu do Sol já recebia viajantes antes mesmo desta época. Ambos estão localizados às margens da estrada de terra aberta em 1922. Esta estrada se localizava muito próxima as principais quedas d'água da região, com destaque para a Cachoeira do Véu da Noiva, Cachoeira Grande, Cachoeira do Monjolos, Poço Azul e cachoeira da Farofa (estas últimas no interior do PARNA Cipó), e por muito tempo a região Serra do Cipó recebeu turistas interessados em atividades menos impactantes, como escaladores, hippies e caminhantes. A partir dos anos 60, o local passou a conviver com o turismo de massa decorrente de grupos de pessoas que alugavam ônibus especiais para passar o dia na região. A década de 80 foi uma época de estagnação econômica nas grandes metrópoles brasileiras, incluindo Belo Horizonte. Curiosamente, foi por esta época que o turismo começou a se desenvolver de forma mais intensa na Serra do Cipó:

O turismo é visto, de modo geral, como a única opção para a melhoria das condições de vida que foram sempre de predomínio da pobreza. No entanto, raros são os empreendimentos turísticos cujo proprietário é nativo da região, predominando iniciativas tocadas por pessoas de fora, a maioria de Belo Horizonte. (ICMBio, 2009, p.58)

Este processo foi consolidado com a pavimentação da antiga estrada de terra e a construção da rodovia MG-010, na década de 80 - responsável em grande medida por estimular e diversificar as atividades econômicas no local. A malha urbana do distrito se desenvolveu às margens desta rodovia, principal indutora da ocupação humana no local desde sua abertura. A pavimentação da estrada de terra contribuiu para o processo de explosão imobiliária na localidade, dando origem aos processos compra e venda de terrenos e de parcelamento do solo, somados ao crescimento do turismo de massa.

Por sua expressiva beleza cênica e atrativos naturais, a região vem se constituindo em palco de mudanças sócio-espaciais ocasionadas pelo afluxo cada vez maior de visitantes e turistas, além da crescente ocupação caracterizada pelas residências de lazer (segundas residências). (OLIVEIRA, 2002, p. 20)

Os conflitos que hoje se acentuam no distrito da Serra do Cipó, relacionados à expansão de sua área urbana e à pressão turística no local não são recentes. Atualmente, Serra do Cipó é um local no qual convive uma população local original, com um estilo de vida ainda rural e, por outro lado, uma população urbana crescente, saída de Belo Horizonte e adjacências, que se deslocou para o lugar em busca de maior contato com a natureza, trazendo como consequências a produção de uma ocupação urbana desordenada e impactante (OLIVEIRA, 2002). A situação fundiária da região é complexa e durante o processo de criação do PARNA ocorreram alguns conflitos. O cultivo do arroz, por exemplo, principal produto comercializável na época, foi prejudicado, pois foi transferido para terras que não eram adequadas ao cultivo do mesmo. Estes fatos culminaram em atritos entre as comunidades e o IBAMA (atual ICMBio), principalmente nos finais dos anos 80, decorrentes dos processos de desapropriação para criação do PARNA, conforme vistos anteriormente.

A questão da propriedade das terras na Serra do Cipó também possui relação com os processos históricos que se desencadearam na região. O local onde hoje passa a MG-010 era uma extensa área rural, formada por poucas famílias que ali se agruparam, sobretudo com a abolição da escravidão, em terras que pertenciam às antigas fazendas. Com a abolição, muitos dos ex-escravizados, transformados em

trabalhadores livres, continuaram ligados à terra por necessidade, uma vez que não existiu ação do governo para reinseri-los, e outras ganharam o direito de permanecer nas terras da fazenda cultivando pequenas áreas para subsistência. A própria lei da Terra de 1850, que transformou a terra em mercadoria foi uma forma de dificultar o acesso às mesmas para escravos libertos, e continuar explorando sua mão de obra (GADELHA, 1988, p.153). Portanto, tudo indica que as terras em torno do Rio Cipó foram ocupadas, em grande parte, por escravos libertos. Estas pessoas, e seus descendentes, que viviam nestas terras conseguiram, segundo OLIVEIRA (2002) ganhar na justiça o direito sobre as mesmas, através da Lei de Uso Capião das Terras.

Com o tempo, estas terras começaram a ser divididas, tanto em função de processos sucessórios (herança), quanto pela venda das mesmas a outras pessoas, principalmente àquelas que foram atraídas pela beleza do local. Este processo histórico e as formas como estas terras têm sido comercializadas estão nas bases dos conflitos atuais e na complexidade dos processos fundiários da Serra do Cipó. As terras produtivas das antigas fazendas começaram a ser divididas com a criação da estrada ainda em 1922, embora o núcleo urbano que conhecemos hoje só começou a se formar na década de 40. Assim, o distrito Serra do Cipó é um lugar de formação relativamente recente, e que surgiu às margens de uma rodovia, sem identidade histórica e sem muito vínculo entre a comunidade.

Desde seus primórdios já existe no local problema grave de ordem fundiária, devido a inexistência de documentação legal sobre as terras, partilhas e especulação imobiliária. Muitos terrenos foram vendidos sem documentação legalizada, e na década de 70, os processos de desapropriação para a criação do PARNA esbarraram na ausência de registros legais, criando muitos problemas com posseiros, e novos donos. Entretanto, em nosso entendimento, estes primeiros moradores têm sido historicamente prejudicados e injustiçados em seus direitos de propriedade das terras, e a própria criação do PARNA Cipó, ainda que represente grandes avanços em termos de conservação ambiental, foi uma das primeiras formas de retirar destas pessoas seu controle sobre as terras. O resultado, que vemos até hoje, é uma população desorientada, que tem sido esmagada pelos processos de adensamento urbano e enobrecimento das terras. Muitos venderam o que lhes restou e saíram do distrito. Outros estão resistindo em meio à pressão de loteamentos, e outros, como a comunidade do remanescente do quilombo do Açude, próximos à fazenda do Cipó

Velho, estão se distanciando cada vez mais e se fechando ao contato com turistas, pesquisadores e atuais moradores:

“Eu vou lá e falo com eles que eles não põem tratar a comunidade assim, que estas terras eram de todo mundo, mas que agora não podemos mais fazer nada. Tem reunião para fazer plano de manejo da APA, eu vou lá e digo que estão acabando com o Cipó. Eu tô aqui, zelando por um patrimônio que não é só meu não, é seu é de todo mundo. Mas não respeitam o povo do Cipó, vem aqui no Açude e trata como se fosse a casa deles, não é. Chega filmando, entrando na terra da gente em dia de Candombe, sem pedir licença, não queremos. Eu nem vou mais lá, tem muito tempo que nem coloco os pés lá”. Informante-chave B3

Portanto, questões fundiárias atuais na Serra do Cipó parecem ser decorrentes de questões relacionadas aos processos passados de compra e venda das terras. Inicialmente, os antigos moradores que utilizavam a região para subsistência começaram a vender suas terras, a preços módicos, sem muita noção de valor. Além de afetar diretamente seus modos de vida, esta população rural tem sido empurrada para as beiradas, ou periferias. Estes terrenos foram sendo revendidos e parcelados em terrenos menores, sem orientação e sem fiscalização adequada destes processos:

Atividades relacionadas ao turismo tem crescido de forma vertiginosa na Serra do Cipó distrito, que por ser uma área vinculada a uma sede municipal tem ficado comprometida em termos de gestão e organização do espaço. As legislações específicas de uso e ocupação do solo, código de posturas ou parcelamento foram criadas muito recentemente, ou ainda sequer existem, e o turismo é uma atividade que carrega em sua bagagem a supervalorização da terra e o desencanto com a vida rural, situação em que *“pequenas propriedades tinham uma produção extremamente diversificada, próxima da autossuficiência e que trazia consigo uma rica bagagem cultural”* perdem suas referências. (ICMbio, 2009, p.42)

A falta de controle do parcelamento e do uso e ocupação do solo ocasionou a construção de várias casas de segunda residência por pessoas de fora do local, e os chamados *“pousadeiros”* seguiram os primeiros compradores das terras, que foram revendendo terrenos, por preços cada vez mais elevados. O distrito, que carece de políticas públicas destinadas à regulação e ordenamento do espaço urbano e do desenvolvimento de instrumentos de planejamento, foi crescendo de forma rápida, intensa e segundo o interesse dos proprietários. Foi um processo muito espontâneo, voltado quase que exclusivamente para atender as demandas do mercado e a necessidade de dar suporte ao turismo, cada dia mais intenso no distrito.

Desde a década de 70 o setor de prestação de serviços aumentou no município de Santana do Riacho. Dados apresentados por FERREIRA (2011) demonstram que o setor de serviços passou de 16 empreendimentos na década de 70, para 178 no ano 2000, sendo que foi a partir da década de 90 que estes números tiveram aumento vertiginoso. Dados do SEBRAE-MG de 2013 contabilizaram que o distrito Serra do Cipó concentrava cerca de 330 micro e pequenas empresas de hotelaria, comércio e serviços, responsáveis pela geração de mais de 2.000 empregos diretos e indiretos²³. Segundo a Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), o número de turistas que se dirigem à região oeste do PARNA Cipó, local onde se localiza o distrito Serra do Cipó, variam de 15 a 20 mil pessoas, nos grandes feriados (ABETA apud FERREIRA, 2010). Estes dados tornam-se relevantes quando se considera que o município de Santana do Riacho (principal destino dos turistas), possui cerca de 4.000 habitantes e Serra do Cipó possui população pouco numerosa, em torno de 1.500 habitantes. (Censo IBGE, 2015), de onde se percebe o rápido crescimento econômico deste destino, e a intensificação de seu processo de urbanização.

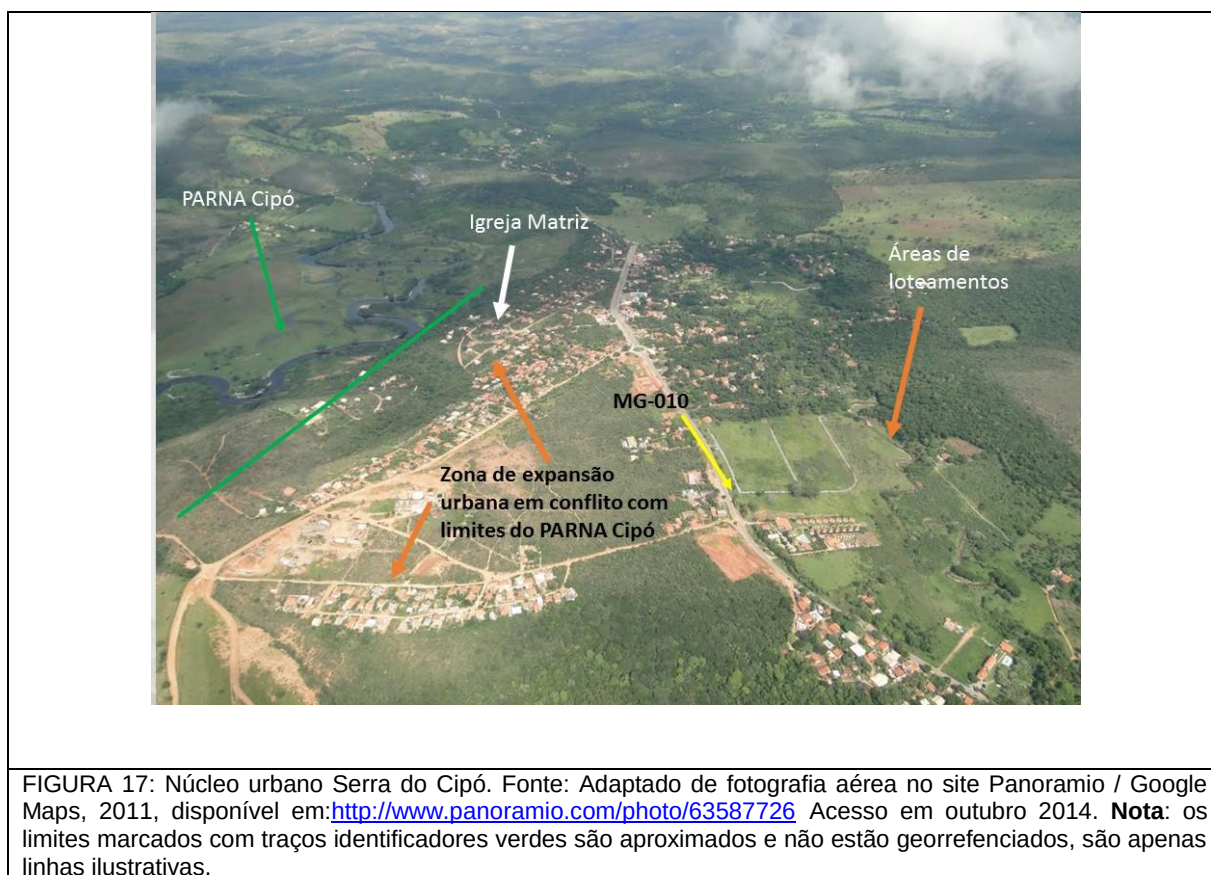
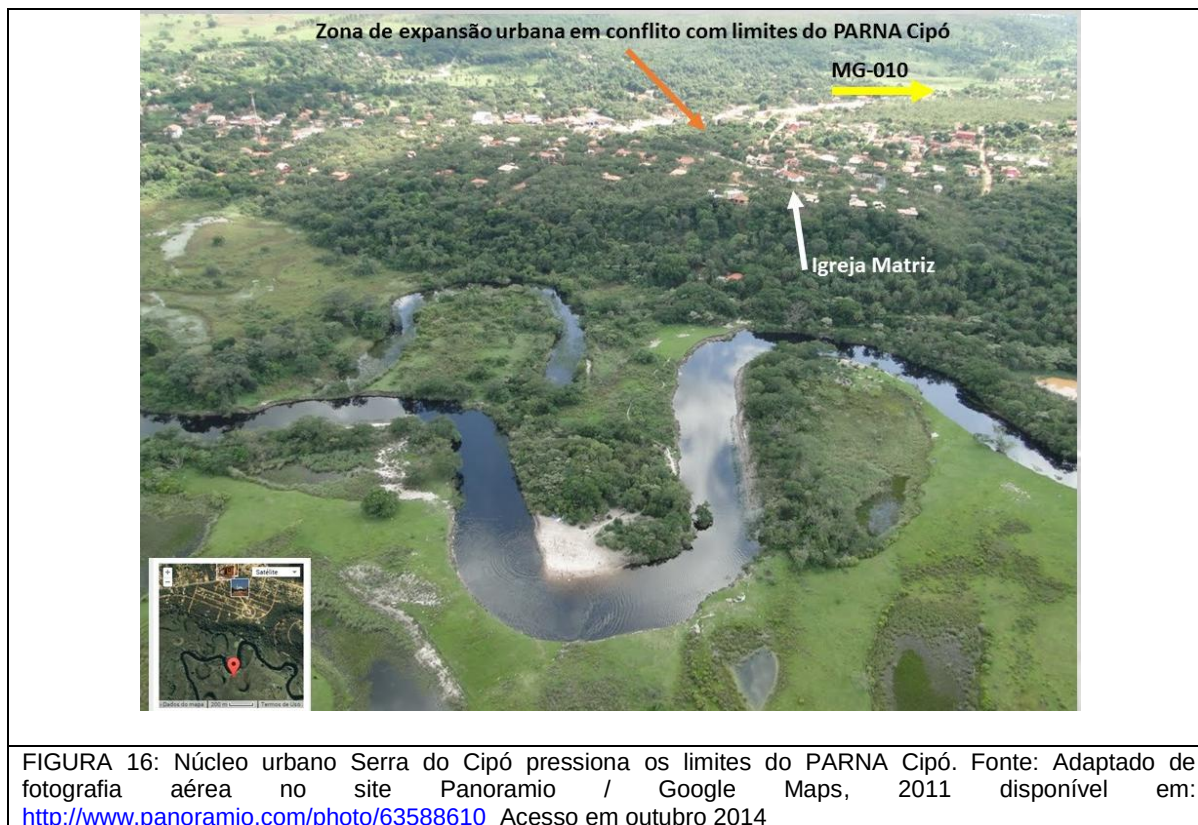
As consequências destes fatores resultaram em uma ocupação urbana desordenada e um tecido urbano sem qualidade e sem identidade, em meio à natureza: (FOTO 11). Por ter se desenvolvido às margens de uma rodovia, o distrito Serra do Cipó apresenta formato em linha reta, acompanhando o traçado da rodovia²⁴, e pode ser dividido em três aglomerações urbanas principais, sendo a primeira delas o trecho que se localiza entre o Rio Cipó e a primeira rotatória. O segundo núcleo, também conhecido por área central, o trecho entre as duas rotatórias e finalmente, o trecho localizado na região chamada por Serra da Vacaria, conforme se vê:

²³ BRITO, V. "Entorno do Parque da Serra do Cipó concentra negócios e empreendedorismo". *Portal do SEBRAE-MG*. 31 de maio de 2013. Disponível em: <http://sustentabilidade.sebrae.com.br/Sustentabilidade/Not%C3%ADcias/Entorno-do-Parque-da-Serra-do-Cip%C3%B3-concentra-neg%C3%B3cios-e-empreendedorismo>

²⁴ Para maiores detalhes, vide (MOSS, 2010)



Os usos turísticos neste trecho da rodovia MG-010 eram, e ainda são, tão significativos e relacionados ao ambiente natural, que quando escolheram o local para localização da portaria do PARNA Cipó, a mesma foi alocada no final de uma estrada de 4 km que se bifurca às margens da rodovia, e não na sede de um dos municípios que envolve a UC, como ocorre em outras áreas protegidas. Ao mesmo tempo em que esta localização beneficiou o turismo, ela implicou na pressão urbana que hoje atinge o lugar, chegando quase aos limites do PARNA (FIGURA 16). Atualmente, a parte administrativa de Santana do Riacho tem criado extensões no distrito Serra do Cipó, o que indica sua relevância local e como as atividades municipais se concentram mais nesta localidade que na própria sede.



Entretanto, assim como os outros distritos aqui analisados, Serra do Cipó recebe toda a pressão e impacto de fenômenos urbanos e de atividades turísticas, mas se situa às margens do planejamento urbano, ambiental e turístico da sede municipal, não possuindo sequer instrumentos adequados de organização de seu espaço, como plano diretor, por exemplo. A criação do Parque, em certa medida, tem contido os processos de loteamento às margens da rodovia MG-010, que estão se intensificando a cada ano, uma vez que estes terrenos foram comprados e parcelados há muito anos, mas agora estão surgindo loteamentos voltados para público de rendas mais altas. Segundo palavras do antigo gestor do Parque Nacional Serra do Cipó:

“O pessoal vem, divide o terreno, vai dividindo... e quando você assusta, aquilo já virou um núcleo habitacional... Então, a gente teve um período aí, talvez a partir dos anos 1980, com o aumento dos loteamentos, mas que em algumas áreas foi proibido, mas que em outras, foi deixando acontecer” (Henri Collet apud FERREIRA, 2010, p 123)

Conforme visto anteriormente, toda a área urbana do distrito encontra-se localizada na APA Morro da Pedreira, zona de amortecimento do Parque Nacional Serra do Cipó. A proteção desta área não impede a existência de propriedades privadas no local, desde que sejam compatíveis com os interesses de conservação da natureza. Em certa medida, a existência da APA Morro da Pedreira e a presença do PARNA Cipó em limites tão próximos à área urbana do distrito ajudaram a barrar os processos de loteamento e parcelamento do solo, embora os mesmos ainda sejam intensos. Em trabalhos anteriores (MOSS, 2010) identificamos que a criação destas unidades de conservação citadas foi decorrente da forte pressão sofrida pela região, em função de sua proximidade com áreas metropolitanas. O aumento do parcelamento do solo e do turismo desordenado e, principalmente, novas áreas de mineração na região de Conceição do Mato Dentro, tem se agravado, sobretudo nos últimos 11 anos. As imagens de satélite abaixo, de 2003 e 2011, ajudam a visualizar melhor as questões. (FIGURA 18) Primeiramente, utilizamos imagens que comparam toda a área do distrito, e na sequência, imagens com zoom da área de expansão urbana mais conflituosa, nos limites do PARNA Cipó e próxima ao núcleo urbano central:

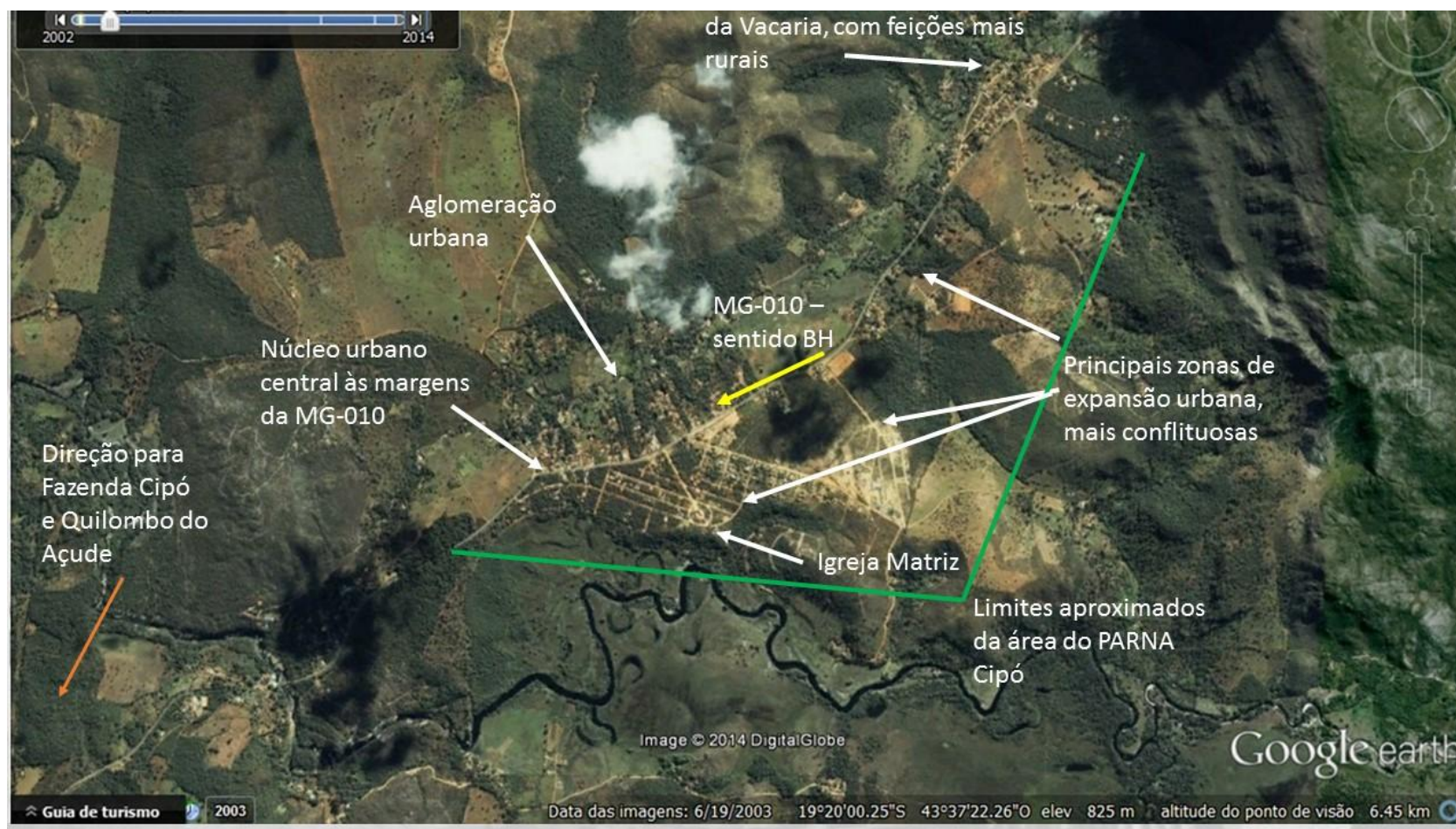


FIGURA 18: Núcleo Urbano de Serra do Cipó em 2003. Fonte: Elaboração da autora a partir de imagens captadas pelo Google Earth. **Nota:** os limites marcados com traços identificadores verdes são aproximados e não estão georrefenciados, são apenas linhas ilustrativas.

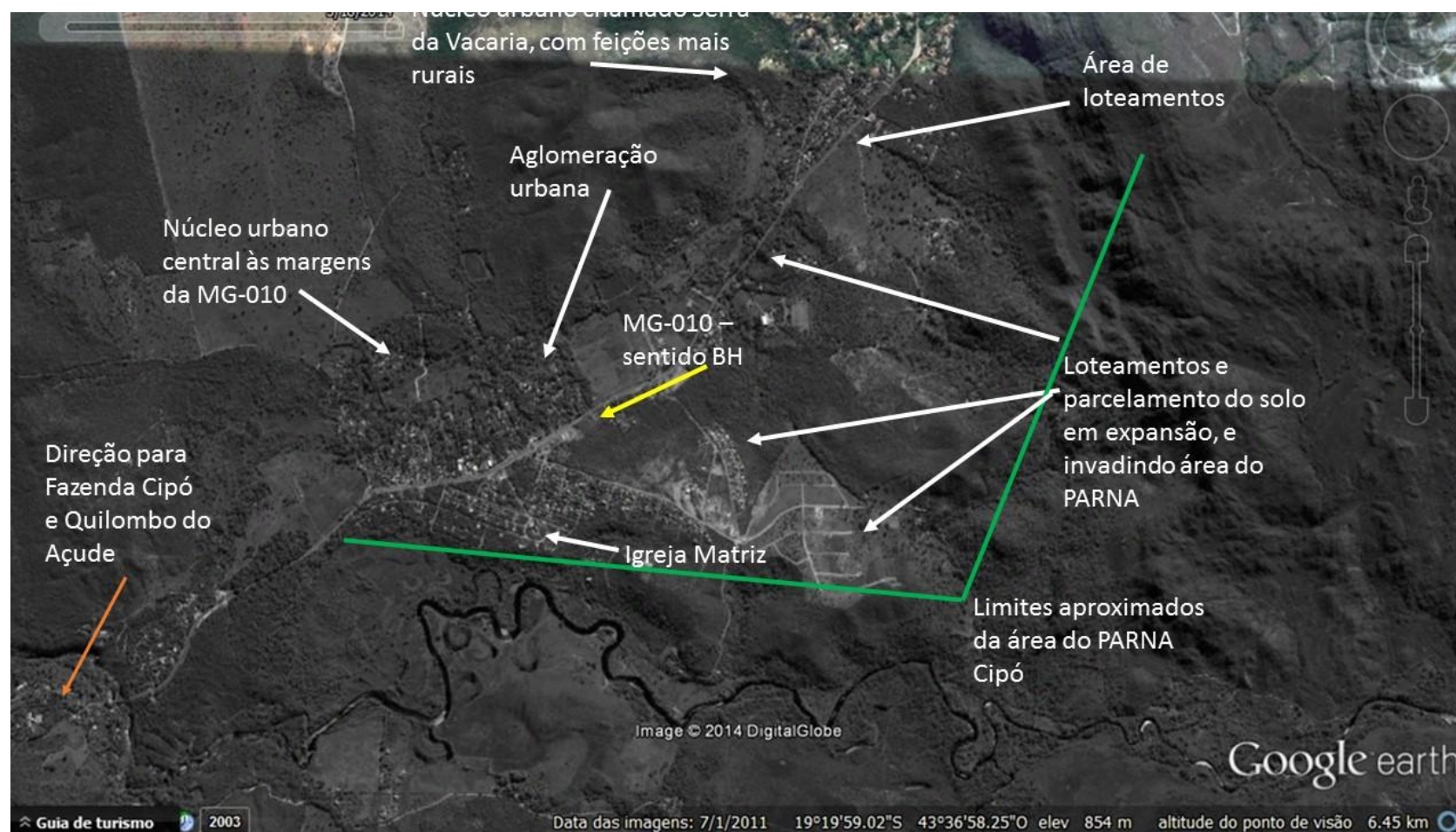


FIGURA 19: Núcleo Urbano de Serra do Cipó em 2011. Fonte: Elaboração da autora a partir de imagens captadas pelo Google Earth. **Nota:** os limites marcados com traços identificadores verdes são aproximados e não estão georrefenciados, são apenas linhas ilustrativas.



FIGURA 20: zoom da Zona de Expansão Urbana em 2003. Fonte: Elaboração da autora a partir de imagens captadas pelo Google Earth. **Nota:** os limites marcados com traços identificadores verdes são aproximados e não estão georrefenciados, são apenas linhas ilustrativas.

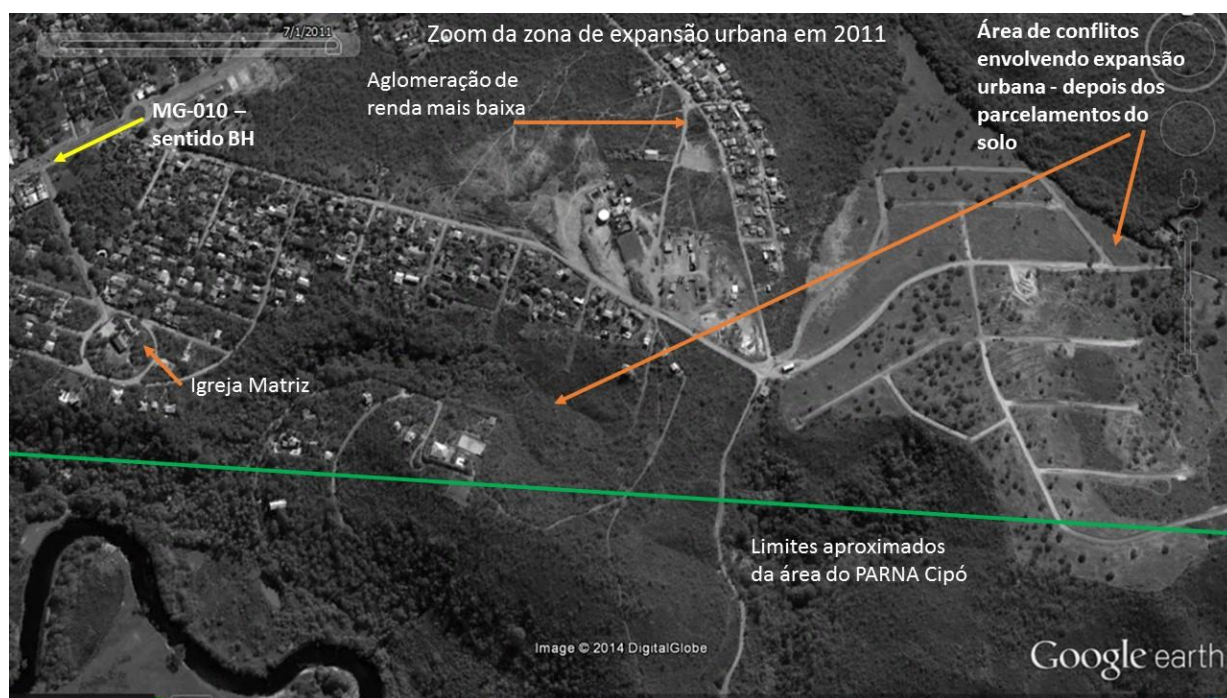


FIGURA 21: zoom da zona de expansão urbana em 2011. Fonte: Elaboração da autora a partir de imagens captadas pelo Google Earth. **Nota:** os limites marcados com traços identificadores verdes são aproximados e não estão georrefenciados, são apenas linhas ilustrativas.

As imagens de satélite demonstram o processo de expansão e aglomeração urbana pelo qual vem passando o distrito, e de como a situação está em constante conflito e tensão com a área do PARNA Cipó. Uma das razões é que a área urbana de Serra do Cipó se localiza no alto de um morro e, portanto, nestas regiões que fazem limites com o PARNA é possível ter uma visão privilegiada de suas paisagens. Esta região das imagens em zoom sempre foi o alvo principal das primeiras pousadas e casas de segunda residência no distrito, e atualmente os antigos lotes tem sido (re)parcelados, ocasionando o adensamento urbano da área central do distrito. Após os trabalhos de campo pudemos perceber que o fluxo turístico no local tem se modificado, e até reduzido, e que a oferta de pousadas, por ser maior que a demanda, tem feito muitos dos pousadeiros venderem suas casas. Segundo o informante-chave B4, *“a situação não anda muito boa no Cipó. Muitas pousadas estão fechando. Tinha muitas pousadas por aqui, mas muitos donos estão vendendo. Agora parece que as pessoas procuram mais lotes”*. Paralelo a isso, outro processo foi notado em campo, que o aumento da oferta de condomínios fechados, voltados para um público de classes de renda média alta, nos mesmos padrões de condomínios no entorno de Belo Horizonte, bem como a oferta de materiais de construção, estão crescendo no destino:

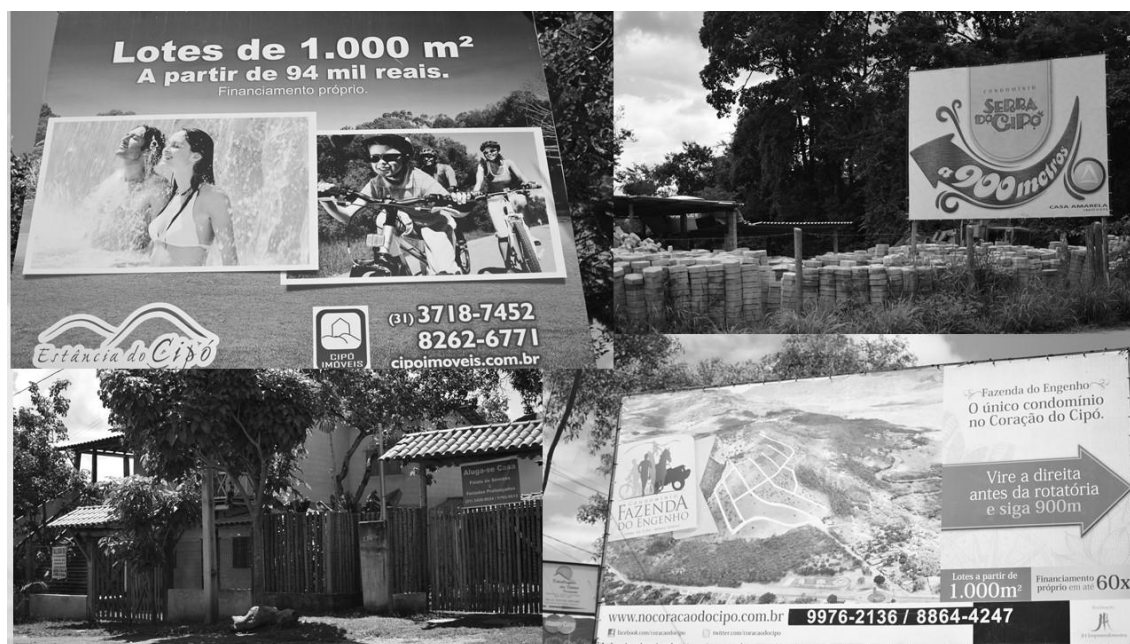


FOTO 12: Oferta de lotes em condomínios na Serra do Cipó relacionados à vida ao ar livre e à natureza, e aspectos relacionados à mineiridade presentes na Serra do Cipó. Fotografias: Thiago Almeida. Imagens retiradas dos sites Vila Cipó e Circuito Serra do Cipó, respectivamente.

Através das simbologias apresentadas nas propagandas dos condomínios percebe-se que a motivação continua sendo a vida ao ar livre, a prática de esportes e a natureza. Percebe-se também que os valores dos terrenos também são elevados, embora exista a preocupação de facilitar o pagamento para os possíveis compradores, ainda que sejam lotes de tamanho considerável, 1000 m². Também pelas fotografias é possível observar que o aluguel de casas para temporada continua ocorrendo, na região central do distrito. O tipo de arquitetura e residência tradicional na Serra do Cipó seguem padrão mais rústico, ou sofisticado-rústico, e os locais de entretenimentos destinados aos turistas também trazem fortes elementos associados à mineiridade, como fogão à

lenha e comida mineira, carro de boi e alambique, por exemplo. No núcleo urbano da Serra do Cipó, o retorno às raízes de minas, especialmente relacionado à gastronomia e atividades de entretenimento noturno, se entrelaça com a vida ao ar livre, o retorno à natureza e à vida no interior, o descanso da cidade.

Um parecer técnico²⁵ expedido pela Superintendência da Região Central Metropolitana de Meio Ambiente – SUPRAM/MG, em 2009, para avaliar o licenciamento do condomínio horizontal “Loteamento Residencial Fazenda do Engenho” em solo urbano, indicou que *“o empreendimento se destina ao uso residencial para população de classe de renda média alta”*, parcelando o solo para fins de loteamento de casas de recreio na APA Morro da Pedreira, e a 600 metros dos limites do PARNA Cipó. (MINAS GERAIS, 2009). Além disso, uma matéria veiculada no Jornal Estado de Minas (26 de agosto de 2012) apontou que cresceu a procura por condomínios distantes da zona urbana de Belo Horizonte, descrevendo o empreendimento Fazenda do Engenho, da JH Empreendimentos, como caracterizado *“pela tranquilidade e contato com a natureza (...) com infraestrutura completa e opções de compras”*, indicando que as pessoas estão em busca de segundas opções de moradia fora dos grandes centros e *“em contato com o ambiente natural e com a vida saudável”*²⁶ o que pode ser comprovado pelas fotografias das placas de divulgação do mesmo (Foto 12).

Por esta razão o destino, ao mesmo tempo em que está perdendo sua atratividade que mobilizou por muitos anos um perfil de turista parece passar por um processo de mudança de público, um público este que tem consumido condomínios similares que se expandem pela região metropolitana de Belo Horizonte. Santana do Riacho, inclusive, é um município que faz limite com Jaboticatubas, local onde os processos de condominização tem se intensificado de forma crescente. Segundo MACEDO (2009, p.125) em menos de 20 anos a cidade de Jaboticatubas - que faz parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte - registrou 44 novos condomínios. Destes, apenas 7 em situação regular, pois os demais estão envolvidos em fraudes referentes à ocupação ilegal do solo, tanto de caráter urbano quanto ambiental. Dados de um destes condomínios, Canto da Siriema Resort, mostram que *“antes mesmo de sua inauguração, em 2009, já havia vendido 82 dos 600 terrenos disponíveis, com área*

²⁵ MINAS GERAIS. Parecer Único 237/2009. Superintendência da Região Central Metropolitana de Meio Ambiente – SUPRAM/MG. Disponível em:

http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/Robson/Velhas/16.1_jh_pu.pdf

²⁶ LETICIA, J. “Cresce demanda por imóveis em condomínios fechados distantes da zona urbana”. *Jornal Estado de Minas*. Belo Horizonte. 26 de março de 2012. Disponível em:

<http://www.ilhadosol.com.br/component/content/article/16-principal/16-imoveis-em-condominios-fechados>

média de 1000m² cada um, vendidos a R\$100,00 o valor do metro²". Jaboticatubas abriga também a sede do PARNA Cipó, já que sua portaria se localiza antes da ponte do Hotel Veraneio, que marca a divisa dos municípios. A pesquisadora conhece a região da Serra do Cipó, incluindo o núcleo urbano de mesmo nome há mais de 15 anos. As transformações locais são perceptíveis, e os processos de *gentrification* no local também são nítidos.

Os antigos moradores têm sido relativamente "expulsos" de suas terras pela pressão do mercado imobiliário, que tem tornado o custo de vida no distrito muito elevado. Mesmo quando conseguem se manter em suas casas, já não se sentem parte do lugar, conforme pudemos observar pelo depoimento do informante-chave B3, da comunidade do Açude. Além disso, muitos trabalham em subempregos no comércio local, boa parte das vezes, sem carteira assinada. Atualmente, algumas pessoas, em conversas informais, relataram que parte dos moradores que vendeu seus terrenos no passado está ocupando uma região próxima à escola, formando um "bairro" de baixa urbanização²⁷. Esta realidade do distrito Serra do Cipó, de todos os casos aqui analisados é a mais emblemática: ela reflete exatamente o pior cenário para aqueles que perdem o controle sobre suas terras, e tornam-se reféns dos processos de turismo em associação ao fenômeno urbano. Historicamente, o distrito não foi capaz de construir sua identidade, nem tampouco se organizar enquanto comunidade, fazendo com que a resistência local frente aos mesmos processos que atuam em Lavras Novas, por exemplo, fossem completamente diferentes. Na Serra do Cipó os moradores originais - mais uma vez - são desapropriados de duas terras, desta vez pelo turismo, enquanto um desdobramento do fenômeno urbano. De formação recente, o núcleo urbano Serra do Cipó se tornou um produto turístico em que suas belas paisagens são vendidas, e consumidas, em relação profunda com o imaginário da mineiridade, e tem se mostrado um exemplo extremo dos processos de consumo de lugares e mercantilização de cidades.

A princípio, quando começamos esta pesquisa, acreditávamos que o distrito Serra do Cipó estava condenado, considerando estes processos que tendem a sufocar a população original e as áreas protegidas no distrito. No entanto, após esta pesquisa, o que percebemos é que o tipo de turismo que acontecia no local, talvez esteja com os

²⁷ Esta informação precisa ser melhor investigada, mas muitas pessoas relataram este fato em campo, denunciando um processo crescente de "favelização". Outros, disseram que parte dos moradores que venderam seus terrenos tem se mudado para localidades menores, próximas à Santana do Riacho.

dias contados, pois o público e as relações sociais antes estabelecidas já não são mais os mesmos. No entanto, esta localidade parecer ser um prato cheio para os fenômenos de urbanização extensiva e perimetropolização associado ao parcelamento do solo e de loteamento de áreas verdes, impulsionando a expansão urbana de Belo Horizonte cada vez mais para suas bordas. O próprio estudo de mercado da EplerWood International (2007) indicou que 95% do fluxo turístico que chega ao local se origina de Belo Horizonte. Conforme nos lembra CONTI (2009) os tipos de loteamentos no vetor norte (sentido Jaboticatubas) são claramente voltados ao lazer e a recreação, associando natureza e raízes mineiras, e destinado àquele público das classes mais abastadas, que podem consumir as terras do turismo, supervalorizadas. Talvez, o futuro do distrito seja o de se tornar um destino turístico enobrecido, nos arredores de um Parque Nacional, nos moldes de lugares como Ilhabela ou PETAR, em São Paulo, por exemplo. Se, futuramente, poderemos chamar estes novos lugares de destinos turísticos, é a pergunta que devemos levar em mente, pois a impressão que fica, neste momento, é a de que Serra do Cipó está se tornando uma extensão da metrópole mineira.

3.2 – Belezas clandestinas e silêncios à beira da estrada: resquícios de outro tempo em Milho Verde.

*“No fundo as pessoas sabem é de tudo...
Mas difícil é ver o povo falar por aqui”.*

Informante-chave C1

A área denominada Várzea do Lageado e a Serra do Raio são regiões de extrema relevância paisagística, ambiental e histórica para Milho Verde, e para os habitantes do Alto Jequitinhonha, pois abriga nascentes importantes para o abastecimento de outras localidades, e ainda possuem grande vocação e interesse turístico. A região envolve todo o distrito de Milho Verde, seus principais atrativos turísticos e marca profundamente a paisagem local. A categoria do Monumento Natural, no contexto do SNUC, é a de proteção integral e foi escolhida em função da urgente necessidade de preservar sua rica biodiversidade expressa em seus campos rupestres, frágeis e incompatíveis com as atividades antrópicas realizadas na região, como a pecuária, o extrativismo vegetal e mineral, caça, pesca e a agricultura. Esta condição ambiental, por outro lado, apresenta grande interesse para pesquisas científicas e o uso turístico pautado em seu patrimônio natural e histórico-cultural.

O processo de pesquisa em Milho Verde foi o mais complexo. A primeira visita em campo foi dedicada ao reconhecimento da paisagem, conversas informais e identificação de informantes-chave. Na segunda visita, no entanto, chegamos ao distrito uma semana depois do atentado contra a vida do presidente do Instituto Milho Verde, Luíz Fernando Ferreira Leite. No mesmo período, a casa do Secretário de Turismo e Meio Ambiente de Serro havia sido alvo de um incêndio criminoso²⁸. Estes fatos criaram um cenário em que moradores, representantes do poder público e da sociedade civil preferiram não dar entrevistas registradas, portanto, estabelecemos conversas informais com os mesmos. Além disso, existiram alguns obstáculos na realização do trabalho de pesquisa: Milho Verde é o local mais distante de Belo Horizonte, o que dificultou retorno ao campo; Serro, a sede do distrito é distante do mesmo e as informações não estão disponíveis em meios digitais²⁹, indicando problemas com a transparência pública para consultas de documentos, que quando existentes só são possíveis o acesso aos mesmos na sede municipal; tivemos dificuldade em conseguir informações, especialmente relacionadas às questões fundiárias locais e sobre uso e parcelamento dos solos. Um dos motivos talvez seja a violência contra profissionais que tem lidado com estas questões, como os relatos anteriores. A cidade parecia em estado de choque, desconfiada, e poucos quiseram gravar entrevistas, se limitando a conversas informais, e sem muitos detalhes. Entretanto, a pesquisadora conhece a região de longa data e a análise do distrito também se baseou nas informações disponibilizadas na tese de Altamiro Bessa (2011), Mariana Lacerda (2014) e na dissertação de Solano Braga (2011). Evitamos citar falas dos entrevistados, até por razões de respeito à segurança dos mesmos, mas registramos que nas duas idas em campo, conversamos com um total de 06 informante-chave: 1) **C1**: 02 moradores locais com mais de 80 anos; 2) **C2**: 02 donos de estabelecimento comercial, vindos de fora do distrito; 3) **C3**: 01 representante do Instituto Estadual de Florestas-IEF, e 4) **C4**: 01 representante do Instituto Milho Verde. O cenário relatado acima parece confirmar muito da realidade do distrito turístico de Milho Verde, especialmente se considerarmos seu processo de formação histórica.

²⁸Sobre o atentado contra o presidente do Instituto Milho Verde, ocorrido em 27 de março de 2014, sabe-se que, desde 2006, ele vinha recebendo ameaças de morte, em razão de denúncias ambientais, por ele apresentadas, contra desmatamento das áreas da nascente do Rio Jequitinhonha, próxima ao quilombo do Baú, área de interesse de grandes mineradoras e proprietários de terras. Fonte: Revista Ecológico, Disponível em: <http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=81&secao=1334&mat=1472>. Acesso em agosto 2014.

²⁹Atá a data de 15 de outubro do corrente ano, no endereço eletrônico da prefeitura de Serro constava a mensagem de que o mesmo está temporariamente fora do ar. Disponível aqui: <http://www.serro.mg.gov.br/>

Conforme visto no capítulo anterior, Milho Verde era um registro de controle e fiscalização da Coroa Portuguesa, situado num ponto estratégico do “*Caminho do Distrito Diamantino*” abrigando ainda um regimento de guarda. A estrada que hoje corta o distrito, chamada Rua Direita, é a mesma estrada por onde passavam os viajantes dos séculos passados. O pequeno Arraial de Milho Verde, viveu por anos sob forte controle, tanto da Coroa, quanto de grandes donos de terras e escravos, que os utilizavam para produzir gêneros agropecuários para o abastecimento de toda a região mineradora do entorno. A população local era formada por negros alforriados e homens livres que se deslocavam para a região e acabaram se ligando à terra como trabalhadores do campo, muitos, tornando-se subordinados a esta oligarquia. Com a extinção da Real Extração, estas pessoas continuaram vivendo e trabalhando nos latifúndios existentes na região. Alguns destes trabalhadores livres e garimpeiros conseguiram comprovar a posse de seus terrenos com a promulgação da Lei das Terras, em 1850, entretanto, boa parte deles passou a viver em pequenas chácaras dedicadas à subsistência, ou do arrendamento de terras dos grandes proprietários, aos quais pagavam com parte de sua produção.

Uma das principais características do distrito de Milho Verde, hoje, se refere ao seu processo histórico de ocupação, em que o domínio sobre a população local - primeiramente pelo Distrito Diamantino, e com seu fim, pelas oligarquias agropecuárias - tornou esta comunidade desorganizada frente àqueles que assumem o controle das terras, ao mesmo tempo em que ampliou as características históricas, como a clandestinidade, por exemplo. Esta dominação oligárquica, aparentemente enfraquecida com a chegada do turismo, não parece ter desaparecido. Basta vermos o atentado contra a vida do presidente do Instituto Milho Verde, em meados de 2014, envolvendo questões relacionadas às práticas históricas, e ainda, questões envolvendo terras de áreas de proteção. Acreditamos que esta realidade não tenha mudado muito nas últimas décadas. Durante as visitas de campo, e por meio de conversas informais, muitas pessoas confirmaram a existência de remanescentes oligárquicas na região, dizendo que “*todos sabem quem são os donos de terra aqui, os poderosos que dão trabalho*”, relata informante-chave C2 referindo-se à preservação do meio ambiente.

A partir da compreensão do cenário anteriormente exposto sobre a questão da concentração de terras em Milho Verde, tornam-se notório como os conflitos relacionados à posse das terras, os usos conflitantes, exploração e o surgimento das

Unidades de Conservação no território possuem tensões envolvidas. Mesmo após o ciclo dos diamantes, e durante períodos de isolamento, como na década de 30 - quando as comunidades do Norte Mineiro estavam abandonadas à própria sorte - surgiu o comércio das flores Sempre Vivas, revendidas para artesanato. No início o processo de cata das flores era livre, em terrenos de acesso público e uso coletivo. O crescimento das vendas aumentou a procura pelas flores, e os campos de coleta, que eram livres, passaram a ser arrendados, seguindo o antigo modelo das áreas de garimpo, no qual os garimpeiros pagavam um percentual ao dono da terra. Reproduzindo uma espécie de lógica do Distrito Diamantino, o controle sobre as terras da cata das sempre vivas e dos garimpos eram rigidamente controlados, e invasões e coletas ilegais ocasionavam conflitos e mortes. (MINAS GERAIS, 2010, p. 32)

O estudo desenvolvido por Altamiro Bessa (2011) na região de Milho Verde apontou que o turismo no local se iniciou ainda nos anos 70, sendo que as grandes transformações na paisagem ocorreram a partir dos anos 80 e meados da década de 90. Os primeiros terrenos foram vendidos ainda em 70, quando a população começou a sair de Milho Verde para Capivari, assustados com o fluxo de pessoas e com as práticas dos turistas, que acampavam nas áreas públicas, cachoeiras, quintais. As construções de novas casas ocorrem a partir dos anos 80, e seguiram um padrão que tenta imitar a arquitetura original (que se encontra em mal estado e comprometida pelo descaso do poder público). Muitas destas construções originais foram vendidas e adaptadas para usos comerciais e de prestação de serviços, muitas delas com finalidade turística, como pousadas, bares e outros equipamentos. O descaso com o patrimônio material é perceptível em Milho Verde, e causa a impressão que o turismo que se desenvolve hoje no distrito se associa mais e diretamente à sua beleza cênica, muito associada à natureza local, tornando o distrito dependente de suas paisagens, objetos de consumo do turismo. Ao mesmo tempo, a ausência de fiscalização e de instrumentos de ordenação territorial, quer sejam urbanos, quer sejam ambientais, e o desconhecimento, ou mesmo desinteresse da comunidade pelos mesmos, deixam livre as ações de exploração e especulação de terras em Milho Verde, que são intensificadas por - e intensificam - estes processos.

Os setores do núcleo urbano original de Milho Verde (Figura 22), próximo à Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres (1732) e da Capela de Nossa Senhora do Rosário (séc. XIX) tem mantido os espaços públicos vazios, porém, a partir dos anos 80 as glebas foram desmembradas pelos novos moradores e parceladas em lotes menores, com a

valorização do preço das terras. A partir do trabalho de Bessa (2011) podemos compreender que, com a intensificação do turismo, os novos lotes foram vendidos, o que resultou numa aglomeração urbana no núcleo original devido à concentração das novas residências. Estes novos lotes ou foram vendidos e/ou passaram a ser alugados para turistas e atividades comerciais. Por volta do ano 2000, estes lotes menores começaram a expandir suas construções ocupando todas as áreas vazias do lote e acabando com os quintais e jardins laterais. Atualmente, tem ocorrido um processo de verticalização de construções antigas e de novas construções.

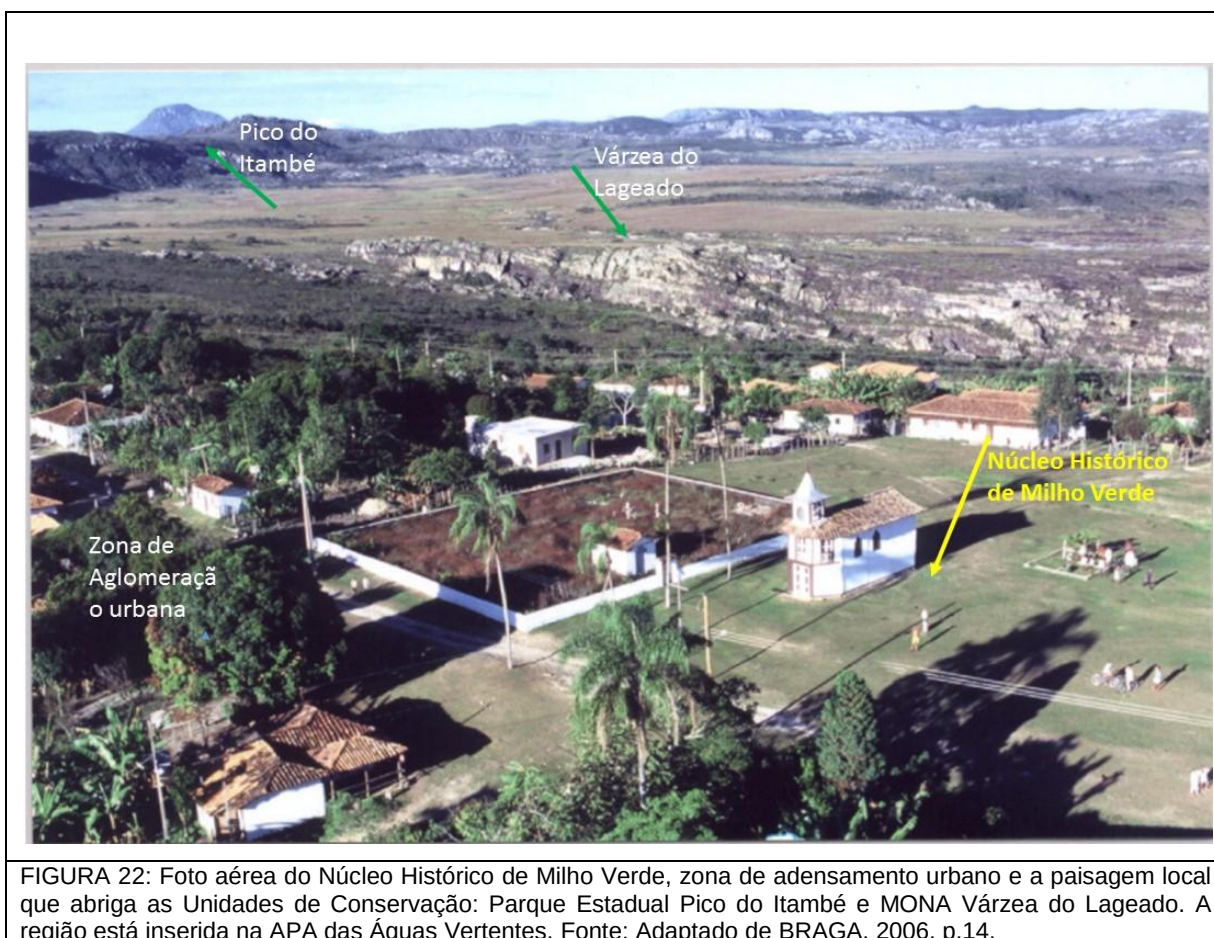


FIGURA 22: Foto aérea do Núcleo Histórico de Milho Verde, zona de adensamento urbano e a paisagem local que abriga as Unidades de Conservação: Parque Estadual Pico do Itambé e MONA Várzea do Lageado. A região está inserida na APA das Águas Vertentes. Fonte: Adaptado de BRAGA, 2006, p.14.

O caminho real da Coroa Portuguesa que passava por Milho Verde é hoje um trecho da MG-259, que foi se transformando na rua principal do antigo arraial, e seu traçado, atualmente, comanda a expansão da mancha urbana do distrito. Nesta região da Serra do Espinhaço os caminhos tiveram importância fundamental na origem dos primeiros assentamentos, e os lugares que se situavam nas suas bordas, como é o caso dos antigos núcleos urbanos ao longo do *Caminho para o Distrito Diamantino* se

desenvolveram às margens dos mesmos, sendo incorporados pelos núcleos urbanos e consolidando suas áreas centrais, devido ao fácil acesso:

“(...) suas ruas são sempre antigas estradas. Por isso mesmo foram, a princípio, chamadas de Rua da Praça, da Matriz, da Câmara, etc, não porque nelas se localizassem estas edificações, mas porque a elas conduziam. Por isso mesmo, ainda hoje os habitantes da zona rural tratam a cidade como “a rua”, no singular, como uma reminiscência do trecho único da estrada onde se construíram estabelecimentos comerciais (Vasconcelos, 1960 *apud* BESSA, 2011, p.112)

A saída da estrada que corta Milho Verde e vai em direção à Diamantina já possui ocupações de casas maiores, de boa qualidade e bem conservadas. Esta região é de origem recente, começando seu processo de adensamento na década de 80, principalmente para a construção de casas de segunda residência para pessoas de fora. *“Dos anos de 1990 em diante o aumento da demanda turística na localidade também fez aumentar o número de pessoas de fora que buscavam uma residência para fins de férias e feriados”* (BESSA, 2011, p.163). Estes loteamentos estão localizados em área frágil, e foi a expansão desta área que motivou, em partes, a criação das unidades de proteção do Monumento Natural Estadual Várzea do Lageado e Serra do Raio. Estas são terras devolutas que começaram a ser ocupadas de forma irregular para a construção de grandes casas de veraneio, e segundo levantamentos do autor (BESSA, 2011), a Prefeitura de Serro sabe desta situação, porém, se diz incapaz de lidar com o problema por ausência de fiscais, e assim, as ocupações seguem acontecendo, mesmo com placas de aviso de proibição. A entrada do distrito, no sentido da estrada que vem de Serro para Diamantina também se encontra em expansão, com a construção de casas para turistas e alugueis de temporadas. Muitas destas casas parecem ser construídas de forma clandestina, aproveitando esta ausência de fiscalização e desrespeitando normas básicas de construção, como a questão da declividade, por exemplo, considerando as terras íngremes locais. Observemos a sequência de imagens (FIGURAS 23, 24, 25 e 26), para auxiliar na visualização:

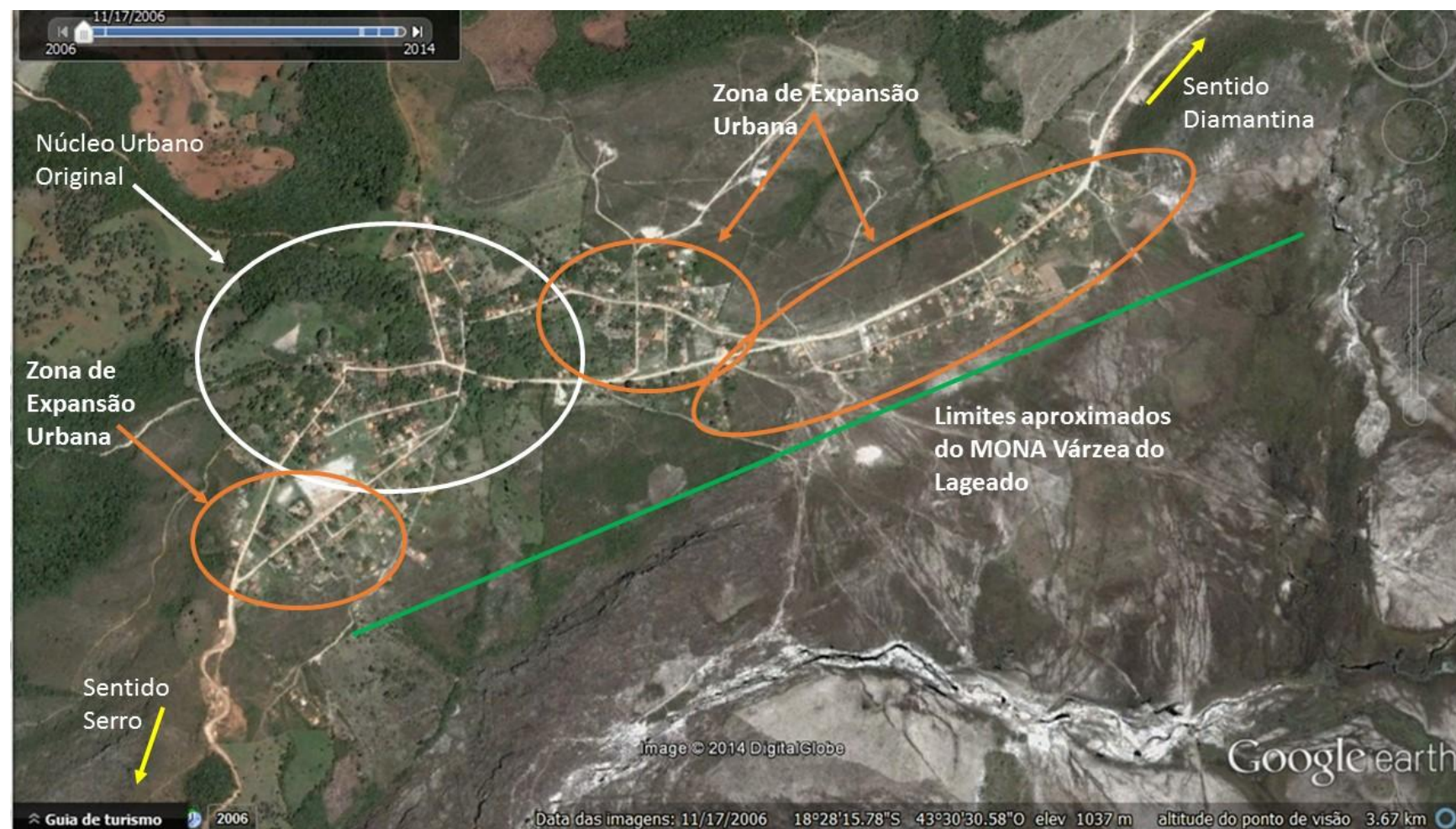


FIGURA 23: Núcleo Urbano Milho Verde em 2006, com zonas de expansão identificadas. Fonte: Elaboração da autora a partir de imagens captadas pelo Google Earth.
Nota: os limites marcados com traços identificadores verdes são aproximados e não estão georrefenciados, são apenas linhas ilustrativas.

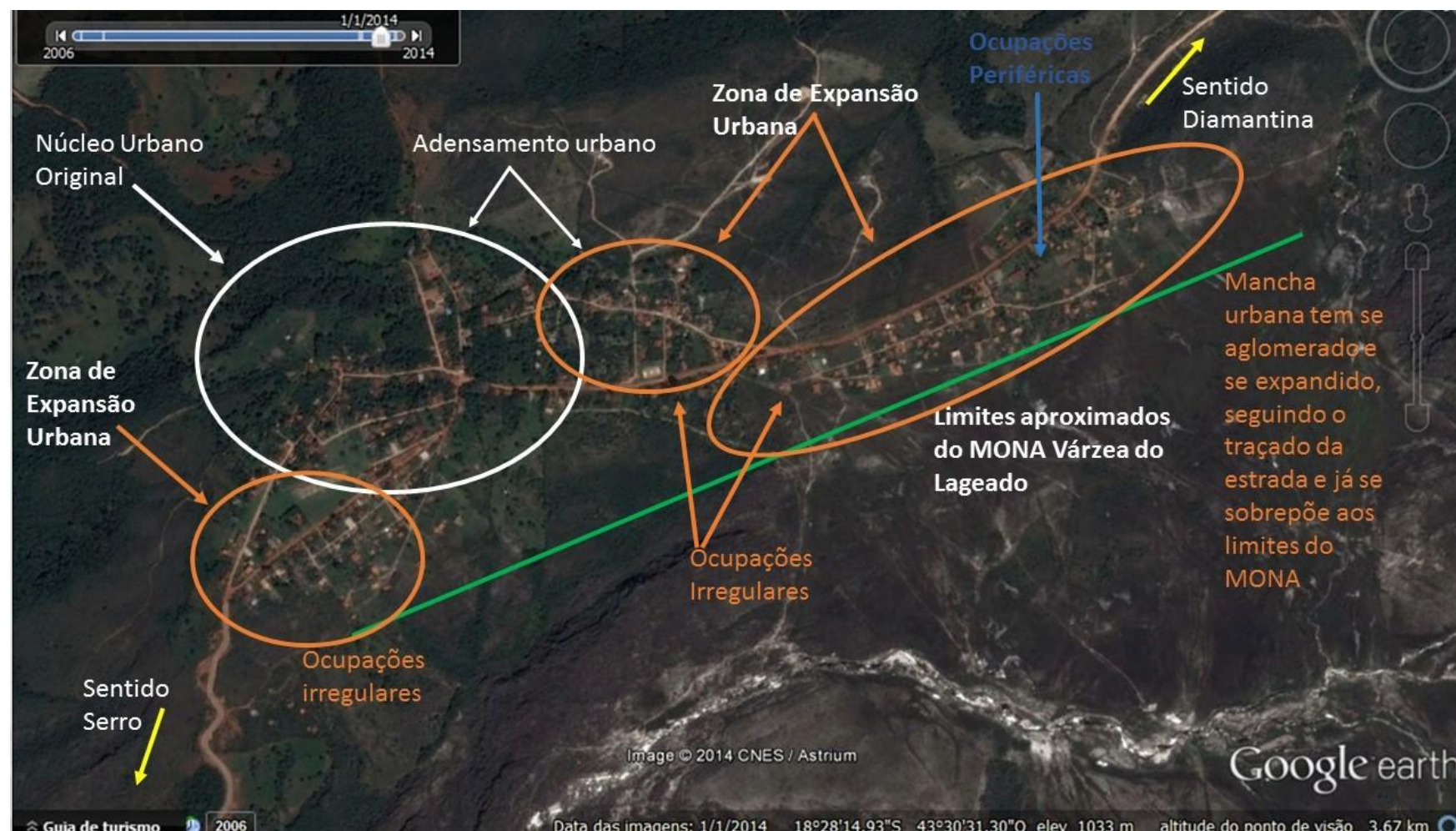


FIGURA 24: Núcleo Urbano Milho Verde em 2014, com adensamento urbano, zonas de expansão e ocupações irregulares. Fonte: Elaboração da autora a partir de imagens captadas pelo Google Earth. **Nota:** os limites marcados com traços identificadores verdes são aproximados e não estão georreferenciados, são apenas linhas ilustrativas.



FIGURA 25: zoom da Zona de Expansão Urbana em 2006 – Ocupações Periféricas. Fonte: Elaboração da autora a partir de imagens captadas pelo Google Earth. **Nota:** os limites marcados com traços identificadores verdes são aproximados e não estão georrefenciados, são apenas linhas ilustrativas.



FIGURA 26: zoom da Zona de Expansão Urbana em 2014 – Ocupações Periféricas. Fonte: Elaboração da autora a partir de imagens captadas pelo Google Earth. **Nota:** os limites marcados com traços identificadores verdes são aproximados e não estão georrefenciados, são apenas linhas ilustrativas.

Através da análise visual das transformações na paisagem entre os anos de 2006 e 2014, podemos observar que a zona de expansão urbana ao longo da Rua Direita segue um padrão que envolve o parcelamento do solo, aglomeração urbana, seguida por verticalização das construções. Além disso, novas ruas têm surgido de forma paralela à rua principal do distrito, seguindo seu traçado. Também é notório, a partir de nossas observações em campo, que as áreas de expansão urbana de Milho Verde priorizam a vista das montanhas, na região do Lageado, de grande beleza cênica e alvo de proteção ambiental. De forma geral, as zonas de expansão urbana de Milho Verde têm se concentrado justamente em áreas de proteção, ou ainda, ocupando terrenos irregulares, com declividade superior a 30%, o que é proibido segundo a Lei Federal nº 6.766/1979, e ainda, aparentemente sem orientação técnica. Muitas casas parecem construídas de forma espontânea, seguindo o entendimento do próprio construtor. Muitas delas, inclusive, são colocadas para locação de temporada, mesmo sem finalização e acabamento. Estas casas, nestas condições, têm se concentrado nas regiões mais periféricas da estrada, e nas proximidades com as áreas protegidas. Um dos maiores conflitos em Milho Verde, atualmente, se refere às bordas da área urbana invadindo a área de proteção integral do Monumento Natural Estadual Várzea do Lageado. Além disso, segundo informações coletadas *não existe* nenhum plano de manejo aprovado para as duas UCs (MONA Várzea do Lageado e APA Águas Vertentes):

“Não possuem Plano de Manejo. Com relação à APA já instruímos todo o processo de licitação e o edital para a contratação da consultoria deve sair em breve. Conversei com um dos técnicos que participou da elaboração do edital, não foi citado em nenhum momento esse “Plano de Gestão”, dessa forma, esse estudo não possui aval institucional do IEF e provavelmente foi realizado de forma independente (ainda que possua participação do gerente, por exemplo, não teve aprovação da Sede, portanto não é oficial). – Informante-chave C3.

,

Nas visitas de campo, observamos que nas ocupações periféricas que se localizam na saída de Milho Verde para Diamantina, a situação é a mesma, e ainda mais gritante, pois os loteamentos têm avançado cada vez mais em direção ao Lageado, formando ruas paralelas à estrada principal, porém com baixa qualidade ambiental e sem infraestrutura urbana mínima, a não ser luz, o que é um indício de ocupação irregular. Bessa (2011, p.165) explica que esta área apresenta características peculiares de ocupação muito relacionadas à especulação imobiliária, na qual pequenos investidores, muitos de fora de Milho Verde, não possuindo “*capital para adquirir lotes*

nos setores mais valorizados” fazem pequenos investimentos nestas áreas menos valorizadas e mais distantes, com a intenção de levantar casas para alugueis e residências, e assim, aumentar sua renda. Com a notícia de que a estrada que liga Serro até Diamantina, e corta Milho Verde, será asfaltada, mais casas neste lugar e nestas condições tem sido construída visando o que o autor chama de *“prática rentista”*, com a valorização dos terrenos e o aumento do turismo. Os loteamentos nesta região seguem a prática do desmembramento de lotes maiores já existentes. A prática do aluguel para temporadas é mais comum em Milho Verde do que nos outros dois distritos aqui analisados, e parece possuir muita relação com a forma do parcelamento do solo na localidade, decorrente de seus processos históricos de ocupação, que sempre envolveram posses de terra e clandestinidades.

Boa parte dos moradores e donos de terrenos nas áreas de expansão urbana próximas ao núcleo original, e inclusive nas áreas de adensamento urbano dentro do mesmo, não são do distrito de Milho Verde e chegaram na década de 90, para residir na localidade e viver, ou completar sua renda. As casas nestas áreas de expansão são bem acabadas e equipadas, e também possuem a fachada voltada para as montanhas. Em sua tese Bessa (2011) chama a atenção para o fato de que, ao mesmo tempo em que os espaços privados são bem conservados, o mesmo não se pode dizer de seus espaços públicos, mal planejados e com aspecto de abandono. Um fator importante identificado na pesquisa de BESSA (2011) se refere à origem das pessoas que visitam e constroem segundas residências em Milho Verde. Segundo dados coletados pelo autor em campo, estas pessoas saem de suas cidades de origem em busca de contato com a natureza, tranquilidade e liberdade. Boa parte deles chega com capitais destinados a ser aplicados em investimentos que envolve a compra de terrenos ou edificações, construção de pousadas ou casas para temporada, destinados ao atendimento dos turistas e funcionando como fonte de renda. A terra como mercadoria. O parcelamento do solo preenchido pelo produto turismo. Estas pessoas de fora compram os melhores terrenos no local, e lucram com eles, pois ocasionam uma excessiva valorização da terra. Os moradores originais, atraídos pelo preço dos terrenos valorizados, acabam parcelando e vendendo suas terras, migrando para a periferia de Milho Verde, áreas, inclusive, que coincidem com as áreas identificadas como expansão da mancha urbana.



FIGURA 27: Fotografias que retratam o núcleo histórico de Milho Verde: residências rurais e patrimônios, que convivem com casas transformadas em comércio e abandono de seu patrimônio. Fonte: BESSA, 2011, p.145, 143 e 141.



FIGURA 28: Zonas de expansão urbana de Milho Verde: seguindo o trajeto da estrada, baixa urbanização e qualidade, dois andares e em áreas de proteção. Fonte: Adaptado de BESSA (2011, p.147, 158, 164)

Embora Milho Verde seja um núcleo urbano de origem colonial, com parte do seu patrimônio material, representados especialmente por seu conjunto de casarios na região central, pela Matriz Nossa Senhora dos Prazeres e a Capela Nossa Senhora do Rosário - hoje quase um símbolo do turismo mineiro - este não parece ser o carro chefe do turismo no destino. Suas paisagens impactantes, decorrentes de sua localização privilegiada num topo de morro com visão ampla da redondeza, e seus atrativos naturais ocupam este lugar no imaginário dos visitantes. O turismo em Milho Verde tem aumentado muito, mas os entrevistados parecem concordar que o perfil do turista que frequenta o distrito ainda é aquele de grupos, com carros de som e turmas de amigos que alugam casas na cidade e passam o dia nas cachoeiras e montanhas do entorno. Boa parte das casas que tem sido construída em Milho Verde são destinadas ao aluguel de temporadas, e conforme análise de Bessa (2011) muitas estão ainda inacabadas, porém já em funcionamento. Não existe muito apreço estético nestas construções, e a zona de expansão urbana de Milho Verde parece reproduzir o descaso do distrito com suas áreas públicas, muito mal cuidadas e organizadas. De fato o local tem aspecto de um lugarejo perdido em meio à natureza, com suas ruas de terra, gramados e casarios simples. No entanto, com a pavimentação da estrada/rua que corta o distrito, prevista para 2015, esta realidade poderá se transformar.

Esta expansão desordenada se reflete nas formas de uso e ocupação do solo, e também é resultante deles. Os terrenos têm sido cada vez mais parcelados e valorizados em função do turismo, que busca cada vez mais paisagens naturais para sua construção e consumo. A inexistência de instrumentos de planejamento e ordenamento territorial, somada à negligência do poder público que ignora o que está ocorrendo no distrito, aumenta a incapacidade de fiscalizar e controlar estes processos. Esta é uma contradição, tendo em vista o controle histórico a que o distrito já foi submetido. Ou confirma a percepção de que o poder local se dê segundo lógicas oligárquicas. O sistema de alugueis por temporada ocasiona pouco comprometimento com melhorias do espaço público, e da própria qualidade dos imóveis, pois investidores locais parecem mais preocupados em construir apenas segundo o interesse dos turistas e visando o retorno financeiro imediato do seu investimento nos loteamentos, que acabam por valorizar ainda mais os terrenos.

Em Milho Verde, a questão das terras nas áreas rurais se agravou, e a situação da população nativa - que não abandonou o local - é a de viver com custo de vida elevado e sem possibilidades de comprar terrenos. Sem o direito à terra estas pessoas

vivem hoje de atividades e prestações de serviços relacionados à atividade turística mas que não geram capital suficiente para dar-lhes empoderamento e autonomia, uma vez que é uma população de baixa escolaridade e de renda baixa, ainda ligada às atividades agropastoris. O passado colonial de Milho Verde deixou dentre suas heranças, não só patrimônios culturais e naturais, como remanescências de um poder oligárquico que continua vigiando suas terras, em constante tensão com as áreas de proteção. As paisagens e áreas naturais, as novas mercadorias do lugar, ainda que atraíam visitantes, entram em conflito com os usos tradicionais da região e com as atividades daqueles que controlam o território, ao mesmo tempo em que estimula tentativas clandestinas de sobreviver das terras.

3.4 - Considerações Preliminares

De forma geral estes três núcleos estão inseridos no contexto previamente analisado, que abrange o eixo da Serra do Espinhaço - localizado entre os municípios de Ouro Preto e Diamantina – e Belo Horizonte como centro propulsor de urbanização e principal emissor de fluxos turísticos. Conforme visto, e considerando os vetores de expansão da Região Metropolitana de Belo Horizonte, estas localidades estão inseridas nos vetores sul e norte, justamente aqueles em que os processos de expansão estão associados, dentre outras coisas, ao surgimento de loteamentos de recreação e lazer para pessoas de classes de renda média e alta (CONTI, 2009). Tal associação talvez aconteça considerando o relevante contexto paisagístico deste eixo da Serra do Espinhaço, que inclui as principais cidades históricas mineiras, tombadas pelo IEPHA e UNESCO, além de importantes Unidades de Conservação – incluindo a própria chancela de Reserva da Biosfera -, moldando um contexto muito associado a patrimônios histórico-culturais e naturais de Minas Gerais. Estas condições contribuem para tornar estes lugares importantes destinos turísticos associados aos segmentos de turismo cultural e ecoturismo. As paisagens nesta região fazem parte do imaginário mineiro, e se pautam na noção de mineiridade como atrativo, e na ligação com sua terra e suas origens. Os três núcleos - em diferentes escalas, conforme veremos a seguir - estão passando por intensos processos de transformação sócioespacial, muito relacionados aos processos de expansão urbana, crescimento do turismo e à valorização das terras locais, que tem sido estimuladas e estão estimulando, o mercado imobiliário, já que a terra nestas regiões tem se valorizado de forma

gradativa, causando o enobrecimento destes espaços, e consequentes segregações sociais.

Os primeiros visitantes, nos três distritos, chegaram durante a década de 70, vindos das grandes cidades e desencadearam os processos de compra e venda dos primeiros lotes. Mesmo depois de quarenta anos, estas ações do passado seguem influenciando as lógicas de parcelamento, e posterior ocupação destes lotes parcelados – por intermédio da atividade turística, tornando este, talvez, um “*dos principais agentes da expansão urbana*”, motivados pelo lucro. Estes núcleos urbanos, distritos isolados ao longo da Serra do Espinhaço, estão situados às margens do controle do Estado, que parece negligenciar estas realidades, a começar pela ausência de instrumentos de planejamento adequados e eficazes, como plano diretor, lei de uso e ocupação do solo, planos de manejo, por exemplo. Paralelo a isso, atividades e projetos de turismo, pautados no dito planejamento territorial, catalisam e explodem estes conflitos. Em todos estes lugares os moradores dizem que a vida melhorou com a chegada do turismo. Entretanto, mesmo gerando renda e melhorando a qualidade de vida das comunidades - tendo em conta o passado difícil que viveram - ignoram a relação do turismo com a questão da terra. Ignoram sua relação com os desdobramentos do fenômeno urbano. Ignoram seus instrumentos de ordenação urbana e acabam por permitir ações oportunistas de especuladores sem vínculo com o lugar, que mercantilizam a terra utilizando o turismo associado ao patrimônio, como produto de preenchimento de loteamentos e as paisagens como *embalagens atraentes* (LACERDA, 2014). Os lugares que resistem, como Lavras Novas, assim o fazem por condições singulares, e por sua coesão social, decorrente da autonomia que a propriedade da terra lhes conferiu. Os resultados destas políticas e de decorrentes negligências, para lugares como Serra do Cipó e Milho Verde, em que os vínculos com a terra se perderam ou estiveram em poder de grupos opressores, como bem vimos, tem sido catastrófico para os lugares, para as unidades de conservação, para o patrimônio, e consequentemente, para a própria atividade turística, que talvez dê lugar a outras atividades urbanas, deixando de ser destinos turísticos, para se tornar meras extensões da metrópole. Esta é mais uma contradição.

Sobre contradições, resistências e remanescências: reflexões exploratórias.

“... vivemos ao mesmo tempo no curto prazo e no longo prazo: a língua que falo, o ofício que exerço, minhas crenças, a paisagem humana que me rodeia, eu herdei; existiam antes de mim, existirão depois de mim”.

Fernando Braudel, 1996

Recorrendo à investigação da história, do contexto ambiental e fundiário dos núcleos urbanos de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde e a partir das análises das paisagens contemporâneas destes lugares e de sua evolução no tempo, procuramos identificar desdobramentos do fenômeno urbano associados à atividade turística. Neste processo, e considerando as informações previamente apresentadas neste trabalho - levantadas em campo e durante o desenvolvimento da pesquisa - foram identificadas algumas contradições, resistências e remanescências expressas nestes territórios da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. Ao darmos “um passo atrás” no processo de averiguação das possíveis causas de transformações sócio-espaciais relacionadas ao turismo, que atingem estes três núcleos urbanos - nos deparamos com mais questionamentos, dúvidas e indagações do que respostas, propriamente ditas.

De importância econômica e estratégica no passado, estes pequenos lugares do Espinhaço foram deixados no esquecimento com o declínio da economia mineira colonial. Isolados por mais de um século, nos últimos 40 anos têm sido, de forma abrupta, (re)inseridos num mundo completamente diferente do qual estavam acostumados. As conversas que tivemos com representantes da geração de homens e mulheres que guardam ainda na memória os tempos de ontem, às lembranças da vida antes da década de 70, despertaram em nós o desejo de investigar os processos que causaram tantas transformações no cotidiano destas pessoas. E por qual razão, nestes lugares onde as mesmas forças externas atuam sobre o território parecem existir forças internas distintas, que resistem aos processos ou intensificam as transformações sócio espaciais. Percebemos que as formas como estas sociedades se organizaram ao longo dos últimos 300 anos foi resultado de condições históricas que continuam atuando nestas localidades, ainda que como remanescências de outros tempos. E mais do que isso: entendemos que as relações desenvolvidas com a terra - sobre a qual se derramou o tecido urbano das metrópoles, bem como seus fluxos turísticos – foram determinantes para explicar as diferentes formas que estas três

comunidades têm se relacionado, e reagido, a estas mudanças espaciais ao longo do tempo.

O turismo que se desenvolve nos três distritos da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço está associado à presença de atrativos naturais e histórico-culturais concentrados, sobretudo em unidades de conservação, nos centros históricos e no entorno destes núcleos urbanos de origem colonial. Os elementos debatidos nesta dissertação formaram uma miscelânea de fenômenos que estão atuando sobre estes territórios de interesse turístico, e que tem se misturado a outras questões – algumas vezes conflituosas - envolvendo as áreas urbanas, o turismo, as Unidades de Conservação, o Patrimônio Histórico Cultural, bem como as questões fundiárias e o mercado imobiliário. Na RBSE este conjunto emaranhado formou um contexto que apresenta algumas contradições e características comuns aos três núcleos urbanos – que identificamos a partir de nossas averiguações e organizamos segundo alguns aspectos mais característicos. Neste sentido, nos propomos a refletir sobre alguns pontos previamente apresentados, resultantes do processo de investigação que culminou nesta dissertação, e do somatório de vivências da pesquisadora na Serra do Espinhaço¹. Ao pontuar estes aspectos, nossa intenção é a de compartilhar algumas impressões gerais pessoais, acumuladas ao longo de alguns anos de pesquisa na região, levantando indícios que possam suscitar novos questionamentos e novas investigações, por meio de reflexões preliminares sobre estas realidades. Estes aspectos consideram o contexto da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, a atividade turística e sua relação com o fenômeno urbano. São eles:

- **Vulnerabilidade:**

Estes núcleos urbanos apresentam vulnerabilidade na medida em que estão submetidos a uma diversidade de interesses, tanto associados ao desenvolvimento do turismo, quanto ao de outras atividades econômicas – nem sempre compatíveis – como a mineração ou as ações do mercado imobiliário (e, conseqüentemente da especulação imobiliária, que tem investido nestes territórios criando loteamentos de condomínios de luxo para consumo de classes de renda mais alta). O turismo envolve

¹ Nos dez últimos anos estamos envolvidos com a Serra do Espinhaço, seja por meio de pesquisas, experiências de vida - como moradora ou turista – e nos projetos e trabalhos profissionais que temos realizado ao longo deste eixo regional que une Ouro Preto à Diamantina. Temos observado que as paisagens e os territórios desta região têm se transformado de forma acelerada, especialmente nos últimos 15 anos.

mudanças espaciais que transformam a vida destes lugares, seja por meio do aumento do número de equipamentos de turismo seja pela necessidade de investimentos em infraestrutura de apoio ou em serviços urbanos básicos. Estas modificações espaciais atingem diretamente as áreas urbanas destes lugares, que passam a demandar medidas de planejamento e ordenamento territorial mais adequados à sua nova realidade. O conflito é que, ao mesmo tempo em que sofrem a pressão direta de forças externas² estes lugares são vulneráveis pois se localizam às margens das políticas públicas que deveriam pensar e problematizar estas realidades. Muitos lugares, por exemplo, não possuem Plano Diretor, e quando possuem, são um pequeno capítulo dentro do plano da sede municipal, que não considera suas especificidades por se tratar de um distrito, como no caso de Lavras Novas. Planos de Manejo, quando são criados não reconhecem de forma adequadas áreas urbanas limítrofes às suas bordas e zonas de amortecimento, conforme vimos no caso da Serra do Cipó e Milho Verde. Talvez por desconhecerem que ali existam áreas urbanas em intensos processos de transformação - uma vez que os próprios municípios parecem ignorar os limites das mesmas, ou negligenciá-las.

Acrescido a estas dificuldades existem problemas relacionados à sobreposição das esferas públicas – e também de interesses privados - que atuam nos núcleos urbanos, e que não parecem capazes de dialogar entre si, tampouco com o território. Enquanto estas morosidades no processo de reconhecimento e planejamento das áreas urbanas destes distritos se enrolam por anos, a pressão do turismo, dos fluxos de pessoas, dos processos de loteamento e mercantilização das paisagens se acelera. Em outras palavras, estas pequenas localidades recebem influências diretas das forças externas, ao passo que não possuem condições mínimas para lidar com elas, tornando os núcleos urbanos extremamente vulneráveis a estas pressões. E por esta razão, a forma como a comunidade se organiza e resiste a estas forças tem sido a base das diferenças que hoje se processam nestes territórios.

Uma primeira contradição identificada é que quanto mais o turismo se desenvolve nestas localidades, mais ele se limita e se prejudica, pelo comprometimento dos próprios destinos em que atua. Mas estas forças externas, são também recebidas nos territórios de forma diferenciada, dependendo de forças internas ali existentes e do seu grau de organização social. Neste sentido, nos três núcleos analisados, Lavras Novas

² Dentre elas podemos citar, por exemplo, os fluxos turísticos, ações dos programas e projetos desenvolvidos pelo Estado em parceria com os Circuitos Turísticos ou com a FIEMG, por exemplo, criação das áreas protegidas e consequentes medidas de desapropriação, aumento do valor da terra e mercantilização das mesmas.

tem conseguido resistir a estas forças externas devido à coesão social da comunidade que ainda detém o controle da maior parte das terras locais. Em Serra do Cipó, a comunidade se mostra tão vulnerável quanto o destino, ficando à mercê destas forças, e por esta razão estão perdendo completamente seu controle sobre o território, que se torna cada dia mais um espaço enobrecido. Em Milho Verde, parte da população – tradicional ou vinda de fora - em certa medida, tem se aproveitado de forma clandestina, da negligência do poder público e das dificuldades de fiscalização e controle sobre a região (um fato curioso, tendo em vista o intenso controle do passado) para invadir as áreas de proteção e para erguer construções e ocupações irregulares. O problema maior é que o descontrole e a ausência de monitoramento têm desencadeado um processo invasivo nas periferias da cidade, que concentra as áreas de expansão urbana e as paisagens mais cobiçadas. Este processo entra em conflito direto com as áreas protegidas, e tem comprometido a própria paisagem, pois o local tem se tornado um amontoado de casas de baixa qualidade, sem infraestrutura adequada como rede de esgoto, água tratada, iluminação e coleta de lixo, por exemplo.

- **Lugares Frágeis** do ponto de vista ambiental e urbano

Conforme pontuado, as áreas urbanas destes lugares não têm sido reconhecidas, nem tampouco, planejadas. Por se localizarem em regiões que até pouco tempo eram predominantemente rurais, e pelo fato de se inserirem em territórios de proteção da natureza – estes núcleos urbanos causam a falsa impressão de serem “vilas verdes” – e esta percepção distorcida mascara o crescimento urbano desordenado que acomete estas localidades. Suas formas urbanas são desconhecidas e se misturam com o contexto ambiental preservado criando uma ilusão de equilíbrio entre a sociedade e a natureza. Na verdade, as áreas urbanas são altamente frágeis, não possuindo infraestrutura mínima, como saneamento básico e tratamento da água, coleta de lixo organizada e aterros sanitários, por exemplo. No entanto, são também altamente comprometedoras da qualidade ambiental destes lugares. No caso de Lavras Novas, por exemplo, nascentes de água tem sido soterrada por construções, que ainda por cima, fazem uso de fossas negras ou sépticas. Na Serra do Cipó e em Milho Verde as áreas urbanas avançam em silêncio sobre as áreas de proteção e contaminam suas águas, que são inclusive, a razão da proteção ambiental: o Rio Cipó e as várzeas do Lageado, respectivamente. Situadas em zonas de qualidade ambiental frágil, e em territórios alheios ao planejamento urbano, o crescimento tem assumido forma disforme, prejudicando também suas paisagens com construções que tem

comprometido a beleza cênica dos lugares e de seus patrimônios – justamente os alvos de maior interesse do turismo.

Considerando as sedes municipais e os distritos de interesse turístico, inseridos em áreas de proteção ambiental ao longo da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, percebe-se a fragilidade dos mesmos frente às políticas de planejamento que não levam em conta especificidades locais. Na verdade, o turismo não parece integrar os processos mais amplos de planejamento, se manifestando apenas como um discurso (LOPES, 2009). A predominância da lógica do planejamento estratégico das políticas de turismo cria destinos turísticos geridos aos moldes das empresas competitivas, e cria espaços para o consumo. No caso dos chamados destinos turísticos de natureza, o consumo é direcionado às suas paisagens, exploradas e comercializadas sob a lógica da indústria limpa³, que faz uso de discursos de sustentabilidade, mas que, na prática, mascaram os conflitos da relação urbano-ambiental.

Assim, conforme pudemos observar nos três estudos de caso aqui analisados, as áreas protegidas inseridas neste contexto da RBSE estão geralmente localizadas próximas das sedes municipais, ou áreas urbanas de pequenos distritos de origem colonial, como Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Parques (Nacionais, Estaduais e/ou Municipais), por exemplo. Ainda que não possuam relação direta com as atividades turísticas que se desenvolvem nestas localidades, servem como um pano de fundo destes distritos, embalagens atraentes que valorizam experiências e criam paisagens excepcionais a serem consumidas por aqueles que buscam o contato com a natureza, o retorno ao campo, o bucólico. Ao mesmo tempo, são estas paisagens e qualidade ambiental as primeiras comprometidas pelos intensos processos de urbanização descontrolada que chega a estes lugares. Este é um ponto chave que explica em grande medida a intensidade e o teor dos conflitos envolvendo áreas protegidas e áreas urbanas, como por exemplo: conflitos de uso e ocupação dos solos, dos graves desequilíbrios ambientais em decorrência da expansão urbana, e de vários outros conflitos diretos e indiretos, entre o crescimento urbano acelerado e a conservação da natureza e do patrimônio cultural. Esse cenário intenso e conflituoso explica, em parte, a razão da criação da RBSE, como uma tentativa de ampliar a questão da conservação para a região como um todo, e dialogar com todos os demais aspectos que estão presentes no contexto do Espinhaço.

³A indústria limpa, no turismo, é entendida como atividades do turismo que tenham como característica a preservação do ambiente e inserção das comunidades locais, que estão à margem do desenvolvimento industrial e tecnológico da região.

- **Rápido Crescimento Econômico e acelerado processo de expansão urbana**

O turismo começou a se desenvolver nestes contextos da Serra do Espinhaço a partir da década de 70. Nos últimos 15 anos, entretanto, as transformações nas paisagens e na economia destes três lugares tem crescido rápido, e junto com ela, a expansão urbana e os processos de parcelamento do solo, seja pelos moradores que dividem suas glebas em lotes menores, contribuindo para o adensamento urbano (para uso de parentes ou mesmo para a venda a terceiros), seja pelo mercado imobiliário que tem investido em loteamentos de recreio em meio à natureza.

Após tantos anos convivendo de perto com estas realidades, é inegável que a vida dos moradores tradicionais melhorou, em termos econômicos, depois da chegada do turismo – ainda mais se considerarmos a condição de abandono em que viviam antes. Seja pela geração de empregos (ainda que muitas vezes, subempregos) seja pela abertura de oportunidades de melhoria de casa e de vida, por exemplo. No entanto, este rápido crescimento econômico não tem sido acompanhado na mesma velocidade pelas instancias de gestão e planejamento locais. Mudanças nas paisagens são tão repentinas, que mesmo que existissem instrumentos de ordenação territorial, e que os mesmos funcionassem de forma mais eficaz, não daria tempo de prever e controlar tais processos.

As paisagens estão se transformando rapidamente, e sua degradação é notória a cada visita. Entretanto estes núcleos ainda são relativamente pequenos, mantendo uma aparência rural, em meio à natureza, e portanto, ainda que estes processos já sejam percebidos não parecem incomodar tanto os que vem de fora em busca de sossego, fugindo do cenário conturbado das grandes cidades - embora esta percepção esteja cada dia mais acentuada ao olhar daqueles que residem nestes locais. A reflexão aqui é que, estes processos tendem a se intensificar, ainda mais considerando a previsão da pavimentação de trechos das estradas de terra que ainda passam por Milho Verde e Lavras Novas, e a intensificação do trânsito de veículos na região da Serra do Cipó, com o desenvolvimento da mineração em Conceição do Mato Dentro. A pergunta que fica é, nestes contextos acelerados de crescimento, até quando estes destinos resistirão enquanto mecas do ecoturismo e do turismo cultural do Estado? Em que poderão se transformar daqui a dez anos?

- Abrigam parte expressiva dos **bens tangíveis e intangíveis** tombados pelo IPHAN e IEPHA e do **patrimônio natural** de Minas Gerais, e do Brasil.

-

O eixo da Serra do Espinhaço do qual fazem parte Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde coincide com o eixo de ocupação histórica das Minas coloniais. Conforme visto ao longo da dissertação a presença destes bens é essencial para o tipo de turismo que o Estado considera como carro chefe de Minas: associado às estradas reais, cidades históricas, unidades de conservação e paisagens bucólicas, com montanhas e aspectos de ruralidade. O turismo cultural, turismo rural e o ecoturismo são segmentos que dialogam com estas realidades e valorizam esta região - que abriga importantes patrimônios do Estado de Minas Gerais, agora também protegidos no contexto da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço.

Entretanto, esta é uma percepção ilusória, e contraditória, pois boa parte dos territórios turísticos ao longo do Espinhaço que vendem esta imagem tem sido alvo de muitas transformações que levam à perda destas características culturais, patrimoniais, naturais e sociais, que foram, em primeira instância, as geradoras da atratividade turística. As paisagens locais têm sido diretamente afetadas. A criação da RBSE representa um paradoxo associado ao aumento da criação de unidades de conservação no local concomitantemente com o aumento do fluxo turístico, e consequentemente, das transformações sócio-espaciais. Embora as causas para estes processos sejam várias, existe um fator central comum a eles, relacionado ao fato de que a declaração de um Patrimônio da Humanidade, com grande potencial ambiental, paisagístico, cultural e histórico, motiva intensamente os três processos. Os objetos de estudo desta pesquisa estão inseridos em áreas protegidas, o que também indica que estes fluxos se relacionam à procura pelo ambiente natural, hoje escasso nos grandes centros urbanos (MONTE-MÓR, 1994), e cada vez mais presente nas políticas patrimoniais, como o próprio caso da Reserva da Biosfera. Talvez por esta razão o Plano Nacional de Turismo incluiu, neste triênio (2013-2016) as áreas protegidas (até então periféricas) nas políticas públicas de turismo⁴, indicando-as como grandes potenciais a serem explorados e desenvolvido nos territórios turísticos.

⁴ “Também aproveitamos para incluir conceitos que até então ocupavam uma posição periférica na estratégia de turismo no Brasil. A sustentabilidade é um deles. Embora detenha um quinto das espécies da Terra e tenha 67 parques nacionais abertos à visitação, sendo por isso considerado pelo Fórum Econômico Mundial a maior potência do planeta em recursos naturais, o Brasil jamais teve uma política de turismo em suas áreas protegidas. Estamos trabalhando para mudar essa realidade, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, e realizar uma visão na qual a natureza do Brasil poderá ser conhecida – e conservada – por todos, com geração de renda para as populações que habitam o entorno dos nossos parques”. (PNT, MTUR, 2013)

- Efeitos do **turismo de massa**.

Os destinos turísticos ao longo da Serra do Espinhaço são localidades que têm de lidar a cada dia com a intensificação dos fluxos turísticos. Em partes, esta condição é positiva para a economia local, mas pode ocasionar uma imagem negativa dos destinos. Tem-se observado uma tendência às transformações do perfil de público que frequenta estes lugares, especialmente em Lavras Novas e Serra do Cipó. Os distritos, que antes recebiam muitos ônibus especiais com excursionistas e turmas de amigos, atualmente, relatam que os turistas que frequentam o local são diferentes, formados em sua maioria por casais e pessoas que se mudam, ou constroem segundas residências.

Em Lavras Novas e Serra do Cipó tem surgido cada vez mais empreendimentos voltados ao atendimento de público mais exigente e que está disposto a consumir produtos de maior valor agregado – o que indica como estes lugares tem se voltado ao atendimento das classes de renda mais alta. Este fato também tem um impacto na vida dos moradores locais, que tiveram seu custo de vida aumentando. Na Serra do Cipó, este fato tem causado a dispersão social destes moradores, que tem se mudado para áreas mais distantes e menos valorizadas. Em Lavras Novas os moradores são mais organizados e estão melhor inseridos nos processos turísticos. Muitos se tornaram donos de estabelecimentos e também estão participando ativamente das transformações destes lugares. Entretanto, conforme relatado anteriormente, eles tendem a copiar os modos de vida urbanos, e a reproduzi-los segundo seu entendimento. Estas diferenças têm ocasionado conflitos entre o imaginário dos que **vem** de fora e o imaginário dos que **veem** os de fora. Enquanto turistas se dirigem à Lavras Novas em busca de tranquilidade e dos aspectos relacionados ao sentido da mineiridade, os moradores de Lavras Novas querem ser cada dia mais urbanos, comprando carros, construindo casas de três andares nas bordas do centro histórico e se formando, para desenvolver Lavras Novas segundo os moldes das cidades contemporâneas.

- Conjunto de **manifestações urbanas**, do predomínio da cidade, já é uma realidade nestes lugares;

Seja por intermédio das atividades como turismo, condominização, fenômenos de segunda residência com motivações de lazer e recreação, seja por demandas do comércio local, de atividades industriais ou por estratégia do governo, estes lugares

estão se parecendo e se espelhando cada vez mais nos grandes centros urbanos, embora sejam uma espécie de miniatura destas realidades. O que vale a pena ressaltar com relação a estas características comuns aos três distritos é que, embora as motivações principais para frequentar estes lugares partam das ideias relacionadas ao sentimento da mineiridade, as pessoas que ali chegam carregam consigo modos de vida que ali se reproduzem, e buscam o contato com a natureza e com o passado histórico, mas com todas as comodidades e valores de sua vida nas grandes cidades.

Entendemos que o turismo que se desenvolve no contexto da Serra do Espinhaço é um dos agentes que atuam na produção do espaço social, um desdobramento dos processos de urbanização extensiva e perimetropolização da capital mineira, pela intensificação dos fluxos turísticos e pela necessidade de reprodução do espaço de consumo e entretenimento das metrópoles. Assim, a compreensão das transformações desta dinâmica espacial possui relação com o papel do turismo dentro deste cenário. A cidade turística (nestes contextos) se torna uma extensão da metrópole, assumindo a função de servir como apoio, lazer e espaço de consumo para o turista que pode pagar por ele. Talvez por esta razão, as classes médias e altas são as que mais usufruem deste eixo turístico norte/sul (CONTI, 2009). O turismo, da forma como tem sido atualmente estudado e compreendido, é uma atividade que surge ainda em 1840, no auge da revolução industrial. Ele é, portanto, uma atividade que possui forte relação com a sociedade industrial daquela época, e que, segundo Lefebvre (1999) é a sociedade que transita hoje para o que ele chama de sociedade urbana. Logo, da mesma forma em que esta sociedade está vivendo um processo de transição urbano-industrial, acreditamos que assim também se dá com o turismo, e por esta razão, urge o aprofundamento da relação do turismo a partir dos fenômenos urbanos. Acreditamos que a análise e o estudo dos processos de formação dos contextos urbanos nestes lugares são primordiais para compreender a organização do espaço ao longo do tempo, para problematizar o presente e repensar o futuro.

- **Conflitos** envolvendo áreas protegidas e áreas urbanas, e questões fundiárias em desequilíbrio

A característica central observada, e que acreditamos, tem sido mais negligenciada nestes lugares se refere às questões fundiárias, aos processos de uso e parcelamento dos solos, loteamentos e demais aspectos relacionados ao uso das terras destes destinos turísticos. Assim, acreditamos que compreender como a questão da posse das terras foi evoluindo, historicamente; de que forma estes usos e parcelamentos

atuais têm sido realizados e para quem são destinados, pode dizer muito sobre o turismo, que a nosso ver, parece ter se tornado um dos produtos utilizados para o preenchimento destes loteamentos. De fato, tem ficado claro para nós que os processos fundiários nestes núcleos urbanos da Serra do Espinhaço dialogam estreitamente com o turismo, desde os primórdios da chegada do mesmo nestes lugares. As primeiras transformações a atingirem estas localidades envolveram a compra e venda de terras, e as resistências e contradições nestas paisagens também dialogam com as formas e modos de vida daqueles que detêm sua posse e controlam o seu uso.

Os loteamentos nestes três distritos têm crescido e se processam de forma diferente. Lavras Novas, em função da questão especial envolvendo suas terras, conseguiu resistir de certa forma à pressão sobre seu núcleo original, entretanto, não foi capaz de barrar o fenômeno das segundas residências, que se desenvolvem numa rua paralela à cidade original. A Serra do Cipó, ao contrário, em função de ser um núcleo que se desenvolveu sem identidade definida, e muito próxima de áreas de intensa expansão urbana - associadas à criação de condomínio de segunda residência do vetor norte, é uma parte da zona perimetropolitana que está no limite de Jaboticatubas, parte da RMBH. Os processos de parcelamento do solo neste local são os mais conflituosos, especialmente considerando seu contexto ambiental. As transformações na Serra do Cipó são, de longe, as mais agressivas, ao ponto da atividade turística de natureza, nos moldes como era praticada, estar profundamente comprometida – até que o destino se reinvente. Milho Verde apresenta expansão urbana intensa e processos de loteamento, inclusive conflituosos com as áreas de proteção ambiental, mas os usos destes produtos, que têm sido construídos pela própria população local – de forma clandestina – parece atender mais aos visitantes de temporada, talvez em função da distância relativa do centro de emissão de turistas, Belo Horizonte. Recebendo influências de Diamantina e Serro, Milho Verde parece sofrer pressão mais branda de Belo Horizonte, e não de forma tão intensa como os outros dois distritos.

A principal consequência dessa realidade é a dificuldade que as diferentes esferas institucionais têm em lidar com as transformações socioambientais nas localidades onde o turismo está se consolidando como uma das principais atividades econômicas. Os reflexos dessa realidade é o parcelamento desordenado e irregular da terra, assim como a exclusão de segmentos da sociedade local no que diz respeito a eventuais retornos econômicos advindos de um hipotético desenvolvimento da região. Por esta

razão, torna-se essencial refletir, futuramente, sobre estes ruídos entre a sociedade e a natureza no contexto da RBSE, principalmente considerando os territórios de uso turístico a partir dos fenômenos urbanos.

Passos à frente: a urgência de seguir adiante num futuro próximo...

A partir de tudo que foi exposto nesta dissertação parece claro que a cidade de Belo Horizonte exerce, e exerceu, sobre estes núcleos urbanos uma força e uma influência muito significativa, e que o fenômeno da urbanização extensiva no contexto da região perimetropolitana da capital mineira apresenta especificidades que dialogam diretamente com as características apontadas anteriormente, e observadas nestes distritos da Serra do Espinhaço. Um fator interessante, e que parece influenciar diretamente estas relações é que o núcleo metropolitano, representado pela área central de Belo Horizonte que concentra serviços e as classes mais abastadas tem relação direta com a expansão urbana associada à atividade turística. Em seu trabalho Conti (2009) investigou que o core metropolitano de Belo Horizonte, que concentra estas classes está extremamente adensado, com expansão vertical, intenso tráfego de veículos e poluições de todos os tipos, fatores que foram agravados na década de 90, época em que coincide com a intensificação dos parcelamentos do solo de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde.

Conti (2009) traçou algumas considerações sobre o fenômeno urbano que dialoga com o contexto da Serra do Espinhaço, salientando que existem poucos estudos que abordam o tema na região e considerando que, talvez em função de características físicas associadas à uma área montanhosa, de difícil ocupação, os processos de expansão urbana possam ter se retardado para atingir esta área. De fato, a urbanização nestes lugares é relativamente recente – e difere da forma intensa como ocorreu nos municípios adjacentes à Belo Horizonte, embora atualmente este cenário esteja mudando. Entretanto, conforme pudemos notar no decorrer desta pesquisa, os processos agressivos de urbanização também têm sido freados em função do contexto de proteção ambiental e patrimonial que dialoga com estes núcleos urbanos, o que reforça a necessidade de estudar esta região de forma mais detalhada, para compreender suas características específicas.

Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde fazem parte da zona perimetropolitana⁵, em um raio de 200 km do centro de Belo Horizonte, o que indica como a capital mineira exerce forte influência na urbanização e ocupação destes núcleos urbanos, especialmente depois dos anos 70. Interessante observar que o momento em que o tecido urbano da metrópole Belo Horizonte começou a cobrir estas áreas coincidiu com o momento do chamado “milagre brasileiro” em que as principais rodovias de acesso foram redescobertas e pavimentadas. A influências da metrópole e das cidades médias, que formam a rede urbana ligada a estes pequenos distritos devem ser consideradas, segundo Varajão (et al, 2013) uma vez que se trata de “*um vasto processo de urbanização periférica*” que se estende, “*de forma dominante*” nestes territórios, por meio da urbanização extensiva. E o turismo nestes lugares, possivelmente, é uma expressão destes fenômenos maiores.

O ciclo de vida destes destinos turísticos, até o momento, nos mostra um cenário preocupante, em que as questões fundiárias ocasionaram graves conflitos, incluindo muitas questões relacionadas à posse da terra. Com o tempo, a imagem destes lugares turísticos tem se transformado e o tipo de público que os frequenta, tem se modificado. Os processos de urbanização têm se intensificado, assim com a terra deixou de ter valor produtivo e passou a ter valor paisagístico. A contradição é que, no momento, o desenvolvimento urbano destes lugares tem acarretado em prejuízos ao ambiente natural, ao mesmo tempo em que o ambiente natural atrai cada vez mais “urbanidades”, vindas dos grandes centros. Assim, o processo paisagístico nestes lugares mostra-se intenso, nos recordado BERTRAND&BERTRAND (2007) ao falar do processo de “naturalizar o território e territorializar a natureza”.

Este contexto de diversidade – de interesses econômicos, políticos, culturais, históricos, ambientais, urbanos e turísticos – é também permeado por questões que envolvem diversas competências e jurisdições das esferas municipais, estadual e federal. Os principais prejudicados são os pequenos núcleos urbanos situados à margem das políticas públicas, ao mesmo tempo em que seu território é alvo de intensa exploração econômica. Com isso, vários dos municípios do Espinhaço Meridional acabam bastante fragilizados frente às externalidades, tanto as de viés econômico (como as atividades associadas à mineração, turismo e industrialização,

⁵ “Espaço de tamanho variável contextualmente, estimado por Conti (2009) como um perímetro de 200 quilômetros de raio, delimitando uma região de intensas relações e de dinâmico desenvolvimento polarizado pela capital do estado de Minas Gerais” (VARAJÃO et al. 2013, p.113)

por exemplo) quanto àquelas associadas às políticas federais e estaduais de preservação do patrimônio cultural e natural.

Estas externalidades geram dependência no que se refere ao aporte de recursos, à geração de empregos e às políticas públicas, incluindo as de controle e ordenamento da expansão urbana, causa dos maiores conflitos em áreas protegidas. As consequências também são mais severamente sentidas nos pequenos núcleos urbanos em função das parcas e superficiais ações de planejamento municipal, quando estas existem. No caso de Serra do Cipó, Lavras Novas e Milho Verde os impactos de externalidades demandam a identificação de caminhos para o desenvolvimento turístico mais adequado às suas realidades. Torna-se urgente, portanto, (re)pensar a organização destes territórios. Os problemas da ocupação desordenada ao longo do Espinhaço Meridional, de caráter econômico e/ou urbano, se aprofundam a cada dia, sendo constantes, e cada vez mais intensos, os conflitos decorrentes “*do jogo de interesses contraditórios entre os diversos profissionais que atuam na região*”. (Gontijo, 2008:13). De forma incoerente, e em última análise, as ações de planejamento parecem comprometer a sustentabilidade destes lugares para as gerações futuras, no exato momento em que inicia sua transformação sócio-espacial e ambiental com base em discursos sobre desenvolvimento sustentável. Em boa parte dos territórios turísticos ao longo do Espinhaço, muitas destas transformações levaram à perda de algumas das características culturais, patrimoniais, sociais e espaciais que foram, em primeira instância, geradoras da atratividade turística. A principal consequência dessa realidade é a dificuldade que as diferentes esferas institucionais têm em lidar com as transformações socioambientais nas localidades onde o turismo está se consolidando como uma das principais atividades econômicas. Os reflexos dessa realidade são o parcelamento desordenado e irregular da terra, assim como a exclusão de segmentos da sociedade local no que diz respeito a eventuais retornos econômicos advindos de um hipotético desenvolvimento da região.

Nesta longa caminhada sentimos necessidade de compreender o histórico da formação urbana destes núcleos de Minas Gerais, desde as primeiras ocupações no período das Minas coloniais. Um passo tão atrás se fez necessário na medida em que a pesquisa foi avançando, ocasionando algumas contradições. Vislumbramos que para compreender os dilemas e desafios atuais relacionados à atividade turística que se desenvolve no contexto da Serra do Espinhaço, de forma a problematizá-los e superá-los, é importante investigar a forma como o turismo se relaciona com o

fenômeno urbano, desde sua origem no core metropolitano. O início dos processos de turistificação⁶ - que se apropriam de determinadas localidades - não surgem da noite para o dia. Esta dissertação indica que a turistificação talvez se relacione com processos ainda mais complexos e anteriores, como um desdobramento dos mesmos. Portanto, o passo atrás foi indispensável para seguir o fio condutor que desencadeou o turismo nestas três localidades, e que o tem sustentado ao longo de quatro décadas. Diagnosticar as possíveis causas da turistificação destes territórios, ao invés de nos debruçarmos somente sobre suas consequências atuais, talvez seja um caminho alternativo. Nos últimos 40 anos, os núcleos urbanos que foram objeto desta pesquisa passaram por um processo ríspido e intenso na forma como se organizavam, alterando sua realidade num curto espaço de tempo, após longos anos de estagnação econômica. Ao longo deste trabalho, percebemos que muitas das resistências, ou não resistências, presentes nestes territórios são decorrentes de elementos internos remanescentes do passado colonial, mas que se refletem ainda nos dias atuais. E defendemos, com esta dissertação, que tais elementos podem ser resultantes da relação do turismo com as manifestações do fenômeno urbano, expressas na expansão do tecido urbano, em questões fundiárias e na mercantilização do espaço.

A condição urbana do turismo ainda é pouco compreendida. Certamente, o turismo existe⁷ e se desenvolve nestas localidades, e suas consequências e impactos positivos e negativos são reconhecidos e comprovados por meio de muitos estudos e pesquisas de qualidade. Mas, ainda que ele – o turismo – exista, e se expresse nos lugares enquanto um fenômeno socioeconômico, nos propusemos a investigar a relação do turismo com o fenômeno urbano, por acreditar que, aquilo que chamamos de turismo talvez seja um desdobramento dos fenômenos que se originam no coração das grandes metrópoles, a partir das demandas da sociedade urbano-industrial. Trata-se, portanto, de uma tentativa inicial de contribuir para os estudos do turismo a partir de um viés pouco discutido na academia: as áreas urbanas. A dissertação pretende instigar novas pesquisas e envolver outros pesquisadores nesta temática, reconhecendo que o entendimento do turismo a partir do urbano necessita ser aprofundado – o que é nosso desejo futuro⁸.

⁶ A “turistificacao” pode ser compreendida como o processo de implantação, implementação e/ou suplementacao da atividade turística em espaços turísticos ou com potencialidade turística. O planejamento turístico da início ao processo de turistificacao, que ocorre quando um espaço é apropriado pelo turismo, fazendo com que haja um direcionamento das atividades para o atendimento dos que vem de fora, alterando a configuração em função de interesses mercadológicos (DENCKER e ISSA, 2006 apud LIMA, 2014, p.23).

⁷ Ver Prólogo desta Dissertação.

⁸ Esperamos ampliar e aprofundar esta pesquisa, futuramente, no doutorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de. *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil* 5ª. ed. Brasília. Ed. UNB, 1963

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BATARELLI, Admir Jr. *Urbanização extensiva e o processo de interiorização do Estado de São Paulo: um enfoque contemporâneo*. Admir Antoni Batarelli Junir, Roberto Luis de Melo Monte-Mór, Rodrigo Ferreira Simões. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 2013, 28p.

BERTRAND, Claude. BERTRAND, Georges. *Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades*. Org.: Messias Modesto dos Passos. Maringá: Ed. Massoni, 2007

BESSA, A.S.M. *A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real*. Tese. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Paisagem e Meio Ambiente. Orientadora: Profa. Dra. Maria Ângela Faggin Pereira Leite. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2011, 280 p.

BOLSON, J.G et al. *Histórico e Análise das Políticas Públicas de Turismo no Brasil – 1930 -2004. Estudo de caso Minas Gerais*. Anais publicados no IV Encontro Nacional de Turismo de Base Local – ENTBL. Curitiba, 2004. Disponível em <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=6792> acessado em 17 de outubro de 2013.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. - 3. ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 1994, 484 p.

BRAGA. Solano de Souza. *A REGIÃO DA SERRA DO CIPÓ: COMPLEXIDADE, TEMPO E TURISMO*. Dissertação. Departamento de Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Bernardo Machado Gontijo. Belo Horizonte. 2011, 195 p.

BRAGA. Solano de Souza. *O (Eco) Turismo como Vetor de mudanças sócio-espaciais: Estudo comparativo entre os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras – município do Serro, Minas Gerais*. Monografia. Departamento de Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Bernardo Machado Gontijo. Belo Horizonte. 2006, 73 p.

BRASIL. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA, 2000.

_____. *Lei 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de julho de 2001.

_____. *Gestão Cultural, conceitos básicos: patrimônio*. Brasília, Ministério da Cultura, Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, 2013.

_____. *Reflexões sobre a chancela da paisagem cultural brasileira*. Brasília, IPHAN, Coordenação de Paisagem Cultural, 2011.

_____. *Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação*. Brasília. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Áreas Protegidas. 2006

_____. *Plano Nacional de Turismo (2013 – 2016)*. Brasília, Ministério do Turismo, MTUR, 2013.

_____. *Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes*. Brasília, Ministério do Turismo, MTUR, 2013.

_____. *Barão de Eschwege*. CPRM, Serviço Geológico do Brasil. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=519&sid=8> Acessado em 05 de junho de 2013.

_____, *Estudo de Sinergia e Desenvolvimento entre as Indústrias do Turismo e Audiovisual Brasileiras*, Brasília, MTUR 2009. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Estudo_Completo_Cinema.pdf

CANDIOTTO, L.Z.P. *Considerações sobre o conceito de turismo sustentável*. Revista Formação, n.16, volume 1, p.48-59. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, Presidente prudente, SP, 2009. ISSN 2178-7298

CARNEIRO, Patrício A.S. *DO SERTÃO AO TERRITÓRIO DAS MINAS E DAS GERAIS: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial*. TESE. Departamento de Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013, 392 p.

CARVALHO. José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 1998, 459 pag.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. *Tourism, ecotourism and protected áreas: the State of Nature-Based Tourism Around the World and Guidelines for its Development*, XIV. Cambridge: IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*. Editora Vozes, 3º edição, Petrópolis, RJ, 1998.

CHUVA, Márcia. *Por uma história da noção de patrimônio Cultural no Brasil*. Pag 147-165 in CHUVA, Márcia (ORG). *História e Patrimônio*. Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. IPHAN, Brasília, nº 34, 2012, 450 pag.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis, EdUFSC, 1999.

CLAVAL, Paul. *A volta do cultural na Geografia*. Mercator, Revista de Geografia da UFC, ano 1, número 1, 2002.

CONTI, Alfio. *O espaço perimetropolitano de Belo Horizonte: uma análise exploratória*. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Orientador: Oswaldo Bueno Amorim Filho Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial Belo Horizonte, 2009. 2v. 625f. : Il.

CORDEIRO, Erika D. *O turismo enquanto redefinidor da configuração espacial do município de Ouro Preto: o novo distrito de Lavras Novas*. Monografia de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007, 66 p.

CORIOLOANO. Luzia. N.M.T. *O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza*. São Paulo: Annablume, 2006. 238 p.

CORIOLOANO. Luzia N.M.T. *Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios*. Em publicação: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inês Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

DERBY, Orville A. *The Serra do Espinhaço, Brazil*. Publicado em Journal of Geology – 1906 - Vol. XIV – n.2, p. 374-401. Reedição. Departamento de Geologia. Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em:

<http://www.degeo.ufop.br/geobr/artigos/reedicoes/Espinhaco-derby.pdf> acessado em 06 de setembro de 2014.

DINIZ, S.C.;MONTE-MOR, R.L.M. *A pequena produção popular e solidária como instrumento de fortalecimento e reorganização metropolitana: a visão do PDDI-RMBH*. Anais do Seminário de Economia Mineira. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, 22 pag.

FERREIRA, R.A. *A Serra do Cipó e seus vetores de penetração turística – um olhar sobre as transformações sócio-ambientais*. 2010. Dissertação (Mestrado em Análise Ambiental) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

GADELHA. R.M.A.F.A *Lei de Terras (1850) e a Abolição da Escravidão.Capitalismo e Força de Trabalho do Brasil do Século XIX*. Revista de História, São Paulo. 120, p. 153-162, jan/jul. 1989.

GERMER, Claus M. *Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social*. UNICAMP. Revista Crítica Marxista, n.29, p. 75 – 95, 2009.

GIPE. *As transformações sócio espaciais na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço*. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Grupo Integrado de Pesquisas do Espinhaço. Belo Horizonte, 2009.

GOMES, M.C.A. *O Mapeamento Cadastral do Curral del-Rei: arqueologia de um assentamento urbano de origem colonial*. Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto, 2009. 19 pag.

GONTIJO, Bernardo Machado. *A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó/MG: o caso de Lapinha*. 2003. 192 f; Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília (UNB), Brasília, DF.

_____, B.M. *Uma geografia para a cadeia do Espinhaço*. Revista Megadiversidade. Cadeia do Espinhaço: avaliação do conhecimento científico e prioridade de conservação. Belo Horizonte. Volume 4, N° 1-2, p.7-14, Dezembro, 2008, Minas Gerais. ISSN/ISBN: 18083773

_____, B.M. *Serra do Espinhaço em Foco*. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Informações CEDECOM, Instituto de Geociências, Grupo Integrado de Pesquisas do Espinhaço. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/imagensdoconhecimento/Imagens/Areas/Ciencias-Exatas-e-da-Terra/Serra-do-Espinhaco-em-foco> acesso em 17 de novembro de 2014.

HARVEY. David. *Os limites do Capital*; tradução de Magda Lopes. Editora Boitempo – [1. Ed.] – São Paulo: 2013. 591 p.

HARVEY. David. *Para entender o Capital*. Livro 1; tradução de Rubens Enderle. Editora Boitempo – [1. Ed.] – São Paulo: 2013. 335 p.

HORTA, Celio Augusto da Cunha. *Belo Horizonte: a construção de um saber geográfico*. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Geografia. Desenvolvimento Regional e Urbano. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994, 373 pag.

IBGE. *Divisão Territorial do Brasil*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diretoria de Geociências. Departamento de Geografia: Estruturas Territoriais. Rio de Janeiro, RJ. 2002

IBGE. *Atlas das Representações Literárias das Regiões Brasileiras: Sertões Brasileiros. Volume II*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diretoria de Geociências. Departamento de Geografia: Estruturas Territoriais. Rio de Janeiro, RJ. 2009

ICMBio. *Plano de Manejo do Parque Nacional Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira*. Encartes I e II. Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral – DIREP. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Brasília, 2009.

ICMBio. *Plano de Manejo Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira*. Versão Consulta. Encartes IV. Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral – DIREP. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Brasília, 2013.

IEF, MINAS GERAIS, *Consultoria e Assessoria em estudos geoambientais. Levantamento dos aspectos históricos e culturais do Parque Estadual do Itacolomi*. Municípios de Ouro Preto e Mariana, Minas Gerais. ANEXO III. Terra Consultoris Geoambiental. Instituto Estadual de Florestas - IEF. Belo Horizonte, 1994.

IEF, MINAS GERAIS. *Plano de Manejo Parque Estadual do Itacolomi. Encarte I – Diagnóstico do Parque*. Instituto Estadual de Floresta. Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Governo de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

IEF, MINAS GERAIS. *Plano de Manejo Parque Estadual Pico do Itambé. Encarte 2 – Análise da Região da Unidade de Conservação*. Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Governo de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

INSTITUTO BIOTRÓPICOS. *Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço – Alto Jequitinhonha e Serra do Cabral: processo de criação e implementação*. Instituto Biotrópicos, Diamantina, 2009.

IPEA, MINAS GERAIS. *Governança Metropolitana no Brasil: o arranjo institucional da RMBH*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Belo Horizonte, Minas Gerais,

Brasil, 2012. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/apresentacao_rmbh_oficina1.pdf

LACERDA, Mariana de Oliveira. *Paisagem e potencial turístico no Vale do Jequitinhonha, MG*. Dissertação (mestrado) – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – Departamento de Geografia, 2005, 169p.

LACERDA, Mariana de Oliveira. *Paisagem da Terra dos Diamantes: passado e presente em busca de uma reflexão propositiva*. TESE. Departamento de Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Allaua Saadi. Belo Horizonte, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *Laproduction de l'espace*. 4^{éd.} Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006

_____, Henri. *A Revolução Urbana*. Trad. Sérgio Martins - Belo Horizonte, Ed.UFMG, 1999.

LEITE, R. P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Ed. Da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2004.

LEITE, Rogério Proença. *Patrimônio e Consumo Cultural em cidades enobrecidas*. Anais do XXV Congresso Alas – Asociación Latino-americana de Sociología. Porto Alegre, Brasil, 2005. 79-89.

LEITE, R.P; PEIXOTO, P. *O patrimônio como elixir de políticas urbanas: notas sobre o bairro do Recife e a a zona histórica da cidade do Porto*. Anais do a 26^a. Reunião Brasileira de Antropologia – ABA – Porto Seguro – Bahia, 2008.

LIMA, M.A.G. *Projetos de Turismo de Base Comunitária no Estado do Rio de Janeiro: tecendo teias de significado em busca da dimensão cultural*. DISSERTAÇÃO. Orientadora: Prof. Dra.Marta de Azevedo Irving. Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

LOPES, C.G.L *Diferença e Conflito: Uma perspectiva teórica para análise do fenômeno do turismo a partir das transformações do/no modo de vida dos lapinhenses*. Ano de Obtenção: 2009. Programa de Pós Graduação em Análise Ambiental. Orientador: Bernardo Machado Gontijo.Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. 2009

MACEDO, F.F. *Dinâmica do Uso e Ocupação do Solo em Jaboticatubas/MG: Mercantilização da Natureza como agente de expansão urbana*. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Geografia e Tratamento da Informação Espacial. Orientador: Prof. Dr. Alexandre Magno Diniz. PUCMinas. Belo Horizonte, 2009, 150f.

MEDEIROS, R;Young; C.E.F.; Pavese, H.B & Araújo, F.F.S. *Contribuição das Unidades de Conservação brasileira para a economia nacional*: Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC, 2011, 44p.

MELO, Vera Lucia Mayrinck. *A paisagem sob a perspectiva das novas abordagens geográficas*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, 2005.

MASSIMO, Lucas. *Como se explica o neoliberalismo no Brasil? Uma análise crítica dos artigos publicados na Revista DADOS*. Revista de Sociologia e Política, V. 21, Nº47: 133-153. Curitiba. Setembro, 2013.

MINAS GERAIS. *Estudo Técnico para a Criação do Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio, município de Serro, Minas Gerais*. Sistema Estadual de Meio Ambiente. Instituto Estadual de Florestas. Belo Horizonte, 2010.

MINAS GERAIS. *Decreto nº 39.399, de 21 de janeiro de 1998. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes – APA no Estado de Minas Gerais e dá outras providências*. Belo Horizonte, 1998.

MINAS GERAIS, *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI-RMBH: Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos prioritários*. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU. Relatório Final. Volume 6. Belo Horizonte, Maio de 2011. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/>

MINAS GERAIS. *Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN/MG; Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PLAMBEL. A estrutura urbana da RMBH*. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1986. 3v. (v.1 O processo de formação do espaço urbano da RMBH 1897-1985. v.2 A estrutura atual. v.3 Prognóstico)

MINAS GERAIS, *Plano Metropolitano de Belo Horizonte: Macrozoneamento da RMBH. Cartilha Construindo o Macrozoneamento Metropolitano*. Belo Horizonte, 2013/2014. Disponível em: [http://www.rmbh.org.br/sites/default/files/MZ_cartilha\(med-res\).pdf](http://www.rmbh.org.br/sites/default/files/MZ_cartilha(med-res).pdf)

MINAS GERAIS. *Estudo de Mercado – Relatório Preliminar: Turismo de Natureza na Estrada Real Serra do Cipó*. Secretaria do Estado de Turismo de Minas Gerais. Empresa Contratada: EplerWood International. Belo Horizonte, Abril, 2007

MONTE-MOR, R. apud SANTOS, Milton et. al. (orgs.) *Território, globalização e fragmentação*. Capítulo: *URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E LÓGICAS DE POVOAMENTO: UM OLHAR AMBIENTAL*, São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994 (pp. 169-181) Monte-Mór, R. L. (1981). *Do Urbanismo à Política Urbana: notas sobre o caso brasileiro*. Unpublishedmanuscript, Belo Horizonte.

_____. *Urbanização Extensiva e Novas Fronteiras Urbanas no Brasil*. In E. Rassi Neto & C. M. Bógus (Eds.), *Saúde nos Grandes Aglomerados Urbanos: uma visão integrada* (Vol. 3, pp. 79-95). Brasília, DF: Organização Mundial de Saúde (OMS); Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS); Ministério da Saúde, Brasil. 2005

MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese. 3v. il. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MORAES, F.B; SOARES, J.M. *Contribuições teóricas para o estudo do fenômeno urbano nos momentos iniciais de sua formação*. RISCO: revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo. Programa de pós-graduação do instituto de arquitetura e urbanismo iau-USP. Numero 13, 1/2011. pag 49-57. Acesso em 12 de abril de 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/marina/Downloads/44812-53369-1-PB.pdf>

MOSS.M.C.B. *Uma cidade entre o rio e a montanha: Investigação sobre a imagem da cidade de Cardeal Mota/Serra do Cipó – MG, a partir da percepção de seus visitantes*. Graduação em Turismo. Departamento de Geografia. Orientador: Bernardo Machado Gontijo. Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG, Brasil, 2010.

MOURA, R.; CASTELLO BRANCO, M.L.G; FIRKOWSKI, O.L.C.F. Movimento Pendular e Perspectivas de Pesquisas em Aglomerados Urbanos. In: São Paulo em Perspectiva, Vol. 19/Nº 4/Outubro-Dezembro 2005. Revista da Fundação SEADE. P. 121-133. Disponível na Internet < <http://www.scielo.br>>.

NATIONAL MUSEUM OF NATURAL HISTORY (NMNH), Smithsonian Institution, Washington D.C. EUA. Espinhaço Range Region, Brazil, showing land above 1000m in the Espinhaço range, in the states of Minas Gerais and Bahia. Disponível em: <http://botany.si.edu/projects/cpd/sa/map56.htm> acessado em 15 de fevereiro de 2015.

NETTO, José Paulo. *O que é Marxismo?* 6º d. Brasiliense: Rio de Janeiro, 1990. Coleção Primeiros Passos.

NEVES, Lucília de Almeida. *Belo Horizonte – Coração das Minas e das Gerais*. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 64-68, Nov. 2010. ISSN 2237-8871. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1681>> Acesso em: Out. 2014..

OLIVEIRA, Alexandre M. *A preservação ambiental e a urbanização na Serra do Cipó*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2002.

OLIVEIRA, Heloisa G. *Construindo com a paisagem: um projeto para a Serra do Cipó*. in MURTA, S.M. & ALBANO, C. (Orgs.) Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG / Território Brasília, 2002.

OLIVEIRA, F.M. *ESPAÇO, LUGAR, IDENTIDADE E URBANIZAÇÃO: conceitos geográficos na abordagem do Turismo*. Dissertação. Departamento de Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. 120 pag.

OURO PRETO. *Lei complementar 93/2011 – Uso e Ocupação do Solo*. Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Minas Gerais, 2011. Disponível em: http://www.ouropreto.mg.gov.br/uploads/arquivos_veja_tambem/lei-complementar-93-parcelamento-uso-e-ocupa-o-do-solo.pdf

OURO PRETO. *Lei complementar 29/2006 – Estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto*. Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Minas Gerais, 2006. Disponível em: http://www.ouropreto.mg.gov.br/uploads/arquivos_veja_tambem/lc-29-2006-plano-diretor.pdf

OURO PRETO. *Lei complementar 91/2010 – Alteração na lei que Estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto*. Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Minas Gerais, 2006. Disponível em: http://www.ouropreto.mg.gov.br/uploads/arquivos_veja_tambem/lei-complementar-91-plano-diretor.pdf

PEREIRA, Doralice Barros. A produção Discursiva da Mineiridade no contexto do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos, UFMG, Belo Horizonte. 2012.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

REIS, Liana Maria. *Mineiridade: identidade regional e ideologia*. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 9, n. 11, p. 89-98, jan. 2012. ISSN 2237-8871. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/2886/3141>>. Acesso em: Out. 2014

ROMEIRO, Adriana. *Guerra dos Emboabas: balanço histórico*. Ensaio. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. 2009. p 108-117. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/ensaio01_2009.pdf> Acesso em março 2015.

SAADI, Allaoua. *A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas Margens*. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Revista GEONOMOS, v 3 (nº1): 41-63, 1995.

SANCHEZ, Luis Enrique. *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

SILVA, J.A. et al. *Identificação de áreas insubstituíveis para Conservação da Cadeia do Espinhaço, estados de Minas Gerais e Bahia, Brasil*. Revista Megadiversidade. Volume 4. Nº 1-2, Dezembro, 2008.

SILVA. Sandro Pereira. *A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre estado e sociedade no Brasil*. Cadernos de Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 17, n. 60, Jan/Jun 2012, 148-168.

SOUZA, J.; BRITO, F.R.A. *A expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH em direção ao Vetor Norte Central, nos períodos 1986-1991 e 1995-2000**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Caxambu, Minas Gerais, 2008.

SOJA, E. W. (2000). *Postmetropolis : critical studies of cities and regions*. Oxford; Malden, Mass.: Blackwell Publishers

TOFANI, F.P. *Por um modelo de Desenvolvimento Turístico Sustentável para Comunidades Econômica, sociocultural e ambientalmente Frágeis*. Universidade Federal de MG, Belo Horizonte, 2013.

UNESCO: *Declaração Internacional dos direitos à Memória da Terra*, 1991. Disponível em <<http://portal.unesco.org>>. Acessado em 002 de junho de 2009.

_____. *Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural*, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acessado em: 05 de Junho de 2009.

_____. *UNESCO'S Biosphere Reserves (MAB): The Seville Strategy and the Statutory Framework of the World Network*. Man and Biosphere Programme. UNESCO. Paris, 1996.

_____. *Paisagem Cultural, um conceito em (re) evolução*. UNESCO, ICOMOS, Portugal, 2007.

VARAJÃO, G.F.D.C: *Transformações socioespaciais de Lavras Novas, Ouro Preto/MG: evolução do solo e ocupação do solo e da qualidade de recursos hídricos*. Programa de Pós Graduação em Geografia e Tratamento da Informação Espacial. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Dissertação. Orientador: Alexandre Magno Alves Diniz. Belo Horizonte, 2011, 171 pag.

VARAJÃO. G.F.D.C; DINIZ, A.M.A. *A evolução da rede urbana de Lavras Novas e a transformação do seu patrimônio construído*. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.20, n.26, 1º sem. 2013 Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/P.2316-1752.2013v20n26p111/6074>

RENGER, Friedrich V. O “*Quadro Geognóstico do Brasil*” de *Wilhelm Ludwig Von Eschwege: breves comentários à sua visão da geologia no Brasil*. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Revista GEONOMOS, v 13(nº 1,2): 91-95, 2005.

WEARING, Stephen.; NEIL, John. *Ecoturismo: Impactos, Potencialidades e Possibilidades*. São Paulo: Manole, 2001

Instituto Quadrilátero. **Geopark Quadrilátero Ferrífero**. Geoparks. Disponível em:
<http://www.geoparkquadrilatero.org/> acessado em 25 de novembro de 2013.